

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**A ORGANIZAÇÃO DE CLASSE DOS PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA
Z-3 (PELOTAS-RS, BRASIL) NA LUTA PELA CIDADANIA E JUSTIÇA
AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA**

DANIELI VELEDA MOURA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DANIELI VELEDA MOURA

**A ORGANIZAÇÃO DE CLASSE DOS PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA
Z-3 (PELOTAS-RS, BRASIL) NA LUTA PELA CIDADANIA E JUSTIÇA
AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação Ambiental.

ORIENTADORES: Prof. Dr. Carlos Frederico B. Loureiro

Profa. Dra. Lúcia F.S. de Anello

2016

Ficha catalográfica

M929o Moura, Danieli Veleda.
A organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na luta pela cidadania e justiça ambiental: contribuições à Educação Ambiental Crítica / Danieli Veleda Moura.
– 2016.
239 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2016.

Orientador: Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro.

Coorientadora: Dr^a. Lúcia de Fátima Socoowski de Anello.

1. Organização de classe 2. Pesca artesanal 3. Colônia de Pescadores Z-3 4. Educação Ambiental Crítica I. Loureiro, Carlos Frederico Bernardo II. Anello Lúcia de Fátima Socoowski de II. Título.

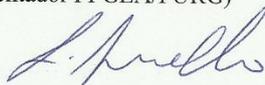
CDU 504:37

Danieli Veleda Moura

“A organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na luta pela cidadania e justiça ambiental: contribuições à Educação Ambiental Crítica”

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores.

Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro
(Orientador PPGEA/FURG)



Dr^a. Lúcia de Fátima Socoowski de Anello
(PPGEA/FURG)

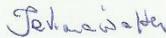


Dr^a. Cláudia da Silva Cousin
(PPGEA/FURG)

Dr^a. Mônica Armond Serrão
(IBAMA)



Dr^a. Maria Odete da Rosa Pereira
(SPM)



Dr^a. Tatiana Walter
(FURG)

Dedico esta pesquisa a todos àqueles que lutam por outro mundo possível e necessário.

À memória de Dona França, pessoa querida que recebeu a mim e minha família em sua casa com tanto carinho, durante todo o desenvolvimento da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande (FURG), ao Instituto de Educação (IE) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) pela minha formação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos que me possibilitou desenvolver esta pesquisa.

A todos os colegas que participaram do Projeto *Análise das Cadeias Produtivas do Pescado oriundo da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no estado do Rio Grande do Sul*, com os quais pude compartilhar momentos de grandes aprendizagens.

À todos os membros da banca examinadora, por terem disponibilizado parte de seu tempo para leitura e avaliação desta pesquisa e pelas contribuições no exame de qualificação de tese.

Aos meus orientadores:

Dr. Carlos Frederico B. Loureiro por ser um orientador muito presente apesar da distância que nos separa e por ter me direcionado na compreensão do papel da pesquisa e do pesquisador e do lugar da Educação Ambiental.

Dra. Lúcia Anello, por quem tenho um carinho e uma admiração muito grande, agradeço a paciência, a tolerância e todas as oportunidades de aprendizagem ao longo destes quatro anos, seja no estágio de docência, no desenvolvimento da pesquisa, nos projetos, produções, enfim, em tudo aquilo que vem me constituindo educadora ambiental e uma pessoa mais feliz.

À minha família, Christian da Silva Simões e meus amados filhos Ana Luísa e Felipe pelo companheirismo de estarem sempre junto comigo; por acompanharem bem de pertinho todo o desenvolvimento desta tese; pela paciência nas muitas vezes em que não pude dar a atenção que merecem; pelo amor e carinho que fortalece nossa relação e que dá forças para superar cada dificuldade. Amo muito vocês!

Aos pescadores artesanais da Colônia Z-3, pessoas especiais que me receberam em suas casas e locais de trabalho e compartilharam comigo suas histórias de vida, luta e resistência. Meu agradecimento a estes trabalhadores que nos fazem ter a esperança freireana num mundo onde o reino da liberdade seja uma realidade.

"Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres".

Rosa Luxemburgo

RESUMO

Tendo em vista os crescentes desafios que a atividade pesqueira artesanal tem enfrentado diante do modelo de desenvolvimento em curso no País, o que se reflete em conflitos, cujas consequências colocam em risco a reprodução social, cultural e econômica dos trabalhadores, interessou a esta pesquisa analisar a organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3, comunidade pesqueira situada na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Assim, a investigação consistiu em compreender o processo contra-hegemônico expresso nas diferentes formas de organizações sociais presentes no espaço da Colônia Z-3 na luta pela cidadania. Pelas observações, entrevistas e análise dos manifestos destes trabalhadores, foi possível entender que essa cidadania encontra-se pautada na necessidade do reconhecimento de sua cultura, de seus direitos, ao respeito aos seus territórios tradicionais e à melhoria da qualidade de vida dos membros da comunidade. Neste sentido, a luta dos movimentos da Z-3 está pautada na luta pela justiça ambiental. Nestas organizações, as lideranças e intelectuais orgânicos desempenham um importante papel de organização das massas e no desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores. É nas organizações sociais criadas como atos-limites em função das situações-limites que se apresentam aos pescadores artesanais da Colônia Z-3 que a organização de classe vai se desenvolvendo por meio do desenvolvimento da consciência de classe, pois é na participação, através do diálogo que as contradições que os impedem de ser mais se tornam mais visíveis e é em comunhão uns com os outros que podem vislumbrar possibilidades de um inédito viável. Logo, é nesse processo organizacional que a autonomia e a emancipação dos sujeitos vai se desenvolvendo. E, são as mediações deste processo de desenvolvimento humano presente na organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 que nos mostram o caráter educativo da organização de trabalhadores. Desta forma, a contribuição desta Tese para o campo da Educação Ambiental está em explicitar o caráter educativo destas organizações de trabalhadores, trazendo o universo das lutas dos pescadores artesanais para o campo da Educação Ambiental Crítica.

Palavras-Chave: organização de classe, pesca artesanal, Colônia de Pescadores Z-3, Educação Ambiental Crítica.

ABSTRACT

Given the growing challenges that small-scale fishing industry has faced on the current development model in the country, which is reflected in conflicts, the consequences of which threaten the social reproduction, cultural and economic employees, interest to this research analyze the class organization of artisanal fishermen Colony Z-3, the fishing community in the city of Pelotas, state of Rio Grande do Sul, Brazil. So the research was to understand the process counter-hegemonic expressed in different forms of social organizations present in the Colony Z-3 space in the struggle for citizenship. By observations, interviews and analysis of the manifestos of these workers, it was possible to understand that citizenship is guided by the need for recognition of their culture, of their rights to respect for their traditional territories and improving the quality of life of community members. In this sense, the struggle of Z-3 movements are guided in the struggle for environmental justice. In these organizations, organic leaders and intellectuals play an important role in organization of the masses and the development of working class consciousness. It is in social organizations created as acts-limits depending on the situations-limits posed to traditional fishermen from Colony Z-3 that the class organization will be developing through the class consciousness of development as it is in participation through dialogue that the contradictions that prevent them from being more become more visible and is in fellowship with others who can see possibilities of a viable unprecedented. So it is in this organizational process that the autonomy and emancipation of the subjects will develop. And are the mediations of this process of human development in this class organization of artisanal fishermen Colony Z-3 showing in the educational character of the organization of workers. Thus, the contribution of this thesis to the field of environmental education is to make explicit the educational nature of these workers' organizations, bringing the universe of the struggles of artisanal fishermen to the field of artisanal fishermen to the field of Critical Environmental Education.

Keywords: class organization, artisanal fishing colony Z-3 Fishermen, Critical Environmental Education

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPERG - Centro de Pesquisas e Gestão dos Recursos Lagunares e Estuarinos

CF – Constituição Federal

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COMIRIM - Comitê da Lagoa Mirim

COOPESMI – Cooperativa de Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais da Vila São Miguel

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

DCP - Divisão de Caça e Pesca

DPA - Departamento de Pesca e Aquicultura

EDEA - Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPEA - Encontro de Pesquisadores em Educação Ambiental

ETA - Estação de Tratamento de Afluentes

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FREAF - Fundo Rotativo Emergencial para Agricultura Familiar

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

IE – Instituto de Educação

IFSUL – Instituto Federal Sul-Riograndense

IN – Instrução Normativa

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura

MPP - Movimento dos Pescadores e Pescadoras

MPPA - Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais

MST - Movimento dos Sem Terra

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONGs – Organizações Não Governamentais

PATRAM – Patrulha Ambiental

PESCART - Plano de Assistência à Pesca Artesanal

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

RGP - Registro Geral da Pesca

SANEP - Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de *Pelotas*

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul

SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SMP – Secretaria Municipal da Pesca do Município do Rio Grande

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 - Pórtico de entrada da Colônia de Pescadores Z-3	71
Figura 2 – Localização da Colônia de Pescadores Z-3	72
Figura 3 - Prato da Culinária Típica da Colônia de Pescadores Z-3	77
Figura 4 - Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes na Colônia de Pescadores Z-3 (Procissão em terra – 2014)	78
Figura 5 - Procissão nas águas na Colônia de Pescadores Z-3 – s/a	78
Figura 6 - Praça de alimentação da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes na Colônia de Pescadores	79
Figura 7 - Festa do Peixe e do Camarão na Colônia de Pescadores Z-3 – 2012	79
Figura 8 - Futebol da Colônia de Pescadores Z-3/ Fachada do Prédio do Clube de Futebol da Z-3, o Marítimo	80
Figura 9 - Projeto Garotos da Lagoa	80
Figura 10 – Trapiches	81
Figura 11 – Peixarias 1	81
Figura 12 – Peixarias 2	82
Figura 13 – Galpão 1	82
Figura 14 – Galpão 2	83
Figura 15 - Atracadouro na Divinéia e o barco de pescadores descarregando corvina na Colônia de Pescadores Z-3	83
Figura 16 - Pescador Artesanal limpando Peixe no Pátio da sua Casa – Colônia Z-3..	84
Figura 17 - Pescador Consertando Barco na Colônia de Pescadores Z-3	85

Figura 18 - Pescador Remendando Rede na Colônia de Pescadores Z-3	85
Figura 19 – Artesanato produzido pelas Redeiras da Colônia de Pescadores Z-3 ..	87
Figura 20 – Artesã do Grupo Redeiras	88
Figura 21 - As Ruas e Casas na Colônia de Pescadores Z-3	89
Figura 22 – Contraste das Casas na Colônia de Pescadores Z-3	90
Figura 23 – Grandes Comércio da Colônia de Pescadores Z-3	90
Figura 24 – Pequenos Comércio 1 da Colônia de Pescadores Z-3	91
Figura 25 – Pequenos Comércio 2 da Colônia de Pescadores Z-3	91
Figura 26 – Posto de Saúde da Colônia e Pescadores Z-3	92
Figura 27 - Escola Estadual Almirante Raphael Brusque	93
Figura 28 – A Lagoa dos Patos	94
Figura 29 - Lagoa Pequena, Ilha da Feitoria e Canal São Gonçalo	95
Figura 30 – As Embarcações dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3	97
Figura 31 - Mulher limpando camarão em pequena peixaria da Colônia de Pescadores Z-3	100
Figura 32 - Mulheres limpando camarão em pequena peixaria da Colônia de Pescadores Z-3	101
Figura 33 – Sindicato da Colônia de Pescadores Z-3	118
Figura 34 – Reunião do Fórum da Lagoa dos Patos em Pelotas – Colônia de Pescadores Z-3	126
Figura 35 – Fábrica de Gelo da Colônia de Pescadores Z-3 (foto interna 1)	127
Figura 36 – Fábrica de Gelo da Colônia de Pescadores Z-3 (foto externa 2)	128
Figura 37 - Primeira Reunião do MPPA (2003)	130

Figura 38 - A presença de mulheres da Colônia Z-3 no Fórum da Lagoa dos Patos, em reunião realizada em Pelotas – RS (Foto 1)	132
Figura 39 - A presença de mulheres da Colônia Z-3 no Fórum da Lagoa dos Patos, em reunião realizada em Pelotas – RS (Foto 2)	133
Figura 40 - A presença de mulheres da Colônia Z-3 no Fórum da Lagoa dos Patos, em reunião realizada em Pelotas – RS (Foto 3)	133
Figura 41 – Posto de Diesel desativado da Colônia de Pescadores Z-3	161
Figura 42 – Fábrica de Gelo da Colônia de Pescadores Z-3	164
Figura 43 – Agroindústria desativada da Colônia de Pescadores Z-3	164
Figura 44 - Pescadores Artesanais da Z-3 nas Bancas das Feiras do Peixe	166
Figura 45 - Feira do Pescador durante a Semana Santa no ano de 2013	166
Figura 46 – Casa Construída na Z-3 pelo PNHR	168
Figura 47 – Construções do PNHR na Colônia de Pescadores Z-3	168
Tabela 1 – Valores de primeira comercialização da produção no município de Pelotas-RS	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	32
SITUANDO A PESCA ARTESANAL NA SOCIEDADE DE CLASSES.....	32
1.1.Considerações Gerais.....	32
1.2.Apontamentos sobre a Pesca Artesanal e seus Trabalhadores no Brasil.....	33
1.3.Ontologia e Alienação: A Pesca Artesanal como Resistência ao Trabalho Estranhado	37
1.4.O Mundo do Trabalho e a Classe Trabalhadora da Pesca Artesanal na Sociedade do Capital.....	43
1.5.O Estado na Configuração e Manutenção da Sociedade de Classes.....	53
1.5.1.O conceito de Estado.....	53
1.5.2.O Estado e as Políticas Públicas na Configuração e Manutenção da Sociedade de Classes ao Longo da História da Pesca Artesanal no Brasil	56
CAPÍTULO 2	69
CONHECENDO A COLÔNIA Z-3 E SEUS TRABALHADORES	69
2.1.Considerações Gerais.....	69
2.1.1.O Lócus da Pesquisa	70
2.2. A Constituição da Colônia Z-3.....	72
2.3. Infraestrutura Geral da Colônia Z-3.....	88
2.4. A Pesca Artesanal na Colônia Z-3.....	94
CAPÍTULO 3	102
A ORGANIZAÇÃO DE CLASSE DOS PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-3.....	102
3.1.Considerações Gerais.....	102
3.2.Discutindo os Conceitos de Organização de Classe e Movimento Social.....	102

3.3.Situando o Referencial Teórico sobre os Conceitos de Organização de Classe e Movimento Social	105
3.4.Sintetizando a Compreensão acerca dos Conceitos.....	107
3.5.Movimentos Sociais na Pesca Artesanal Brasileira.....	108
3.5.1.O Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE).....	112
3.5.2.O Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP).....	113
3.5.2.1.Movimento do Território Pesqueiro.....	114
3.6.A Forma de Organização de Classe dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS/Brasil).....	115
3.6.1. Sindicato/Colônia.....	115
3.6.2.Fórum.....	119
3.6.3.Cooperativa Mulheres da Lagoa.....	126
3.6.4.Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais (MPPA).....	129
3.6.5.As Mulheres da Z-3 na Luta.....	131
3.7.Sintetizando o Processo de Organização de Classe dos Pescadores Artesanais da Z-3	134
CAPÍTULO 4	137
O PAPEL DAS LIDERANÇAS E DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS NO DESENVOLVIMENTO DA HEGEMONIA DA CLASSE TRABALHADORA DA PESCA ARTESANAL NA COLÔNIA Z-3.....	137
4.1.Considerações Gerais.....	137
4.2.As Lideranças.....	138
4.3.Os Intelectuais Orgânicos no Processo de Transformação Social.....	145
4.3.1.Considerações Gerais.....	145
4.3.2.Os Intelectuais Orgânicos da Colônia Z-3.....	147
4.3.3.A Atuação dos Intelectuais Orgânicos na Formação de Lideranças.....	149
4.4.O que falta para que a Colônia de Pescadores Z-3 seja uma organização de classe?.....	152

4.5.Conquistas: Políticas públicas acessadas na Z-3.....	158
4.5.1.Uma Síntese das Conquistas.....	169
4.6.Dificuldades da Colônia Z-3 em relação à Organização de Classe.....	170
4.6.1. A Ideologia Dominante.....	170
4.6.2.Transformismo.....	174
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
A ORGANIZAÇÃO DE CLASSE DOS PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-3 NA LUTA PELA CIDADANIA E JUSTIÇA AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA	177
5.1.Considerações Gerais.....	177
5.2.De que Educação Ambiental estamos falando?.....	179
5.3.Por que falar em Cidadania e Justiça Ambiental ao tratarmos da Organização dos Trabalhadores da Pesca Artesanal?	183
5.4.O que pauta a Luta das Organizações dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3?.....	185
5.4.1.Legislação Adequada à Pesca Artesanal.....	186
5.4.2.Revisão da IN nº 12/2012 e a necessidade de que haja respeito aos territórios tradicionais de pesca.....	189
5.4.3.Revisão do Ordenamento Pesqueiro na Lagoa dos Patos: A IN nº 03/2004.....	191
5.4.4.Legislação Previdenciária e Trabalhista Específica para o(a) Pescador(a) Profissional Artesanal de forma a contemplar todos os pescadores cadastrados e legalizados com os benefícios de segurado especial.....	192
5.4.5.Manutenção do Seguro Desemprego nos Períodos de Defeso	193
5.4.6.Necessidade de uma política permanente para casos de frustração de safra ou eventos atmosféricos extremos que estão se intensificando na região e afetam diretamente as pescarias	194
5.4.7.O Resgate e a Afirmação Cultural da Pesca Artesanal.....	196

5.4.8.Necessidade de humanização nas abordagens aos pescadores artesanais pelos órgãos de fiscalização ambiental.....	197
5.4.9.Valorização da Mulher na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal.....	197
5.4.11.Crédito Específico para os pescadores artesanais e serviço de extensão pesqueira.....	200
5.4.12.Políticas de Preços que garantam o retorno dos custos e renda ao pescador, além de prever o fomento a formas alternativas de comercialização e agregação de valor ao pescado	201
5.4.13.Preservação dos Recursos Hídricos.....	201
5.4.14.Unificação do Registro do Pescador Profissional Artesanal.....	201
5.5.Que Cidadania e Justiça Ambiental defendemos?.....	202
5.6.A Práxis no Intervir e Transformar o Mundo: O que a Educação Ambiental Crítica tem a ver com o movimento dos trabalhadores da pesca artesanal?	205
5.7.Participação, Emancipação e Autonomia: As Facetas do Processo de Conscientização de Classe	208
5.8.A Educação Formal: O que tem a ver com a Organização Social dos Trabalhadores da Pesca Artesanal na Colônia de Pescadores Z-3?	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	222

ANEXOS

Anexo 1 – Manifesto de Criação do Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais (MPPA).....	232
Anexo 2 – Manifesto dos Pescadores Artesanais do Fórum da Lagoa dos Patos...234	
Anexo 3 – Ofício nº 45 do Fórum da Lagoa dos Patos com proposta de revisão do anexo I,II e III da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA N° 12, de 22 de Agosto de 2012, no que tange ao RS.....	235

APÊNDICE

Roteiro de entrevista.....	238
----------------------------	-----

INTRODUÇÃO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A TRAJETÓRIA E O OBJETO DA PESQUISA

Diante de uma sociedade desigual, fundada em relações de expropriação (do trabalho e da natureza), entendemos que a nossa responsabilidade, enquanto educadores ambientais comprometidos com o processo de transformação da realidade, está relacionada à luta pela superação de uma educação reprodutivista do padrão vigente de dominação social (SAVIANI, 1997). Portanto, ao se adotar uma educação ambiental crítica, precisamos ir contra a desumanização, condição para a objetivação de relações sociais não alienadas com a natureza.

Para nós, que temos a concepção teórica marxista como visão de mundo, o trabalho de um educador se torna autêntico na medida em que se abre ao diálogo, refletindo e problematizando a realidade, buscando assim, por meio da prática, transformá-la.

Oliveira (2006), em sua Dissertação de Mestrado, expressou o sentimento do qual também compartilhamos em relação às investigações científicas, ao dizer que estas partem de um desejo, de uma inquietação, de uma curiosidade, orientada para o compromisso político do pesquisador com o desenvolvimento social do conhecimento e transformação da realidade, pois ao pesquisar estamos a desafiar os saberes que temos sobre esta. Logo, o campo de investigação ao qual nos lançamos a investigar precisa ser imbuído do desejo de encontrar o novo, sendo, portanto, um esforço de desacomodação em relação à forma como estamos produzindo nossa existência em sociedade.

Assim, procuramos fazer um breve relato das atividades desenvolvidas durante a realização do Doutorado, de modo que possa ser compreendido o processo ontológico que vem nos constituindo pesquisadora na área da Educação Ambiental Crítica e dos Movimentos Sociais, na perspectiva dos trabalhadores e, nesta Tese em

específico, dos trabalhadores¹ da pesca artesanal. Esta descrição, ainda que sucinta, pode justificar e explicar as decisões tomadas para a elaboração desta investigação.

Assim, justificamos nosso trabalho com a pesca artesanal a partir, principalmente, do nosso envolvimento no Projeto *Análise da Cadeia Produtiva do Pescado oriundo da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul*, resultante do Convênio nº 2.401/2011, firmado entre a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul (SDR). Este Projeto teve como objetivo analisar a cadeia produtiva do pescado produzido pela pesca artesanal e pela aquicultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, identificando limitações, potencialidades e perspectivas, com vistas a uma interlocução mais qualificada entre as Políticas do Programa RS Pesca e Aquicultura e a realidade deste setor no Estado.

Neste Projeto, nos dedicamos a leituras e estudos sistematizados de trabalhos monográficos, dissertações, teses e artigos, levantamento da legislação e das políticas públicas federais e estaduais para o setor, acompanhamento da safra do camarão-rosa nos municípios de Rio Grande e São José do Norte no ano de 2013, bem como contatos com pescadores artesanais e suas lideranças em suas comunidades para a realização de observações, entrevistas e oficinas participativas.

Ainda neste Projeto de Análise das Cadeias Produtivas, realizamos relatórios técnicos que nos proporcionaram estar em contato com o universo das questões que interferem no setor pesqueiro artesanal e com a luta por melhores condições na pesca. Nisto, destacamos a realização de trabalhos como: Relatório Técnico Análise sobre os riscos gerados a outros usuários do espaço marítimo devido ao uso de tarrafas por pescadores profissionais artesanais³; Relatório Técnico Análise sobre a pesca

¹ Entendendo-se trabalhadores aqui como os homens e mulheres que tem na pesca artesanal seu meio de vida.

² O Projeto da Cadeia Produtiva do Pescado oriundo da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no Rio Grande do Sul teve como objetivo, analisar a cadeia produtiva do pescado produzido pela pesca artesanal e pela aquicultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, identificando limitações, potencialidades e perspectivas, com vistas a uma interlocução mais qualificada entre as Políticas do Programa RS Pesca e Aquicultura e a realidade deste setor no Estado.

³ Nosso objetivo neste Relatório foi fornecer subsídios científicos para que os pescadores artesanais profissionais e a SDR pudessem questionar a proibição da pesca artesanal profissional com o uso de tarrafa no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 13.660/2011). Nossos resultados demonstraram que tal Lei estava em desacordo com as normativas ambientais e prejudicando a reprodução social dos pescadores profissionais artesanais da região, culminando em 05 de agosto de

artesanal na Bacia Hidrográfica do Uruguai/RS com vistas a subsidiar a liberação e ordenamento da pesca do dourado *Salminus brasiliensis*⁴; Relatório Técnico Mecanismos de Proteção Social frente às Mudanças Climáticas: Uma análise sobre os pescadores artesanais na Lagoa dos Patos/RS⁵, Relatório Técnico Medida Provisória nº 665/2014: Uma Análise a partir dos Princípios do Direito Constitucional Ambiental Brasileiro⁶.

A participação em disciplinas, palestras e eventos sobre a temática⁷ também fizeram parte dos aspectos que contribuíram para a realização desta pesquisa. Outro fator importante neste processo tem sido as participações nas reuniões do Fórum da

2013 com a promulgação da Lei Estadual nº 14.285/2013, a qual passa a permitir o uso de tarrafas pelos pescadores profissionais, denotando desta forma, que a pressão social dos pescadores com os subsídios formulados no Relatório reverberaram de forma positiva na negociação junto ao Ministério Público (WALTER *et al.*, 2013 e HELLENBRANDT *et al.*, 2013).

⁴ O objetivo deste Relatório Técnico, solicitado pela SDR, foi o de organizar as informações pré-existentes, de forma a gerar subsídios aos gestores públicos para a regulação da pesca artesanal do dourado *Salminus brasiliensis* na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, a qual encontra-se proibida devido ao fato de a espécie estar listada como “vulnerável” no Decreto Estadual nº 41.672/2002. A categoria “vulnerável” inclui as espécies que não se encontram criticamente em perigo nem em risco, mas que contém um alto risco de extinção em médio prazo (WALTER *et al.*, 2013b).

⁵ O Relatório demonstrou a necessidade da implementação de mecanismos destinados à Proteção Social como medida adaptativa de manejo frente às mudanças climáticas, bem como a emergência do Fundo Rotativo Emergencial para Agricultura Familiar (FREAF) a ser destinado analogamente à pesca artesanal. Este estudo culminou com a concessão do Cartão Emergência Rural, auxílio caracterizado como apoio financeiro aos pescadores artesanais que foram afetados por anormalidades climáticas na safra de 2013/2014 na Lagoa dos Patos devido à vulnerabilidade a que estão por serem dependentes dos recursos do Estuário (WALTER *et al.*, 2014; Jornal Agora, 2014).

⁶ Relatório produzido a pedido do Fórum da Lagoa dos Patos, em reunião ocorrida em 26 de fevereiro de 2015, onde uma das pautas de discussão apresentadas foi a edição da Medida Provisória nº 665/2014 que altera a Lei no 7.998/1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, bem como a Lei no 10.779/2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal. Assim, diante da leitura e discussão dos artigos da referida Medida Provisória, que se referem ao seguro-desemprego, ficou como encaminhamento da reunião a solicitação aos pesquisadores da FURG, de uma análise jurídica desta Medida em relação aos direitos sociais conquistados historicamente pelos trabalhadores da pesca artesanal, a qual foi encaminhada pelo Fórum a Procuradoria da República no Município do Rio Grande.

⁷ Salientamos, principalmente, a realização da Disciplina de Tópicos Especiais II-Programa de Pós Graduação em Gerenciamento Costeiro: Perspectivas Teóricas e Analíticas para a Pesca Artesanal Brasileira ministrada pela Professora Dra. Tatiana Walter no ano de 2012 na FURG e a participação em eventos acadêmicos com apresentação de trabalho sobre a temática, dos quais destacamos o Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental (EDEA-2012), Encontro de Pesquisadores em Educação Ambiental (EPEA 2013), Congresso de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais (2014), VI Conferência Internacional de Educação Ambiental e Sustentabilidade (2014), além de coautorias em diversos trabalhos apresentados nas Mostras de Produção Universitária da FURG (2012, 2013 e 2014), XXII Congresso de Iniciação Científica da UFPEL (2012), II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (2013), II Simpósio Internacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão - Região Sul (2013), entre outros.

Lagoa dos Patos⁸ e, especialmente, a partir de dezembro de 2014, atuando junto à Coordenação do Fórum.

A atuação no Fórum nos possibilitou manter ao longo da pesquisa um contato direto com os pescadores artesanais da Lagoa dos Patos e nisso, também os pescadores artesanais da Colônia Z-3. Isso ampliou a relação entre pesquisador e pesquisado, o que foi fundamental para a realização da mesma, pois por estarmos ligados a um objetivo comum no Fórum, os laços de confiança se fortaleceram, uma vez que “como investigadores [sociais], trabalhamos com pessoas, logo com relações e com afeto” (MINAYO, 2010b, p. 74).

Deste modo, é que esta Tese vem a se constituir como a teorização da prática vivenciada junto aos trabalhadores da pesca artesanal onde, cada trabalho realizado veio a se constituir como um momento de avanço pessoal, acadêmico e profissional, afinal, não há como separarmos uma da outra.

Assim, a partir das experiências vivenciadas, podemos afirmar que os pescadores artesanais têm sofrido diretamente as consequências do processo de degradação ambiental e de exploração da força de trabalho, sendo expropriados de si mesmo e da natureza, por meio do trabalho alienado, gerando, por vezes, incertezas em relação ao futuro da profissão, em decorrência de diversos fatores, tais como, a crescente poluição das águas e o conseqüente declínio do chamado recurso pesqueiro, seja pela pesca predatória, pela pesca industrial, mudanças climáticas, especulação imobiliária em áreas litorâneas, turismo, dificuldade de acesso às políticas públicas e de compreensão e adequação ao excessivo e, muitas vezes, contraditório regramento para o setor, além de tantos outros fatores que intervêm direta e indiretamente nesta atividade.

⁸ O Fórum da Lagoa dos Patos é um órgão colegiado, composto por organizações de função cooperativa no âmbito pesqueiro como organizações de pescadores, Estado (IBAMA, MPA, ICMBio, Patram e Marinha), ONGs, Universidade, Ministério Público, organizações de apoio técnico e prefeituras dos municípios que o compõem. Foi criado em 1996, com a participação da Pastoral do Pescador, Centro de Pesquisas e Gestão dos Recursos Lagunares e Estuarinos (CEPERG) e das Colônias Z-1, Z-2, Z-3 e Z-8 de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul, respectivamente. Embora tenha surgido, principalmente em função da grande queda na produtividade da pesca artesanal, com o passar dos anos avançou no sentido de ampliação de sua luta e de suas conquistas. Trataremos do Fórum no Capítulo 3.

Neste “cenário”, a figura do pescador artesanal nos chama a atenção por diversas razões que nos fazem compreender esta modalidade de trabalhadores, sejam eles homens ou mulheres, como uma categoria particular que historicamente vem se mantendo, contrariando as expectativas fatalistas que alarmam o fim desta categoria profissional. O que nos inquieta a pesquisar, diz respeito ao fato de que mesmo diante de todos estes processos, a pesca artesanal é uma atividade que persiste através dos tempos, tendo grande importância no contexto social, cultural e econômico.

Assim, entendemos que o exercício da pesca artesanal para seus trabalhadores, historicamente oprimidos, apresenta-se como uma situação-limite sob o modo de produção capitalista, fortemente esboçado pelos conflitos ora citados e que estão a exigir do pescador artesanal um ato-limite que vem a ser outra postura frente a esta realidade que se apresenta como dada.

Em nosso entendimento, este ato refere-se à ação sobre o mundo visando transformá-lo e isso está diretamente ligado à participação efetiva destes trabalhadores em organizações sociais, de forma crítica, criando, portanto, as condições materiais necessárias de alcance do inédito viável, o qual vai ao encontro de nossos sonhos possíveis de uma sociedade onde impere a justiça social. Está relacionado, assim, à constituição e atuação de lideranças da pesca artesanal, do desenvolvimento da consciência de classe, da luta de classe, da constituição do movimento social, de emancipação, ou seja, a constituição de outra hegemonia, de uma contra-hegemonia ao que se tem hoje como dominante.

Mas, ao longo do desenvolvimento desta Tese, nos foi possível observar que apesar de haver muitas pesquisas no Brasil sobre pesca artesanal, poucas investigações se destinam a compreender a organização social dos pescadores artesanais em relação à sua organização de classe. As pesquisas ainda estão muito voltadas às questões de sobrepesca ou da biologia das espécies comerciais, da saúde dos ecossistemas, ou do grau de poluição das águas, que embora sejam importantes, não partem de uma perspectiva de tradição humanística e/ou da educação (MOURA *et al.*, 2012; PEREIRA *et al.*, 2008). Foram estas questões que nos motivaram a desenvolver a presente pesquisa, dentro da temática e objetivos apresentados a seguir.

2. O TEMA DE PESQUISA: RELEVÂNCIA E FINALIDADE PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Diante do exposto, foi que nos interessou trazer como tema desta Tese, **o estudo da organização de classe dos pescadores artesanais, especificamente da Colônia Z-3 (Pelotas, RS, Brasil)**. Esta pesquisa se justifica tendo em vista os crescentes desafios que a pesca artesanal tem enfrentado diante do modelo de desenvolvimento em curso no País, cujas consequências vêm colocando em risco a reprodução social, cultural e econômica das comunidades pesqueiras e a manutenção da qualidade ambiental de seus tradicionais territórios de pesca.

Neste sentido, esta pesquisa apresenta a atividade pesqueira artesanal, em específico na Colônia Z-3 a partir da complexidade de processos e categorias que a constituem, evidenciando a vulnerabilidade que a atividade apresenta quando é compreendida no contexto das relações capitalistas de produção, o que torna necessário o estudo do movimento de organização social de luta e resistência destes trabalhadores para manutenção de sua existência numa sociedade marcada por contradições e antagonismos de classe. Logo, entender como os sujeitos se formam no processo de organização de classe é um processo educativo válido para o campo da educação ambiental tendo em vista a educação como formação humana.

A contribuição desta Tese para o campo da Educação Ambiental está em compreender e apresentar, de forma crítica, o processo de organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas, RS, Brasil), explicitando o caráter educativo destas organizações sociais, trazendo, assim, o universo das lutas dos pescadores artesanais para o campo da Educação Ambiental Crítica. Cabe salientar, no entanto, o nosso entendimento de que a organização dos trabalhadores da pesca artesanal e a causa que defendem não podem ser separadas da causa de todas as classes, pois os pescadores artesanais são trabalhadores que não se encontram isolados, seu trabalho está relacionado a um elo de outras relações e o ser pescador o faz ser classe trabalhadora.

3. A HIPÓTESE DE PESQUISA

A realização desta pesquisa contou com a formulação de hipóteses que foram se desenvolvendo ao longo da relação que mantivemos com o tema da pesquisa e que, embora possam ser afirmações provisórias, nos serviram de orientação à investigação, na busca de evidências para sua confirmação ou refutação, pois como destaca Deslandes (2010, p. 42), as hipóteses são como “um diálogo que se estabelece entre o olhar criativo do pesquisador, o conhecimento existente e a realidade a ser investigada”.

Assim, nossa hipótese de pesquisa centra-se no entendimento de que **existem contradições inerentes ao modo de produção capitalista que dificultam a emancipação dos trabalhadores da pesca artesanal no geral e, no específico, na Colônia Z-3 (Pelotas, RS, Brasil)**. A ideologia dominante ofusca as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, influenciando negativamente no desenvolvimento da classe para si. Diante desta hipótese, temos como premissa, a compreensão de que são as próprias contradições do modo de produção capitalista, as responsáveis pelo movimento de luta e resistência dos(as) pescadores(as) artesanais da Colônia Z-3 (luta dos contrários⁹).

4. OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral da Pesquisa “diz respeito ao conhecimento que o estudo proporcionará em relação ao objeto. Constitui o ‘resultado intelectual’ a ser obtido no

⁹ No processo de desenvolvimento de qualquer fenômeno, também no pensamento humano, existem esses aspectos contrários, e isso não tem exceções. Um processo simples não contém mais do que um par de contrários, enquanto que um processo complexo contém mais do que um par. Esses pares de contrários, por sua vez, estão em contradição entre si. Assim, são todos os fenômenos do mundo objetivo, assim é todo pensamento humano, é assim que entram em movimento. O que acontece é que os aspectos contrários não podem existir isoladamente, um sem o outro. Sem senhores de terras, não há rendeiros; sem rendeiros, não há senhores de terra. Sem burguesia, não há proletariado; sem proletariado não há burguesia. O mesmo se passa com relação a todos os contrários; em determinadas condições, por um lado, eles se opõem um ao outro e, por outro lado, estão ligados mutuamente, impregnando-se reciprocamente, interpenetrando-se e dependem um do outro (MAO TSE-TUNG, 2009, p. 81-82).

final da pesquisa” (SANTOS, 2004 *op cit* DESLANDES, 2010, p. 45) e que nesta investigação consiste em **compreender e apresentar, de forma crítica, o processo de organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas, RS, Brasil).**

Já “os objetivos específicos são formulados pelo desdobramento das ações que serão necessárias à realização do objetivo geral” (DESLANDES, 2010, p. 43) e, nesta Pesquisa se concentram em:

- **Conhecer e apresentar o papel desempenhado pelas lideranças no processo de transformação social a favor da classe trabalhadora da pesca artesanal na Colônia Z-3 (Pelotas, RS, Brasil);**
- **Estabelecer a relação do processo de luta de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas, RS, Brasil) com o campo da Educação Ambiental Crítica.**

5. A METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS

5.1. A pesquisa qualitativa

Esta pesquisa se deu como um estudo de caso de natureza qualitativa. Por meio do estudo de caso é possível analisarmos mais profundamente o objeto de pesquisa (TRIVIÑOS, 2009, p. 133), a qual, por ser qualitativa, se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, trabalhando com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, fenômenos humanos entendidos como parte da realidade social.

5.2. Coleta de dados e informações

Os principais instrumentos por nós utilizados foram as observações e as entrevistas. A primeira é feita sobre tudo aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado pelo pesquisador e que, no caso desta pesquisa, foram sendo registrados ao longo da investigação. A segunda, tem como matéria-prima a fala de alguns interlocutores e, se constitui, como um bom mecanismo de investigação na área da educação ambiental crítica, na medida em que, a relação dialogada permite reflexões dos próprios sujeitos sobre a realidade vivida.

As observações foram feitas ao longo da pesquisa de campo. Inicialmente passamos a ir à Z-3 apenas para observar o dia-a-dia da comunidade, dos trabalhadores, das localidades, uma espécie de reconhecimento do lócus da pesquisa, ainda que este não nos fosse estranho, já que fora objeto de trabalho no Projeto de Análise da Cadeia Produtiva. Estas observações aconteceram no mês de outubro e dezembro de 2014 e continuaram ao longo de todo o ano de 2015, conforme fomos procedendo as entrevistas e continuamos a visitar a comunidade.

Para esta pesquisa, nos utilizamos da entrevista semiestruturada “em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2010b, p. 64), a qual nos serviu como um guia para conduzir as entrevistas. Utilizamos também a entrevista aberta, “em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões” (MINAYO, 2010b, p. 64). A opção pela entrevista aberta com alguns entrevistados, teve como objetivo poder ouvir as histórias contadas por aqueles pescadores artesanais antigos da comunidade, que no relato de suas histórias contam também a constituição da Z-3.

Ao todo foram entrevistados dez pescadores artesanais da Colônia Z-3, dentre os quais três eram lideranças. O critério de escolha foi ter a pesca artesanal como atividade e ser morador da Z-3 há muitos anos, de modo que os entrevistados fossem realmente conhecedores da comunidade e da pesca no local. O número de entrevistados pode não ser grande se tomarmos como base a quantidade de moradores da Z-3. No entanto, a seleção foi cuidadosa no aspecto de optar por

conhecedores do local e das técnicas de pesca. Assim, com um número menor de entrevistados pudemos manter um maior contato com os sujeitos e suas famílias ao longo da pesquisa. Deste modo, a pesquisa não se restringiu a uma visita para a realização de uma entrevista, mas de uma conversa contínua com os entrevistados.

Além das entrevistas e diálogos com os sujeitos entrevistados, cabe lembrar que esta pesquisa já contava com um prévio conhecimento do local por meio do Projeto da Cadeia Produtiva e, também foi enriquecida pelo diálogo com outros pesquisadores que tem a Z-3 como lócus de suas pesquisas, o que possibilitou uma troca bem interessante de conhecimentos. Outra questão que reforçou o conhecimento da organização de classe da pesca artesanal zetrense foi a possibilidade de dialogar com uma das pessoas que identificamos nas entrevistas como sendo um intelectual orgânico da Z-3 e que é oriundo da própria comunidade.

A identificação dos participantes da pesquisa e o contato com estes atores sociais a serem entrevistados se deu por meio do contato com um antigo pescador artesanal da comunidade, reconhecido por seus pares em decorrência de seu papel de liderança na localidade estudada. A partir da entrevista com ele, nomes de outras lideranças e de pescadores antigos na Z-3 foram sendo levantados. Deste modo, procuramos encontrar estas pessoas e conversar sobre o objetivo desta pesquisa, de modo a poder ter os seus conhecimentos como contribuição à realização desta investigação.

Assim, podemos dizer que, de certa forma, a amostragem desta pesquisa se deu por cadeias de referência, ou seja, utilizando-se da técnica *Snow Ball*, conhecida no Brasil como Amostragem em Bola de Neve, Bola de Neve ou, ainda, como cadeia de informantes. Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes e, assim, sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto conhecido como ponto de saturação. O ponto de saturação é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994 *apud* BALDIN e MUNHOZ, 2011).

A Bola de Neve é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede que apresenta vantagem para quem trabalha com redes sociais complexas, como uma população, onde é mais fácil um membro conhecer outro do que os pesquisadores identificarem os mesmos, o que se constitui em fator de relevância para pesquisas que pretendem se aproximar de situações sociais específicas (BALDIN *et al.*, 2011).

Uma limitação apontada por Albuquerque (2009) *apud* BALDIN *et al.* (2011) em relação a esta técnica é a que se refere ao fato de que as pessoas acessadas pelo método são as mais “visíveis” na população, o que para esta pesquisa se apresenta como fator positivo, já que se pretendia acessar os líderes e anciãos da comunidade em estudo para obtenção das informações e para a indicação de novas pessoas.

Nossa pesquisa se deu com base na observação participante, que pode ser definida de acordo com Minayo (2010b, p.70), como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. Por meio desta técnica, o observador pesquisador, fica em relação direta com seus interlocutores, no caso, os pescadores artesanais, no espaço social da pesquisa, isto é, a Colônia Z-3 e, na medida do possível, participa de suas vidas sociais, de sua cultura, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa.

Essa relação, do contato e da ligação com o cotidiano vivido pelos pescadores artesanais da Colônia Z-3 se deu, portanto, não somente durante nossas entrevistas, mas desde o ano de 2012, por meio do Projeto de Análise das Cadeias Produtivas; de visitas que fizemos ao local para observação e; mais recentemente, a partir de nossa participação no Fórum da Lagoa dos Patos, as quais continuaram com as entrevistas e visitas que se sucederam à realização das mesmas. Por isso, é que Minayo (2010b, p. 71) diz que o pesquisador observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado. Nossa opção por esta metodologia está, por isso, relacionada ao fato de que ela nos ajuda a vincular os fatos, as representações, as práticas vividas cotidianamente pelo grupo observado e a desvendar as contradições.

6. SUBSÍDIOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS

Quanto à análise e tratamento do material empírico, ou seja, das entrevistas e das observações registradas, realizamos procedimentos para compreender e interpretar as informações e articulá-las com a teoria que fundamentou a pesquisa e outras leituras, cuja necessidade foi dada pelo trabalho de campo. Podemos subdividir esse momento em algumas etapas, das quais destacamos a leitura e ordenação das informações coletadas; a classificação das informações em categorias de proximidade e; a análise das mesmas, por meio da técnica de análise de conteúdo.

7. OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO E O REFERENCIAL TEÓRICO

A análise de conteúdo consistiu, nesta pesquisa, na leitura e análise do material coletado e decomposição em categorias, as quais interpretamos e organizamos com o auxílio da fundamentação teórica adotada.

Por meio desta técnica, os resultados da pesquisa foram organizados e classificados em categorias como trabalho, ontologia, alienação, hegemonia, sociedade de classe, Estado, luta de classe, contra-hegemonia, práxis, movimentos sociais, participação, emancipação, autonomia e transformação. E, na relação que se estabelece entre essas categorias no contexto de organização social pautado na lógica capitalista, vemos a luta dos contrários, a negação da negação, o vir a ser, o qual interessa ao campo da Educação Ambiental Crítica que visa utopicamente a transformação da realidade em prol dos trabalhadores e trabalhadoras.

Com base nesta análise qualitativa que não é uma mera classificação da opinião dos informantes, mas a descoberta de seus códigos sociais, a partir das suas falas, símbolos e observações; buscamos compreender e interpretar, à luz da concepção do materialismo histórico e dialético, parte da realidade social, buscando contribuir assim, com o estudo da organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS).

Para a consecução dos objetivos propostos nesta pesquisa, nos sustentamos no método materialista dialético e histórico e na compreensão da realidade pautada na Teoria de Karl Marx, Friedrich Engels e Antônio Gramsci.

8. ESTRUTURA DE EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Em relação à estrutura de exposição da pesquisa, esta se encontra dividida na presente introdução, mais cinco capítulos e as considerações finais. Na introdução trazemos a trajetória da pesquisa, o tema, o problema, as hipóteses, objetivos, e metodologia de coleta e análise de dados, método e referenciais teóricos utilizados, de modo a situar o ciclo da pesquisa que se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que se complementam. Desta forma, valorizamos cada parte e sua integração no todo. E pensamos sempre num produto que tem começo, meio e fim e ao mesmo tempo é provisório. Falamos de uma provisoriedade que é inerente aos processos sociais e que se refletem nas construções teóricas (MINAYO, 2010a, p. 27).

Logo, após, dividimos a persecução dos objetivos da pesquisa em capítulos, de modo a tornar mais nítido o caminho percorrido, a confirmação ou refutação das hipóteses e as premissas adotadas. Assim, no capítulo 1 intitulado *Situando a Pesca Artesanal na Sociedade de Classes*, procuramos situar nossa compreensão da sociedade em que vivemos e do modo como as relações sociais são aí desenvolvidas onde, então, a categoria trabalho é central. De posse da caracterização de onde e sob que condições vão se estabelecer as relações sociais, isto é, numa sociedade de classes, é que trouxemos apontamentos sobre a pesca artesanal e seus trabalhadores no Brasil como forma de caracterização da atividade e do trabalhador para, então, podermos compreender a pesca artesanal como uma forma de resistência ao trabalho estranhado fruto da sociedade capitalista. Desta forma, nos é possível analisar os processos ontológicos e alienantes presentes neste contexto. Falar em ontologia e alienação implica falar sobre o mundo do trabalho, situando a classe trabalhadora da pesca artesanal neste universo.

No capítulo 2 – *Conhecendo a Colônia Z-3 e seus Trabalhadores*, apresentamos a Colônia de Pescadores Z-3, sua localização, constituição em diferentes períodos da história, as técnicas de pescaria utilizadas pelos pescadores artesanais desta comunidade, a infraestrutura geral da Z-3: as ruas, casas, comércio, saneamento, coleta de resíduos, saúde, escola e transporte e, a pesca artesanal desenvolvida na Colônia de Pescadores Z-3, tendo como principal referência, as coletas de dados feitas durante o Projeto de Análise das Cadeias Produtivas da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul.

No Capítulo 3 - *Organização de Classe dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3* -, buscamos compreender e apresentar, de forma crítica, o processo de organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas, RS, Brasil), objetivo geral desta Tese. Para tanto, foi necessário primeiramente discutir os conceitos de organização de classe e movimento ou organização social, bem como o referencial teórico adotado, do qual destacamos os autores Carlos Montañó e Maria Lúcia Duriguetto. Ainda dentro deste mesmo capítulo, por estarmos tratando da organização de classe, fez-se necessário trazeremos a forma como os pescadores artesanais estão organizados na Z-3. Assim, trazemos a figura do Sindicato, da Colônia, do Fórum, da Cooperativa, do MPPA e das mulheres da Z-3 que possuem acentuado destaque na organização de classe, atuando nas diversas organizações e movimentos da comunidade.

Já, no Capítulo 4 - *O Papel das Lideranças e dos Intelectuais Orgânicos no Desenvolvimento da Hegemonia da Classe Trabalhadora da Pesca Artesanal na Colônia Z-3*, buscamos conhecer e apresentar o papel desempenhado pelas lideranças no processo de transformação social a favor da classe trabalhadora da pesca artesanal na Colônia Z-3 (Pelotas, RS, Brasil), um dos nossos objetivos de pesquisa. Também trouxemos a atuação dos intelectuais orgânicos na formação de lideranças; as conquistas, sobretudo, a implementação de políticas públicas e as dificuldades enfrentadas por estas organizações sociais da Z-3, as quais residem, principalmente, na ideologia e no transformismo.

Nas Considerações Finais – *A Organização de Classe dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3 na Luta pela Cidadania e Justiça Ambiental: Contribuições à Educação Ambiental Crítica* -, trabalhamos o nosso terceiro objetivo da tese. Nele,

situamos de que Educação Ambiental estamos falando, trazendo a nossa perspectiva de Educação Ambiental Crítica, embasada no materialismo histórico dialético de Karl Marx. Também trouxemos o que pauta a luta dos pescadores artesanais da Colônia Z-3, o que em nosso entendimento é uma luta pela cidadania do pescador artesanal e, portanto, uma busca por justiça ambiental. Desse modo, trazemos o por que falar em cidadania e justiça ambiental ao tratarmos da organização dos trabalhadores da pesca artesanal e que cidadania e justiça ambiental defendemos.

E, por estarmos analisando as mediações do processo educativo de organizações de trabalhadores da pesca artesanal na Colônia Z-3 na luta por cidadania e justiça ambiental, as categorias práxis, participação, emancipação e autonomia, tornam-se fundamentais como forma de se compreender o desenvolvimento do amadurecimento da consciência de classe desses grupos. Ainda neste capítulo, trazemos um ponto em específico para destacar o que a Educação Formal tem a ver com a organização social dos trabalhadores da pesca artesanal na Colônia Z-3, já que pela fala dos entrevistados, ela aparece como um ponto que marca este processo.

CAPÍTULO 1

SITUANDO A PESCA ARTESANAL NA SOCIEDADE DE CLASSES

1.1. Considerações Gerais

Num primeiro momento, a ideia foi a de situar a pesca artesanal na sociedade de classes. Para tanto, iniciamos o capítulo caracterizando a atividade pesqueira artesanal e seus trabalhadores no contexto brasileiro. O intuito é demarcar quem é este trabalhador, sujeito desta pesquisa e o que caracteriza a atividade por ele desenvolvida.

Por entendermos que as relações sociais estabelecidas entre os pescadores artesanais se dão num ambiente determinado, no qual produzem suas existências, a categoria trabalho torna-se o cerne de nossa discussão. É por esta razão que a ontologia humana é um ponto a ser tratado.

E, como a atividade pesqueira artesanal e seus trabalhadores existem e se desenvolvem num contexto de relações sociais, dentro de um modo de organização social específico, - o capitalismo, foi necessário trazeremos aqui também a ideia de alienação, de trabalho estranhado e de classe trabalhadora na sociedade do capital.

Pensamos que de posse destas categorias fundamentais, possamos compreender onde se estabelecem as relações sociais travadas na atividade pesqueira artesanal e que fazem o pescador artesanal ser quem é, ou seja, um sujeito de resistência e, portanto, de luta, conforme veremos nos capítulos posteriores.

Mas, ainda dentro da questão de situarmos a pesca artesanal e o pescador artesanal na sociedade vigente, uma outra categoria necessita ser trazida, - o Estado, o qual é criado para manter a sociedade classista e a hegemonia da classe dominante. E, então, trazemos ainda neste primeiro capítulo, que pretende situar a forma como compreendemos onde as relações de trabalho, resistência e luta se desenvolvem, o papel do Estado e das políticas públicas na configuração e manutenção da sociedade de classes, ao longo da história da pesca artesanal no Brasil.

1.2. Apontamentos sobre a Pesca Artesanal e seus Trabalhadores no Brasil

Diegues (1999) destaca que a pesca é uma atividade praticada pelos índios, anteriormente à chegada dos navegadores portugueses ao Brasil. Peixes, crustáceos e moluscos eram partes importantes de sua dieta alimentar, o que pode ser atestado pelos inúmeros sambaquis encontrados em sítios arqueológicos ao longo do litoral brasileiro.

Essa cultura da pesca, como salienta Diegues (1999, p. 362), permanece com os portugueses, dando origem a culturas litorâneas regionais, entre as quais podem ser citadas: a do jangadeiro, em todo o litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia; a do caiçara no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo e, o açoriano¹⁰, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os açorianos são descendentes dos imigrantes da região dos açores – Portugal e também dos madeirenses e portugueses continentais, os quais se estabeleceram no litoral catarinense e rio-grandense a partir de meados do século XVIII, e que guardam traços culturais próprios, fruto da miscigenação com negros e índios. Esses colonos eram agricultores e pescadores em seus lugares de origem e, quando se fixaram no litoral sul do Brasil, também passaram a combinar a agricultura com a pesca (DIEGUES, 2002 *In* SIMÕES e LINO, 2002).

Essa situação começou a se alterar na metade do século XX com a expansão urbana de Florianópolis e da orla marítima entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Conforme indica Diegues (2002), a partir desse momento começou uma especialização nas atividades pesqueiras, em detrimento da agricultura, apesar de até recentemente, os descendentes de açorianos ainda exercerem conjuntamente a pesca e a lavoura.

Os pescadores formam uma categoria de trabalhadores que encontra-se espalhada pelo litoral, pelos rios e lagos e tem um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerçam outras atividades econômicas

¹⁰ Os pescadores de origem açoriana ficaram conhecidos como excelentes profissionais da pesca, migrando sazonalmente entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, onde eram conhecidos como pescadores-andorinhas.

complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura na área rural e; trabalhos relacionados à construção civil no contexto urbano. Apesar de poderem, sob alguns aspectos, serem considerados uma categoria ocupacional, os pescadores, particularmente os artesanais, apresentam um modo de vida particular, sobretudo aqueles que vivem das atividades pesqueiras marítimas (DIEGUES, 2002).

Diegues (1983), ao caracterizar a atividade pesqueira no litoral brasileiro, apresenta diversos elementos que relacionam as condições objetivas de produção dos pescadores, denotando a diversidade de formas em que esta se expressa:

Na análise da produção pesqueira [...], percebe-se que os agentes da produção pescadores/não-pescadores se relacionam entre si e com as condições objetivas da produção, segundo certas formas ou modelos que ganham uma existência histórica. Ainda que em dados momentos históricos uma dessas formas seja a dominante, a mais dinâmica, elas coexistem e se articulam. Tendo-se em vista as diversas combinações dos fatores produtivos em relações sociais de produção, constata-se que elas assumem formas possíveis e sub-formas: a) a produção pesqueira de auto-subsistência ou primitiva; b) a produção pesqueira realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil; c) a produção pesqueira capitalista (DIEGUES, 1983, p.148).

É no interior da atividade pesqueira realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil que se encontra a pesca artesanal, a qual se caracteriza pela reprodução de técnicas, conhecimentos, instrumentos para a captura de pescados, construídos no fazer de sua atividade e repassados por memória oral entre as gerações. Outra característica é a dependência intrínseca da qualidade ambiental, ou seja, ecossistemas bem preservados e produtivos são essenciais para sua permanência como comunidades tradicionais¹¹.

¹¹ O Decreto nº 6040 de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em seu art.3º, incisos I e II traz a definição de povos, comunidades e territórios tradicionais como sendo grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Sendo parte da classe subalterna¹² os pescadores se assemelhavam a outros setores populares (camponeses, operários, escravos); todavia, as pessoas que se ocuparam do trabalho pesqueiro sempre possuíam um modo de vida distinto dos demais grupos, especificamente em decorrência da sua própria atividade, que é completamente influenciada pelo meio natural, existência de cardumes e, principalmente, a presença das marés, fazendo com que os pescadores determinem seus horários e duração de trabalho durante o dia em função do ciclo natural das águas e do conhecimento que detêm sobre a natureza (RAMALHO, 2006, p. 28-29).

A cadeia produtiva da pesca artesanal sempre contribuiu e continua contribuindo de forma significativa na produção de alimentos e no fornecimento de proteínas aos seres humanos. Num aspecto geral, como destacam Caldasso et al. (2006) *apud* Holland (1995, p. 05), a pesca artesanal responde por aproximadamente 1/3 da captura mundial e cerca de 90% dos trabalhadores no setor pesqueiro são pescadores artesanais.

Ao buscarmos fazer uma caracterização do que vem a ser a pesca artesanal, queremos deixar claro que não se trata apenas de se fazer um resgate de uma cultura ou de hábitos de vida tradicionais sem tecnologia “avançada”, mas o reconhecimento do valor econômico, social e ecológico de uma cadeia produtiva responsável pela identidade social e geração de renda.

Neste contexto, o Brasil destaca-se na pesca, sendo esta uma das atividades econômicas mais antigas do País. Luís Geraldo Silva (2004) diz que os brasileiros tem uma espécie de “vocação” marítima, fato que ele explica pela colonização - especialmente portuguesa e africana -, pelos primeiros povoados e pelas características geográficas de nosso País, o que demarca a relação do povo brasileiro com a atividade pesqueira desde suas origens, seja em mar ou em águas doces.

¹² “A categoria ‘subalterno’ e o conceito de ‘subalternidade’ têm sido utilizados, contemporaneamente, na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. No pensamento gramsciano, do qual compartilhamos, tratar das classes subalternas exige mais do que isso. Trata-se de recuperar os processos de dominação presentes na sociedade, desvendando ‘as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos’” (SIMIONATTO, 2009).

A pesca artesanal está, portanto, relacionada com uma identidade sociocultural, onde os pescadores artesanais se relacionam com meio natural de forma diferenciada dos demais grupos, como podemos observar na leitura do texto contido no sítio do Ministério da Pesca e Aquicultura:

O pescador (a) artesanal é o profissional que, devidamente licenciado¹³ pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte. Para a maior parte deles o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades. Os pescadores conhecem bem o ambiente onde trabalham como o mar, as marés, os manguezais, os rios, lagoas e os peixes (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – acesso em 04/05/2014)¹⁴.

Diegues (1983) ressalta que os pescadores, sobretudo os artesanais, têm sua atividade produtiva organizada pelo saber fazer, cuja produção é em parte consumida pela família e, em parte, comercializada. A unidade de produção costuma ser a familiar ou em regime comunitário, incluindo na tripulação conhecidos e parentes longínquos.

Logo, a pesca artesanal apresenta-se como um elemento que preside a identidade social do grupo, pois exprime não apenas suas condições de existência, baseadas na sobrevivência por meio desta atividade, mas um modo de vida que engloba as demais esferas da vida social (ADOMILLI, 2002).

¹³ Cabe ressaltar que este é um conceito institucional do MPA e que, em nosso entendimento, a compreensão de pescador artesanal extrapola a questão de ser devidamente licenciado. O fato de alguns pescadores que se enquadram na categoria artesanal não estarem em dia com seus registros não retira destes sujeitos a sua profissão.

¹⁴ <http://www.mpa.gov.br/pescampa/artesanal>

1.3. Ontologia e Alienação: A Pesca Artesanal como Resistência ao Trabalho Estranhado

Marx (1984) entende o trabalho como atividade que media a relação homem/natureza¹⁵, de forma que o ser humano tem controle de sua consciência e pode estabelecer e planejar suas ações dando sentido a sua vida, o que significa que o trabalho é idealizado na consciência antes de ser objetivado. Essa idealização é fruto da práxis (ação/reflexão/ação), ou seja, parte do concreto ao abstrato e do abstrato ao concreto.

Como destaca Lukács (1979), a consciência se desenvolve na prática, no pôr em ação as finalidades inerentes ao processo de trabalho. Em outras palavras, através do trabalho, uma posição teleológica é realizada no interior do ser, desenvolvendo uma nova objetividade oriunda de uma prática anterior. A teleologia, ou seja, o processo que se dá na consciência e estabelece um fim, se materializa a partir do trabalho. Nesse caminho, o homem se transforma juntamente com a natureza cada vez que constrói o mundo material e adquire assim novas habilidades.

Trazer aqui a questão do trabalho e da teleologia, significa compreender a experiência cotidiana da pesca artesanal, com todas as dificuldades postas; representa a realidade, a prática e a resistência em um modo de vida que tem uma lógica diferenciada da massificada pelo modo de produção capitalista. Assim, as dificuldades da pesca artesanal, enquanto atividade produtiva, são mais complexas que controlar a sobrepesca ou conhecer a biologia das espécies comerciais, a saúde dos ecossistemas, o grau de poluição das águas. “Embora esses estudos considerem os impactos do meio antrópico (visão sistêmica), não partem de uma perspectiva de tradição humanística e/ou da educação” (PEREIRA *et al.*, 2008, p. 379). Logo, os

¹⁵ Entendemos o conceito de natureza como totalidade. No âmbito da tradição dialética, a totalidade refere-se à compreensão da realidade como um todo estruturado, ou seja, como um sistema organizado por relações e fluxos, que em sua dinâmica dão o sentido de permanência (organização e nexos lógicos) e de desordem (movimento de construção contínua e indissociável entre o todo e partes, sendo que cada parte é uma totalidade inserida em outras totalidades) (SARTRE apud LOUREIRO, 2006). Assim, o entendimento de natureza como totalidade se caracteriza como uma premissa para uma visão de mundo e que conforme Anello (2009, p. 41), sob a visão do marco teórico e metodológico do capitalismo, a ideia de natureza “que desnaturaliza o ser humano”, “entendendo a ‘natureza humana’ no contexto existencial do indivíduo, sua subjetividade, especialmente as questões morais e éticas nas relações interpessoais”.

aspectos da gestão pesqueira, precisam estar articulados à organização socioprodutiva e territorial da pesca, considerando desde os problemas decorrentes da expansão urbana e industrial ou a perda de locais de pesca e moradia, por exemplo.

E, para além de tudo isso, é preciso considerar a pesca artesanal no seu sentido ontológico, o qual está atrelado ao trabalho que entendemos ser a transformação da natureza para melhor satisfazer as necessidades humanas¹⁶. Esta relação com a natureza é diferente na pesca artesanal e industrial. Embora, tanto uma quanto a outra, sejam práticas sociais, construídas historicamente e decorrentes da divisão social do trabalho, a forma como transformam a natureza é diferente porque seus objetivos de classe divergem.

Conforme Thompson (1987), na pesca artesanal, os saberes historicamente construídos resultam da práxis produzida no exercício de sua profissão. É essa práxis que vai desenvolvendo uma representação coletiva daquilo que é comum aos pescadores artesanais e que os une. Esses saberes sobre a arte de pescar, materializado em conhecimentos sobre as águas, peixes, artefatos de pesca, dentre outros, acaba por se configurar como imprescindível para que os pescadores se percebam, inicialmente, como coletivo, como uma classe de trabalhadores que milita em um mesmo ofício.

Para que essa representação coletiva se desenvolva enquanto um envolvimento social, como classe, é necessária a compreensão de si mesmo e dos demais enquanto sujeitos de uma totalidade de ações resultantes do trabalho. Sem o desenvolvimento dessa consciência como coletividade que possui traços em comum, perde-se a condição para que a organização se efetive e, por conseguinte, para o exercício de ações que consubstanciam a luta consciente de classes. Entendemos, assim, que é por meio do trabalho enquanto processo pedagógico de atuação sobre

¹⁶ Estamos entendendo as necessidades humanas como Karl Marx trouxe em *A Ideologia Alemã* (2008, p. 53-54): “[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material”. “O segundo ponto é que, satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e a produção das novas necessidades é o primeiro ato histórico”.

o mundo, que os seres humanos poderão se reconhecer enquanto seres sociais (SEMEGHINI, 2009, p. 95).

Compreender a organização político social destes trabalhadores implica conhecer suas posições teleológicas, suas capacidades criativas, as quais demonstram que as coisas se modificam em consequência das posições conscientes, desencadeadas pelos seres humanos sobre o mundo e os fatores que se apresentam através do seu trabalho. Então, quanto mais se tem autonomia para elaborar e efetivar a ação do trabalho, mais se possui liberdade e, com isso, condições de exercer o elemento consciente da criatividade humana.

Nesse sentido, compreendemos, de acordo com Thompson (1987), que os pescadores artesanais, ao sentirem e articularem a identidade de seus interesses a partir de experiências comuns no trato da pesca, vão se constituindo como embrião de classe, porque a constituição de classe, em seu sentido amplo, dá-se quando os seres humanos, como resultado de experiências comuns, herdadas ou partilhadas, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e, posteriormente, contra os interesses que diferem e/ou se opõe aos seus. O conhecimento depende, pois, do ser social que se estabelece em função da atuação consciente dos indivíduos, enquanto agem sobre a realidade social concreta e a modificam, superando-a. Dessa forma, este agir dirigido para uma finalidade é que estabelecerá as premissas fundamentais para dar significado ao ser social.

O trabalho de pescaria também é uma obra teleológica, pois é orientado para atingir certa meta, ou seja, a captura. Na pescaria, o pescador transforma os peixes e as águas em utilidades humanas (valor de uso como suportes do valor de troca) e opera, por conta disso, mudanças em seu próprio mundo, pondo-os em movimento (RAMALHO, s/a).

Como ressalta Rodrigues (2012), o pescador é o sujeito que, por meio de sua práxis, conhece o processo da pesca, implicando conhecimentos sobre marés, tipos de peixes e, também, sobre métodos e técnicas de captura; possui seus instrumentos de pesca e sabe utilizá-los, o que demonstra um conhecimento especializado sobre o ofício que desenvolve, sendo, desse modo, um sujeito que adquire conhecimentos no cotidiano de sua prática profissional, por meio do trabalho como a expressão da

condição ontológica do ser humano, como um ser de relação e de transformação do mundo natural e cultural, da práxis, de ação e reflexão, pois por meio do trabalho, vão constituindo a objetividade que permite a criação das condições necessárias à existência física, como também a subjetividade, por meio da produção da cultura e de saberes.

Neste interim, podemos observar que mesmo circunscrito à lógica do capital, a relação do pescador artesanal com a natureza, da qual extrai o seu meio de vida, carrega em si, o sentido do trabalho criativo. O conhecimento da natureza, expresso nos saberes desenvolvidos historicamente sobre o tempo, as marés, a posição dos cardumes, o conhecimento das espécies e a técnica do trabalho manual, de confecção dos instrumentos de trabalho, como embarcações e petrechos é o reflexo de uma cultura de um trabalho que tem um sentido muito além da pura reprodução econômica. Este trabalho tem um valor de uso, um sentido artístico e cultural, já que as atividades pesqueiras artesanais, em circunstâncias adequadas, podem ser consideradas livres no sentido de uma atividade realizada pelo ser humano em toda sua riqueza, com a satisfação pelo realizado, em que se imprime no objeto todo o seu conhecimento, muitas vezes, passado de geração para geração.

Assim, o trabalho em sua dimensão ontológica é entendido enquanto práxis humana, como aspecto cultural do ser humano, logo, é criativo. Como Sanchez Vázquez (2011), estamos entendendo que a prática, enquanto fundamento do homem como ser histórico-social, é capaz de transformar a natureza, criando um mundo à sua medida humano. A prática como criação e ação capaz de superar as necessidades de subsistência encontra em si uma estética, presente na arte da produção de objetos que satisfaçam necessidades humanas.

István Mészáros (2006) e Ricardo Antunes (1999) trazem esta questão do intercâmbio homem/natureza como mediações de primeira ordem, em oposição às de segunda ordem que seria o trabalho alienado, onde o trabalho aparece apenas como um meio de subsistência, fruto das relações capitalistas de produção, cujo fim é simplesmente a manutenção da vida, o que não pode ser aceito como natural, uma vez que, como seres sociais, temos outras necessidades que vão além da sobrevivência.

No entanto, sob a lógica do modo capitalista de produção, o trabalho emancipador dos sentidos humanos passa a ser alienado na produção de mais-valia. Antunes (1999) esclarece que a alienação do trabalho se dá primeiramente, por ser o trabalho externo ao trabalhador, ou seja, não fazer parte de sua natureza e pelo trabalhador não se realizar em seu trabalho, isto é, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas, mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido.

O capital para se reproduzir tem como condição básica a exploração contínua do trabalho através da apropriação da mais-valia produzida pelo trabalhador. A base dessa apropriação se estabelece a partir do processo de alienação ao qual a sociedade está submetida e a qual naturaliza as mediações postas pelo capital. Esse processo de apropriação da riqueza produzida pelo trabalhador se destaca à medida que o trabalhador também se torna mercadoria.

Nessa relação de alienação do trabalhador com o produto do seu trabalho, é necessário retomarmos a premissa básica de que homens e mulheres necessitam da natureza para exercer trabalho, pois é nela que o seu trabalho se materializa. Assim, quem vive da natureza, ao transformá-la também se transforma e, por isso, tem a compreensão da natureza como a si próprio, já que necessita dela para sua existência. O trabalhador alienado, no entanto, perde essa conexão, essa relação direta com a natureza, à medida em que as mediações para exercer seu trabalho são muitas e, por isso, vai se distanciando da natureza.

A pesca artesanal se apresenta como uma atividade que persiste e resiste em sua manutenção, já que procura caminhar no sentido contrário das relações de produção postas, não somente no que diz respeito a uma atividade produtiva, ou seja, com o emprego de pouca ou nenhuma tecnologia e reduzida captura por embarcação, como também nas relações reproduzidas, enquanto ser pescador artesanal.

Desse modo, a relação homem/natureza é importante para o entendimento da pesca artesanal como resistência ao modo de produção capitalista, pois a sociabilidade aí é fundada no trabalho e não centralmente no capital, embora exista um circuito de comercialização sob o qual os pescadores encontram-se aprisionados e que produz estranhamento frente ao produto de sua atividade, entendendo

estranhamento como o sentimento oriundo do estar restrito à produção, onde o trabalhador só é considerado quando está produzindo mercadorias. Logo, nesta relação estranhada, o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, pois o que ele produz passa a ser algo que não o pertence e que é destinado a outros fins que não a sua própria reprodução enquanto ser.

Na pesca artesanal, o produto do trabalho não é estranho ao trabalhador, os pescadores dominam o processo extrativista ao qual corresponde sua atividade. É necessário primeiramente que se conheça o ambiente o mar, o rio, o mangue respeitando o tempo da natureza e o que ela tem para oferecer a cada dia. Depois, os instrumentos utilizados na pescaria que são construídos e/ou reformados pelos próprios pescadores e, quando não, é preciso que se tenha total domínio dos mesmos (NUNES, 2011).

Como ressalta Nunes (2011), a pesca artesanal possibilita a prática de resistência e autonomia de seus trabalhadores por estar vinculada ao exercício de um trabalho não estranhado, todavia essa constatação não pode estar desvinculada da força globalizante que o capital exerce sobre toda a sociedade. Como destaca Mézáros (2007), a reprodução sociometabólica do capital dentro do processo histórico se apresenta como um fardo e como um desafio a ser socialmente superado.

Então, podemos observar com Pereira et al. (2008) que o problema da nossa relação com a natureza está no trabalho alienado que se define na apropriação privada do que é socialmente produzido e nas relações de exploração inerentes a uma formação social específica: o capitalismo.

Logo, se essa condição foi criada num processo histórico na disputa de interesses políticos e econômicos impondo, inclusive, uma cultura dominante, isso precisa ser enfrentado num processo contra-hegemônico, construído politicamente, onde a educação ambiental crítica como educação emancipatória tem um papel fundamental na compreensão do mundo e das relações aí desenvolvidas, bem como para a organização social de luta e emancipação humana da classe trabalhadora.

1.4. O Mundo do Trabalho e a Classe Trabalhadora da Pesca Artesanal na Sociedade do Capital

O termo capital tem sido usado de diversas formas, nem sempre adequadas. Conforme Montaño e Duriguetto (2011, p. 77-78), o “Capital é uma categoria peculiar, específica do sistema capitalista e, portanto, o qualifica, o define, o determina.

A necessidade de buscar limitar a forma como compreendemos a categoria classe social reside no fato de que, comumente, como destaca Montaño e Duriguetto (2011), se trata qualquer grupo ou divisão social como classe: classes rica e pobre, classes alta, média e baixa, classes dominante e subalterna, e até política. Esse uso indiscriminado faz com que a categoria classe social perca seu poder explicativo que, de acordo com a concepção teórica materialista dialética que assumimos, permite-nos compreender a divisão social em classes e a desigualdade característica da sociedade capitalista, como também nos leva à análise da consciência de classe e das lutas de classes, assim como a caracterização dos sujeitos da transformação social.

Convém destacar que o conceito de classe social já existia antes das obras de Karl Marx, desde os economistas políticos clássicos da Inglaterra do século XVIII. Mas é o conceito de Marx que irá nos interessar aqui, já que, para ele, a transformação do que vem sendo hegemônico em sociedade se dá com a luta da classe trabalhadora. Nos *Cadernos do Cárcere* (2014) e *Maquiavel, Política e o Estado Moderno* (1980), Antônio Gramsci trouxe a ideia de hegemonia como sendo o modo pelo qual a burguesia estabelece e mantém sua dominação.

Por isso a busca do que é classe em Marx, pois este autor defende o entendimento de que a sociedade capitalista não é uma organização historicamente construída no sentido da justiça e da humanização, destinada a constituir o ponto final da evolução humana; mas é o resultado de uma forma de organização sócio-histórica que contém, no seu próprio interior, contradições e tendências que devem possibilitar a sua superação, dando lugar a outro tipo de sociedade, qualitativamente superior, a qual, por sua vez, também não marca o fim da história (NETTO e BRAZ, 2008).

A compreensão e o correto uso deste termo – classe - nos remete à categoria o modo de produção capitalista, porque o capital não é apenas volume de dinheiro expresso em bens, salário ou maquinaria, mas é a expressão de um processo que valoriza o dinheiro, isto é, que se conclui, conforme os ensinamentos de Marx (1984) “com um valor superior ao inicial”, ao que chamamos de mais-valia¹⁷, a qual é produzida pelo trabalhador e é apropriada pelo capitalista, dono dos meios de produção.

Por esta razão, se caracteriza o modo de produção capitalista como aquele em que há “a separação do produtor direto (o trabalhador) dos meios de produzir (de propriedade do capitalista), daí o trabalhador ser obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista, para ter acesso aos meios de produção; o que nos leva ao capital como relação social”, onde o trabalhador é despojado do produto de seu trabalho excedente (mais-valia), criando-se uma relação de exploração privada pelo capital. No modo de produção capitalista processa-se, então, uma subsunção do trabalho ao capital¹⁸, por meio da venda da força de trabalho ao capitalista.

Como ressalta Montañó e Durigetto (2011, p. 81):

[...] se em sociedades pré-capitalistas o desemprego e a pauperização são o resultado (para além da desigualdade na distribuição de riqueza) do insuficiente desenvolvimento da produção de bens de consumo ou da escassez de produtos (ver Neto, 2001, p. 46), contrariamente no modo de produção capitalista a pobreza (pauperização absoluta ou relativa) é o

¹⁷ O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são duas magnitudes diferentes. O trabalhador vende sua força de trabalho pelo seu valor, que é o tempo de trabalho necessário para reproduzir sua subsistência (existência), mas o valor que ela produz é maior porque a jornada de trabalho ultrapassa o tempo necessário para reproduzir sua subsistência. Esta diferença é um valor a mais, apropriado pelo capitalista que adquire o direito de usar a força de trabalho em um dia inteiro, mesmo que ela custe apenas algumas horas do dia. A jornada de trabalho, assim, divide-se em duas partes: o tempo de trabalho necessário para o trabalhador criar um valor correspondente ao de sua força de trabalho, acrescido de um tempo de trabalho excedente, no qual ele cria mais-valor, que não lhe é pago, sendo este, então, a mais-valia apropriada pelo capitalista (MOURA e DAMO, 2010).

¹⁸ Aqui nos referimos à subsunção formal, que para Karl Marx *apud* Cláudio Napoleoni (1981) se dá quando a produção social torna-se capitalista e o valor de uso é subjugado ao valor de troca, ou seja, quando o capitalista passa a ser o dirigente que conduz e define a exploração do trabalho alheio. Para a subsunção do trabalho ao capital é fundamental o estabelecimento de uma relação de dependência econômica entre quem compra a força de trabalho e quem a vende, na qual o produtor com o trabalho está subordinado ao capitalista e este precisa do trabalho para gerar mais-valor. Essa subordinação é determinada pela expropriação das condições materiais de produção e subsistência do operário pelo capitalista.

resultado da acumulação privada de capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, donos dos meios de produção e donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados.

Isso significa que quanto maior o desenvolvimento, maior acumulação de capital. O desenvolvimento no capitalismo não promove maior distribuição de riqueza, mas maior concentração de capital. Mas, esse não é um processo natural, imutável e sem história. A luta de classe¹⁹ é o instrumento que o trabalhador tem para diminuir essa desigualdade, ora conquistando leis e normas que regulem a relação salarial, ora inibindo relativamente o poder do capital. Como destacou Porto-Gonçalves (2012, p. 18-19), “O período atual de globalização”, ou seja, o estágio atual do capital, ou neoliberalismo, “não surge no vazio, mas emerge no terreno concreto das lutas sociais e é dele e delas que se nutre”, por meio da negação de “grande parte das demandas postas pelos diferentes movimentos sociais e suas lutas” através dos anos.

O conceito de classe surge teoricamente como concreção da análise de determinado modo de produção. Para Marx, as classes sociais não correspondem, a não ser a primeira vista, ao tipo e volume de suas rendas, mas se determinam inicialmente na esfera produtiva. Assim, estas se constituem no modo de produção capitalista, em função do papel que desempenham e o lugar que ocupam os sujeitos no processo produtivo. “Ou seja, o tipo e o volume da renda, a capacidade de consumo, o acesso ao mercado são os elementos *determinados* das classes, o lugar e o papel na esfera produtiva são os aspectos *determinantes*; sua função na produção de riqueza é a causa, sua participação no mercado a consequência” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 86).

Da relação de produção, que no modo de produção capitalista vincula capitalistas e trabalhadores, resulta uma condição necessária para produzir riqueza, o capitalista, que possui os meios de produção (e não a força produtora), precisa contar com o trabalhador (dono da força de trabalho), enquanto esse trabalhador (despossuído desses meios), necessita vender sua força de trabalho. Sem essa relação ineliminável do modo de produção capitalista nem o trabalhador teria salário nem o capitalista se apropriaria de mais-valia. Sendo um fundamento do modo de

¹⁹ Sobre Luta de Classe, ver Capítulo 3.

produção capitalista, a separação entre trabalho e meios de produção, cada um de propriedade dos indivíduos de uma ou outra classe, isso faz com que cada qual precise se relacionar com o outro (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 88).

Mas, no caso do pescador artesanal, o qual possui seus próprios meios de trabalho, ele pode ser considerado como classe trabalhadora? Para nós, não há dúvidas de que ter os meios de produção, no caso dos pescadores artesanais, não implica considerá-los como classe proprietária, pois se o termo classe operária ou proletariado, trazido por Marx em suas obras já não consegue abarcar sujeitos sociais como os pescadores e pescadoras artesanais como classe trabalhadora, ele perde sua razão de existir. Pensar de outro modo só é possível se não se levar em consideração a totalidade das relações sociais que permeiam a existência humana, como aquelas que privam os homens e mulheres de condições dignas de vida.

Conforme destacou Montañó e Duriguetto (2011, p. 92), as classes subdividem-se não só pela sua participação no processo produtivo, mas também pela sua concorrência e diferenciação no mercado, ou seja, pelas diversas condições de vida. Logo, o pescador artesanal não é capitalista, mesmo tendo os seus meios de produção, porque é a apropriação de mais-valia que torna o possuidor de dinheiro e dos meios de produção um capitalista.

Outra característica que demonstra que o pescador artesanal, embora possuindo seus meios de produção, não seja capitalista reside no fato de que o capitalista precisa comprar força de trabalho, enquanto o trabalhador necessita vender sua força de trabalho e, o pescador artesanal não compra força de trabalho. Ele trabalha sozinho ou em regime de economia familiar ou em parceria.

Então, mesmo sendo proprietários dos meios de produção, os pescadores artesanais encontram-se dependentes das políticas de governo e de Estado, como os financiamentos bancários para compra dos instrumentos de trabalho e a rede de atravessadores para a compra do seu pescado, pois, de modo geral, possuem dependência para a questão da comercialização e do beneficiamento e, não raras vezes, é o atravessador quem financia a compra desses equipamentos e mantém economicamente o pescador artesanal em momentos de frustrações nas safras,

gerando uma relação de obrigação, onde o pescador fica condicionado a entregar-lhes o resultado de seu trabalho ao preço que aquele quiser pagar.

Numa perspectiva marxiana, os pescadores artesanais são trabalhadores que, não assalariados, constituem trabalho improdutivo sem, no entanto, deixarem de ser produtivos, pois garantem, com sua produção, a manutenção das relações econômicas de produção em sua totalidade. O trabalho realizado pelos pescadores artesanais contribui para maximizar o trabalho produtivo de outros trabalhadores no interior das relações de mercado, à medida que se entendem as relações de produção como relações sociais e relações de classe. Um exemplo disso são os campos de trabalho existentes na Colônia Z-3 (Pelotas-RS), como pequenas peixarias e restaurantes de comidas caseiras que oferecem frutos do mar locais em seu cardápio, além da movimentação econômica do pequeno comércio varejista da comunidade como açougues, padarias, armazéns, farmácias e ferragens, os quais têm uma maior movimentação quanto melhor for a safra, já que a comunidade é de pescadores.

Embora haja autores como Ricardo Antunes (1999) que procuraram ampliar o conceito de classe trabalhadora²⁰, este conceito ainda é muito focado na concepção de trabalho produtivo. Para Marx *apud* Napoleoni (1981), trabalhador produtivo é aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produza mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital. Contudo, para Marx, com o desenvolvimento da subsunção real, a qual apresenta-se como decorrência da acumulação propiciada pela etapa anterior (subsunção formal), e materializa-se pela “aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata, não é o operário individual, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total, não fazendo sentido, pois, buscar o trabalhador produtivo apenas entre os que desempenham as tarefas manuais diretas.

²⁰ Para o referido autor, a noção ampliada de classe trabalhadora, inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos e, também, um rol de novos tipos de trabalhadores, como os trabalhadores improdutivos como o proletariado rural, o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, os trabalhadores terceirizados, os trabalhadores da chamada economia informal, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural.

Então, entendemos com Mattos (2013)²¹ a partir de seus estudos de Daniel Bensaïd²² que não há porque procurar pela classe trabalhadora apenas no processo estrito da produção capitalista, mas há que se entender que sua formação se completa na dimensão ampla da reprodução geral do capital, em todos os espaços – no trabalho, nas condições de reprodução de sua vida, nos seus espaços mais amplos de sociabilidade – em que os interesses e visão de mundo dos trabalhadores são confrontados com os do capital. E, é isto que interessa a nossa pesquisa.

A percepção da complexidade do conceito de classe, pelo materialismo histórico, deve levar a que não nos contentemos com uma dimensão da classe para entendê-la, pois que suas dimensões econômicas possuem um sentido ampliado (na produção, na circulação das mercadorias e na divisão desigual do produto do trabalho, ou seja, na reprodução ampliada do capital) e Marx nunca restringiu sua definição de classe a uma dimensão econômica, ao contrário, valorizou seu papel político, algo que só conseguia definir a partir da ideia de uma consciência de classe, cujo desenvolvimento não se dá isoladamente, mas na luta de classes (MATTOS, 2013, p. 93).

Por outro lado, além do domínio ou não dos meios de produção, há outra característica crucial para que se possa definir os seres humanos como membros de classes sociais antagônicas. Trata-se, em síntese, da capacidade deles, a partir de sua materialidade histórica, irem tomando consciência do grupo social ao qual pertencem, passando a se organizar em torno de seus interesses, cristalizando,

²¹ Como destaca Mattos (2013, p. 93), uma primeira observação em relação ao conceito de classe trabalhadora em Marx é de natureza terminológica. Nas línguas neolatinas, tendemos muitas vezes a traduzir a expressão alemã empregada por Marx *Arbeiterklasse*, ou o correlato inglês *working class*, por classe operária. Tal tradução aparece, muitas vezes, associada à ideia de que o verdadeiro sujeito revolucionário é o operário industrial – trabalhador produtivo, que sofre a subsunção real ao capital decorrente da interação com a moderna tecnologia empregada na grande indústria. Porém, Marx não distinguiu, sempre, de forma muito precisa a terminologia com que se referiu à classe, mas dois são os termos fundamentais que encontramos, quase sempre como sinônimos intercambiáveis, em sua obra: proletariado e classe trabalhadora. Assim, por proletariado, podemos entender todos aqueles que nada possuem, ou melhor, não possuem outra forma de sobreviver, numa sociedade de mercadorias, do que vender, como tal, a sua força de trabalho, quase sempre em troca de um salário.

²² “Filósofo e militante francês, falecido em janeiro de 2010, Daniel Bensaïd (1946) notabilizou-se por uma das mais ambiciosas tentativas contemporâneas de reinterpretar o pensamento de Karl Marx à luz das condições de possibilidade do presente. Sob os escombros dos diversos marxismos do século XX, o filósofo francês retorna a Marx não para resgatá-lo da incompreensão geral, recuperando os “verdadeiros” fundamentos do seu pensamento, e sim para oxigená-lo a partir da sua confrontação crítica com os desafios do presente – daí a tentativa de buscar novas pistas e novos caminhos, comumente pouco frequentados” (QUERIDO, 2013).

assim, a classe para si. Permanece, dessa maneira, o fato dos pescadores artesanais manterem com outros sujeitos trabalhadores características em comum, como a privação do produto do seu trabalho. Logo, essas características os unificam enquanto classe social oposta àquela que congrega os que vivem na riqueza e na abundância.

O que ocorre hoje é a convivência das classes fundamentais com outra diversidade de classes, e dentro de cada uma delas uma enorme heterogeneidade. Isso traz não apenas questões para conceituar as classes sociais, mas fundamentalmente para pensar os níveis de consciência política e os sujeitos da transformação social.

No entanto, como ressaltam Montaño e Duriguetto (2011, p.90-91), mesmo sem se verificar uma bipolarização das classes no concreto espaço cotidiano da sociedade capitalista, existindo hoje uma forte desproletarização, um crescimento das classes médias e uma pluralidade heterogênea de classes, isso não nega o caráter fundante das classes capitalista e trabalhadora, e sua contradição central, a exploração da força de trabalho pelo capital. A análise no nível estrutural do modo de produção capitalista mostra-nos a divisão típica e fundante desse modo de produção na classe trabalhadora e capitalista, enquanto o estudo no nível mais conjuntural, ou da formação social, assinala a manifestação concreta da multiplicidade de classes sociais.

Assim, particularmente nas últimas décadas, a sociedade vem presenciando profundas transformações, tanto na sua forma material quanto na sua subjetividade, dadas as complexas relações entre as formas de ser e existir da sociedade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho como o desemprego estrutural, precarização do trabalho e a ampliação da degradação da relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e a valorização do capital (ANTUNES, 1999, p. 15).

O neoliberalismo facilita a circulação de bens e mercadorias e não dos seres humanos, sobretudo dos pobres; é promotor de um Estado mínimo para a maioria,

flexibilizando valores e relações trabalhistas; estimula o individualismo com uma mídia que opera uma eficaz fabricação capitalística da subjetividade, instrumentalizando o desejo e contribuindo para a apatia; generaliza a criminalização dos que se recusam a apatia e lutam; estimula a negação do ócio e procura se livrar do trabalho, gerando o quadro social que se presencia. “A superação do desafio ambiental inscrito no cerne da globalização neoliberal requer a compreensão das questões colocadas pelo movimento de contracultura daqueles anos de 1960²³ na medida em que o período de globalização neoliberal que a partir dali se desenvolve se faz exatamente contra aquele movimento” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 20).

Mészáros (2009) diz que o sistema de produção capitalista ao invés de ruir com as constantes crises econômicas emerge de modo fortalecido deste processo. Logo, a análise do processo histórico explicita que o capitalismo opera com os recursos que possui para superar as crises, não estabelecendo novos parâmetros e regras para o mercado nestas fases. Assim, a superação das diversas crises político-econômicas possui como parâmetros a reorganização do processo produtivo através da conquista de novos mercados e a intensificação da exploração da natureza humana e não humana, da qual é decorrente o aumento do trabalho precarizado e a degradação ambiental. Por esta razão, se faz primordial destacar a importância de se conhecer as contradições do modo de produção capitalista para atuarmos nas suas brechas, falhas.

E, neste contexto, as questões de classe e lutas de classe, características da sociedade vigente, bem como as suas contradições nos levam a ver a necessidade da práxis revolucionária e, nisso, a importância de um projeto político pedagógico de ação para a transformação. Logo, estes são temas que precisam estar pautados no campo da Educação, sobretudo da Educação comprometida com o processo de transformação dessa realidade. Neste sentido, estas são questões que interessam ao campo da Educação Ambiental Crítica, atenta às constantes transformações existentes na sociedade capitalista, no sentido de promover processos permanentes

²³ A década de 60 representou a realização de projetos culturais e ideológicos alternativos ao contexto social da época, marcado por importantes questões no mundo todo, como a ascensão de Fidel Castro ao Governo de Cuba e os embargos dos Estados Unidos, a Guerra Fria, a Guerra do Vietnã, o Maio de 68 na França. Assim, foram inevitáveis os movimentos contraculturais que se manifestavam com protestos contra os governos, os movimentos estudantis, hippies, o feminismo, o movimento contra o racismo e à homofobia.

de alteração desta realidade. Isso porque a Educação Ambiental Crítica, como uma prática social, é capaz de fazer a crítica ao padrão societário por entender que:

[...] não há leis atemporais, verdades absolutas, conceitos sem história, educação fora da sociedade, mas relações em movimento no tempo-espaço e características peculiares a cada formação social, que devem ser permanentemente questionadas e superadas (LOUREIRO, 2007b, p. 66).

Então, trazer o estudo de classe no que se refere à questão pesqueira significa neste trabalho, assumir um posicionamento de classe e, por isso, justificamos nosso posicionamento junto aos interesses e necessidades do pescador artesanal enquanto classe trabalhadora que é, e que, nesta sociedade, sofre as mazelas da injustiça social causada por um modo de produção desigual, pautado na polarização opressor/oprimido. Trazer a questão de classe significa demarcar o lugar do pescador artesanal no mundo, quem é o sujeito pescador, situando-o enquanto classe trabalhadora que resiste ao modo de produção capitalista fazendo história e refazendo-se nela, desenvolvendo a consciência de si mesmo e do mundo por meio do trabalho e da luta pela vida.

Discutir a gestão pesqueira dentro de uma compreensão de classe nos faz sentir que a pesca industrial se constitui em uma apropriação do sistema capital por meio da organização do processo produtivo, a partir da alienação do trabalho e da particularização dos meios de produção, tendo o Estado como outorgante dessa relação. De outra parte, a pesca artesanal, pode ser considerada uma atividade não capitalista ou tradicional, onde os territórios de pesca, os petrechos e embarcações são de propriedade familiar ou comunitária e que, no Brasil, se consolidaram a partir da ocupação dos territórios costeiros e ribeirinhos sob influência indígena, açoriana e quilombola, originando os pescadores artesanais como os conhecemos atualmente (DIEGUES, 1983).

Na pesca artesanal, os pescadores detêm os meios de produção, se organizam em regime familiar e/ou comunitário e, geralmente, possuem uma territorialidade que os constitui como comunidade. Possuem pouca mobilidade e a tecnologia de pesca é fundamentada em aspectos tradicionais e conhecimentos populares. Sua capacidade

de captura é bem menor que a da pesca industrial em virtude das embarcações e dos petrechos utilizados, logo sua relação com o meio ambiente é diferente e menos predatória que a pesca industrial.

Na pesca industrial, os pescadores são empregados dos armadores e a relação de trabalho se dá por meio de parceria contabilizada, a partir da divisão do produto da captura do pescado em partes. A área de pesca é determinada pela dinâmica das populações de pescado em decorrência das correntes oceânicas e da capacidade de mobilidade das embarcações. A atividade utiliza tecnologia de situação, a localização da embarcação se dá por comunicação via satélite e a localização dos cardumes pela utilização de sonares e artes de pesca, o que lhe garante poder de capturar grande quantidade de peixes por vez.

A pesca artesanal e a pesca industrial não pertencem à mesma categoria e, então, não podem ser analisadas como um único objeto, pois têm características fundamentais antagônicas. Como dizem os entrevistados 1 e 9: “A pesca industrial é uma. A artesanal é outra. Nós somos artesanal”. É preciso, portanto, romper com o senso comum²⁴ que naturaliza a pesca como homogênea, considerando a escala como única diferença entre a pesca artesanal e a pesca industrial. Dentro deste pensamento hegemônico, os problemas que afligem a pesca limitam-se à escassez do recurso e, então, diminuir o esforço de pesca passa ser a única ação a ser envidada, enquanto na sociedade capitalista, este é apenas um dos tantos fatores que interferem na sustentabilidade pesqueira (MOURA *et al.*, 2012) e, portanto, mantém a hegemonia dominante da pesca, com seus antagonismos de classe e as contradições que lhes são inerentes.

Logo, como ressalta Montaño e Duriguetto (2011), a posição comum quanto à propriedade em uma pluralidade de indivíduos não é suficiente para a sua real existência como classe desenvolvida. Cedo ou tarde, precisam desenvolver certa compreensão de sua posição comum (e da correspondente oposição a outras classes), iniciar a comunicação e interação mútuas, produzir formas mais duradouras

²⁴ O senso comum na concepção gramsciana, ocupa um lugar intermediário entre o folclore e a filosofia e precisa ser superado porque precisa dar lugar ao desenvolvimento de uma consciência crítica de classe, logo ele não é a filosofia do povo, mas pode ser entendido como um conhecimento empírico da realidade, que pelo bom senso, tem a potencialidade de vir a se constituir em um conhecimento o mais aproximado possível da realidade. Sobre senso comum ver capítulo 4.

de organização interna (liderança, representação política, etc.), resultando então na emergência da “classe para si” desenvolvida, capaz de articular e defender seus interesses.

Considerando tal pressuposto, entra em jogo um elemento mais subjetivo na definição de classe social, a consciência de classe, bem como os conceitos de contra-hegemonia à hegemonia dominante na sociedade do capital, o qual tratamos mais especificamente no capítulo 3.

1.5. O Estado na Configuração e Manutenção da Sociedade de Classes

1.5.1. O conceito de Estado

Ao longo da história, diversos autores se debruçaram sobre o estudo do Estado, desde Platão, Aristóteles, Hobbes, Locke, Rousseau, Marx, Gramsci, ainda que cada um tenha diferentes compreensões das causas/efeitos dos fenômenos sociais. Esses autores e suas abordagens, não constituem, como ensina Montaño e Duriguetto (2011), um conjunto de análises complementares, que possam ser articuladas num único pensamento, numa teoria, ou numa definição consensual sobre o Estado e a sociedade civil realmente existentes, mas ajudam na compreensão da forma como se articulam as relações sociais, políticas e econômicas nesta sociedade. Estas diferentes concepções teóricas - marxistas, liberais, burguesas – não existiram na história uma após a outra, porque são correntes que, no debate histórico, estiveram e estão presentes e digladiam por manterem-se dominantes.

Porém, como destaca João Rego (2014), foi apenas em Marx que o Estado foi “dessacralizado”, ou seja, passou a ter sua existência relacionada às contradições das classes sociais existentes na sociedade. Assim, em vez do Estado imanente e superior, acima dos homens e mulheres, Marx apresenta-o com a função principal de conservar e reproduzir a divisão da sociedade em classes, garantindo os interesses da classe que tem domínio sobre as demais. Esta descoberta de Marx, alterou significativamente as relações sociais, em decorrência das diversas inferências que a

classe trabalhadora pôde daí extrair, principalmente no sentido de estímulo à luta pela superação das contradições sociais da sociedade de classes.

Desta visão de Marx, Gramsci (1980) desenvolve uma compreensão mais elaborada e complexa sobre a sociedade e o Estado. Para ele, o Estado é força e consenso, ou seja, apesar de estar a serviço de uma classe dominante ele não se mantém apenas pela força e pela coerção legal; sua dominação é bem mais sutil e eficaz, pois é por meio de diversos meios, dentre os quais aqueles que aparentemente estão fora da estrutura estatal coercitiva (Igreja, Escola, Mídia, etc.), que o Estado se mantém e se reproduz como instrumento da classe dominante. E aí se dá a hegemonia de um grupo social sobre toda sociedade.

É assim que Gramsci amplia a visão marxista do Estado, interpretando-o como um ser que a tudo envolve, o qual é composto pela sociedade política (Estado em sentido restrito ou Estado-coerção), o qual é formado pelos mecanismos que garantem o monopólio da força pela classe dominante (burocracia executiva e policial-militar) e a sociedade civil, formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, composta pelo sistema escolar, Igreja, sindicatos, partidos políticos, organizações profissionais, organizações culturais (revistas, jornais, meios de comunicação de massa, etc.):

Percebe-se aqui, que aquilo que os clássicos vinham tentando interpretar e explicar como Estado, é apenas a sociedade política do Estado gramsciano. A sociedade civil representa o novo momento teórico, a nova determinação descoberta por Gramsci (REGO, 2014).

Então, para Gramsci (1980), o Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados. Assim, torna-se fundamental o entendimento do conjunto de mediações que conformam e esclarecem esse domínio e o consentimento, pois a capacidade de dirigir e organizar o consentimento dos subalternos é um elemento fundamental para o fortalecimento da dominação de classes (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Até Marx, se imaginava o Estado como algo distinto da sociedade civil, que deveria ser extinto no momento que se extinguísse a divisão de classes dentro da sociedade, uma vez que era esta divisão que produzia a necessidade de se ter um Estado. Em Gramsci, porém, quando ele agrega também a sociedade civil ao Estado-coerção, nada fica de fora do Estado. Este “todo”, entretanto, não é homogêneo, é rico em contradições e é mantido por um certo “tecido hegemônico” que a cada momento histórico é criado e recriado em um processo constante de renovação dialética. Assim, a luta pela construção de uma outra sociedade, torna-se bem mais complexa e difícil do que se imaginava em Marx e Lenin, pois não basta ser classe dominante, tem que ser também classe hegemônica (dirigente). Desta forma, a arena de luta entre as classes (igualmente ao modelo de Estado) também se amplia. Assim a sociedade só ultrapassará o estágio do modo de produção capitalista, quando o bloco histórico hegemônico passar às mãos da classe trabalhadora (REGO, 2014).

Então, tal como Marx e Lenin, Gramsci perspectiva uma sociedade sem Estado, que denomina como 'sociedade regulada'. Porém, o fim do Estado em Gramsci é concebido como uma 'reabsorção da sociedade política na sociedade civil', ou seja, é um longo processo de ampliação da sociedade civil - do momento da hegemonia, no interior da esfera estatal, até eliminar todo o espaço ocupado pela sociedade política, o que pressupõe o desenvolvimento crítico, contra hegemônico e a criação de um novo e diferente bloco histórico que consolide uma nova forma de viver no mundo – outras relações sociais qualitativamente superiores. É o momento em que o Estado-coerção é substituído pelo Estado-ético. E é esta entidade remanescente do Estado-coerção, como destaca Rego (2014), o que torna mais factível o modelo de sociedade socialista e menos utópico como planejara Marx e Lenin.

Conforme Gruppi (1980), Gramsci opõe a essa estrutura político-social vigente, outra visão que surge com o movimento real. Para ele:

A conquista do Estado não é pura e simplesmente um momento negativo, de destruição, mas sim o processo de crescimento de um novo tipo de Estado, que se organiza ainda antes da conquista do poder. E a revolução [...] é vista como um processo, não como um ato que se produz de repente (GRUPPI, 1980, p. 71).

É assim que nos apoiamos no pensamento gramsciano, por entender que este processo é produzido pelo que ele chama de 'massas', ou seja, o povo, a revolução com alma social e, nisso, entendemos que reside a força dos movimentos político-sociais, dentre eles, os da pesca artesanal da Colônia Z-3. O processo de seu desenvolvimento está pautado no processo educativo crítico presente na consciência da importância do conhecimento de que se vive num espaço de disputa, de desigualdades, de injustiça ambiental e que isso é uma condição dada, mas não eterna e que só pode ser mudada por meio da organização, participação nos espaços de disputa e muita luta.

1.5.2. O Estado e as Políticas Públicas na Configuração e Manutenção da Sociedade de Classes ao Longo da História da Pesca Artesanal no Brasil

De acordo com Ramalho (2014), no final do século XIX, início do século XX, após não ter apoiado à Proclamação da República e, conseqüentemente, ter seu orçamento diminuído pelo Poder Federal, a Marinha Brasileira, encontrava-se desgastada, em completo estado de miséria. Com o intuito de superar este contexto, a Marinha concebeu alguns planos, dentre os quais a nacionalização da pesca, com o controle de toda região costeira do Brasil, buscando, com isso, alcançar destaque no centro do Poder Federal, por meio da captação dos trabalhadores da pesca como reserva Militar, com a alegação de que o não desenvolvimento industrial do setor pesqueiro no Brasil até então, havia conduzido inúmeras vezes, o governo a adotar políticas de importação de pescado para satisfazer as necessidades da população.

De fato, o Brasil iniciara o século XX como grande importador de peixes, o que lhe prejudicava a balança comercial. Assim, a ideia de maximizar a produção pesqueira do País, foi uma estratégia aceita para o recrutamento e exploração da força de trabalho dos pescadores ao longo do litoral brasileiro. Mas, a real intenção Militar era a de transformar os trabalhadores da pesca em força disponível para reserva da Marinha, somando-se a isso, a busca pelo controle do principal meio de produção pesqueiro: as águas.

Essa nacionalização da pesca tinha duas metas principais. A primeira consistia em retirar do controle dos pescadores estrangeiros, a força que tinham em âmbito nacional, obrigando-os, no mínimo a se naturalizarem. Segundo Silva (1988), desde a Independência, em 1822, a Armada Brasileira utilizava para combate, basicamente tropas contratadas de mercenários, sobretudo, formadas por ingleses, o que poderia comprometer a soberania da nação. Foi assim que a oficialidade naval resolveu, a partir de 1840, introduzir no Brasil uma instituição francesa, a chamada “Inscrição Marítima”, que obrigava todos os profissionais marítimos, dentre os quais os pescadores, a se apresentarem anualmente nas Capitânicas dos Portos de sua localidade de modo a se ter um controle estatístico sobre eles para, assim, recrutá-los de acordo com os interesses da Armada.

A segunda meta da Marinha era a defesa da costa, que após a I Guerra Mundial (1914-1917), mostrou-se desprotegida. Assim, em 1919, foi delegada uma missão comandada pelo Almirante Frederico Villar para cruzar a costa nacional e criar quantas colônias fosse possível. O objetivo era mobilizar pescadores para possíveis contingentes de guerra, já que estes tinham o conhecimento da navegação e, portanto, eram de grande serventia à Marinha.

Foi assim que Frederico Villar percorreu a costa brasileira de 1919-1924, a bordo da Missão do Cruzador José Bonifácio, reunindo e organizando os pescadores, com o intuito de formar as colônias de pesca, consideradas, a partir desse instante, ‘entidade dos pescadores’. Esse comandante entendia que a organização dos pescadores para a formação das colônias, seria um ponto de apoio decisivo para a atuação e o controle do Estado sobre as regiões costeiras. Nesse sentido, o surgimento dessa entidade era, antes de qualquer coisa, um importante espaço de realização das políticas da Marinha (RAMALHO, 2014, p. 34-35).

Além deste caráter militar e consensual, as Colônias também revelaram características corporativistas e modernizadoras, de modo a “adestrar” os pescadores numa ética militar e numa nova ética de trabalho. O objetivo era destruir os modos de vida tradicionais, garantindo-se com poucos recursos, a existência de uma mão de obra mais ou menos afeita às lides marítimas para as empresas nascentes e de braços armados para a Marinha de Guerra como destaca Silva (1988). Disso, depreende-se

que as Colônias de Pescadores não se tratam desde sua criação, de um “órgão de representação da classe de pescadores artesanais.

Para mobilizar os pescadores, os mecanismos utilizados eram variados e revelavam também a política paternalista e controladora manifestada em práticas assistencialistas de saúde, bem como em modelos de educação que visavam ao adestramento dos pescadores aos interesses da Marinha, a fim de que eles agissem como soldados a defender o litoral. Assim, a partir de 1920, foram criadas escolas no interior de sedes das Colônias, de modo que os filhos dos pescadores recebessem instrução para atuarem como escoteiros do mar, despolitizando os sujeitos da identidade pesqueira (RODRIGUES, 2012). De acordo com Silva (1988), a criação das colônias e a adesão de um número considerável de pescadores a elas refletiram atitudes e certas formas preexistentes de dominação praticadas por pessoas tradicionais, geralmente ligadas ao comércio, à circulação do pescado, que habitavam as áreas marítimas em questão.

A visão ideológica nacionalista, da qual a Colônia era resultado, era expressa no culto aos símbolos nacionais, como o lema Pátria e Poder, até hoje cunhado em brasões que representam as Colônias de Pescadores. Desta forma, as Colônias são expressão de uma inspiração do Estado, não escapando às fortes marcas do autoritarismo, presente na dinâmica dos mecanismos de integração dessas entidades, nas estruturas do próprio Estado (GUEDES, 1984 *apud* RAMALHO, 2014). Logo, a estreita ligação com o Estado resultou na falta de identidade das Colônias como associações pertencentes aos pescadores, que se evidenciou na presença de pessoas da Marinha, ou a elas ligadas, como dirigentes das Colônias, estendendo-as às elites locais (TASSARA, 2005 *apud* RAMALHO, 2014).

No final da década de 1930, ocorreu a implantação do Estado Novo no Brasil. O que caracterizou primordialmente este período do governo de Getúlio Vargas foi a forte intervenção do Estado na economia, no trabalho, na cultura e na vida social e política brasileira. O presidente era elevado à categoria de única força com capacidade de conduzir a nação aos rumos da modernidade. Então, o Estado capitalista partia, impiedosamente, para o ataque à autonomia organizativa e à independência político-ideológica da classe operária, impondo sua tutela corporativista em troca da subordinação política do proletariado. Nesse contexto, o

trabalho foi alvo preferido. Com isso, buscou-se pôr um freio no crescimento da luta de classe (proletariado e burguesia) para possibilitar o avanço da industrialização do país, alicerçado no sindicalismo de Estado e na submissão do trabalho ao capital (RAMALHO, 2014).

Conforme Rodrigues (2012), é sob os auspícios do Estado Novo da Era Vargas, que as colônias de pescadores passaram a estar atreladas aos interesses do Ministério da Agricultura, por meio de sua Divisão de Caça e Pesca (DCP). Tal ação intensificava mais ainda a presença do Estado no controle de frações da classe trabalhadora, objetivando silenciar os conflitos de classe, a fim de que o capital pudesse continuar se metamorfoseando cotidianamente. Para tanto, o Estado continuou intensificando suas ações assistencialistas, fornecendo aos trabalhadores paliativos para a sobrevivência, criando um vínculo de dependência de modo a dificultar ou impedir qualquer ruptura em definitivo dessa relação. É nessa conjuntura que o Código de Caça e Pesca – Decreto nº 23.672/1934 é criado, prevendo em um de seus dispositivos, a entrega de balancetes e relatórios mensais pelas diretorias das Colônias à DCP, permitindo-lhe intervir na entidade quando julgasse necessário.

Em 1938, segundo Moraes (2002) *apud* Rodrigues (2012), o Ministério da Agricultura, por meio de sua Divisão de Caça e Pesca, criara a Caixa de Crédito da Pesca, objetivando garantir o financiamento de equipamentos e materiais de pesca para os pescadores. Em 1941, essa mesma Divisão instituiu para as colônias, independentemente das diferenças regionais, um novo estatuto, em que foram definidos como objetivos dessa entidade a defesa dos direitos e interesses dos pescadores, bem como sua área de atuação, no sentido de garantir assistência médico-odontológica a seus associados, além de passar a ser concebida como uma sociedade civil. Porém, isso não se consubstanciou em efetiva participação dos pescadores em sua organização, pois entre o enunciado na lei e o disposto no cotidiano da entidade havia uma grande distância.

A partir da Segunda Guerra Mundial, as colônias passaram novamente a estar sob domínio do Ministério da Marinha, tornando-se, mais uma vez, elemento estratégico para o fortalecimento das fronteiras do País, sendo seus saberes reelaborados novamente pelo Estado para o exercício da proteção da costa brasileira, sem ônus para os cofres públicos.

O que se viu desde então, foi uma sempre reconfiguração legal na determinação da Colônia de Pescadores, atrelando-a, cada vez mais, aos interesses do Estado. Esse atrelamento culminou, em 1962, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)²⁵, que objetivava desenvolver a pesca no País. Era mais um dispositivo legal a fomentar a pesca industrial do Brasil, tão desejada pelos governos militares que se sucederam a partir do Golpe de 1964, com sua pretensão desenvolvimentista (RODRIGUES, 2012). Mesmo com a implantação da Superintendência, o mando sob os pescadores nunca deixou de ser compartilhado com a Marinha, também em razão da instauração da ditadura militar.

A SUDEPE não mediu esforços para o desenvolvimento da pesca industrial/empresarial que teve seu auge na década de 1970, incentivada pelo modelo desenvolvimentista de Estado. O próprio Código de Pesca de 1967 ou Decreto-Lei nº 221/1967 foi um exemplo de “legalização” dessa política, por prever mecanismos como a isenção de Imposto de Renda (IR) sobre os resultados financeiros de pessoas jurídicas e dos Impostos de Importação (II), bem como sobre Produtos Industrializados (IPI) para a importação de maquinário e petrechos.

Com a implantação da SUDEPE, que culminou com o reconhecimento da pesca como indústria de base inspirada no ideário desenvolvimentista, objetivou-se dar um novo impulso à industrialização do setor pesqueiro, que tinha seu esteio, em termos de produção, na pesca artesanal. Para tanto, foram criadas políticas de desenvolvimento pesqueiro, já nos anos de 1960, com linhas oficiais de crédito, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) e fixados incentivos fiscais, que foram empregados na construção e importação maciça de barcos, equipamentos e infraestrutura de terra, dimensionando-as para uma pesca costeira que geralmente não podia ir além da plataforma continental, o que se manteve nas décadas subsequentes. Esses acontecimentos levaram, dos anos de 1970 até 1989 (ano de extinção da SUDEPE), a pesca artesanal a perder seu espaço para a industrial (RAMALHO, 2014, p. 44).

Esse investimento no setor industrial provocou prejuízos socioambientais, tais como: superexploração de inúmeras espécies de pescados; conflitos pelo uso dos

²⁵ Desenvolver-se é, como ensina PORTO-GONÇALVES, des-envolver e, assim, sair do envolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 166).

territórios de pesca dos barcos industriais com pescadores artesanais, incluindo aí a crescente subordinação dos mesmos às empresas de pescados; e malversação dos recursos públicos pelos empresários (DIEGUES, 1983; RAMALHO, 2014).

De acordo com Ramalho (2014), a modernização do setor pesqueiro fez-se à revelia das comunidades de pescadores, de cima para baixo, ou seja, superpondo a estas uma classe de empresários até então estranha à sociedade local. De fato, a modernização induzida, extremamente favorável em termos fiscais à indústria pesqueira, é resultado da ótica das instituições sobre a pesca artesanal que sobre ela refletem e a ela se referem, a partir de um ponto de vista elitista e do capital. Neste contexto, a fiscalização da SUDEPE assumiu um claro viés classista, quando atribuiu (ausentando, muitas vezes o empresariado), a culpa dos negativos impactos ambientais exclusivamente aos pescadores artesanais, devido ao suposto 'desconhecimento dos ciclos das espécies, o que implica ver o pescador como um produtor ignorante do que faz e que viveria à mercê da natureza, correndo, portanto, o risco de predá-la.

Ainda de acordo com o autor supracitado, podemos entender que o Estado, por meio da SUDEPE, ofereceu todo o suporte financeiro e incentivou a criação de uma camada empresarial na atividade pesqueira, gerando um grupo extremamente beneficiado do dinheiro público e profundamente parasitário do poder estatal. Era o Estado, mais uma vez, quem cumpria as determinações de desenvolver o capitalismo em nossa sociedade, pairando sobre as classes como se fosse uma entidade autônoma, oferecendo condições objetivas para o florescimento de uma camada empresarial com condições de promover a 'revolução burguesa no Brasil', forjando novas relações de trabalho e que chegava ao universo da pesca com a necessidade de transformar trabalhadores autônomos (os pescadores artesanais) em mão de obra e exército de reserva do capital.

Nesse período, houve um fortalecimento das políticas autoritárias relacionadas à organização política da categoria, demonstrado no Código de Pesca de 1967 que entregava ao Poder Executivo a capacidade de determinar sobre o gerenciamento e funcionamento das Colônias, mantendo o controle sobre a categoria. Além de novas regras voltadas aos marcos do capital industrial pesqueiro, o Código modificava o nome da Confederação Geral dos Pescadores para Confederação Nacional dos

Pescadores, que seria também um braço político estratégico da SUDEPE e teria seu presidente indicado pelo Gabinete do Ministério da Agricultura (RAMALHO, 2014, p. 47).

Já em 1973, pela Portaria nº 471 do Ministério da Agricultura, estabeleceu-se que as Colônias eram associações civis, definindo-as como organização de classe, no entanto, manteve-se a hierarquização e a falta de autonomia dessas entidades frente às Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores que estavam subordinadas à SUDEPE e ao Ministério da Agricultura. Com esses mecanismos, as chapas consideradas mais progressistas e representativas dos pescadores eram frequentemente aliadas das Colônias. Na maioria dos casos, os presidentes de Colônias sequer eram pescadores e sim políticos locais, comerciantes, etc. Isso ocorria, na maioria dos casos, porque nenhum pescador poderia manter sua família com as parcas contribuições dos associados. Além disso, sem recursos para melhorar as condições de vida de seus membros, as Colônias tinham poucos atrativos sobre os pescadores. Esses somente se filiavam porque necessitavam do aval das Colônias para registrar suas embarcações (DIEGUES, 1995).

De acordo com Ramalho (2014, p. 49), em 1973 a SUDEPE criou, pela primeira vez, um programa de apoio ao setor: o Plano de Assistência à Pesca Artesanal – Pescart. Porém, a difusão tecnológica era a grande meta da Superintendência, como forma de promover o “desenvolvimento” da produção da pesca artesanal, rompendo o seu “mundo atrasado”, logo o viés ainda era desenvolvimentista:

No que se refere à assistência tecnológica, pode-se dizer que [o Pescart] foi um apoio que serviu para fortalecer, em várias localidades, os grupos com maior poder econômico – comerciantes e detentores dos meios de trabalho da pesca – e com mais influência política frente às diretorias das entidades (ou diretamente na direção delas). O Pescart apoiou-se numa visão estritamente difusionista do pacote tecnológico (RAMALHO, 2014, p. 49).

Para dar aplicabilidade ao Pescart, surgiu a Extensão Pesqueira, que começou a trabalhar junto às colônias, o que aumentou a relação paternalista das entidades de pescadores e pescadoras com o poder público.

Em 1989, a SUDEPE foi extinta e a pesca ficou, por 14 anos (até 2003), sem um órgão responsável por ações públicas de fomento dessa atividade. Paralelamente à extinção da SUDEPE e após um período de luta dos pescadores, a Constituição Federal de 1988 colocou fim ao controle do Estado sob a organização política dos pescadores, conferindo-lhes autonomia frente ao Ministério da Agricultura e à Marinha (RAMALHO, 2014, p. 50). Nesse período, começaram também as lutas pela tomada democrática da presidência de várias Colônias. Frequentemente houve agressões e prisões dos novos líderes por pressões das oligarquias locais. As primeiras federações estaduais conquistadas foram as de Pernambuco em 1984 e Alagoas em 1987. Entre dezembro de 1988 e fevereiro de 1989 foram conquistadas as Federações de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A ampliação espacial das lutas, tal como a conquista de inúmeras colônias e algumas federações pelos pescadores foi consolidada historicamente pelo movimento denominado *Constituinte da Pesca*, surgido em 1985. Este emerge após pressão dos pescadores para indicar um presidente comprometido com suas lutas para a Confederação Nacional dos Pescadores, pois até então, os presidentes da instância máxima de representação dos pescadores eram indicados diretamente pelo ministro da Agricultura. Como ressalta Diegues (1995), por pressão dos pescadores, as associações de pescadores foram equiparadas a sindicatos urbanos. No entanto, por pressão dos líderes tradicionais das Federações, mantiveram-se as estruturas das Federações e Confederações. Além disso, estes líderes tradicionais exerciam pressão oposta ao Movimento Constituinte da Pesca.

A Constituição Federal de 1988 em seu art.8º, parágrafo único estabeleceu as disposições relativas à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, estabelecendo que é livre a associação profissional, não podendo a lei exigir autorização do Estado para a fundação do sindicato e; vedando a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial. Constitucionalmente, ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, onde ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a ele.

Conforme pode ser constatado, pela Constituição Federal, os pescadores artesanais podem se organizar em sindicatos livres. No entanto, há ainda dúvidas

entre os pescadores se devem criar sindicatos específicos ou continuar com as Colônias de Pescadores, estas transformadas em associações livres. Há de se ressaltar que muitas das Colônias de Pescadores ainda estão controladas por "pelegos" ou por pessoas alheias à categoria, como comerciantes, vereadores, funcionários públicos, etc. como destaca Diegues (1995).

Em termos estruturais, a gestão da Colônia dos Pescadores por não pescadores sempre cumpriu o papel de fortalecer o Estado, subsumindo o trabalhador aos seus interesses de classe e dele extraíndo o poder de sustentar uma acepção de Estado representativo, por meio do voto, mas sem uma real representação que implicasse atendimento de suas necessidades. Numa perspectiva de classe, estes não pescadores constituíam-se como "gerentes" do modo de produção capitalista, criando situações para o endividamento dos pescadores, explorando lhes as riquezas naturais e, por conseguinte, a força de trabalho, além de subverter-lhes o direito à organização (RODRIGUES, 2012).

Nessa década de 1980, em que a pesca é caracterizada pela luta por seus direitos na Constituição, o modelo de "desenvolvimento" até então fortemente incentivado pelo Estado, passa por uma grave crise, quando a maioria das indústrias pesqueiras fecham suas portas. Algumas causas principais dessa crise foram: a rápida sobrepesca dos bancos de camarão e de algumas espécies de peixes, além da recessão econômica que limitou o aporte dos recursos financeiros conseguidos facilmente pelas empresas na década de 1970, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (DIEGUES, 1999, p. 363). Com a sobrepesca, surge a proposta de conservação e preservação ambiental. Assim, é criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) no ano de 1989, como órgão responsável pela fiscalização e proteção do meio ambiente, criando-se um vácuo nas políticas produtivas para o setor pesqueiro, visto que o IBAMA é uma Instituição de proteção ambiental (RAMALHO, 2015, p. 51).

Diegues (1999) aponta que a partir da década de 1990 houve certa mudança no estudo das comunidades pesqueiras, dando-se prioridade a alguns temas que as afetam mais diretamente. Diante disso, nos foi possível pensar que se o foco dos estudos da pesca vem sendo outros, é porque o contexto das questões relativas à atividade se ampliaram, abarcando questões como a conservação dos recursos

pesqueiros; os parques nacionais e o turismo e suas consequências sobre as comunidades pesqueiras; a sobrevivência da cultura dessas comunidades; o papel da mulher na pesca; o etnoconhecimento; a organização social dos pescadores; bem como as consequências de políticas públicas de conservação da natureza. Esta mudança pode ser explicada de um lado, pelos resultados da sobre-exploração e, de outro, pela política de preservação das espécies, as quais deixam à margem das discussões e tomadas de decisão as questões humanas da pesca, especialmente no que se refere ao trabalhador.

Além do IBAMA, houve também a instalação de uma pequena diretoria, o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para implementar ações no território. O DPA não apresentou proposta de ação para a pesca de pequena escala ou artesanal, valorizando o setor industrial com defesa do arrendamento de barcos estrangeiros por empresários nacionais (NETO, 2003 *apud* RAMALHO, 2014). Assim, apesar de não existir uma instituição pública que centralizasse as ações para a pesca, o setor empresarial não ficou desassistido.

Já nos anos seguintes, década de 2000, a realidade das políticas públicas da pesca passa a sofrer mudanças no “cenário” que sempre a caracterizou. O Estado brasileiro, em sua constituição política, raras vezes esteve constituído por representantes da classe trabalhadora, logo, historicamente, buscou suprimir a participação dos trabalhadores no cenário político, embora também há de se destacar a existência do movimento dos trabalhadores que se opõem a essa situação, buscando um envolvimento cada vez maior nas questões políticas nacionais (RODRIGUES, 2012, p. 258).

No Governo Lula (2003-2010), foi criada em 2003 a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), transformada em 2009, em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que passou a ter o papel de articulação de políticas para a produção pesqueira. Neste mesmo sentido, a promulgação da Lei nº 11.959/2009 ou Lei da Pesca, representa um marco na relação do Estado com a pesca artesanal por trazer o conceito de pesca artesanal em seu art. 8º, inciso I, alínea a:

Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:

I – comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

Assim, pela primeira vez na história da relação Estado e atividade pesqueira, pode-se ver uma quantidade particularmente grande de políticas a serem desenvolvidas pelo Governo. Mas, apesar da quantidade expressiva de políticas implementadas desde o início do Governo Lula, o que entendemos ser um avanço do ponto de vista histórico do contexto da relação do Estado com a pesca, uma análise mais criteriosa das políticas do MPA revelam que, de modo geral, para os pescadores artesanais, o poder público mantém-se ainda a tecer políticas mínimas, cujo alvo continua sendo a produção pesqueira e não as comunidades locais e seus trabalhadores. Assim, a pesca industrial continua sendo incentivada ao mesmo tempo em que está ocorrendo uma revolução produtiva e tecnológica na pesca, com o desenvolvimento da aquicultura²⁶. Logo, esta quantidade de políticas públicas não tem necessariamente se refletido efetivamente em melhorias significativas na qualidade de vida daqueles que pescam artesanalmente.

Porém, com a reforma ministerial, o Ministério da Pesca e Aquicultura foi extinto em outubro de 2015, sendo incorporado ao Ministério da Agricultura. A justificativa é a necessidade de contenção de gastos pelo governo. Esta situação tem deixado os pescadores artesanais da região sem terem um ponto de referência para tratar das questões que dizem respeito à sua atividade profissional, tendo em vista que com a extinção do MPA, os escritórios regionais foram fechados, dificultando a comunicação em relação aos documentos enviados para o extinto Ministério, além de não se ter

²⁶ Ramalho (2014) ressalta a forte ênfase destas políticas para o incentivo do setor aquícola. Uma das provas disso, de acordo com o referido autor, foram os lançamentos dos planos *Mais Pesca e Aquicultura*, em 2008 e o Plano Safra da Pesca e Aquicultura, a partir de 2012. Como parte importante desse cenário, também destaca-se a promulgação da Política Nacional de Pesca e Aquicultura, Lei nº 11.959/2009. Para Ramalho (2014), o que está em curso é a quebra da autonomia dos pescadores, já que a aquicultura cria, para eles, graus variados de dependência diante de outros sujeitos sociais da sua cadeia produtiva, ora na aquisição de insumos, rações e larvas de pescados, ora por conta da dependência da assistência técnica e compra da produção com preços já previamente estabelecidos por empresas.

informações sobre a quem e como recorrer para confecção e atualizações de novos documentos, muitos dos quais estão vencidos ou vencendo, conforme relataram os pescadores artesanais na Reunião Extraordinária do Fórum da Lagoa dos Patos, ocorrida em 12 de novembro de 2015.

Os pescadores artesanais presentes no Fórum da Lagoa dos Patos, entendem que a atribuição da questão da pesca artesanal a um Ministério que está preocupado com a agricultura e pecuária, dificultará o desenvolvimento de políticas condizentes com as necessidades da classe, tendo em vista que há um grande distanciamento do objeto de luta do referido Ministério e a luta da classe dos pescadores artesanais, estando estes muito mais relacionados às atribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde se concentram as principais ações do Governo Federal junto as Comunidades e Povos Tradicionais, que incluem os pescadores artesanais. O MDA atende de forma mais ampla o fortalecimento da economia familiar do meio rural, onde a pesca artesanal está incluída. Deste modo, a luta para que as pastas referentes à pesca artesanal que eram de competência do extinto MPA sejam transferidas para o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e não fiquem sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e Pecuária é mais uma das demandas de luta dos pescadores artesanais do Fórum da Lagoa, o qual compreende os pescadores dos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, São Lourenço do Sul e Tavares.

Diante disso, podemos concluir que historicamente os trabalhadores da pesca artesanal têm sido manipulados de acordo com os interesses do Estado em diferentes épocas. Em alguns momentos com uma atuação mais repressiva, em outras, mais assistencialista, o Estado vai mesclando-se em sua atuação sem, no entanto, deixar de cumprir sua função de mantenedor da sociedade de classes, pois o que fica claro desta revisão do histórico da pesca no Brasil é que as necessidades da classe trabalhadora foram sempre sendo absorvidas pelo desenvolvimento do capital, promovido por políticas autoritárias da Marinha e do Regime Militar ou de políticas desenvolvimentistas de uma classe em específico e, em outros momentos, políticas assistencialistas como forma de conter o *animus* dos trabalhadores.

O que se percebe é que as políticas públicas, em seu conteúdo, ainda não conseguem levar em consideração a atividade pesqueira como heterogênea, com

diferentes atores e elos com interesses antagônicos de classe. Além de ainda serem políticas que não tratam a realidade da pesca em sua totalidade, desfocando do seu contexto a figura do trabalhador, sobretudo o artesanal, deixando a gestão pesqueira muito mais focada ora na exploração dos “recursos pesqueiros” ora na biologia e conservação das espécies.

CAPÍTULO 2

CONHECENDO A COLÔNIA Z-3 E SEUS TRABALHADORES

2.1. Considerações Gerais

Situada a nossa compreensão da sociedade, do trabalho, da pesca e do pescador artesanal, bem como a relação entre o Estado e a atividade pesqueira, isto é, depois de demarcarmos onde e como se estabelecem as relações sociais, cabe-nos agora transcorrer acerca da pesca artesanal e de seus trabalhadores no lócus de nossa pesquisa, ou seja, a Colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil).

Assim, este capítulo, se destina a apresentar a Colônia de Pescadores Z-3, sua localização, constituição em diferentes períodos da história, desde os indígenas e negros escravizados, à chegada dos portugueses, catarinenses, pescadores da Ilhas, principalmente da Ilha da Feitoria até a atualidade, onde se tem um aglomerado de pessoas de diferentes áreas da cidade de Pelotas, mas praticamente a totalidade dos moradores da Z-3 mantém uma relação direta ou indireta com a atividade pesqueira artesanal.

A investigação da constituição da Z-3 nos mostra o quanto a história é importante para o conhecimento de um povo, de um lugar e das pessoas que o habitam. Conhecer os pescadores artesanais da Z-3 e o modo de vida peculiar desenvolvido no âmbito desta comunidade, expressos em seus modos de vida, nos mostra o legado que constitui a Colônia, uma cultura principalmente indígena que sofreu as consequências da colonização portuguesa e da escravidão; uma cultura de ilhéus buscando a melhoria das condições de vida. Isso nos mostra o porquê da resistência e a aptidão para a luta, características muito marcantes desta comunidade.

As técnicas de pescaria da comunidade Z-3, é outra questão interessante, tendo em vista que ao longo de sua história, esta foi se diversificando conforme se deu a história de sua constituição, ou seja, desde uma pescaria de subsistência com os índios, à introdução de embarcações com os portugueses e o uso das técnicas catarinenses de pescaria, como o uso de barco a motor.

Outro fator que contribuiu para que a Colônia Z-3 desenvolvesse este espírito aguerrido tem a ver com a relação com Estado, o qual, sempre serviu aos interesses de uma classe que não a trabalhadora. Desta forma, marcou a história dos pescadores artesanais da Z-3 as intervenções do Estado tanto na forma como a Marinha e a Capitania dos Portos sempre atuou em relação à pesca, bem como no desenvolvimento das políticas desenvolvimentistas que marcaram a trajetória da pesca no Brasil, conforme vimos no capítulo anterior, e que influenciaram também o espaço de nossa pesquisa.

Buscamos trazer também como está organizada a infraestrutura geral da Colônia de Pescadores Z-3, de modo a se poder compreender o lugar do qual estamos falando. Assim, apresentamos sucintamente a organização do lugar: as ruas, casas, comércio, saneamento, coleta de resíduos, saúde, escola e transporte na comunidade.

Neste capítulo, nos dedicamos também à caracterizar a pesca artesanal desenvolvida na Colônia de Pescadores Z-3, tendo como principal referência, as coletas de dados feitas durante o Projeto de Análise das Cadeias Produtivas da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. Trouxemos os principais pesqueiros localizados na Lagoa dos Patos, as espécies mais importantes para a pesca artesanal desta comunidade, as redes e embarcações mais utilizadas, a forma de pescar, a comercialização, os valores e a participação da família na pesca. Isso para poder deixar claro de que pescadores estamos falando.

2.1.1. O Lócus da Pesquisa (Figura 1)

Pelotas, município localizado no sul do estado do Rio Grande do Sul, possui uma situação hidrográfica favorecida pela proximidade com o oceano, Lagoa dos Patos e canal São Gonçalo (que une Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim) tendo reflexos importantes sobre os aspectos ecológicos e socioeconômicos (Figura 2).

A Colônia São Pedro ou Colônia Z-3 é o 2º Distrito do município de Pelotas e está localizada na área rural, a 20 km do centro do Município. Ao contrário dos outros

municípios da região, onde os pescadores estão dispersos em diversas comunidades pesqueiras, tanto nas áreas urbana quanto rural, em Pelotas, os pescadores artesanais encontram-se concentrados em sua grande maioria na Colônia Z-3.

Figura 1 - Pórtico de entrada da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo pessoal

Figura 2 – Localização da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: adaptado de Google Earth

2.2. A Constituição da Colônia Z-3

A Colônia Z-3 foi fundada em 29 de junho de 1921, como produto da política de criação das Colônias de Pescadores no Brasil. Nessa época, as Colônias tinham como objetivo principal cadastrar pescadores para uma possível convocação para a guerra e como força de trabalho para a política de nacionalização da pesca. Em 1921,

moravam na Z-3, 40 famílias que viviam exclusivamente da pesca²⁷ e, atualmente, residem aí 3.166 habitantes, segundo dados do IBGE, 2010.

Niederle e Grisa (2006) contam que as principais questões relacionadas à ocupação do território costeiro do estuário da Lagoa dos Patos no período anterior à colonização portuguesa é marcado pela presença de povos caçadores-coletores. De acordo com Schorr (1975) *apud* Niederle e Grisa (2006), os objetos encontrados em escavações, sobretudo raspadores e talhadores lascados, indicam a rudimentaridade destes povos em termos de caça e pesca, de onde se supõe que a coleta estabeleceu-se como principal meio de sobrevivência. Segundo os autores, não há evidências de como se deu a substituição histórica destes grupos por sociedades indígenas mais recentes (pampeanos, guaranis), que ocuparam o estado há cerca de 500 anos. Os grupos pampeanos (minuanos e charruas) se caracterizaram pela caça, pesca e coleta, mas a posterior introdução do gado pelos colonizadores, fez com que se tornassem pastores e guerreiros. Passaram, então, a capturar o gado e revendê-lo para os colonizadores, o que os tornou grandes inimigos dos povos missioneiros e amigos dos portugueses. Estas lutas se intensificaram, cada vez mais, a partir da expansão das invasões guaraníticas. Segundo Kern (1994) *apud* Niederle e Grisa (2006), os grupos nômades pampeanos conseguiram manter o controle de seu território principalmente porque os horticultores guaranis, de origem amazônica, estavam à procura de ecossistemas diversos para a implementação de sistemas agrários muito diferenciados daqueles constituídos pelos charruas e minuanos. Entretanto, a maioria foi dizimada nas lutas com os missioneiros e, aqueles que restaram, foram posteriormente mortos pelos colonizadores ou, mais tardiamente, transformados em peões pelos donos de estâncias.

No que diz respeito a área onde hoje temos a Z-3, ao que tudo indica, os guaranis migraram cruzando a Lagoa dos Patos desde o norte até a área estuarina, estabelecendo-se ali e dando origem ao grupo que foi denominado arachanes²⁸. As condições naturais levaram este grupo a conformar novas características sociais e produtivas. A tradição agrícola e pesqueira foi mantida, mas segundo Schmitz (1991)

²⁷ Fonte: <http://pontodecultura.ucpel.tche.br/?site=z3>

²⁸ A profusão de diversos grupos indígenas de origem guaranítica, que assumiram características muito diversas, fez com que estes perdessem a identidade com os demais, o que teria sido um dos fatores essenciais para a dizimação destas populações (BROCHADO, 1975 *apud* NIEDERLE e GRISA, 2006).

apud Niederle e Grisa (2006), o grupo possuía uma dinâmica de ocupação da Lagoa nos períodos de primavera e verão e, migração para zonas interiores durante o outono e inverno, o que garantia a produção agrícola, mas em alguns meses do ano, principalmente no inverno, eles eram obrigados a se alimentar de produtos da coleta e da caça nas florestas.

É provável que gradualmente estes grupos tenham se estabelecido definitivamente a margem da Lagoa, tornando a pesca sua principal atividade e mantendo intercâmbios de produtos com os agricultores. No que tange às relações sociais, as aldeias eram construídas coletivamente por toda população e a convivência era sustentada por um complexo sistema de parentesco que afirmava laços de solidariedade estruturantes das relações culturais, do trabalho e da luta com outros grupos (NIEDERLE E GRISA, 2006, p. 94), o que evidencia a origem das relações sociais observadas no âmbito das comunidades pesqueiras do entorno da Lagoa dos Patos e, em específico, a Colônia Z-3.

Esta primeira fase de ocupação do território onde hoje é a Z-3 foi denominado por Niederle e Grisa (2006) de Sistema Pesqueiro Indígena e se estendeu até mais ou menos 1730 onde, com a distribuição de sesmarias pela Coroa Portuguesa, iniciaram as migrações de portugueses para o local, o que se acentuou na década de 1870.

Dos Anjos *et al.* (2004, p. 10) relatam que as primeiras famílias instaladas na Colônia Z-3 eram predominantemente oriundas das colônias portuguesas, especialmente das Ilhas Açores e Madeira, que formaram um contingente reduzido de pessoas que fizeram da Lagoa um meio para assegurar o atendimento das suas necessidades. Esta migração, segundo Niederle e Grisa (2006), abre uma nova configuração produtiva e transforma o universo social dando início ao Sistema Pesqueiro Colonial.

Com a vinda de pescadores portugueses houve a introdução de novas técnicas produtivas que alteraram substancialmente os processos de produção realizados até então. Muitos dos antigos pescadores indígenas acabaram transformando-se em proeiros de embarcações de maior calado. Com isso, os pescadores locais, devido às suas precárias condições de produção, passaram a dedicar-se quase que

exclusivamente à captura. Essa forma se intensificou ainda mais nas primeiras décadas do século XX, com a instalação e crescimento de indústrias de salga na região. Data dessa época a instalação oficial da Colônia Z-3, em 1923 (DOS ANJOS *et al.*, 2004).

A terceira fase - Sistema Pesqueiro Pós-colonial - tem como característica principal, profundas transformações produtivas, principalmente em termos de instrumentos de trabalho. Este sistema foi inaugurado a partir de 1930/40 com a desestruturação das parselhas portuguesas e a chegada de imigrantes catarinenses (NIEDERLE e GRISA, 2006). Nesse período, observou-se um grande movimento migratório para a região sul do estado com a vinda de pescadores catarinenses de cidades como Laguna, Itajaí, Florianópolis, entre outras, que vinham pescar durante as principais safras no estuário, tais como a da tainha e a do camarão. No Projeto da Cadeia Produtiva e em nossos trabalhos de campo, pudemos observar que alguns catarinenses fixaram moradias permanentes no estado; outros, no entanto, continuam ainda hoje vindo em períodos de safras, seja para pescarem aqui, apesar de não terem licença para a pesca na Lagoa ou, para comercialização, isto é, para a compra do pescado gaúcho para ser revendido em outros locais.

Figueira (2009, p. 39) e Dos Anjos *et al.* (2004, p. 23) dizem que estes pescadores catarinenses trouxeram consigo mudanças significativas para a pesca artesanal no estado, como o uso de embarcação a motor, redes de espera maiores, diminuição das malhas, entre outros. É aqui que os autores chamam a atenção para a consolidação da figura do intermediário-atravesador, ou seja, daquele comerciante local, que cumpre o papel de atravessador, comprando e revendendo o pescado.

Na década de 1960 começaram a migrar para a Z-3, famílias oriundas de uma ilha conhecida como Ilha da Feitoria, localizada a 30 km da Colônia Z-3. Essa migração ocorreu, sobretudo, em função das dificuldades de deslocamento à zona urbana de Pelotas para o tratamento de saúde ou para estudar (FIGUEIRA, 2009, p. 39-40). Foi comum ouvirmos relatos de pescadores que vieram da Ilha da Feitoria. Há relatos também sobre a origem das famílias, onde há entrevistados que falam que seus pais vieram do estado de Santa Catarina e casaram-se com suas mães que são da Ilha da Feitoria e, então, se estabeleceram aqui.

Finalmente, a transição para o que Niederle e Grisa (2006) convencionaram chamar de Sistema Pesqueiro Atual, é dada por uma linha muito tênue que se caracteriza pela consolidação dos grandes investimentos no setor, novo arranjo institucional em termos de políticas ambientais e, fundamentalmente, pela emergência de novas estratégias reprodutivas por parte dos pescadores artesanais. Ambos os fatos ocorreram a partir do final da década de 1980 e início dos anos 90.

Esse período é marcado pelos efeitos da política desenvolvimentista e pela quase total ausência de um ordenamento institucional, o qual só começou a surgir no momento em que se ampliou a presença do capital mercantil e industrial via instalação de unidades de captura, comércio e beneficiamento de pescado.

A partir da sobrepesca e da poluição ambiental ocasionadas por esta política desenvolvimentista, começaram a surgir indícios de mudanças de cunho ambientalista, marcado pela criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) e de outras organizações correlatas.

A década de 1990, é marcada pela tentativa de “consertar o estrago” causado na Lagoa dos Patos nos anos que marcaram o incentivo à política desenvolvimentista pesqueira industrial na região. Assim, de um lado temos a necessidade da captura por parte dos pescadores artesanais e, de outro, o IBAMA atuando para fazer cumprir a legislação ambiental, o que ao longo dos anos foi criando conflitos e impasses entre ambos.

Ainda no início da década de 1990, começaram a chegar grupos oriundos das periferias urbanas e da zona rural de Pelotas. Figueira (2009, p. 40) diz que o principal objetivo de todos que se estabeleceram no local sempre foi a melhoria da qualidade de vida, através da atividade pesqueira na Lagoa dos Patos. Os diferentes grupos que se estabeleceram na Z-3, com o passar dos anos, foram organizando-se de maneira particular, num ambiente singular. Assim, embora hoje, muitas pessoas que vivem na Z-3 não sejam pescadoras artesanais, de certa forma, elas possuem algum elo de ligação com algum parente na pesca e, assim, desenvolveram técnicas e preservaram valores e tradições passadas por diversas gerações e que traduzem a identidade local.

Essa diferença que constitui a identidade da Colônia de Pescadores Z-3 encontra-se manifestada em elementos patrimoniais culturais e ecológicos em um ambiente geopolítico e produtivo único enquanto sociedade. São patrimônios refletidos em sua culinária, folclore, ritos, mitos, crenças religiosas, festas populares, paisagens e outras tantas singularidades de seu cotidiano que vêm a formar a sua identidade própria, como a participação e celebração em procissões e festas religiosas, jogos de futebol, entre outras atividades de cunho comunitário, mas marcadamente impressos na reciprocidade para responder a interesses comuns que envolvem geração de renda, preservação de hábitos e costumes (FIGUEIRA, 2009), conforme podemos observar nas figuras 3 a 9.

Figura 3 - Prato da Culinária Típica da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo pessoal. Esta foto foi tirada em um pequeno restaurante localizado na Colônia Z-3.

Figura 4 - Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes na Colônia de Pescadores Z-3 (Procissão em terra – 2014)



Fonte: <http://diariodamanhapelotas.com.br/site/navegantes-tudo-pronto-para-mais-uma-festa/>

Figura 5 - Procissão nas águas na Colônia de Pescadores Z-3 – s/a



Fonte: Foto cedida pelo Entrevistado 8. Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes. Não lembra a data, mas provavelmente na década de 1980. No barco, encontra-se uma família que vive da pesca: pai, mãe e filhos pescadores.

Figura 6 - Praça de alimentação da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes na Colônia de Pescadores Z-3²⁹



Fonte: Projeto da Cadeia Produtiva (2014)

Figura 7 - Festa do Peixe e do Camarão na Colônia de Pescadores Z-3³⁰ - 2012



Fonte: <http://pescanalagoa.blogspot.com.br/2012/05/1-festa-do-peixe-e-do-camarao-na-z3.html>

²⁹ A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, além do significado religioso para os pescadores artesanais, tem destaque junto aos turistas pela culinária a base de pescados. Ao longo do dia 02 de fevereiro de cada ano, muitos moradores de Pelotas e região se dirigem à Colônia Z-3 para degustar os pratos típicos preparados pelas mulheres²⁹ da comunidade. No ano de 2014, a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes reuniu em torno de 6 mil pessoas que frequentaram a praça de alimentação montada ao lado do Santuário Nossa Senhora dos Navegantes, desde o início da manhã até às 14:00h, horário em que se dá início a procissão lacustre da imagem de Nossa Senhora dos Navegantes (Fonte: Relatório Luceni).

³⁰ Festividade organizada durante a Semana Santa, para comemorar a safra de 2012.

Figura 8 - Futebol da Colônia de Pescadores Z-3/ Fachada do Prédio do Clube de Futebol da Z-3, o Marítimo



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 9 - Projeto Garotos da Lagoa³¹



Fonte:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=491422760966270&set=a.491421534299726.1073741842.100002956516350&type=3&theater>

Neste contexto de vida social, as pessoas definiram sobre este espaço suas atividades de trabalho. Assim, faz parte do “cenário” da Z-3, trapiches, peixarias,

³¹ Projeto criado pelo ex-jogador de futebol Sandro Rosa, que fundou em 2008 a Associação Atlética e Cultural Garotos da Lagoa e que conta com uma parceria com a escola local e também com a Prefeitura de Pelotas.

galpões onde estão concentrados os equipamentos e utensílios para a prática da pesca, atracadouros, conforme figuras 10 a 15.

Figura 10 - Trapiches



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 11 – Peixarias 1



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 12 – Peixarias 2



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 13 – Galpão 1



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 14 – Galpão 2



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 15 - Atracadouro na Divinéia e o barco de pescadores descarregando corvina na Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo Pessoal.

Cabe lembrar que muito do trabalho da atividade pesqueira é realizado no âmbito das próprias residências dos pescadores artesanais, confirmando a configuração da atividade como familiar (figuras 16 a 18). Então, é nesses locais que as pessoas ficam a maior parte do seu tempo quando não estão realizando outras atividades que envolvem a cadeia produtiva da pesca. Ficam remendando (confeccionando e restaurando) redes de pesca, consertando barcos, vendendo seus produtos e discutindo questões ligadas a pesca. Esse cotidiano é organizado numa espécie de senso comum de atividades (FIGUEIRA, 2009) que são marcadamente características da Colônia Z-3 e foram muito observadas por nós e registradas em nosso Diário de Campo e no registro das imagens fotográficas que fizemos ao longo da Pesquisa.

Figura 16 - Pescador Artesanal limpando Peixe no Pátio da sua Casa – Colônia Z-3



Fonte: Foto Cedida pela entrevistada 8

Figura 17 - Pescador Consertando Barco na Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: <http://www.antropologiasocial.com.br/saberes-tradicionais-dos-pescadores-da-colonia-z3-de-pelotas/>

Figura 18 - Pescador Remendando Rede na Z-3



Fonte: Acervo pessoal

É dessa forma que a Colônia Z-3 está organizada a partir de sua cadeia produtiva, entendendo-se cadeia produtiva como o conjunto de atividades que se

articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final, incluindo distribuição e comercialização, constituindo-se aí seus segmentos (elos). Deste modo, a cadeia produtiva da pesca artesanal compreende desde os pescadores artesanais que vão para a água pescar, como também a despesca, realizada em grande parte por mulheres que realizam a limpeza do pescado e do camarão. Compreende também os atravessadores e comerciantes e, ainda, as atividades responsáveis pelos insumos necessários à atividade pesqueira artesanal. O art. 4º da Lei nº 11.959/2009 define o que é considerado como atividade pesqueira artesanal:

Art. 4º A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

A Z-3 organiza-se conforme sua cadeia produtiva, baseada na cultura da pesca, a qual é fomentada pela possibilidade de boas safras de pescados e da entrada de cardumes de peixes no estuário da Lagoa dos Patos. Deste modo é que Figueira (2009) relata o que pudemos constatar também durante o desenvolvimento do Projeto Análise das Cadeias Produtivas, nas entrevistas e, principalmente na oficina realizada no ano de 2013³², ou seja, que os pescadores estimulam o comércio local, através da compra de equipamentos e produtos para a pesca em estabelecimentos localizados na própria comunidade, gerando assim, sobretudo nas últimas duas décadas, novas atividades de trabalho e renda. Nesta rede ocorre certa circulação da economia gerada pela pesca e, nesta perspectiva, quando ocorre diminuição na captura de pescados, por razões diversas, a economia local sofre as consequências.

Na Z-3 existe também o Grupo das Redeiras, que não são pescadoras e sim artesãs, mas que vale aqui ressaltarmos brevemente o trabalho delas em virtude não

³²Oficina realizada na Colônia Z-3, como parte do Projeto Análise das Cadeias Produtivas do Pescado Oriundo da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul, onde se procurou conhecer estruturar a cadeia produtiva da pesca artesanal na Z-3 juntamente com os pescadores artesanais locais.

só da organização como também por se tratar de mulheres que retiram do material descartado pelos pescadores a matéria prima para suas peças (figuras 19 e 20). O couro da corvina, tainha, cascuda e linguado, vira tecido para criativas bolsas, chaveiros e detalhes ornamentais de lenços. As redes de pesca, que serviram para arrastar safras de camarão, se transformam em charmosas bolsas, carteiras e nécessaires, tecidas em um rústico tear. Pelas mãos habilidosas das artesãs, as escamas de peixe viram delicadas biojóias. São colares, pulseiras e brincos, que misturam escamas e prata, aliando criatividade ao requinte. O grupo se formou em 2005³³ e em 2010, passou a ser orientado pelo Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS), que executou o planejamento de cada etapa do projeto, desde a criação das peças até a administração da coleção (Fonte: <http://redeiras.com.br/site/>).

Figura 19 – Artesanato produzido pelas Redeiras da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo pessoal. Foto tirada durante o Encontro das Redeiras com as Mulheres do Projeto PEA-Foco, ocorrido no ano de 2015 na Colônia de Pescadores Z-3.

³³ De 2005 a 2010, o Grupo das Redeiras era conhecido por Pescando Arte.

Figura 20 – Artesã do Grupo Redeiras



Fonte: Acervo pessoal. Foto tirada de uma das artesãs na produção dos colares.

2.3. Infraestrutura Geral da Colônia Z-3

Para chegar à Colônia Z-3, é preciso percorrer o caminho dos Balneários da Cidade de Pelotas e seguir um longo trajeto em estrada de chão, onde de um lado temos a mata do Totó³⁴ e do outro a visão da Lagoa. São aproximadamente 6 Km até chegarmos no pórtico de entrada da Colônia, onde já na chegada podemos perceber a particularidade desta comunidade, como sendo um território pesqueiro, pois é

³⁴ A Mata do Totó compreende uma faixa de terras paralela a Laguna dos Patos de aproximadamente 180 hectares situada entre o balneário dos Prazeres e a Colônia de Pescadores Z-3, no segundo distrito de Pelotas, formada por áreas urbanizadas, matas nativas, campos e banhados. A área foi declarada Reserva da Biosfera e Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1992, por ser um dos mais importantes remanescentes da Mata Atlântica na região, sendo também protegida por legislações municipais. Essa mata de acordo com a resolução 302 do Conselho Nacional do Meio Ambiente tem a função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, entre outras. Possui um grande valor paisagístico (RUAS, s/a).

possível visualizar os trapiches, peixarias, barcos, redes, trabalhadores nos barcos, remendando rede, descarregando peixe, filetando, peixarias, enfim, um universo peculiar.

Nesta localidade, distrito de Pelotas, as ruas não são calçadas, é comum vermos movimento dos moradores nas ruas. As casas são muito simples, mas há alguns contrastes (figuras 21 e 22). Chama a atenção também o fato de existirem bastante casas num mesmo terreno, muito pela falta de área para expandirem, segundo informaram os pescadores entrevistados. É muito comum na entrada das casas, utilizarem conchinhas soltas no chão no lugar de calçadas.

Figura 21 - As Ruas e Casas na Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 22 – Contraste das Casas na Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo Pessoal.

Há muito movimento de carros, caminhões e a comunidade conta com transporte coletivo diário, o qual faz o trajeto Z-3 Centro, Centro Z-3. Estes ônibus costumam circular de 2 em 2 horas, em média.

Existe bastante comércio local: grandes comércios e pequenos e vão desde ferragens, açougues, padarias, mercados...restaurante de comida caseira (figuras 23 a 25) .

Figura 23 – Grandes Comércios da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 24 – Pequenos Comércios 1 da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 25 – Pequenos Comércios 2 da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo pessoal.

A coleta de resíduos sólidos é feita pelo Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de *Pelotas* (Sanep)³⁵ três vezes na semana. De modo geral, não vimos lixo espalhado pelas ruas, mas foi possível perceber muito lixo na beira d'água na Divinéia, muitas latas de cerveja e garrafas pet, principalmente.

A Z-3 recebe água da Estação de Tratamento de Afluentes (ETA) Sinnott³⁶ e possui um reservatório de água com capacidade de 260 m³ semienterrado e 40 m³ elevado, que foi construído no ano de 2004.

Quanto à saúde, há o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, que funciona de segunda a sexta feira das 08 às 17 horas³⁷ (figura 26).

Figura 26 – Posto de Saúde da Colônia e Pescadores Z-3



Fonte: Acervo pessoal.

³⁵ Fonte: <http://www.pelotas.rs.gov.br/sanep/lixo/coleta/>

³⁶ Fonte: <http://www.pelotas.rs.gov.br/sanep/reservatorios/>

³⁷ Fonte: <http://www.cliquesaudepelotas.com.br/unidades>

Há também a Escola da Z-3, Escola Municipal de Ensino Fundamental Almirante Raphael Brusque (figura 27), fundada no ano de 1928 e que representa ainda hoje a única possibilidade de escolarização na comunidade. A escola que nesses quase 90 anos passou por reformas e ampliações tornou-se uma escola de ensino fundamental e, em 9 de junho de 2014 teve início em suas dependências, a oferta do ensino médio³⁸. Até então, não existia nenhuma escola de Ensino Médio na Colônia Z-3³⁹.

Atualmente a escola que funciona nos períodos matutinos, vespertino e noturno, oferece à comunidade o Ensino Fundamental completo, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Quanto ao público de estudantes atendidos pela escola, Dias (2014) destaca que em sua maior parte, são alunos oriundos das classes populares. Embora, a escola encontre-se com melhorias no que diz respeito a sua estrutura física, a mesma ainda encontra inúmeras situações-limites, que são os altos números de alunos com dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita, o que tem gerado um grau significativo de repetência nos últimos anos, salienta a referida autora.

Figura 27 - Escola Estadual Almirante Raphael Brusque



Fonte: Acervo pessoal.

³⁸ No que tange a estrutura física, a Escola Almirante Raphael Brusque conta com treze salas de aula, entre elas um laboratório de informática (telecentro) para uso dos alunos e da comunidade em geral, um laboratório de ciências e uma sala de recursos para atendimento de alunos com necessidades especiais (DIAS, 2014). Para que recebesse o Ensino Médio a escola da Z-3 precisou de algumas adequações, feitas nos últimos anos. Hoje a instituição já tem sala disponível para um diretor e um coordenador pedagógico de Ensino Médio, acervo de livros para aumento da biblioteca, além de salas disponíveis para aulas no turno da manhã e da noite (Fonte: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?ID=13895).

³⁹ Fonte: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?ID=13895.

2.4. A Pesca Artesanal na Colônia Z-3

O município de Pelotas possui 1.326 pescadores artesanais cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP) (MPA, 2011). Para além da relevância da pesca artesanal em quantidade de pessoas envolvidas na atividade e em termos econômicos, um elemento importante a ser considerado diz respeito à participação da família no processo produtivo, o que se constitui no elemento intrínseco à condição de pesca artesanal, conforme preconiza o inciso I, alínea a, do art. 8º da Lei nº 11.959/2009.

A Lagoa dos Patos (figura 28) é o principal local de pesca dos pescadores artesanais da Colônia Z-3. De água doce na maior parte do ano, no verão e outono seu nível diminui significativamente permitindo a invasão das águas do Oceano Atlântico (NIEDERLE e GRISA, 2006). Então, junto com a água salgada entram os peixes e camarões, que constituem a principal fonte de renda derivada da pesca artesanal da localidade.

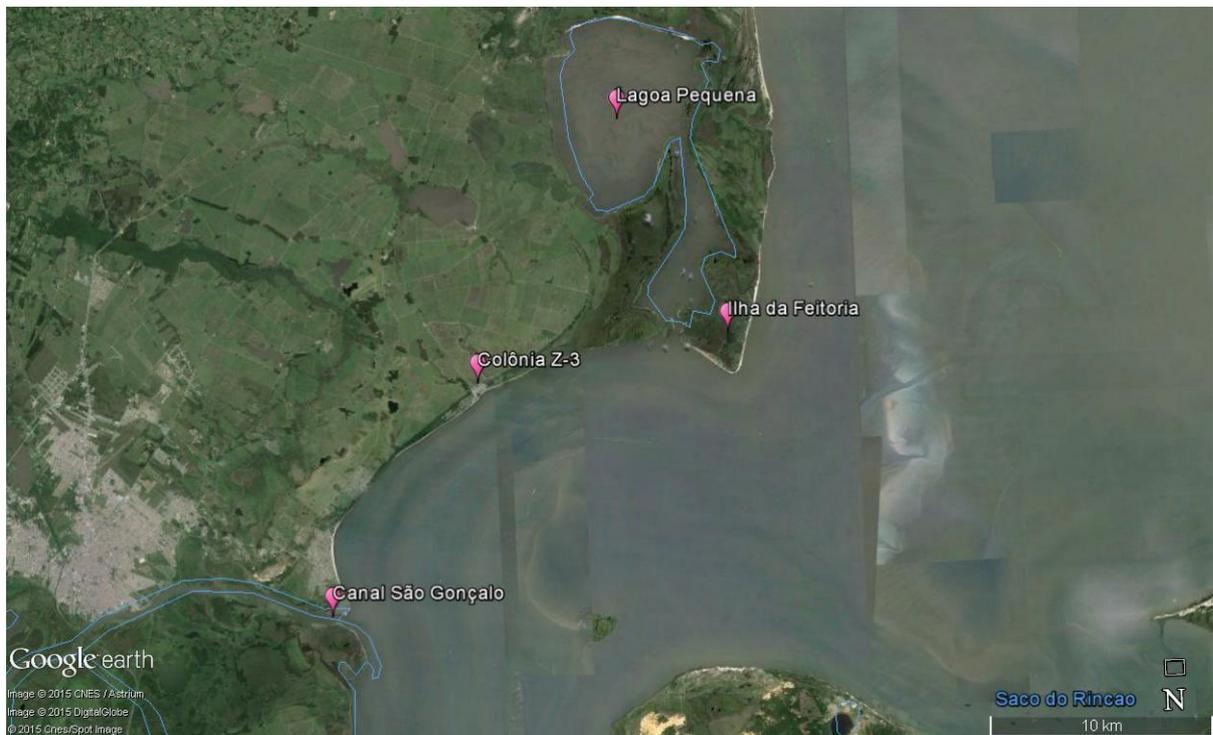
Figura 28 – A Lagoa dos Patos



Fonte: Acervo pessoal.

Juntamente com a Lagoa dos Patos e interligada a ela, destaca-se a Lagoa Pequena como universo de pesca, a qual apresenta uma superfície aproximada de 2.000 hectares e inunda terras dos municípios de Pelotas e Turuçu. A área de terra central entre a Lagoa Pequena e seus canais de inundação a sudeste e noroeste que a ligam a Lagoa dos Patos, forma a Ilha da Feitoria (NIEDERLE e GRISA, 2006). Essas são lagoas bastante destacadas pelos pescadores artesanais da Colônia Z-3 como bons lugares de pesca. Além destes, outro importante ambiente de pesca é o canal São Gonçalo⁴⁰, como podemos observar na figura 29.

Figura 29 - Lagoa Pequena, Ilha da Feitoria e Canal São Gonçalo



Fonte: Adaptado de Google Earth.

De acordo com os pescadores que participaram da oficina realizada durante o Projeto da Cadeia Produtiva, a Ilha da Feitoria é “separada” pelo Arroio Tapado e Arroio da Capivara, e trata-se de um dos principais pesqueiros da comunidade da Colônia Z-3, que inicia no Rio Corrientes e termina na “boca baixa”. O Banco do Jacaré

⁴⁰ O Canal São Gonçalo liga a Lagoa Mirim à Lagoa dos Patos.

trata-se também de um pesqueiro muito utilizado pela comunidade, o qual termina na desembocadura do Rio Corrientes, indo até a Ilha Marechal Deodoro, também denominada pelos pescadores como Ilha Nova ou Canal Novo.

Ainda nesta mesma oficina, os pescadores artesanais destacaram que muitos dos nomes utilizados para identificar os pesqueiros tratam-se de nomenclaturas populares. Como eles próprios dizem: “Pescadores botam os próprios nomes nos locais” (Pescador, Colônia Z-3, Pelotas-RS). Também nesta localidade, verificou-se maior predomínio de pesqueiros na porção estuarina, mas os pescadores orgulham-se em relatar que a pesca ocorre em toda extensão da Lagoa dos Patos, incluindo locais próximos a Guaíba. Também relatam a captura de exemplares de água doce, como parte de suas pescarias. Destacam também que bancos de areia ao longo da Lagoa dos Patos servem como pontos estratégicos para a pesca, principalmente a do camarão, uma vez que estes entram na lagoa e “*caem nos bancos de areia*”.

Os estuários são ecossistemas de grande produtividade devido, principalmente, ao derramamento de nutrientes inorgânicos provindos do continente, entrada das águas do mar e, resíduos orgânicos urbanos e de atividades agrícolas. Chuvas, salinidade e vento estão mutuamente relacionados e condicionam diretamente os padrões biológicos e produtivos deste ecossistema⁴¹. As mudanças destes fatores alteram significativamente o crescimento dos fitoplânctons e, por conseguinte, a subsistência das espécies de peixes (NIEDERLE e GRISA, 2006).

Este complexo ecossistema é constituído por cerca de 110 espécies, dentre as quais algumas completam todo seu ciclo de vida no local e outras permanecem por pouco tempo, geralmente utilizando estas águas mais calmas para o desenvolvimento das formas juvenis (NIEDERLE e GRISA, 2006).

Em relação às espécies mais importantes para a pesca artesanal na Lagoa dos Patos, quatro espécies são identificadas como representantes importantes dos recursos pesqueiros: Camarão-rosa, Bagre, Corvina, Tainha (WALTER *et al.* 2014), exatamente as mesmas espécies identificadas por pescadores na Oficina realizada na Z-3 durante o Projeto Análise das Cadeias Produtivas, como as principais espécies

⁴¹ Fonte: Relatório Técnico: Mecanismos de Proteção Social frente às Mudanças Climáticas: Uma análise sobre os pescadores artesanais na Lagoa dos Patos/RS.

de interesse econômico e as quais têm tido suas safras significativamente alteradas, dificultando a prática da atividade pesqueira e, conseqüentemente a reprodução social dos pescadores artesanais.

As principais artes de pesca utilizadas, segundo Kalikoski e Vasconcellos (2012), são as redes de emalhe e tresmalhe, emalhe de cerco e trolha, arrasto, para peixes, e a rede chamada de aviãozinho, para a captura do camarão. Embora algumas destas redes sejam consideradas predatórias e, por isso, proibidas, são bastante utilizadas pelos pescadores.

Em Pelotas, os pescadores artesanais geralmente são proprietários de suas embarcações, que são consideradas de pequeno porte: principalmente caícos e botes⁴² (figura 30). A capacidade destas embarcações está entre 200 e 700 quilos. A maioria deles possui apenas uma embarcação.

Figura 30 – As Embarcações dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3



Fonte: Acervo pessoal.

⁴² Algumas vezes foram levantadas pelos pescadores como embarcação que possuem: bateras, canoas e mais raramente lanchas.

De maneira geral, trabalham sozinhos ou com poucos proeiros⁴³ que costumam ser familiares – filhos, sobrinhos. A presença da mulher no momento da captura na lagoa não é uma regra. Em alguns casos, é possível observarmos, um tipo de sociedade familiar, em que pescadores juntam suas embarcações para pescarem juntos. Como demonstra a fala do pescador da Z-3 na Oficina do Projeto da Cadeia Produtiva: “*Sou dono de uma e meu primo de outra, a gente pesca junto, pesca em família*”. Mas, muitos pescadores preferem não trabalhar com pessoas do núcleo familiar, por se tratar de uma relação mais difícil de lidar quando comparada às relações de amizade externas à família.

Com base nas observações, entrevistas e oficinas realizadas ao longo do Projeto Análise das Cadeias Produtivas e durante o desenvolvimento desta pesquisa, podemos constatar que a comercialização do pescado na Colônia Z-3 é feita por meio da venda do pescado aos comerciantes das peixarias locais ou a compradores de outros municípios ou estados. Alguns desses comerciantes locais que compram o pescado dos pescadores artesanais da Z-3, ou vendem este pescado em suas próprias peixarias ou repassam o produto para um terceiro, normalmente de outra cidade e que transportará o produto para outras cidades do estado, Mercado de Porto Alegre e, principalmente, para o estado de Santa Catarina. Em geral, o pescador artesanal faz a captura e entrega o pescado *in natura* para o comprador, em terra ou dentro de postos de compras em água.

O pescador artesanal da Colônia Z-3 está sujeito ao preço imposto pelo atravessador. O atravessador, por sua vez, dá preferência por quem tem o produto de melhor qualidade. Porém, são predominantes aqueles casos de fidelidade do atravessador com o pescador e vice-versa, seja porque os pescadores precisam do dinheiro do atravessador e aí se cria uma relação de dependência ou por simples respeito às relações estabelecidas entre eles; relações estas que se dão pelo costume ou verbalmente. Por outro lado, há um considerável número de pescadores que declaram não possuir compromisso com nenhum comprador, pois pescam por sua conta, bancando suas próprias despesas e vendem para quem der o melhor preço.

⁴³ Pescadores que não possuem condições de adquirir embarcação própria trabalham como proeiros. Os proeiros recebem 20% da produção líquida. Tem casos em que cada pescador leva sua rede e depois se divide toda a produção e gastos.

Do mesmo modo, há atravessadores que dizem não ter pescador fixo, pois compram de quem tiver o melhor pescado.

Sobre o produto final da pescaria, conforme dados do Projeto da Cadeia Produtiva, este poderá ou não ser beneficiado, apresentando valor de venda diferenciado (Tabela 1). De forma geral, o beneficiamento familiar consiste em um mecanismo de agregação de valor.

Tabela 1 - Valores de primeira comercialização por Kg da produção no município de Pelotas-RS

Recurso	Preço beneficiado (R\$)	Preço in natura (R\$)
Camarão	-	2,50 a 5,00
Tainha	-	2,50 a 3,00
Corvina	12,00 (filé)	1,20 a 3,50
Bagre	-	2,50 a 3,00
Linguado	-	7,00 a 4,00
Traíra	-	3,50
Jundiá	-	2,00

Fonte: Projeto Cadeia Produtiva do Pescado oriundo da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no estado do Rio Grande do Sul (dados coletados em 2013-2014).

No estuário da Lagoa dos Patos, como é o caso da Colônia Z-3, a participação de jovens e mulheres se dá com maior concentração nas etapas que antecedem e/ou são posteriores à captura do pescado (Kalikoski & Vasconcellos, 2012; Hellebrandt *et al.*, 2013; Verly *et al.*, 2013), concordando e reiterando o destacado por Diegues (1983) e previsto na legislação, de que a pesca artesanal desenvolve-se em sua maioria, em regime de economia familiar.

Embora tenhamos encontrado mulheres trabalhando seja na pesca, no descasque ou limpeza, na indústria, na cooperativa ou na comercialização (figuras 31 e 32), o seu trabalho ainda pouco valorizado como parte integrante da cadeia produtiva da pesca artesanal. Assim, é muito mais comum ouvirmos falar em “mulher de pescador” do que propriamente “pescadora artesanal” ou “trabalhadora da pesca artesanal”. Geralmente são esposas e filhas de pescadores (Hellebrandt *et al.*, 2013;

Verly *et al.*, 2013). Segundo as mesmas, o trabalho realizado por elas tem grande importância para a cadeia produtiva e na formação da renda familiar, pois o descasque em parte da produção agrega valor final ao produto.

Figura 31 - Mulher limpando camarão em pequena peixaria da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Projeto da Cadeia Produtiva (2013).

Figura 32 - Mulheres limpando camarão em pequena peixaria da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Projeto da Cadeia Produtiva (2013).

CAPÍTULO 3

A ORGANIZAÇÃO DE CLASSE DOS PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-3

3.1. Considerações Gerais

Situada a pesca artesanal na sociedade de classes, o papel do Estado na manutenção da sociedade classista, o trabalho como desenvolvimento do ser social e a pesca e os pescadores artesanais da Colônia Z-3, neste capítulo buscamos compreender o movimento destes trabalhadores nessa sociedade, o que vai ao encontro da organização social, luta e consciência de classe e da contra-hegemonia à hegemonia dominante.

Assim, buscamos discutir os conceitos de organização de classe e movimentos sociais da pesca artesanal, tendo como principal referencial os movimentos sociais da pesca artesanal brasileira, como o Movimento Nacional dos Pescadores, Movimento dos Pescadores e Pescadoras, Movimento do Território Pesqueiro, para então adentrarmos na forma de organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS): Sindicato, Colônia, Fórum da Lagoa dos Patos, Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais e, a organização das mulheres da Colônia de Pescadores Z-3.

3.2. Discutindo os Conceitos de Organização de Classe e Movimento Social

Neste ponto, procuramos apresentar ainda que de forma sucinta, a nossa compreensão sobre a organização de classe e movimento social, tendo como referencial teórico, principalmente Montaño e Duriguetto (2011). A opção por um item específico sobre o tema se dá em função de que, em tese, estes dois conceitos não se traduzem na mesma coisa. No entanto, por em certas circunstâncias estarem articulados, também não podem ser tratados como conceitos distintos, pois há um *continuum* entre suas dimensões que é o que nos interessa dialogar aqui.

Estamos entendendo que o sentido da organização de classe é mais amplo do que o de organização ou movimento social, pois nem todo movimento social realmente possui uma organização de classe efetiva. Os movimentos sociais possuem em si uma organização social que vai variar conforme a maturidade do próprio movimento e esta maturidade é que vai determinar se esta organização social é ou não, uma organização de classe (para si), ou seja, a formação de grupos sociais organizados por sua posição no processo geral de opressão, os quais encontram-se comprometidos com o processo de ruptura com o modelo de sociedade excludente.

Logo, as organizações de classe são coletividades que elaboram uma identidade pautada no seu reconhecimento enquanto classe trabalhadora e se organizam a partir de práticas por meio das quais buscam defender seus interesses e expressar suas vontades, no sentido de superar sua condição de subalternidade, conquistando hegemonia sobre a sociedade. Este é o instante em que os trabalhadores organizados em sua luta, conscientes de sua posição no mundo, deixam de ser “classe em si”, ou seja, de apenas estarem no mundo, para de fato serem no mundo, momento em que ocorre o salto qualitativo, a transformação em “classe para si”.

Os Movimentos Sociais Populares emergiram no contexto social e político brasileiro com uma fantástica capacidade criativa, organizativa e mobilizadora, principalmente na década de 1980, sendo responsáveis por expressivas conquistas que garantiram melhorias na qualidade de vida de amplos setores sociais, afirmação de direitos e exercício da cidadania para um número cada vez maior de agrupamentos humanos, construção de identidades coletivas e autoestima pessoal e social de setores e grupos historicamente discriminados ou oprimidos, intervenção nas políticas públicas, modificando ou inibindo as seculares práticas assistencialistas e clientelistas, contribuindo assim para mudanças em nível do poder local e da política tradicional. Tais conquistas são permeadas por processos educativos, tanto dos participantes diretos de tais movimentos, quanto das pessoas e grupos atingidos por sua ação. Portanto, podemos considerar como Paulo Afonso Barbosa de Brito (2005a), os movimentos sociais como sendo agrupamentos de pessoas que agem coletivamente, com algum método, realizando parcerias e alianças, abrindo diálogos e negociações com interlocutores, como processos articulados para conquistas de direitos e exercício da cidadania.

Esses movimentos sociais multiplicaram-se no Brasil durante a década de 1980 e, principalmente nos anos de 1990, onde houve progressiva ampliação e diversificação de organizações populares, com diversos modelos organizativos, formas de mobilização, bandeiras de luta, relações com mediadores e interlocutores, processos de formação das lideranças populares. Neste período, se consolidaram muitos grupos e entidades locais e, também expressões de movimentos nacionais, principalmente aqueles que lutam mais diretamente em torno de questões centrais da sobrevivência das pessoas, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (BRITO, 2005b).

Então, o movimento social contém em si a organização social para um determinado fim que varia no seu propósito e que pode ser desde a luta de classe para si a qual, por sua vez, pode estar atrelada à outras lutas, como pode ser também um movimento com um objetivo mais limitado, desde a indicação de representantes para a participação nos Conselhos setoriais de proposição e gestão de políticas públicas, nas passeatas e nas ocupações de terras rurais e urbanas, até as campanhas de amamentação, de uso do “soro caseiro”, ou outras pequenas iniciativas populares capazes de ter incidência na diminuição da mortalidade infantil, ou seja, uma série de distintas iniciativas que dialogam de forma diferenciada, mas complementar, com resultados para melhorar a qualidade de vida das pessoas e o seu modo de vida (BRITO, 2005a).

Segundo Sztompka (1998) *apud* Rodrigues (2012), há movimentos sociais que, sendo limitados em seus propósitos, objetivam modificar apenas alguns aspectos da sociedade, não tocando no núcleo de sua estrutura institucional. Constituem-se assim, movimentos sociais reformistas, em que o modo de produção capitalista continua existindo, já que as mudanças que acontecem servem apenas para acalmar os ânimos coletivos diante de crises do capital. Todas estas são possibilidades e experiências educativas fora do sistema formal de ensino vivenciadas por meio dos movimentos sociais que tem o seu valor enquanto organização social que poderá vir a ser de classe ou não. Logo, representam um momento dentro da luta, com possibilidades de vir a ser algo a mais na luta pela transformação da realidade vigente, pois há movimentos sociais que pretendem mudanças mais profundas, que atingem as bases da organização social e produzem, então, transformações da sociedade ao

invés de meras mudanças na sociedade. Trata-se, assim, de movimentos radicais, revolucionários, cujas mudanças pretendidas abarcam todos os aspectos básicos da estrutura social (políticos, econômicos e culturais) e são orientados para a total transformação da sociedade segundo alguma representação de sociedade alternativa.

O que queremos dizer é que os movimentos e organizações sociais podem ser ou não de classe. E, aqueles que não são de classe, com o tempo, por meio de suas práticas, podem ir criando as condições necessárias à lutas mais amplas e que expandem a busca pela garantia de direitos na sociedade, o que implica num patamar utópico, na luta por outro tipo de sociedade, já que embora as lutas por direitos e pela cidadania sejam extremamente legítimas, os trabalhadores não terão suas necessidades plenamente atendidas neste modo de produção econômico. De fato, eles podem com sua organização tencionar as relações estabelecidas, mas nesta sociedade nunca as terão plenamente atendidas porque este modo de organização da sociedade legitima a prevalência de uma classe sobre a outra e esta supremacia de classe não é a que privilegia o trabalhador, conforme vimos no capítulo 1.

3.3. Situando o Referencial Teórico sobre os Conceitos de Organização de Classe e Movimento Social

A prática e a temática das organizações de classe e dos movimentos sociais se incorporam como objetos de estudo das ciências humanas e sociais, projetando-se em seguida, como um novo paradigma devido à grande importância prática e analítica que tais objetos de estudo atingiram, tanto na sua concepção empírico-analítica, quanto na sua dimensão de categoria teórica (BRITO, 2005a).

Os principais estudiosos dos movimentos sociais no Brasil gravitam entre as correntes teóricas neomarxistas⁴⁴ e a corrente teórica culturalista-acionalista⁴⁵. Esta última foi gradativamente se consolidando como teoria dos novos movimentos sociais (NMS), que surgem principalmente em meados do século XX, tendo por vezes o objetivo ou a função de ser um *complemento* das lutas de classes dos movimentos clássicos (e, portanto, somando-se a essas lutas) e, outras vezes, são vistos como *alternativos* aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda (substituindo tais lutas)” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Já as organizações de classe, tem como referencial teórico o marxismo, em que a crise capitalista, os novos centros de conflitos e suas novas formas de organização e expressão sociais nada mais são do que novas e diversas maneiras de manifestações da fundante contradição capital/trabalho, fundamento da chamada questão social, que se expressa das mais variadas formas e, as quais os sujeitos enfrentam com um infindável leque de possibilidades. Antes de negar a contradição capital/trabalho como categoria fundante da sociedade capitalista, esses fenômenos a confirmam (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

No pensamento marxista, a centralidade econômico-produtiva, fundante da questão social e suas manifestações expressas na pobreza, desemprego, questões de gênero e ambiental, xenofobia, discriminação racial, etc., não desvanece com as significativas mudanças no mundo capitalista contemporâneo, confirmando, assim, a atualidade da teoria marxista na análise das questões sociais:

⁴⁴ “[...] grupo composto por segmentos marxistas e comunistas que se descolavam da dogmática stalinista e se preocupavam em incorporar as demandas dos ‘NMS’ nas lutas de classes e nas formas de organização clássicas herdadas do marxismo e do leninismo: partido e sindicatos. Ou seja, tratava-se de incorporar as lutas dos ‘NMS’ – lutas que se desenvolviam fora do mundo da produção – à luta política revolucionária. O desafio para esses segmentos era, assim, adequar as organizações clássicas dos trabalhadores e a estratégia revolucionária à essa nova conjuntura das lutas sociais” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 311).

⁴⁵ “A teoria culturalista-acionalista enfatiza a cultura, a identidade e a solidariedade entre as pessoas de determinado movimento social. Segundo esta perspectiva, os movimentos contemporâneos apresentam interesses difusos e não classistas. Por isso mesmo, há um redirecionamento do eixo central das demandas postas na esfera pública, as quais são deslocadas do campo da economia para o campo da cultura. Nesta abordagem, a ênfase está no papel dos indivíduos e não no da classe social e, na mesma lógica, os movimentos são vistos muito mais como agentes de pressão do que de transformação societária. Trata-se, portanto, de uma teoria que procura explicar a ação coletiva em uma perspectiva subjetivista dos fenômenos” (GUIMARÃES e GUERRA, 2013, p. 64).

Assim, o contexto dos anos 1960-1970, de “Guerra Fria”, das lutas sociais inspiradas no Maio de 1968, da crise capitalista e da crise soviética, confirma a continuidade de uma sociedade capitalista, industrial, monopolista, imperialista, mantendo as relações de exploração entre capital e trabalho, que funda e se expressa em variadas formas de contradições e relações sociais (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 324).

Como ressalta os autores supracitados, nessa perspectiva, Estado, sociedade civil e mercado (produtivo e comercial) são esferas da mesma realidade social e histórica. Portanto, todos espaços de lutas e demandas sociais são passíveis de conflitos e disputas. As ações sociais e os movimentos sociais podem se organizar em torno de demandas pontuais e podem se desenvolver em espaços localizados, mas isso não retira o fato de nessa perspectiva, se ter a compreensão de terem vinculação com a forma dada no modo capitalista de produção e distribuição da riqueza, fundada na relação de exploração entre as classes antagônicas, capital e trabalho. Sendo assim, as organizações e movimentos sociais tem impactos positivos ou negativos, transformadores ou mantenedores das relações e estruturas nas esferas estatal, mercantil e da sociedade civil. Logo, não podem, nesta perspectiva, ser pensados e compreendidos “de forma desvinculada da produção e do consumo, das esferas política e econômica, e do Estado e do mercado”, pois “apenas a sociedade civil e a dimensão cultural pouco nos diz sobre estes movimentos” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011). E, ao fazermos o diálogo com a teoria marxista, enfatizamos a questão de classe como o cerne dos debates acerca da transformação social, pois certamente ela é um dos motores da história (FREIRE, 1992, p. 91).

3.4. Sintetizando a Compreensão acerca dos Conceitos

Embora os espaços coletivos sejam ocupados e valorizados como o ambiente de todos, da pluralidade de ideias, de opções políticas, de credos religiosos, a existência da organização se configura também como espaços onde se consolidam direções, se tomam decisões majoritárias, o que necessariamente apresenta os movimentos como ambientes de disputas. Mas, para além das disputas internas, expressam disputas gerais que existem na sociedade, num exercício, muitas vezes,

difícil de se poder constituir acordos. E, entre as diversas organizações e movimentos para enfrentamentos, temos a existência de conflitos estruturais, presentes na sociedade e nas relações de poder e de propriedade (RODRIGUES, 2012).

Em termos operacionais, entendemos os movimentos ou organizações sociais como formas organizadas de ação coletiva, que têm como objetivo mudanças sociais no sentido de modificar bases sociais e políticas que lhes impõem condições opressoras de vida. Essas mudanças podem se realizar na perspectiva de introduzir algo que não existe como decisões participativas em uma entidade, bem como na perspectiva de se oporem a ações que oprimam o *modus vivendi* ou a postura ideológica assumida. Em termos de causa e efeito, partimos do pressuposto de que os movimentos sociais contribuem para a mudança (SZTOMPKA, 1998 *apud* RODRIGUES, 2012).

Porém, com base em nosso referencial teórico, compreendemos que a produção de mudanças planejadas em uma sociedade não pode se eximir de um alto nível de organização formal e de um grau relativamente compromissado com as lutas da classe trabalhadora. Sem esses elementos, corre-se o risco de não se estabelecer uma organização social realmente comprometida com mudanças para além do imediatismo, tornando-se apenas mais uma organização de trabalhadores a ser utilizada pelo capital (RODRIGUES, 2012).

3.5. Movimentos Sociais na Pesca Artesanal Brasileira

A pesca artesanal enquanto atividade humana representa uma modalidade de uso do espaço por meio da apropriação da natureza para o sustento das famílias dos pescadores. “Como modalidade de uso do espaço, a atividade pesqueira interage com as demais formas que a sociedade produz e reproduz seu espaço”. Neste sentido, não encontra-se alheia aos processos de urbanização, industrialização, degradação ambiental, turismo, além dos organismos de gestão das águas. “Frente a todos esses processos, pescadores defrontam-se com um amplo campo de embate e a politização de seu movimento alcança as discussões dessas questões que envolvem seus espaços de vida, moradia e trabalho, seu espaço geográfico e seus territórios”

(CARDOSO, 2001, p. 101). Deste modo, neste item queremos destacar a emergência de um novo personagem social – os pescadores artesanais enquanto um movimento social.

Para este estudo, utilizamos como referencial teórico o estudo de Luís Geraldo Silva (1988) e a Tese de Doutorado em Geografia de Eduardo Schiavone Cardoso (2001), defendida na Universidade de São Paulo (USP) e que conseguiu trazer em linhas gerais uma boa síntese das principais organizações dos movimentos dos pescadores no Brasil.

Conforme os autores supracitados, os pescadores exerceram papel ativo na abolição da escravatura, na Revolta dos Cabanos⁴⁶ e em outros momentos considerados importantes da vida nacional. Porém, ainda que o movimento de pescadores tenha uma temporalidade mais ampla, trazemos como ponto de referência das organizações sociais destes trabalhadores, o chamado Movimento da Constituinte da Pesca, iniciado em fins de 1984 e o seminário sobre pesca artesanal realizado em Brasília em 1985, pois entendemos que estes dois eventos em especial, contribuíram pra criar as possibilidades necessárias para que pescadores pouco a pouco passassem a ganhar visibilidade como sujeitos sociais e políticos.

De acordo com Cardoso (2001) e Silva (1988), na história recente do movimento de pescadores, a Constituinte da Pesca pode ser considerada um marco que deu visibilidade à categoria e alavancou os processos recentes da organização de pescadores. Surgida como decorrência da IV Assembleia Nacional dos

⁴⁶ Ocorreu entre os anos de 1835 e 1840, no Grão-Pará (Pará e Amazonas). Essa província, até a Independência, tinha uma administração diferenciada, pois era vinculada diretamente a Lisboa, portanto não era controlada pelo governo central. A maioria da população do Grão-Pará era composta de mestiços, índios e negros que viviam miseravelmente ao longo das rotas das drogas do sertão, exploradas por uma minoria de brancos abastados. Tanto a situação política quanto a social tornaram essa região muito explosiva. A Revolta teve sua origem através de uma disputa política entre as elites locais acerca da nomeação do presidente da província. A insegurança econômica e social da região fez com que esse embate extrapolasse os limites da elite e envolvesse as camadas populares. Foi dessa maneira que a revolta assumiu caráter social. De um lado, os proprietários de terras, comerciantes portugueses, mercenários e as tropas imperiais enviadas pelo governo central; do outro lado, os pobres, ou seja, os cabanos moradores das toscas cabanas nas beiras dos rios. Daí o nome cabanagem, organização composta por índios, mestiços e negros (Fonte: <http://guerras.brasilecola.com/seculo-xvi-xix/a-guerra-dos-cabanos.htm>).

Pescadores, em 1984, onde pescadores, agentes pastorais vinculados à Comissão Pastoral de Pescadores e técnicos do Centro Josué de Castro⁴⁷, discutiram a necessidade de transformação do Sistema de Representação da Categoria, este movimento mobilizou pescadores de todo o País, visando incluir seus direitos na nova Constituição que estava em elaboração nos anos de 1980.

Cabe lembrar que este sistema compreende a Colônia de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional de Pescadores. Foi criado nos anos de 1920 por iniciativa da Marinha brasileira tendo por objetivo atrelar os pescadores a este organismo de Defesa e “prepará-los” para o novo mercado de trabalho que se configurava com a pesca dita mais moderna (SILVA, 1988), que seria a industrial. Este sistema teve ao longo de sua história, uma marcada intervenção do Estado brasileiro nas esferas de representação dos pescadores. Assim, um dos questionamentos dos pescadores, era justamente a ausência das colônias nas lutas da categoria. Nesse processo, destaca-se o trabalho desenvolvido pela Pastoral dos Pescadores durante os anos de 1970, em plena ditadura, o qual foi de fundamental importância para o início da mobilização dos pescadores, em especial no Nordeste e Norte brasileiros.

Em nossas entrevistas na Z-3, as lembranças desse período da Constituinte encontram significado quando os pescadores artesanais lembram do movimento em que a Colônia trocou sua razão social para Sindicato, momento em que eles refletem as razões, conflitos existentes nessa troca e as consequências geradas por esta mudança.

Quanto à Pastoral dos Pescadores, não encontramos nenhuma menção à pastorais junto aos entrevistados na Z-3. A referência que fazem à Igreja Católica é

⁴⁷ O Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir para a construção e fortalecimento da democracia e da cidadania na perspectiva do acesso aos direitos humanos, através da pesquisa e da intervenção social. Foi fundado em 1979 por pesquisadores pernambucanos, alguns ainda no exílio e vinculados a diferentes Universidades, todos compartilhando do mesmo ideal de contribuir para a retomada da democracia em nosso país. A escolha do nome foi motivada pela identidade intelectual e humana com Josué de Castro, especialmente a independência, espírito crítico e compromisso com o processo de conhecimento e transformação da realidade. Trata-se de uma homenagem ao grande humanista pernambucano que se dedicou à luta contra as causas que originam a fome e a pobreza no mundo (Fonte: <http://www.josuedecastro.org.br/>).

sempre em relação à festividade de Nossa Senhora dos Navegantes e também um pouco sobre o distanciamento da Igreja em relação à comunidade que a ergueu.

À época do lançamento da Constituinte da Pesca, o presidente da Confederação Nacional de Pescadores, como nos anos precedentes, era indicado pelo Ministro da Agricultura. Ocorre que com a Nova República este presidente, ainda que nomeado pelo Ministro, foi indicado pelos pescadores, estando comprometido com os anseios da categoria e formalizando o processo de convocação da Comissão Nacional Constituinte da Pesca em meados de 1985.

Conforme Cardoso (2001), em outubro do mesmo ano foi organizado pela Confederação Nacional dos Pescadores, em Brasília, o Seminário da Pesca Artesanal, que teve participação de cerca de 400 pescadores de todo o País, além de técnicos de várias entidades e os organizadores do encontro. Assim, o Seminário da Pesca Artesanal surge como oportunidade ímpar para que os pescadores possam dar início à luta pela conquista de seu espaço, fazendo valer seus direitos. Logo, o evento teve como finalidade aproximar o pescador dos setores representativos do povo de forma a proporcionar um amplo debate que permitisse a consolidação das bases da Constituinte da Pesca, que deveria se traduzir em marco definitivo na história do pescador brasileiro. No entanto, eles pouco tiveram a chance de falar, já que lhes foi reservado apenas três minutos de participação nos temas que compunham o Seminário (CARDOSO, 2001).

Assim, a Constituinte da Pesca iniciou seus trabalhos por meio da escolha dos delegados estaduais, reuniões para elaboração das propostas, encontros e o trabalho de lobby junto aos deputados constituintes. Esse processo passou por alguns percalços e, em alguns Estados, não houve eleição dos delegados e os deslocamentos para as reuniões do movimento dificultaram a participação dos pescadores, que ainda contavam com opositores no próprio seio da categoria (CARDOSO, 2001).

Apesar das dificuldades, o movimento da Constituinte da Pesca logrou expandir às Colônias de Pescadores os mesmos princípios que regem os sindicatos urbanos, a partir da inclusão do parágrafo único, do artigo 8^o da Constituição Federal aprovada em 1988, dentre eles, a livre associação, não interferência do poder público,

autonomia, unicidade sindical, entre outros. A intenção disso era que se tivesse o fim da tutela sobre as Colônias de Pescadores (CARDOSO, 2001). Porém, a conquista e gestão democrática das Colônias não se deu de forma homogênea. Ao passo que pescadores de algumas localidades conquistaram suas Colônias e Federações, democratizando os processos eletivos e gerindo-as de acordo com interesses legítimos da categoria, em outras situações, predominou o poder do atraso, com interventores nomeados administrando estes organismos, cujos interesses eram alheios à categoria. Na Colônia Z-3, os entrevistados apesar de serem bem antigos na comunidade não guardam lembranças de nenhum representante que não tivesse sido eleito por voto.

3.5.1. O Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE)

Dentre os movimentos da pesca mais conhecidos temos o Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE). Ainda que o MONAPE, enquanto movimento de pescadores, não tenha sido referenciado entre os pescadores artesanais da Colônia Z-3, muito por concentrar suas ações no Norte e Nordeste, trouxemos este Movimento por entendermos sua importância no contexto da história dos movimentos sociais da pesca artesanal que surgiram após a promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo portanto, um marco na história das lutas da categoria a partir desse período.

Após a conquista alcançada pela inclusão do parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal de 1988, os delegados presentes no VI Encontro da Comissão Nacional da Constituinte da Pesca, realizado em abril de 1988, já em fins do processo constituinte, decidiram pelo final do movimento da Constituinte da Pesca e, como estratégia para dar continuidade à mobilização, instauraram um novo movimento com vistas a ampliar a luta destes trabalhadores da pesca. Conforme Cardoso (2001), o saldo positivo desse processo sucintamente descrito, foi a emergência de um novo ator social, organizado em torno de propostas políticas elaboradas pelos próprios pescadores e seus organismos de apoio e que, talvez, pela primeira vez, conseguiram esboçar uma articulação com abrangência nacional.

Ainda que possa ser considerado um avanço no movimento dos pescadores, a concentração das ações do MONAPE no Norte e Nordeste do país e o fato de existirem em 1996, mais de 3/4 de Colônias por serem mobilizadas, demonstra as dificuldades para a articulação de um movimento em nível nacional. Além do MONAPE, outros movimentos e Fóruns foram sendo criados a nível estadual e local, dando continuidade às lutas da categoria.

3.5.2. O Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP)

Na atualidade, outro movimento de força a nível nacional é o Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), cuja base é formada por grupos de pescadores e pescadoras artesanais nas comunidades que assumem os objetivos do movimento de forma organizada e que se fortalecem a partir de coordenações locais, regionais, estaduais e nacional. Segundo a Carta Aberta do MPP, a participação efetiva de mulheres e jovens marca este novo momento da organização, assim como a presença negra e indígena marca sua identidade. O Movimento assume a missão de organizar e formar os lutadores do povo nas águas, como contribuição histórica para a construção de uma sociedade justa.

Destacamos aqui o MPP pela atualidade das pautas de sua luta, as quais refletem as demandas dos pescadores artesanais de forma geral e, em particular, os da Colônia Z-3.

A luta do MPP é pelo respeito aos direitos e igualdade para as mulheres pescadoras; pela garantia de direitos sociais; por condições adequadas para produzir e viver com dignidade. Desta forma, se apresentam como sendo um Movimento de resistência e combate ao capitalismo, bem como de luta pela construção de outra sociedade, tendo como lema:

No rio e no mar: pescador na luta!!!
No açude e na barragem: pescando a liberdade!!!
Hidronegócio: Resistir!!!
Cerca nas águas: Derrubar!!!

Para cumprir sua missão, o Movimento encontra-se articulado a outros movimentos campestros no Brasil, integrando a Via Campesina e a Assembleia Popular.

3.5.2.1. Movimento do Território Pesqueiro

Os pescadores e pescadoras artesanais, embora sejam populações tradicionais com direitos garantidos na constituição e nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, a exemplo da convenção 169 da OIT, não têm uma lei específica como os indígenas e os quilombolas que explicita o direito ancestral ao território e a garantia do seu modo de vida.

Diante deste contexto, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) vem desenvolvendo um intenso trabalho de base com o propósito de animar os pescadores e pescadoras em todo Brasil e a própria sociedade para a luta pelos direitos das comunidades pesqueiras. Junto a isso, vem reunindo forças e agregando parceiros para construir instrumentos legais que garantam a permanência das comunidades em seus territórios.

A campanha pelo Território Pesqueiro foi lançada em Brasília/DF, em junho de 2012 e busca a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro (equivalentes a 1.406.466 assinaturas), para uma lei de iniciativa popular que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras.

Conforme o MPP, defender o direito de pescadores e pescadoras artesanais é garantir na mesa da população brasileira o peixe natural e saudável, ameaçado de extinção devido ao processo de privatização das águas e dos territórios pesqueiros.

3.6. A Forma de Organização de Classe dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS/Brasil)

Um dos objetivos desta pesquisa é compreender e apresentar, de forma crítica, o processo de organização de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS/Brasil). Então, a partir de nossas conversas e entrevistas realizadas nesta comunidade, podemos sintetizar que tendo-se como foco a organização de classe, a pesca artesanal nesta localidade encontra-se socialmente organizada em Sindicato, Colônia, Fórum, Cooperativa, Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais (MPPA) e na atuação das Mulheres no campo da participação nos assuntos de interesse da classe e na luta por melhores condições de vida para os moradores da Z-3. Neste contexto, buscamos apresentar aqui cada uma dessas organizações para em seguida, apresentarmos nossa compreensão acerca da organização social destes pescadores artesanais, tendo como base a pesquisa realizada. Sendo assim, temos a Z-3 organizada em:

3.6.1. Sindicato/Colônia

A Colônia de Pescadores Z-3 possui um Sindicato, o Sindicato dos Pescadores do Município de Pelotas (figura 33), que em sua fundação em 29 de junho de 1921, recebeu a denominação de Colônia, mas que no ano de 1987 trocou sua razão social para Sindicato. O Sindicato encontra-se registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, é filiado à Federação dos Pescadores e Aquicultores do Rio Grande do Sul e possui assento junto ao Fórum da Lagoa dos Patos.

Mais recentemente, em 18 de outubro de 2012⁴⁸ temos a criação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores Profissionais e Artesanais de Pelotas, surgida como contraposição à política desenvolvida pelo Sindicato.

⁴⁸ Data de abertura de seu CNPJ.

Apesar da Constituição Federal em seu art. 8º consagrar o Princípio da Unicidade Sindical, entendendo-se que não poderá haver a existência de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, há hoje na Z-3 uma disputa entre essas duas entidades em relação à sua legalidade.

Este fato pode gerar uma relação complicada para a definição de representação legal dos pescadores junto aos órgãos regulamentadores do setor. Mas, se por um lado esta duplicidade é ruim, por outro, este tensionamento causado pela disputa de espaço de representação entre ambas acaba gerando um movimento de atuação dos representantes que não querem perder seus filiados, afinal a ocupação de cargos em entidades representativas de classe é uma forma de poder local, visto que a figura de representante destas entidades é carregada de prestígio social na comunidade, o que possibilita conquistas de interesses diversos, servindo até mesmo como um trampolim político.

Enquanto segue o curso legal desta discussão, ambas vem desempenhando os papéis de entidades representativas da pesca artesanal, com atividades que giram em torno da legalização profissional do pescador e de sua inserção no âmbito dos direitos e benefícios sociais, como seguro defeso, aposentadoria, auxílio doença, auxílio maternidade, entre outros. Como nos revela o presidente do Sindicato da Z-3:

Hoje, na verdade, nós viramos uns despachantes, fazemos documentos e documentos e tem cada vez mais portarias. Então a gente tem um funcionário o dia todo pegando documentos para renovar, carteira pra renovar. Quase toda a documentação de pescadores de Pelotas vem pra cá. Se faz ofícios, pra Marinha, pro Ibama e esse é um dos serviços essenciais e isso não deveria ser o essencial. Tu não consegue fazer um trabalho social. [...]

Nós encaminhamos aposentadoria, auxílio maternidade, direto com o INSS. E é isso, não tem muito mais que a gente consiga fazer. A gente não consegue organizar uma festa, ficamos fazendo serviço burocrático, como pagamento de INSS.

Uma questão que gera conflitos entre pescadores artesanais e representantes de sindicatos e/ou colônias diz respeito à regra prevista no estatuto da colônias de 1973 que no seu artigo 20º, diz que somente os sócios quites com a colônia e/ou

órgãos Federais e/ou Órgãos Estaduais ligados à pesca e tendo sua documentação devidamente atualizada, poderão tomar parte nas Assembleias e assinar o livro de presença. Com base nesta regra, é comum que entidades representativas representem os interesses somente daqueles pescadores artesanais que estejam em dia com as suas mensalidades.

Para a sustentabilidade dos sindicatos e colônias de pescadores, as contribuições na forma de mensalidades ou anuidades pagas pelos filiados são essenciais. O valor da mensalidade é de 14 reais mensais e, mesmo sendo relativamente baixo, a queixa de inadimplência é recorrente, como mostra a fala de um dos entrevistados:

É que o pessoal aí não gosta de pagar nada, eles querem receber o seguro, mas tem que pagar cento e poucos pila por ano pra associação e eles não querem pagar. Se precisam de um médico eles vão lá pedem uma força pro [Presidente] e ele dá uma chance, diz que tem que pagar, mas tem cara que já deve mais de três anos e não paga (Entrevistado 4).

Agora mesmo, nessa época de defeso é um desespero, dizem que não teve safra, mas porque não pagaram com o seguro defeso? Sem vergonhas, é o que são, para não pagar cento e poucos pila (Entrevistado 1).

A contribuição é utilizada para manutenção das infraestruturas, pagamento de funcionários, encaminhamento de documentos dos próprios pescadores para órgãos responsáveis como a Marinha, Previdência Social, IBAMA, etc.

Outra questão que gera polêmica na questão da organização de classe é a questão da permanência de representantes no poder.

Eu me desliguei mais da Colônia porque eles não obedecem as regras, porque de dois em dois anos tem que trocar o presidente, mas eles são como ditadores, então isso não servia pra mim. [...] pra mim não me serve isso daí, porque se vai mal tem que ter alguém que pelo menos...tem que fazer uma reunião com aqueles caras que já foram, pra saber deles o que eles pensam sobre isso ou sobre aquilo... (Entrevistado 2).

No caso da Colônia, sua fundação ainda é muito recente, estão na primeira administração. Já, o Sindicato, tem a mesma diretoria há 4 mandatos, sendo que cada mandato tem duração tem 3 anos. Apesar de haver eleições trienais, a chapa da situação se manteve, conforme podemos observar abaixo, na fala do entrevistado.

Nas últimas eleições teve uma chapa de oposição e que perderam, nas duas vezes. Então se “desbundaram” e criaram o que hoje estão chamando de Colônia (Entrevistado 1).

Salienta-se que a entrevista acima, ocorreu antes da última eleição do Sindicato, ocorrida em 29 de agosto de 2015. Para este pleito de 2015, não houve apresentação de chapa de oposição, permanecendo, então, a situação na representação da entidade.

Figura 33 – Sindicato da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo pessoal.

3.6.2. Fórum

O Fórum da Lagoa dos Patos é uma importante instância representativa dos pescadores artesanais da região sul do estado do Rio Grande do Sul, compreendendo os pescadores artesanais dos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, São Lourenço do Sul e, mais recentemente, também o município de Tavares.

O Fórum da Lagoa dos Patos foi criado em 1996, juntamente com o Comitê da Lagoa Mirim (COMIRIM), como espaços de formulação e mediação de conflitos que buscam a democratização das ações de fiscalização e controle para a gestão dos recursos pesqueiros. A criação destas instâncias representa um ato-limite⁴⁹ dos pescadores artesanais da região sul do Rio Grande do Sul em relação ao fator gerador dessa organização, que foi o declínio da produção pesqueira. Logo, podemos entender que o estopim que gerou a organização dos pescadores artesanais em um Fórum foi a escassez do “recurso pesqueiro”, onde os pescadores artesanais organizam-se em busca de alternativas para não deixarem de existir enquanto categoria profissional, pois é daí que tiram o seu sustento e o de suas famílias.

O Fórum surge com uma finalidade esperançosa de criar possibilidades para o setor, confirmando uma premissa básica do materialismo- histórico-dialético de que na crise se desenvolvem as possibilidades de criação do novo. O novo, que no caso em questão é o Fórum da Lagoa dos Patos, se apresenta como um movimento social em processo de desenvolvimento para a superação das situações-limite que fazem, nesta sociedade, o pescador artesanal ser menos.

A criação do Fórum representa, assim, um ato-limite, impulsionado pela necessidade de “dirimir conflitos sobre um espaço de exploração de recursos naturais”, a partir do reconhecimento das modificações neste estuário que é “um dos maiores criadouros naturais do mundo, qualidade que lhe permitiu uma sobre-

⁴⁹ São atos que se dirigem à superação e à negação do dado, da aceitação dócil e passiva do que está aí, implicando dessa forma uma postura decidida frente ao mundo (Fonte: http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/paulo_freire_hoje/04_pf_hoje_reinventando_pf.html).

exploração dos recursos pesqueiros nos últimos 50 anos, principalmente para abastecer a indústria de pesca sediada em Rio Grande” (PEREIRA, 2005, p. 27).

Essa concentração de riquezas se deu com base na expropriação dos pequenos produtores, os quais assistiram “à diminuição de seus cardumes e o seu empobrecimento gradativo”. Além dos tantos outros conflitos relativos à pesca numa sociedade “modernizada”. “Deste modo, parece-nos que quanto mais se moderniza a indústria pesqueira, mais dura fica a vida do pescador artesanal” (PEREIRA, 2005, p. 31), principalmente no que se refere à captura do camarão-rosa, grande riqueza natural da Lagoa dos Patos. Esta constatação de Pereira, refere-se às políticas desenvolvimentistas promovidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), a partir de sua criação em 1962.

Ao longo dos quase vinte anos de existência do Fórum da Lagoa dos Patos, os pescadores vão mantendo presença em alguns temas de maior interesse da categoria, em outros temas que julgam menos importantes, não tanto. Sobre a questão do interesse de participação dos pescadores artesanais em espaços de discussão como o Fórum da Lagoa, os entrevistados da Z-3 dizem:

Se tu falar que vai ter um Pronaf ou que vai sair um dinheiro de graça, enche o salão, se falar que vai sair mais uns meses de seguro, enche o salão, vai vir um sacolão, enche o salão, mas se for como agora no fim do mês que tem o Fórum, pra discutir o melhor para o pescador, tem vezes que não vão 10, tais vendo como é? (Entrevistado 1).

No entanto, reconhecem a importância que o Fórum tem para a pesca artesanal da Lagoa dos Patos:

As vezes tem pessoas que criticam o Fórum, mas lá as coisas são resolvidas, ou pelo menos se tenta resolver...cesta básica, seguro defeso...tem que passar por ali [...]. O próprio seguro defeso, se conseguiu através do Fórum, algumas Instruções Normativas...Qualquer questão que envolva a pesca aqui, tem que ser assinado pelo Fórum (Entrevistado 6).

Eu acredito...eu acho que tem que ter [...] é importante...é necessário...porque se tu vai no Fórum, tu fica informado de tudo... (Entrevistado 7).

Reconhecem também a representatividade do mesmo:

Hoje teve eleição na Federação das Colônias e eu não vejo porque ir a uma eleição de Federação se não tem força. O Fórum tomou essa força. Antes eles vinham aqui pra gente fazer o encaminhamento de matrículas, por exemplo, mas hoje, depois da criação do Fórum, não se precisou mais disso. Agora mesmo, temos audiência com o Capitão da Marinha, porque pra mim, não está bom o atendimento na Capitania. Eu vou lá, levo documentos, retorno e não está pronto ainda. E isso a Federação fazia, mas com a criação do Fórum, ele assumiu essa função. Quando eu vejo falar mal do Fórum eu enlouqueço. Quando se imaginou que um presidente de Colônia ia ser atendido por um Capitão? Antes, tinha que ir na Federação e a Federação e que ia resolver.

[...]Com certeza, sem o Fórum eu acho que a gente estava perdido...daí seria a Federação, onde se tu canta a música deles, tudo bem, mas do contrário não. No Fórum não tem isso (Entrevistado 6).

Cabe lembrar que as reuniões do Fórum acontecem mensalmente, nas últimas quintas-feiras de cada mês em sistema de rodízio entre os municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul. O sistema de rodízio contribui para não concentrar somente em um município o poder de reunir seus pescadores, tendo em vista que há dificuldades de se locomoverem para outros municípios, em função, principalmente, dos gastos com transporte.

Nas reuniões do Fórum (figura 34), junto aos pescadores artesanais somam-se acadêmicos, políticos, outros agentes da pesca que não são pescadores artesanais, representantes de órgãos ambientais e relativos à pesca, Ministério Público, Ministério do Trabalho, dependendo da temática a ser enfocada. O problema das muitas pessoas que não são pescadoras e que estão no Fórum é que, dentre elas, pode haver aquelas com interesses até mesmo divergentes dos pescadores. Assim, existem desde aqueles que se interessam pela causa destes trabalhadores, como também oportunistas, que veem neste espaço uma forma de desenvolvimento de projetos; o próprio Estado, na figura dos representantes dos órgãos ambientais e da

pesca, bem como pessoas que se denominam pescadores, como os comerciantes (conhecidos como atravessadores), dentre outros.

Outra situação presente no Fórum diz respeito às necessidades de mudanças nas legislações que regem a pesca artesanal. Esta demanda possui aspectos complexos em relação às questões administrativas e jurídicas, as quais não são tão simples de serem resolvidas, pois se chocam com normatizações que, se por um lado, podem, por exemplo, resolver a situação imediata destes trabalhadores quanto às questões econômicas relativas à escassez dos recursos pesqueiros, por outro, certamente criarão conflitos em outras tantas questões, pois na natureza tudo está interligado e, pensar nisto, do ponto de vista de um regramento jurídico que contemple todas essas esferas sem causar prejuízo a ninguém é uma tarefa muito difícil.

Não estamos dizendo que a luta por melhores condições na pesca artesanal não é válida, muito pelo contrário. Entendemos que as políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida e, portanto, de trabalho deste setor, tão precarizado e ao mesmo tempo tão resistente, precisa reunir as condições necessárias de articulação dos saberes de experiência-feito dos pescadores com outros conhecimentos que lhes permitam sair do universo de discussões para a proposição de ações. Mas, a realidade que se observa se refere à “dificuldade que se tem de ultrapassar a fase de meras denúncias para a formulação de propostas legítimas e de qualidade dentro da comunidade” (PEREIRA, 2005, p. 49).

Podemos elencar diversos fatores que interferem num desenvolvimento mais autêntico dos pescadores artesanais junto ao Fórum da Lagoa dos Patos. Alguns são inerentes à própria organização em si, a qual precisa que os pescadores ganhem autonomia e, para terem esta autonomia, é preciso que estejam munidos de um conhecimento para além do saber de experiência-feito⁵⁰ que possuem em relação à arte da pescaria, mas uma compreensão de como a pesca se estrutura no campo político-administrativo e jurídico, de forma que consigam compreender a complexidade que rege a sua atividade. Precisam compreender as relações e

⁵⁰ “Ao referendar o valor epistemológico dos saberes de experiência feitos, Paulo Freire contribui para que possamos perceber a experiência cotidiana como lugar de fecundas aprendizagens. A valorização do senso comum, naquilo que ele tem de bom-senso é, na perspectiva do autor, um dos caminhos para a desdogmatização da ciência e para o fortalecimento de educação em diferentes contextos” (FARIA e CHRISTOFOLI, 2011, p. 25).

conexões da sua atividade com as demais esferas sociais e que, as implicações que as mudanças que julgam necessárias fazer implicam em outras áreas, para, então, estarem unidos para além do saber de experiência-feito, de um conhecimento que lhes proporcione ir para o embate em condições de discutir as questões que lhes dizem respeito, mas com coerência que lhes garanta êxito.

Lembrando que estar na luta junto com os pescadores artesanais na defesa de seus direitos não se restringe a dizer o que querem ouvir, mas lutar por aquilo que é pensado junto, tem fundamento e é necessário ser feito. Em outras palavras, toda a luta por melhorias para este setor e para seus trabalhadores é válida, o que percebemos ser preciso é uma coerência entre o necessário e o possível, no que entendemos que a educação ambiental crítica voltada para a compreensão do funcionamento político-administrativo e jurídico da pesca poderá contribuir com os pescadores artesanais reunidos neste Fórum.

Então, o Fórum da Lagoa dos Patos pode ser entendido, em tese, como um espaço de educação, condizente com os pressupostos da educação ambiental crítica, na medida em que nele pode ser propiciado o desenvolvimento de uma experiência coletiva de diálogo, como palavra que não pode ser privilégio de poucos, pois é no diálogo uns com outros que a consciência crítica sobre a realidade vai tomando forma. Assim, como os Círculos de Cultura que Freire traz como espaços organizativos de diálogo entre os trabalhadores, ao Fórum da Lagoa dos Patos cabe a tarefa de, ao planejar suas atividades, direcionar a ação educativa, explicando a relação entre conhecimento gerado e a organização dos oprimidos, ambos meios necessários para a concretização de ações rumo à mudança (LOUREIRO e FRANCO, 2012).

Assim, as condições de opressão e expropriação inerentes ao modo de produção capitalista chocam-se tão profundamente com a humanização que vão criando nos indivíduos uma espécie de suportamento em relação às condições em que vive, até o momento em que estas se transformam em situações-limites, tornando-se insuportáveis a ponto de exigir uma ação do sujeito oprimido. Essas ações poderão ser mais ou menos autênticas na medida em que os sujeitos conseguem compreender as causas daquilo que lhe oprime e que, de forma geral, se apresenta apenas aparentemente e, muitas vezes, como situações fatais, imutáveis e até mesmo míticas.

É por meio do diálogo que o Fórum vem existindo, com avanços e tropeços, inerentes aos próprios movimentos sociais. Paulo Freire na *Pedagogia da Esperança* já alertava sobre a dificuldade de mover as pessoas da anestesia histórica, geradora de uma certa apatia, de um certo imobilismo, à preocupação e ao debate político (FREIRE, 1992).

A participação popular se dá através das formas de associativismo e pelos movimentos sociais que possibilitam a formação de identidades coletivas e ideários comuns, pré-requisitos para a demanda coletiva de direitos e para a criação de novos valores e normas para a vida societária, ressaltando que, no caso específico dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos, os encaminhamentos se dão desta forma, pois, a partir das discussões nos grupos e entidades que compõem o Fórum, eles passam a se enxergarem coletivamente e o processo educativo caminha no sentido de conscientizar para o uso do bem comum (PEREIRA, 2005, p. 48).

Nas entrevistas realizadas durante a Tese, podemos observar que, de certa forma, há o reconhecimento da importância da participação dos pescadores artesanais no Fórum, conforme a fala do entrevistado 7 “Eu acho que [o Fórum] atua bem...é que a gente dá uma forçadinha também”, diz a entrevistada referindo-se ao fato deles, pescadores artesanais, terem que buscar seus interesses e necessidades junto ao Fórum, e nos dá um exemplo de sua “forçadinha”:

Aqui [na Z-3] tem um projeto de sustentabilidade com a Emater...Isso foi de um tempo pra cá, um ano mais ou menos pra cá, porque eles não tinham técnico, então no Fórum eu pedi e eles destinaram uma guria pra cá. Em umas quantas reuniões eu pedi. Deve ter em ata.

Eu não lembro quanto tempo faz, mas a Miriam estava no Ministério ainda quando veio aqui falar de um Pronaf para as mulheres...mas e aí, quem faz isso aqui? Então na época eu comecei a cobrar muito, em todos os Fóruns...eu ainda dizia que não era uma crítica à EMATER, mas que a gente estava precisando mesmo, com muita necessidade (Entrevista 7).

Destarte, o que antes era fechamento vai aos poucos dando lugar ao desenvolvimento de uma consciência crítica de ser e estar no mundo e, ao mesmo tempo em que esta consciência se desenvolve, o sentimento de superação de nossos

próprios limites vai se impondo. Portanto, a participação é uma luta diária, lenta, permeada pelo diálogo, por meio do qual os seres humanos juntos vão se recriando e pouco a pouco aprendendo a efetivar e a exercer sua liberdade, assumindo a função de sujeitos de sua própria história em colaboração com os demais.

A educação ambiental crítica se estabelece por meio da ação coletiva dos trabalhadores a possibilidade de se descobrirem por meio da retomada reflexiva do próprio processo em busca do inédito-viável. Entendemos que é preciso uma educação voltada para a cidadania, uma educação para a luta com os trabalhadores, que precisa partir das necessidades elencadas por eles próprios.

Assim, apesar de todos os limites e contradições existentes no Fórum, este representa a esperança renovada de pescadores a partir da luta e é nesta luta que fortalecem sua esperança, numa relação dialética que vai se desenvolvendo sem muitas vezes ser percebida. A esperança é uma necessidade ontológica do ser humano na busca por ser-mais, de estar sempre em busca de sua humanização. Esse processo será tão maior quanto maior for o desenvolvimento da consciência crítica da realidade.

Entendemos o Fórum como Paulo Freire entendeu os círculos de cultura, quando ele diz que, os oprimidos, as classes populares, juntos e em colaboração, ao reelaborarem o mundo e reconstruí-lo, percebem que este mundo, embora construído por eles, não é para eles, que humanizado por eles, não os humaniza. Assim, percebem que as mãos que o fazem, não são as que o dominam e que este mundo destinado a liberá-los como sujeitos, escraviza-os como objetos. Assim, é que vão retomando reflexivamente o movimento da consciência que os constitui como sujeitos. É assim, que os seres humanos não criam as possibilidades de serem livres, mas aprendem a efetivá-las e a exercê-las. Logo, aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção. Dizer sua palavra equivale, assim, a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo (FREIRE, 1987).

Utopicamente, o Fórum precisaria vir a ser como aquilo que Gramsci (1980) definiu como Partido, ou seja, o lugar que constitui-se no intelectual coletivo, no

organismo educador por excelência, onde intelectuais e massa elaboram a hegemonia, dão coesão e consenso à classe e criam as condições concretas para a instauração do novo bloco histórico. É, portanto, o promotor e organizador de uma reforma intelectual e moral, visando, assim, as condições para um posterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular” (LOPES, s/a, p. 42).

Figura 34 – Reunião do Fórum da Lagoa dos Patos em Pelotas – Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo Fórum da Lagoa dos Patos.

3.6.3. Cooperativa Mulheres da Lagoa⁵¹

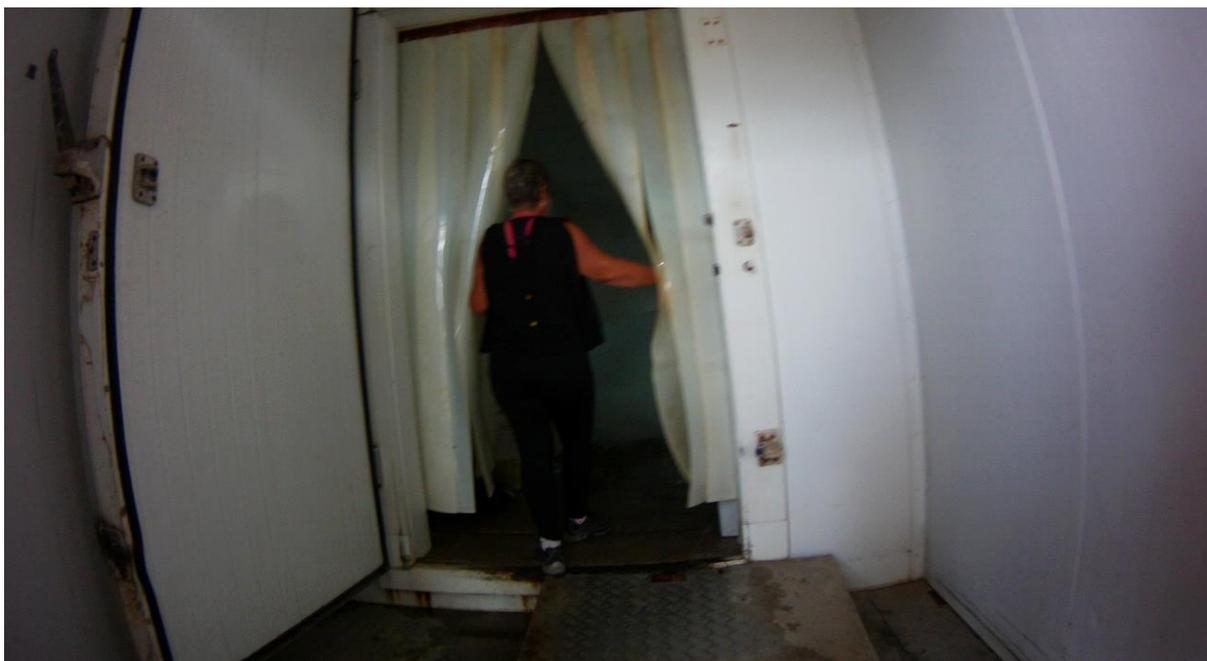
Cabe destacar, a iniciativa das mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal da Colônia Z-3 quanto à Cooperativa Mulheres da Lagoa. Em 2005 uma

⁵¹ Sobre a Cooperativa Mulheres da Lagoa, destacamos que os dados aqui elencados fazem parte do acompanhamento que temos feito da Z-3 durante o desenvolvimento de nossa Tese, mas principalmente do acompanhamento que fizemos da safra do camarão no ano de 2013, no município de Pelotas-RS, durante o Projeto *Análise das Cadeias Produtiva das Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul* e que teve os resultados organizados no Relatório de Pesquisa *As Mulheres da Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos-RS*, de autoria de Luceni Hellebrandt, Tatiana Walter e Lúcia Anello (2015).

fábrica de gelo foi instalada na comunidade, utilizando recursos obtidos através de política pública. Na ocasião, a Cooperativa Lagoa Viva fez a gestão do estabelecimento, mas acabou contraindo muitas dívidas que, inclusive, resultaram na interrupção do funcionamento da fábrica de gelo. Mas, no ano de 2011, um grupo de mulheres se reuniu para dar um novo rumo à fábrica de gelo da Colônia Z-3 (figuras 35 e 36), formando a Cooperativa Mulheres da Lagoa, com registro oficial de abertura datada em 09 de abril de 2013.

Assim, a atuação desta cooperativa que reunia vinte e duas mulheres fornecia à comunidade o gelo que necessitam. Segundo informações da presidente, em 2013 o valor de venda da caixa com 20kg para o pescador artesanal era de R\$2,50 e para outros, como peixarias e eventuais compradores, a caixa era vendida ao preço de R\$3,00. A jornada de trabalho é dividida entre as cooperadas, sendo que algumas trabalham no turno da manhã, revezando com as que trabalham no turno da tarde, dentro do horário de funcionamento das 7:00h até as 20:00h, sem fechar ao meio dia. Quanto à renda das vendas, após eliminadas as despesas, o lucro é dividido em forma de remuneração para as cooperadas.

Figura 35 – Fábrica de Gelo da Colônia de Pescadores Z-3 (foto interna 1)



Fonte: Cadeia Produtiva (2013)

Figura 36 – Fábrica de Gelo da Colônia de Pescadores Z-3 (foto externa 2)



Fonte: Cadeia Produtiva (2013)

Com base nesta organização de mulheres, é possível observarmos que a classe trabalhadora, objetivando a sua hegemonia, vem buscando a socialização dos meios de produção, o que por extensão vem a contribuir para com a descentralização da propriedade privada. Ainda que as mulheres da Cooperativa possam não ter ainda o desejo de se organizar em uma luta política, a garra de movimentar-se para fazer diferente, faz com que estas mulheres sejam lembradas como organizações da pesca artesanal da Colônia Z-3. Não é a Cooperativa em si que faz a diferença para as pessoas com quem conversamos, mas sim as mulheres organizadas.

Apesar das dificuldades, a cooperativa vinha se mantendo até o presente ano, conforme podemos observar em nossas idas à Z-3. No entanto, de acordo com relatos das participantes no Seminário “Mulheres da Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal”, ocorrido em 24 de Junho de 2015, em Rio Grande, a Cooperativa Mulheres da Lagoa teve suas atividades suspensas. Os motivos destacados para a interrupção das atividades foram as dificuldades de manutenção, associado à ocorrência de duas safras frustradas de camarão, em anos subsequentes.

3.6.4. Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais (MPPA)

Na Colônia de Pescadores Z-3, temos como movimento constituído, o Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais, o MPPA. Este movimento surgiu no ano de 2003 a partir da relação que foi se estabelecendo entre a organização social dos pescadores artesanais da comunidade e suas lideranças e intelectuais orgânicos que viam a necessidade de uma organização que desse coesão ao movimento como modo de se poder avançar na luta pela hegemonia desta comunidade pesqueira artesanal (figura 37).

Suas principais bandeiras de luta são:

- O resgate e afirmação cultural da pesca artesanal;
- Incentivo a formas alternativas de organização como grupos coletivos, associações, cooperativas, etc.;
- A exigência de extensão pesqueira com profissionais qualificados para o trabalho em comunidades de pescadores;
- Fomento de formas alternativas de comercialização e agregação de valor ao pescado;
- Manejo adequado dos recursos hídricos para sua preservação;
- manutenção dos direitos sobre o livre acesso aos estoques pesqueiros, exigindo o estabelecimento e a proteção de áreas de uso exclusivo para os pescadores artesanais e para que seja proibida a prática de pesca predatória nas “bocas da Barra” permitindo, assim, a entrada dos cardumes nas águas do estuário; fiscalização diferenciada para o pescador artesanal, de modo a se promover a cidadania do trabalhador e reprimir a comercialização de pescado abaixo do tamanho mínimo permitido pela legislação vigente;
- Legislação adequada e promoção de políticas públicas para o setor;
- Reconhecimento do trabalho da mulher pescadora na água ou em terra;
- Legislação previdenciária e trabalhista específica para o pescador artesanal;
- Seguro para frustração de safra; manutenção do seguro em períodos de defeso;

- Que só possa ser considerado pescador artesanal aquele que realmente viva da pesca, ficando apenas um órgão em nível federal responsável pela emissão do documento.

Esta organização facilitou a relação da comunidade zetrense com o Poder Público. Assim, o Movimento que hoje é liderado na Z-3 por uma pescadora que é uma forte liderança na comunidade, é o responsável pelas articulações que se dão na Z-3, desde articulações internas, fazendo ligações entre os interesses da classe como um todo, como os pescadores artesanais que estão no Sindicato e também os da Colônia, assim como articulações externas, por meio da relação com o Estado, o que pode ser observado pela relação com a Cooperativa organizada pelas mulheres da Z-3, a organização das Feiras do Peixe e hoje também a organização da Associação destes feirantes, além do desenvolvimento das casas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Figura 37 - Primeira Reunião do MPPA (2003)



Fonte: Manifesto de Criação do MPPA.

3.6.5. As Mulheres da Z-3 na Luta

Pensando na organização de classe da Colônia Z-3, o nosso acompanhamento e conversas com os pescadores artesanais da comunidade, bem como as entrevistas que realizamos, nos mostrou que além do Sindicato, Colônia, Fórum, Cooperativa e Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais, a Colônia Z-3 possui na figura da mulher zetrense, o que chamaríamos de representante da classe da pesca artesanal na Z-3. “Aqui mais forte é a mulher, até na política, a mulher é quem anda na frente” diz o pescador artesanal aposentado, de 87 anos.

Pelo que pudemos entender das longas conversas com os pescadores artesanais da comunidade, o histórico da constituição da mulher nesse universo masculino da pesca, se deu não só em virtude de muitas delas irem para a água pescar e também trabalharem na despesca, mas principalmente por elas terem conquistado espaço naquilo que os homens deixavam de lado por acharem menos importante, que são as reuniões de interesse da categoria da pesca artesanal, como podemos observar nas figuras 38 a 40 e, na fala de dois dos entrevistados:

Faz uma reunião lá, vai mais as mulheres, mas os homens não vão, e sempre foi assim, pra gente organizar uma coisa aqui era difícil (Entrevistado 2).

Quando meu irmão⁵² retornava das reuniões do Sindicato e eu perguntava se tinha ido bastante gente ele me dizia: Mais uma reunião de viúvas de maridos vivos. Ele dizia sempre isso e não é que não deva participar mulher, é que vão as mulheres e os vagabundos dos homens ficam em casa (Entrevistado 1).

Certo é que, indo por interesses próprios ou para representar seus companheiros pescadores, as mulheres da Z-3 foram conquistando seu espaço no que se refere aos assuntos de interesse da categoria, não somente na Colônia ou na Cooperativa, mas também tomando à frente na luta por políticas públicas que

⁵² O entrevistado faz referência a seu irmão que fez parte da Diretoria do Sindicato e que era uma liderança da Z-3, mas que já é falecido há muitos anos.

melhorem as condições de vida da comunidade. A conquista deste espaço, com certeza se deu por meio da participação, pois como relatado por elas mesmas, os homens só participam de reuniões “quando o sapato aperta, só quando é interesse deles, porque se não...é mais fácil pegar as mulheres...”. Segundo esta entrevistada, a mulher que participa das reuniões tem o poder de persuasão e conseguem organizar a homogeneidade da categoria porque conforme suas palavras “tu tem que trabalhar com a cabeça da mulher, pra mulher fazer a cabeça do homem dentro de casa...aqui é assim...até o político em que ele vai votar quem diz é a mulher...” (Entrevistado 7).

E, dessa forma a hegemonia da pesca artesanal na Colônia Z-3 vem sendo traçada conforme essas mulheres vem conquistando espaços, seja em entidades representativas, como os sindicatos e colônias, em suas participações no Fórum, no Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais ou em outras reuniões de interesse da categoria como as que promovem as Prefeituras, Universidades e entidades como Emater e, no campo das políticas públicas, pois ao estarem cientes do que vem ocorrendo no mundo, ao buscarem articulações e conseguirem feitos para a comunidade, passam não somente a serem respeitadas, mas admiradas pelo potencial do trabalho que desenvolvem, sendo grandes referências para a comunidade.

Figura 38 - A presença de mulheres da Colônia Z-3 no Fórum da Lagoa dos Patos, em reunião realizada em Pelotas – RS (Foto 1)



Fonte: Acervo Fórum da Lagoa.

Figura 39 - A presença de mulheres da Colônia Z-3 no Fórum da Lagoa dos Patos, em reunião realizada em Pelotas – RS (Foto 2)



Fonte: Acervo Fórum da Lagoa.

Figura 40 - A presença de mulheres da Colônia Z-3 no Fórum da Lagoa dos Patos, em reunião realizada em Pelotas – RS (Foto 3)



Fonte: Acervo Fórum da Lagoa.

3.7. Sintetizando o Processo de Organização de Classe dos Pescadores Artesanais da Z-3

Em nosso acompanhamento dos pescadores artesanais da Colônia Z-3, com o intuito de poder pensar sua organização de classe, chegamos a sistematização apresentada no item 3.6. Assim, Sindicato, Colônia, Fórum, Cooperativa, Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais e o movimento das mulheres é aquilo que mais se aproxima do que estamos entendendo como organização de classe, conforme apresentamos no item 3.2.

Sindicato e Colônia são as entidades representativas de classe, realizam o necessário para que o pescador artesanal filiado esteja com sua documentação em ordem para o exercício da profissão. Então, funcionam como uma forma de organização da classe, mas em nosso entendimento, a burocratização dos seus serviços tem feito com que não consigam avançar para uma organização de classe.

Neste sentido, o Fórum da Lagoa tem conseguido suprir parte daquilo que poderíamos chamar de elementos necessários à organização de classe, à medida em que pescadores artesanais se juntam para debater questões relativas à atividade, o que colabora com o desenvolvimento da hegemonia destes trabalhadores. Porém, embora tenha o potencial de vir a se constituir como bloco histórico onde a consciência de classe seja o cerne das discussões travadas, as reuniões ainda versam muito sobre demandas pontuais da pesca, pois ainda não se avançou na compreensão do objetivo do Fórum. Deste modo, há representantes de Colônias que levam para o Fórum tarefas que são de competência das Colônias realizar.

A Universidade Federal do Rio Grande atua junto à Coordenação do Fórum, assessorando na secretaria executiva e, embora procure balizar o que é de competência ou não do Fórum, encontra limites no que se refere a possibilidade de avançar no processo de conscientização, já que o Fórum não é de pescadores artesanais, mas sim um Fórum da Lagoa, então, reúnem em um mesmo espaço diferentes entidades com objetivos e interesses muitas vezes divergentes. Por ser um espaço de disputa é que se faz tão importante o desenvolvimento dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos, como é o caso da Z-3, para suas atuações no Fórum,

de modo que não sucumbam na luta pela classe e avancem na conquista da hegemonia.

A Cooperativa, por sua vez, é uma organização social das mulheres da Z-3. Trouxemos dentro da parte da organização de classe porque o movimento destas mulheres de se desacomodarem diante da realidade e tocarem esta cooperativa com todas as dificuldades existentes, representa uma organização da classe da pesca artesanal da Z-3. Então, esta organização social das mulheres apesar da importância do trabalho de uma cooperativa dentro de uma sociedade capitalista, para nós, pode ser pensada enquanto uma organização que caminha rumo ao que pensamos ser uma organização de classe. Assim, o que faz a Cooperativa estar no rol das organizações sociais que vão ao encontro de uma organização de classe na Z-3 é a atuação das mulheres que a compunham.

O Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais (MPPA) é um movimento criado em 2003 e que funciona como articulador e desenvolvedor das diferentes organizações sociais existentes na Z-3 e também junto ao Poder Público. Por ser coordenado por uma forte liderança dos pescadores artesanais da comunidade, é muitas vezes confundido com a própria figura da liderança, pois nas falas dos entrevistados, exceto de um e do intelectual orgânico entrevistado, o nome do Movimento não aparece e sim a atuação da liderança que o coordena.

Deste modo, a prática das mulheres da Z-3 na Colônia, na Cooperativa, no MPPA, nas reuniões, nas políticas públicas é aquilo que mais se aproxima do que entendemos como organização de classe, porque buscam defender seus interesses e expressar suas vontades, no sentido de superar sua condição de subalternidade, contudo, ainda carecem de um reconhecimento enquanto classe trabalhadora, visando a conquista de hegemonia sobre a sociedade e não somente na luta por questões mediatas que visam a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos.

Compreendemos que na Z-3 há organizações sociais muito ativas com grandes movimentos por parte dos zetenses, principalmente no que se refere ao trabalho das mulheres que participam das reuniões e vão criando as condições necessárias para que a vida na comunidade seja melhor. Assim, ganha destaque a Cooperativa, o Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Movimento dos Pescadores Profissionais

Artesanais (MPPA), as Feiras do Peixe, as festas como a Festa do Peixe e de Nossa Senhora dos Navegantes. Em todas essas, há a forte atuação da mulher.

Nesse sentido, a Z-3 possui importantes organizações sociais, que encontram-se num forte processo de amadurecimento enquanto organizações de classe, por conterem em si fortes elementos para o desenvolvimento da consciência de classe, conforme veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

O PAPEL DAS LIDERANÇAS E DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS NO DESENVOLVIMENTO DA HEGEMONIA DA CLASSE TRABALHADORA DA PESCA ARTESANAL NA COLÔNIA Z-3

4.1. Considerações Gerais

A hegemonia, que não se confunde com mera dominação, expressa a direção e o consenso ideológico (de concepção de mundo) que uma classe consegue obter dos grupos próximos e aliados. Logo, constituir-se como classe hegemônica significa construir e organizar interesses comuns e 'tornar-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais' (GRUPPI, 1991). Este é, portanto, um conceito de suma importância quando se trabalha com a questão da organização de classe de trabalhadores.

Pensando no universo da Colônia de Pescadores Z-3, temos diversas organizações sociais com diferentes graus de desenvolvimento da criticidade inerente à consciência de classe, mas em todas elas há muito forte o papel das lideranças e de intelectuais orgânicos como o articulador do desenvolvimento da hegemonia dos trabalhadores organizados nestes espaços coletivos, o que vai criando condições propícias ao desenvolvimento na Z-3 do que Gramsci (2014) chamou de catarse, ou seja, a conquista progressiva de uma unidade político-ideológica, de direção de classe, articulando seus interesses e necessidades na busca da superação dos seus limites, sendo portanto, a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional), de atuação nas organizações sociais apenas com fins econômicos, ao momento ético-político de desenvolvimento da consciência de classe, sendo a catarse então, o processo de elevação da consciência da classe em si à classe para si.

Desta forma, neste capítulo, trazemos o papel das lideranças e dos intelectuais orgânicos no desenvolvimento da hegemonia da classe trabalhadora da pesca artesanal na Colônia Z-3, como forma de criar possibilidades de uma contra-hegemonia à hegemonia dominante na sociedade vigente.

4.2. As Lideranças

Neste item, buscamos discorrer acerca do que propomos como segundo objetivo da pesquisa, que é conhecer e apresentar o papel desempenhado pelas lideranças no processo de transformação social a favor da classe trabalhadora da pesca artesanal na Colônia Z-3 (Pelotas, RS, Brasil).

Justificamos nossa escolha por Gramsci e Freire, como principais referências sobre lideranças pela forma como eles marcaram presença no seu tempo histórico, promovendo processos que envolviam a sociedade, por meio de organizações educacionais e políticas. Nas palavras de Sérgio Pedro Herbert (2007), mesmo estando no exílio (Freire) ou no presídio (Gramsci), estavam envolvidos com grupos sociais com objetivos organizativos em defesa da emancipação humana e da liberdade política.

Para Gramsci e Freire, todos os lugares eram propícios para o desenvolvimento de lideranças sociais e políticas, propiciando condições para fomentar lideranças. Esta era uma postura que fazia parte de seu estar no mundo. Foram dois personagens históricos que se aproveitavam de momentos, por vezes adversos, para criar relações sociais desenvolvendo atividades voltadas à construção de uma nova civilização por meio de seus projetos éticos, políticos e educacionais. Eles não perdiam ocasião para incentivar multiplicadores de suas propostas de transformação da sociedade. Com objetivos de promover conscientização e organização para que a base da sociedade se tornasse classe dirigente da própria história por meio de relações dialógicas e, por vezes, por meio de confrontos, não temiam a luta e o sacrifício para oferecer condições favoráveis para incentivar sujeitos multiplicadores, partindo do conhecimento e reconhecimento da própria realidade (HERBERT, 2007).

Então, com base nos referidos autores, o conceito de liderança pode ser entendido como um atributo do coletivo àqueles que encarnam o espírito da coletividade, levando-a a compreender a realidade e o melhor caminho a ser seguido num determinado momento histórico, com vistas ao alcance da autonomia, cada vez maior, de um grupo, o que implica diálogo e não ter medo do confronto e da luta.

Na fala do Entrevistado 2, que descreve a atuação de uma liderança local, podemos observar os atributos que a comunidade vê naquele que considera como liderança.

E ela se vira aí, corre pra um lado, corre pra outro e vou te dizer mais, ela é mais criativa que todo mundo aí da volta, porque qualquer coisa ela te resolve, o que tu tiver de problema, como matrícula... ela não é boba, ela mete o peito mesmo... (Entrevistado 2)

Nesta fala podemos entender que a atribuição da qualidade de liderança à alguém da comunidade se dá pela presença de elementos tais como inquietude diante do que está posto: “E ela se vira aí, corre pra um lado, corre pra outro”. Talvez esta seja uma das características mais observadas naqueles que foram citados como lideranças da Z-3: ação, ou seja, aquele sujeito que não adere ao conformismo e está sempre agitando mudanças.

A ação (prática) possui uma relação dialética com outra característica apontada na fala: a criatividade. A criatividade é um elemento fundamental no sujeito liderança, pois a realidade da sociedade em que vivemos é a de metamorfosear-se para manter-se hegemônica, exigindo para sua transformação, a criatividade dos sujeitos para contraporem-se a “ordem” vigente. A criatividade advém da prática, do agir sobre o mundo visando transformá-lo, o que leva à transformação também do sujeito que inferiu a ação. A curiosidade crítica é condição relevante na constituição de lideranças, pois demonstra o seu grau de abertura frente a possibilidades e sonhos. A curiosidade fortalece a persistência na luta por uma conquista, o que corrobora igualmente sua criticidade pela participação e conhecimento produzido ao longo de um processo construído coletivamente (HERBERT, 2007). Da criatividade advém o conhecimento que será tanto maior quanto maior e mais autêntica for a prática desses sujeitos.

Assim, é que o entrevistado reconhece na figura da liderança, um sujeito que sabe resolver os problemas da comunidade. Conhecer a realidade do lugar e das pessoas que aí vivem e buscar a transformação em prol destas, implica assumir um posicionamento de classe, que no caso em questão, é ao lado da classe trabalhadora, logo entra em cena uma outra característica também presente na fala do entrevistado:

“ela mete o peito mesmo”, ou seja, o de ter clareza em suas convicções a ponto de não temer o embate sempre existente.

A capacidade de enfrentar desafios e estabelecer confrontos é uma característica primordial às lideranças. O confronto com autoridades, por exemplo, está marcadamente presente na vida dessas lideranças. Conforme os ensinamentos de Gramsci *apud* HERBERT (2007), a figura da liderança está associada a confrontos e quem assume a postura de liderança não pode temê-los.

É claro que as lideranças sentem medo. O medo é um sentimento natural do ser humano. Como diz Freire (1986) “Os que estão abertos à transformação sentem um apelo utópico, mas também sentem medo”. Mas, o que as lideranças não permitem é que seu medo seja injustificado, imobilizando-os. Assim, estando seguros de seus sonhos políticos, uma das condições para continuarem a ter este sonho é não se imobilizar diante do caminho para sua realização.

Na vida em sociedade, onde cada pessoa age com consciência e vontade, o processo transformador do sonho possível em realidade concreta não é automático, mas depende das atividades conscientes dos seres humanos. Logo, o desafio de enfrentá-los e superá-los é próprio de quem assume o compromisso político em favor de uma causa.

Apesar dos sujeitos assumirem a postura de lideranças, é a comunidade da qual fazem parte que os compreendem como tal. Assim, a construção do conceito de liderança no seio de uma comunidade é produzido pela coletividade que aí vive, correspondendo, desta forma, às orientações que determinado grupo social projeta.

A coletividade continuamente traça funções que necessitam ser realizadas e as lideranças são aqueles sujeitos que tomam à frente, ou seja, dão o impulso inicial necessário a pôr em movimento determinada questão ou projeto, a fim de que se tenha sua concretização. É o dia a dia do lugar e das pessoas que aí vivem que vai ditar o que precisa ser feito, as suas prioridades. Estas funções, em grande parte, são de cunho relacionado à busca por mudanças na qualidade de vida da população, estando associada à execução de políticas públicas e programas de governo, como por exemplo, a organização das feiras do peixe e a implementação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Outras funções atribuídas às lideranças, mas aí muito mais ligado às lideranças que encontram-se vinculadas à entidades representativas como Colônia e Sindicato são aquelas voltadas ao asseguramento de direitos conquistados pelos pescadores artesanais como o seguro defeso, por exemplo. Mas, mesmo estas atividades, tem também a contribuição das lideranças que não ocupam cargo no sindicato/colônia:

Eu acabo dando suporte [para o Presidente do Sindicato] ...faço algumas coisas que as gurias não conseguem fazer lá no Sindicato...como talão do produtor...elas fazem lá, mas também sei fazer, porque pra mim elas fazem, mas como são funcionárias, elas não tem aquele intuito de querer saber mais, fazem só o básico e deu...a gente não, vai sempre aprendendo a fazer mais (Entrevistada 7).

Dessa forma, conforme as atribuições do coletivo, a liderança poderá assumir uma postura democrática e dialógica ou autoritária. Conversando com os pescadores artesanais mais antigos, muitos nomes fazem parte das lembranças daqueles que um dia estiveram na posição de liderança na Z-3.

Tem o Roberto Bastos que trabalhou e depois foi presidente da Colônia, o sogro dele também, o falecido do Pitanga, eram uns caras que trabalhavam (Entrevistado 4).

Os daqui foram o falecido do Pitanga (que é avô do Beto da Z-3), o João Polaco, que foi o primeiro presidente, depois da reorganização, mas quando nós organizamos o Pitanga já estava junto. Depois teve o Silvino, que era da Ilha da Feitoria, que foi o segundo presidente, depois foi o Pitanga. E daí foi passando de dois em dois anos, agora e que não passa mais, o [Presidente atual] foi ficando (Entrevistado 2).

Na fala dos entrevistados 1, 9 e 10 aparece também o nome de um outro representante de pescadores na trajetória do Sindicato e o qual denominam de Chim. Segundo os entrevistados este foi o único representante da história do Sindicato que não era pescador.

Ficou claro para nós ao questionarmos quem foram as lideranças da Z-3, que no imaginário deles há duas representações sociais distintas. A primeira é a da figura da liderança enquanto líder num sentido de estar numa posição (cargo ou função) que o coloca como representante da comunidade. Por outro lado, há neles um segundo entendimento do que é liderança para o qual manifestam profundo entusiasmo na fala ao recordarem os antigos ou falarem nos atuais. Assim, para os zetrenses entrevistados, há a clara diferença entre o líder enquanto figura que chegou a ser representante e um líder da classe, que para eles é o agitador, aquele que luta junto com o pescador artesanal. Isso nos ficou claro a partir de falas como:

Nada impede de mesmo eu não estando na diretoria de ajudar no que for preciso. A gente não precisa estar na diretoria para ajudar (Entrevistado 1).

[...] [citou o nome da liderança] é mais disponível, é trabalhador mesmo, ele nunca está parado, ele sempre está para um lugar e outro, então pra nós ele é muito bom (Entrevistado 5).

Logo, pelo que podemos acompanhar, dificilmente um sujeito poderá enquanto liderança, encarnar de forma acabada, definitiva e individualista a condução do grupo social, pois quando o sujeito realmente é uma liderança, a condução social se dá de forma conjunta, por meio de articulações (agregações entre os sujeitos da comunidade) e não de forma linear, excludente e autoritária.

O sujeito líder é o sujeito incumbido de representar um grupo social. É um sujeito concreto, dentro de uma realidade histórica, com uma formação cultural produzida pela vivência coletiva no seu tempo. Deste modo, outra condição necessária no processo de constituição de lideranças é o sentimento de pertencimento aos movimentos que a sociedade vive em determinado tempo e espaço, pois o líder precisa mover-se dentro de um espaço onde luta em favor do coletivo, uma vez que seu objetivo é contribuir com a organização, entendida como algo que vai além da ideia de estabelecer ordem ou dar ordens, mas de promover o bem comum, pensar uma ordem social onde haja espaço para que as pessoas existam com qualidade de vida.

Com este sentimento, foi que as construções das casas, fruto do PNHR, por exemplo, começaram a ganhar forma na Z-3, pois conforme a fala da liderança que encabeça a implementação dessas políticas na comunidade, podemos perceber que aquilo que ela deseja para si própria, deseja também para os demais membros da comunidade, não apenas na forma de um desejo subjetivo, mas que ganha forma com a objetivação da luta para sua concretização. Assim, diz ela sobre o que ensejou a busca pela implementação dessa política pública na Z-3: “Na época minha casa era de telha francesa, então eu sabia que se eu conseguisse, os outros também iam conseguir...eu sabia que aqui muita gente estava precisando” (Entrevistado 7). Desse modo, vemos que a liderança é a unidade indissolúvel entre o que se pensa sobre o mundo e o que se faz na luta política.

Com base nas entrevistas, entendemos que o líder é capaz de despertar o desejo nas pessoas de pensarem o seu tempo, participarem da construção do espaço onde habitam; colaborar com propostas na melhoria das condições de vida, sendo capaz de possibilitar com sua prática, o desenvolvimento de outras lideranças:

[...] eu fico até um certo ponto e depois vou caindo fora...agora mesmo, o pessoal da feira, a gente tá fundando uma associação de feirantes...mas assim ó, na primeira que teve eu era presidente, só que deu uns problemas internos e eu retirei do advogado os documentos e já falei: é outro presidente e eu não quero nem saber de diretoria. Aí dizem assim: eu vou ser presidente, mas quem vai fazer é tu. Não. Eu vou te ajudar. Mas pra mim não está dando...Eu tomo a iniciativa e vou deixando pra elas trabalharem... (Entrevistado 7)

Uma questão a ser destacada no estudo das lideranças é a capacidade de organização da coletividade presente nas lideranças da comunidade. Conforme podemos observar na fala transcrita acima. A liderança enquanto novo intelectual tem uma finalidade organizativa e construtora de uma nova sociedade. É um personagem que promove a coparticipação enfatizando o projeto a ser seguido em favor da coletividade (HERBERT, 2007).

A organização fortalece os sujeitos e é interessante notar que o ser humano quando se sente forte não quer que nenhum outro lhe imponha sua vontade e controle suas ações e pensamento. Essa situação pode ser observada por nós durante nossas

conversas com uma liderança local sobre como chegou a ser reconhecido como liderança da Z-3. Este pescador nos contou sua trajetória, afirmando que nem sempre foi como é hoje, pois durante muitos anos não quis saber de nada que referia-se à organização da classe. No entanto, por muita insistência de outras lideranças convidando-o a participar das reuniões e discussões acerca da pesca, ele acabou indo e entendendo o objetivo das reuniões, a importância da participação e da organização no fortalecimento da categoria. É por meio de sacrifícios e disciplinamentos que, aos poucos, se moldam convicções que fazem brotar transformações da realidade material e espiritual constituindo uma personalidade histórica daqueles que desejam vencer a luta contra a subjugação (HERBERT, 2007).

Cabe ressaltar para o exemplo supracitado, o papel das lideranças enquanto articuladora de novas lideranças. Como no caso que estamos ilustrando, as lideranças funcionam como animadores de um processo crítico e inovador, onde o conhecimento é continuamente criado numa dinâmica marcada por uma interação entre os sujeitos.

Assim, pouco a pouco, conforme participava das reuniões e discussões acerca das questões de interesse de sua classe, foi que nosso Entrevistado 1 percebeu que foi se modificando ao ponto de não conseguir mais ser aquele que um dia foi, um pescador que conforme suas próprias palavras: ia do barco para casa e da casa para o barco; já não conseguia mais ficar nas reuniões de braços cruzados somente ouvindo. Foi nestas participações que começou a sentir o frio na barriga de quem não consegue ser apático aos acontecimentos do mundo e, quando se deu conta, estava dizendo sua palavra, atuando em prol de sua classe. Dizer sua palavra implica aqui, romper com a cultura do silêncio imposta e hegemônica pela ideologia dominante nesta sociedade. A manifestação da palavra é a expressão do mundo, o que proporciona o desenvolvimento da autonomia (FREIRE, 1987).

Vemos assim que as experiências constituem o sujeito liderança, proporcionando-lhe conhecimento e, este conhecimento contribui com o desenvolvimento da consciência crítica, ou seja, com o aprofundamento da tomada de consciência ou de um ir além da face espontânea de apreensão da realidade, o que significa estar em condições de problematizar o mundo. Esse conhecimento requer uma ação transformadora (isto é, humanizadora) sobre o objeto cognoscível que no caso desta pesquisa é a realidade opressora. Desta forma, vemos que quanto

mais há o desenvolvimento crítico da consciência sobre as contradições da sociedade em que vivemos, mais fácil será o desenvolvimento de indignação à “ordem” estabelecida e do conseqüente comprometimento com o processo que se instaura.

Assim, entendemos como Herbert (2007) inspirado na *Pedagogia do Oprimido* de Freire, que o oprimido necessita desvelar o seu mundo, defrontar-se com a realidade externa e consigo mesmo para que possa constatar este mundo da opressão. Frente a esta constatação, precisa comprometer-se na vida concreta por meio de uma práxis que tem duas dimensões – ação e reflexão. O oprimido caminha por meio desta pedagogia na sua transformação e para a transformação do mundo. O caminho inicial e permanente é a tomada de consciência da própria situação que acompanha o processo. E, no processo, a pedagogia deixa de ser uma pedagogia dos oprimidos e se torna pedagogia dos homens e mulheres em constante libertação.

4.3. Os Intelectuais Orgânicos no Processo de Transformação Social

4.3.1. Considerações Gerais

Saberes sociais, ou seja, os conhecimentos presentes na cultura das comunidades pesqueiras como é o caso da Z-3, atrelam-se aos interesses da classe trabalhadora, constituindo-se em instrumentos que orientam a práxis social, muito contribuindo para fortalecer sua capacidade organizativa, manifestada nos movimentos sociais.

Estes saberes não resultam de ações individuais, mas sim de uma gama de relações sociais que permeiam a materialidade histórica dos homens e mulheres pertencentes à comunidade. Saberes Sociais e Movimentos Sociais constituem, assim, um amálgama, no sentido de um pressupor o outro, o que em nosso entendimento se constitui em uma relação dialética entre o que os pescadores e pescadoras artesanais da Colônia Z-3 conhecem a partir da realidade vivenciada e o que, desta realidade, é produzida por meio deste conhecimento que vai se

desenvolvendo mais e mais, a partir da atuação destes trabalhadores. Logo, quanto maior a prática social, maior será a possibilidade de transformação.

Como bem assinalou Sztompka (1998) *apud* Rodrigues (2012), os movimentos sociais são os mais notáveis produtores de mudança social porque partindo da reunião e organização dos trabalhadores e trabalhadoras, produzem mudanças planejadas na sociedade. Neste sentido, entendemos que não basta o mero agrupamento de pessoas, mas é a organização de todas que põe em movimento determinado fim previamente estabelecido pela classe.

Neste contexto, os saberes produzidos pelos trabalhadores da pesca artesanal em suas comunidades se tornam imprescindíveis na articulação que põe em movimento suas lutas quer por melhoria nas condições de vida da comunidade, manutenção dos direitos e garantias historicamente conquistados e, outros tantos direitos, porque lutam cotidianamente, como a luta pelo respeito à cultura e à tradicionalidade de suas atividades numa sociedade excludente na qual as comunidades tradicionais são frequentemente marginalizadas.

Podemos considerar a Colônia de Pescadores Artesanais Z-3 como uma comunidade em que está presente uma organização social caracterizada por um movimento social da pesca artesanal, haja vista que encontra-se presente aí, organizações de trabalhadores objetivando mudanças na comunidade, desde aquelas que lhes possa garantir condições de existência em tempos de defeso até as que se consubstanciam na participação no Fórum da Lagoa dos Patos, por exemplo.

Essa organização será mais qualificada do ponto de vista dos interesses e necessidades dos trabalhadores quanto mais se conseguir desenvolver no seio destas organizações a consciência de classe, que é um compromisso histórico, pois implica no compromisso com o mundo e, portanto, também com nós mesmos, como sujeitos que fazem e refazem o mundo e, assim, sua própria história.

Neste instante, a conscientização não se encontra mais somente na relação consciência/mundo, mas transcende, convidando-nos a assumirmos uma posição utópica frente ao mundo. Saber que não apenas estamos no mundo, mas com o mundo e também pelo mundo; da mesma forma, que somos seres condicionados e não determinados e que, portanto, nossa possibilidade de transformar a realidade que

nos oprime e nos explora é a mesma que rege a história da humanidade e nos permite produzir novas formas de viver em sociedade (FREIRE, 1987).

Esse sentimento de coletividade pode ser observado nas lideranças que organizam os movimentos sociais da Z-3, os quais sabem que sonhar o sonho coletivo, passa pelo desejo de uma forma justa, fraterna e humana de viver em sociedade. Esse é o primeiro passo para a transformação social: saber que a utopia⁵³ é possível, pois a tarefa de construção de uma nova hegemonia não poderá ser obra de uma pessoa singular, mas de um organismo no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada na ação (GRAMSCI, 1980).

No entanto, para que o processo de consciência de classe ganhe força a fim de se constituir na Z-3 a hegemonia da classe trabalhadora da pesca artesanal, a figura do intelectual orgânico enquanto promotor do desenvolvimento de lideranças e articulador das massas, se faz necessário. Em nossas entrevistas com as lideranças da Z-3, as quais nos contaram o seu processo de envolvimento na luta com e pela classe, vimos que todos eles tinham um agente motivador que os mostrou a importância da participação e o sentido da luta. Esse agente promotor do desenvolvimento da ação nos sujeitos são os intelectuais orgânicos.

4.3.2. Os Intelectuais Orgânicos da Colônia Z-3

Não é à toa que Gramsci vê os intelectuais como funcionários da hegemonia, superando assim, a visão tradicional de intelectual a qual sempre foi traduzida na figura do grande literato, do filósofo e do artista renomado, ou seja, um elemento da elite cultural. Para Gramsci (1989), em todo trabalho humano, até no mais mecânico deles, está presente a necessidade de certo esforço intelectual, por isso, todo homem e mulher é também um intelectual, pois para Gramsci, o ser humano é captado em suas múltiplas dimensões, sendo impossível separar o *homo faber* do *homo sapiens*,

⁵³ O utópico para Freire é a dialetização dos atos de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante, exigindo para isso conhecimento crítico e sendo, portanto, um compromisso histórico.

embora tenha sido esta a tentativa da burguesia industrial durante todo o século XX (GRAMSCI, 1989; BUONICORE, 2011).

Conforme Gramsci (1989):

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1989, p. 7-8).

Desta forma, Gramsci faz uma divisão entre aqueles que produzem a teoria e a cultura e aqueles que, de uma forma ou de outra, as reproduzem. Isto tem consequência na elaboração de uma estratégia de luta ideológica, na luta pela superação da hegemonia das classes exploradoras.

Na Colônia Z-3, vemos que boa parte dos intelectuais atuantes no processo de formação de lideranças na Z-3 são oriundos da própria comunidade, como é o caso de nosso entrevistado que ao ser questionado sobre a origem dos intelectuais que atuam ou atuaram na comunidade, nos diz:

Eu acho que são dali [da Z-3]. Uma boa parte sim. Houve algumas ajudas externas nesse processo do movimento. Enfim, pessoas que combinavam um pouco com as ações que eles tem lá e que estavam em lugares estratégicos, na Universidade, na Emater, em órgãos públicos de forma geral, pessoas que não são dali, mas que contribuíram para fortalecer este movimento.

Essa fala nos remete ao que Freire (1987) diz em *Pedagogia do Oprimido*, isto é, que "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Logo, vemos que as lideranças de uma comunidade não se formam do nada e sim no processo de atuação junto a movimentos e organizações sociais, junto aos intelectuais orgânicos que funcionam

como promotores do despertar do interesse e compromisso político das pessoas com o processo de transformação social.

É possível observar também as interlocuções com setores do Estado, onde na fala do entrevistado destaca-se a Universidade e a Emater. Isto demonstra que a comunidade se fortalece na medida em que consegue aliados aos seus projetos societários que estejam em pontos estratégicos de poder dentro da sociedade.

4.3.3. A Atuação dos Intelectuais Orgânicos na Formação de Lideranças

Gramsci (1989) defende que os intelectuais possuem um vínculo orgânico com uma classe. No entanto, cada grupo social possui sua própria camada de intelectuais ou tende a formá-la. Para ele, é justamente este vínculo orgânico que, em última instância, define socialmente qualquer intelectual.

Dependendo do grau deste vínculo orgânico entre o intelectual e sua base, temos um tipo de intelectual, sendo que as camadas de maior influência e de maior poder de coesão é que possuem maior ligação orgânica com uma das classes fundamentais, em especial com a classe que detém a direção política e econômica da sociedade e do Estado.

A atuação do intelectual orgânico serve, portanto, não para limitar a atividade científica, mas para forjar um bloco que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. Essa formação se contrapõe à orientação burguesa, já que pressupõe ruptura, transformação.

Isso não quer dizer que no próprio coletivo de pescadores artesanais não tenham surgido também intelectuais orgânicos, pois o próprio intelectual orgânico entrevistado por nós durante nossa pesquisa, é oriundo da Colônia Z-3. Em sua trajetória de militância, trabalhou junto ao Movimento dos Sem Terra (MST) onde sua constituição como intelectual orgânico da comunidade de onde veio, começou a ser potencializada. Mais tarde, já na Prefeitura Municipal de Pelotas, local estratégico para se poder utilizar o poder do Estado a favor da classe à qual defende, pôde sentir que,

diante do contexto social, se a comunidade da Z-3 não se organizasse, não avançariam. Assim, ele relata que as pessoas foram se aproximando e juntos foram discutindo e construindo processos promotores do desenvolvimento social e político da comunidade.

Como diz nosso entrevistado:

A Z-3 até bem pouco tempo atrás, era uma comunidade muito frágil em termos de organização e hoje eles tem se destacado em algumas questões...O processo vai moldando, vai transformando (Entrevista com Intelectual Orgânico da Z-3, 17/11/2015).

Sobre esta sua fala, em relação a ser o próprio processo de luta (práxis) o principal responsável por formar lideranças, ele exemplifica os recentes acontecimentos de enchentes na comunidade neste ano de 2015. Neste episódio, de acordo com o entrevistado, os moradores da Z-3 além de sofrerem as consequências das cheias na Lagoa, sofreram com a prioridade dada pelo governo municipal aos atingidos no Laranjal⁵⁴, ficando os zetenses em segundo plano nos atendimentos, precisando eles mesmos se organizarem para atenderem uns aos outros em suas necessidades. Nesse momento, as pessoas precisam agir e, assim, há a reflexão sobre o que os difere do Bairro Laranjal enquanto prioridade de um governo, segundo o entrevistado.

Então, quando se distingue entre intelectuais e não intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais. Isso significa que não existem não intelectuais, pois não há como separar a totalidade que constitui o saber e o pensar. Logo, a categoria intelectual orgânico não está ligada ao domínio de capacidades intelectivas formais oriundas do universo escolar, mas à capacidade dos trabalhadores também se tornarem sujeitos de sua organização e luta (SIMIONATTO, 2009). E, essa relação é mais estreita (mais orgânica) quando o intelectual se origina da própria classe que representa (GRAMSCI, 1989; BUONICORE, 2011).

⁵⁴ Balneário da Cidade de Pelotas-RS.

O intelectual orgânico, no interior da classe a que pertence tem a função a nível econômico, cultural, social, político e ideológico de organizador, dirigente e educador, pois é no terreno do senso comum que se alastra a consciência para a hegemonia. Nesse particular, concorre o papel da ideologia orgânica das massas, que permite a tomada de consciência de sua posição. Dessa forma, a organicidade está em organizar a vontade coletiva, aglutinando os homens-massa, antes dispersos e submetidos a uma posição social de subordinação (LOPES, s/a, p. 42).

Superar o senso comum e o modo de pensar corporativo, produto das relações sociais da sociedade burguesa, significa redirecionar a práxis política no sentido de propiciar às classes subalternas a libertação das formas de pensar homogeneizadas pelo pensamento liberal e o fortalecimento de seus projetos e ações na construção de uma contra-hegemonia e no desenvolvimento da hegemonia da classe trabalhadora (SIMIONATTO, 2009, p. 45).

Para Gramsci (2014), a constituição de uma hegemonia das classes subalternas requer uma intensa 'preparação ideológica das massas', uma construção de uma nova concepção de mundo, de uma nova forma de pensar ('reforma intelectual e moral'). Nesse sentido, a hegemonia, como 'direção intelectual e moral', incorpora uma dimensão educativa, na medida em que a formação de uma consciência crítica é um dos alicerces de uma ação política que procura conquistar a hegemonia (COUTINHO, 2011). Requer, portanto, a passagem da classe em si à classe para si. Segundo Gramsci *apud* Coutinho (2011), se uma classe social não é capaz de efetuar a catarse, não pode representar os interesses universais de um bloco social e, por conseguinte, não pode conquistar a hegemonia na sociedade.

Na Z-3, o que temos prioritariamente são lideranças formadas a partir destes intelectuais orgânicos, por meio do trabalho educativo, na tarefa de elaborar o senso comum e elevar as classes subalternas ao nível da consciência crítica, constituindo uma classe capaz de instaurar uma nova hegemonia, um novo bloco histórico:

Como a gente trabalhou muito na lógica da organização e do fortalecimento do movimento, eu acho que o papel foi um pouco o de estar auxiliando no processo de formação. A gente nunca pensou...pelo menos eu, nunca pensei em fazer um curso de formação de lideranças na Z-3. A gente nunca trabalhou nesta perspectiva (IO, 17/11/2016).

Em sua análise, o intelectual orgânico entrevistado conclui que é no processo de organização social e de classe que a formação de lideranças se estabelece. Destaca que houve cursos de formação técnica para atuação dos zetrenses nas cooperativas e feiras e que isso também acabou contribuindo para que estas lideranças se constituíssem. Enfim, para ele, assim como para nós, o enfrentamento dos desafios é o que vai formando as lideranças:

Ali na Z-3 foi um pouco isso. As pessoas foram vindo, a gente foi auxiliando nas posturas com o Estado e as pessoas foram se constituindo.

[...]

Eu fiz o papel de ponte entre aquilo que eu conhecia (Intelectual Orgânico da Z-3, 17/11/2015).

4.4. O que falta para que a Colônia de Pescadores Z-3 seja uma organização de classe?

A pesquisa com os trabalhadores da pesca artesanal da Colônia Z-3 nos possibilitou compreender que na comunidade há muitas e fortes lideranças e organizações sociais, muitas das quais tem desenvolvido a consciência de classe no sentido de seu reconhecimento enquanto classe trabalhadora.

De modo geral, podemos dizer que a comunidade como um todo funciona com diferentes organizações sociais, seja vinculados à colônia, sindicato, cooperativa, movimentos sociais ou a uma ou outra liderança e cada uma com seu grau de maturidade em relação ao desenvolvimento desta consciência, mas que estão caminhando no sentido de seu desenvolvimento. Como podemos ouvir de um intelectual orgânico da comunidade:

Se pegar a comunidade como um todo eu acho que ainda não tem [organização de classe]. Tem algumas lideranças que tem essa visão, mas não tem na comunidade como um todo. [...] Tem muita gente ali [na Z-3]. Estão num processo de transição. Embora tenham ali diversos grupos, na

hora do pega pra capturar, eles se unem atuando de forma conjunta (Intelectual Orgânico da Z-3, 17/11/2015).

Entendemos que é o reconhecimento da categoria pescador artesanal enquanto classe, o promotor do querer fazer mais e melhor e, isso faz com que se queira aprender e todas essas relações levam ao comprometimento com o mundo e sua transformação.

Ao nosso ver, embasados nos ensinamentos de Sanchez Vásquez (2011), falta a prática para o atendimento não de uma necessidade prático-utilitária, mas para as necessidades gerais humanas, isto é, para além do atendimento às necessidades particulares dos envolvidos diretamente com as organizações sociais da Z-3, ou seja, o sentimento de coletividade, sentimento muito presente nas lideranças locais, mas que precisa ser o sentimento também dos demais membros da comunidade, mas isso se dá com o tempo, por meio do envolvimento dos sujeitos com o processo. E isso nunca é homogêneo.

A necessidade de manutenção da existência faz com que muitas das ações sejam para o atendimento das necessidades mediatas de produção da vida o que, se por um lado, dificulta o processo emancipatório de desenvolvimento da consciência de classe, necessária à conquista da hegemonia da classe trabalhadora, por outro lado, podem levar à compreensão da opressão, impelindo a classe trabalhadora à luta, para a construção de uma outra hegemonia.

Dessa forma, temos a confirmação da nossa hipótese de que existem contradições inerentes ao modo de produção capitalista que dificultam a emancipação dos trabalhadores da pesca artesanal no geral e, no específico, na Colônia Z-3 (Pelotas, RS, Brasil). Assim como é verdadeira a premissa de que são as próprias contradições do modo de produção capitalista, as responsáveis pelo movimento de luta e resistência dos pescadores artesanais da Colônia Z-3.

A organização dos trabalhadores é condição importante para não se permanecer na posição de oprimido, subalterno. Sem ela, os trabalhadores continuarão fadados a contribuir para com a hegemonia do capital, tanto que Marx e Engels (2008) em *O Manifesto do Partido Comunista* dirigiram suas práticas

discursivas a necessidade de conchamar: “Proletários de todos os países, uni-vos!”, porque as condições materiais que estão postas para os trabalhadores no interior do capital, não condizem com uma vida plena. E, esta organização será tanto mais forte quanto mais se conseguir avançar no processo de participação dos grupos nos espaços de discussão das questões referentes ao trabalho que desenvolvem. Conforme podemos observar na fala do entrevistado abaixo:

O pescador é muito desunido...faz uma reunião e vai meia dúzia de gente, mas agora, se faz uma reunião pra dizer que vão dar dinheiro pra alguma coisa, daí enche...

Às vezes tem reunião que interessa pra eles, como proibição de pesca e não vai ninguém. Colocam ônibus de graça pra eles irem a reuniões e vai meia dúzia. Agora se dão uma sacola, faz fila, até brigam. Então não são unidos, cada um puxa pra um lado; cada um parece que quer ver o mal do outro, pescador é assim. Agora mesmo, tem o seguro defeso e tem muita gente que não pesca e ganha o seguro defeso, mas porque tem os documentos e tem pescador com mais de 20 anos que não tiram os documentos, daí ficam brabos com o [presidente do sindicato], que ele é culpado, mas a culpa não é dele, a lei é pra todos (Entrevistado 2).

Eu acho que os pescadores são meio desunidos, não são pessoas que se unem, por exemplo, se forem proibir uma coisa que eles acham que não devem ser proibido, não se juntam todos pra ir lá e dizer que não deve ser assim, vão só cinco ou seis e os outros depois ficam perguntando como foi lá, mas não vão lá pra ajudar, porque como diz o ditado, a união é que faz a força (Entrevistado 2).

É comum a fala de que o pescador artesanal não só da Z-3, mas os pescadores de forma geral, são desunidos e que não participam. No entanto, pensamos que a questão é para além disso. A categoria pescador, especialmente o artesanal, foi historicamente oprimida e secularmente se viu perdendo espaço, território, direitos, garantias. Não é uma vida fácil. Na arena de disputa que é sociedade capitalista, encontram-se em desvantagem no que se refere ao poder de contraporem-se à dura realidade vivida.

Então, a maneira de contraporem-se a esta realidade precisa ser feita por meio da organização qualificada destes trabalhadores, ou seja, não adianta unirem-se se

não sabem para onde nem como vão proceder. Por isso, dizemos que a organização precisa ser qualificada e esta qualificação se dá por meio da participação. Como nos disse Pereira (2006), ninguém nasce sabendo participar, então é preciso, parafraseando a referida autora, fazermos um convite à participação, estimulando o desacomodar-se, pois a participação leva à conscientização e a conscientização nos leva a não aceitar as amarras que nos impedem de ser mais.

Logo, apesar da existência de muitas organizações sociais fortes e atuantes na Z-3, é preciso o reconhecimento desses grupos enquanto partes de uma luta por outras relações sociais em sociedade que não essas que os oprimem. É por meio desta articulação entre os grupos que lutam na Z-3 e a cooptação daqueles que ainda não compreenderam a importância da organização dentro de uma sociedade excludente e opressora, que o projeto de construção da hegemonia da classe trabalhadora da pesca artesanal no espaço da Z-3 poderá se desenvolver. Estamos advogando, portanto, que a organização social dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 é um elemento necessário à luta de classe, imprescindível à construção da hegemonia da classe trabalhadora.

Para se alcançar a hegemonia, isto é, esse desenvolvimento político que permite o exercício do poder e da transformação social, entra em ação o princípio da negação da negação, uma vez que, a classe trabalhadora ao negar as condições de vida impostas pelo capitalismo, busca outra realidade social, plausível a seus interesses, e isto se constitui em uma negação da realidade anterior. A classe detentora dos meios de produção, por sua vez, responde com negação de que lhe seja negada a destruição do seu *status quo* de dominação e, por conseguinte, a possibilidade de uma sociedade sem classe. É esse processo de negações que impulsiona as classes para a organização política. A busca por uma hegemonia é, portanto, um processo de negação de uma dada situação sócio-histórica, a fim de se construir outra realidade (RODRIGUES, 2012, p. 83).

Entretanto, conforme destaca Rodrigues (2012), entendida a história como um fluxo de ações e reações, como resultado de um processo de contradições, há de se destacar que a classe trabalhadora, produtora da mais-valia, vem fortalecendo seus espaços organizacionais, a fim de materializar ações políticas que realmente atendam

às suas necessidades de classe, apesar da alienação a que está submetido o trabalho humano no interior da lógica capitalista.

Nessa perspectiva, consciente do estado de opressão a que está submetida, a classe trabalhadora produz, por meio do trabalho, saberes sociais, fruto da materialidade histórica por ela vivida, como instrumentos políticos de construção hegemônica, de disputa de classe e, por conseguinte, essenciais para seu processo organizacional.

Logo, a constituição da hegemonia da classe trabalhadora pressupõe a formação de uma nova cultura que busque se apropriar dos conhecimentos historicamente produzidos via trabalho para transformá-los em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral, capazes de ajudar a classe trabalhadora a superar a opressão promovida pelo modo de produção vigente, fazendo, portanto o movimento contra-hegemônico a política dominante em sociedade. Portanto, os saberes enquanto produto da prática social, são imprescindíveis para o desenvolvimento da hegemonia da classe trabalhadora.

Então, para a materialização de uma nova hegemonia, encontra-se, também a necessidade de intelectuais orgânicos que estejam ligados à classe trabalhadora, contribuindo para a sistematização de suas lutas, elaborando e tornando coerentes os princípios e os problemas que essas massas colocam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social, correlacionando-se luta e reflexão, examinando avanços e propondo recuos, mas sempre na perspectiva da transformação e, partindo da análise concreta das situações reais como também das análises e balanços das atividades práticas correspondentes (RODRIGUES, 2012).

Entendemos que essa relação poderá desenvolver o cerne da consciência de classe nestas organizações sociais. Para Gramsci (1989), a capacidade dos trabalhadores construir uma consciência política, entendida como a consciência sobre o fazer parte de uma determinada força hegemônica, é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam, já que a classe trabalhadora, de posse dessa consciência, articula as suas ações políticas sempre no sentido de viabilizar a construção da sociedade

utopicamente planejada, culminando com a supremacia do reino da liberdade sobre o da necessidade.

A construção da hegemonia da classe trabalhadora se efetiva principalmente quando homens e mulheres tornam-se sujeito e objeto da própria práxis, conduzindo grupos ou classes sociais a transformarem a organização e a direção da sociedade ou a realizarem mudanças mediante a atividade do Estado (VÁZQUEZ, 2011), aqui se configurando uma práxis de ordem política. Daí a importância das lideranças e dos intelectuais orgânicos no contexto de avanço no desenvolvimento da Z-3 enquanto organização de classe.

Deste modo, a construção da hegemonia da classe trabalhadora possui embasamento da filosofia da práxis, a qual parte das experiências concretas das massas dos trabalhadores, mesmo que suas compreensões da realidade ainda sejam fragmentárias. Logo, parte do senso comum, não para ficar presa a ele, mas para criticá-lo, depurá-lo das influências burguesas, unificá-lo e elevá-lo a um nível superior, ao bom senso (a filosofia da práxis), construindo assim uma “visão crítica de mundo, na perspectiva da classe trabalhadora (BUONICORE, 2011).

A filosofia da práxis possibilita superar o senso comum e seu caráter inercial, passivo e subalterno, contribuindo para recuperar a capacidade crítica e analítica mediante a qual as classes subalternas poderão construir propostas alternativas ao projeto dominante. E, ocorrendo de forma orgânica, restitui ao grupo social uma imagem coerente de si mesmo (SIMIONATO, 2009, p. 45).

Para Gramsci (1989), somente a filosofia da práxis é capaz de unificar e elevar as pessoas simples ao nível de uma visão de mundo superior, pois ao contrário das outras filosofias, ela não tende a manter as pessoas simples em sua filosofia primitiva, o senso comum, mas tende a conduzi-las a uma concepção superior de vida. Ela afirma a exigência da relação entre intelectuais e as pessoas simples. O grupo dominante, embora mantenha a dominação política e econômica, perde toda (ou em grande parte) a sua capacidade dirigente quando uma concepção de mundo – que durante séculos conseguiu impor-se ao conjunto da sociedade – entra em crise e, em seu lugar, desenvolve-se uma nova maneira de pensar e agir, uma nova ideologia, informada pela filosofia da práxis (BUONICORE, 2011).

Desta forma, o papel das lideranças e dos intelectuais orgânicos no desenvolvimento da hegemonia da classe trabalhadora da pesca artesanal na Colônia Z-3, como forma de criar possibilidades de uma contra-hegemonia à hegemonia dominante na sociedade vigente, está associado ao momento catártico que é o momento da liberdade, da teleologia, do dever ser, da iniciativa dos sujeitos ou, em suma, o momento da política. A fixação do momento 'catártico' torna-se assim, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis (COUTINHO, 2011).

4.5. Conquistas: Políticas públicas acessadas na Z-3

De forma geral, em nossa pesquisa, pudemos constatar que o acesso às políticas públicas é uma das maiores conquistas dos pescadores artesanais da Z-3. Assim, neste item, procuramos apresentar o elenco de políticas públicas que foram citadas pelos pescadores artesanais entrevistados durante as saídas de campo como políticas públicas acessadas na Colônia. Como complemento, utilizamo-nos das revisões bibliográficas feitas sobre a temática das políticas públicas durante o Projeto *Análise das Cadeias Produtivas do Pescado Oriundo da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul*. Deste modo, as políticas públicas acessadas na Colônia Z-3 são, não somente aquelas diretamente relacionadas a atividade pesqueira, mas também políticas sociais, com grande ênfase ao Programa Bolsa Família, conforme apresentamos no item “As políticas públicas acessadas no âmbito da Colônia Z-3 (Pelotas, RS)” do artigo *As Políticas Públicas de Pesca e suas implicações no Campo da Educação Ambiental Crítica: O Caso da Colônia Z-3 (Pelotas, RS)*, de MOURA *et al.* (2015) conforme segue:

- **Programa Bolsa Família** (instituído pela Lei nº 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004)

É um programa de transferência direta de renda que integra o Plano Brasil Sem Miséria⁵⁵. Segundo as entrevistas realizadas, os Programas incorporados a este Programa são acessados pela maioria das famílias da Colônia Z-3 para complementar

⁵⁵ Fonte: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.

a renda da casa. Estes Programas são o Bolsa Escola, o Cartão Alimentação⁵⁶, o Auxílio Gás e o Bolsa Alimentação⁵⁷.

- **Seguro-Defeso**

Nas nossas conversas com os pescadores artesanais da Z-3, pudemos ver que essa é uma das políticas mais acessadas, já que nos períodos de defeso, esses trabalhadores ficam impedidos de exercer a pesca das espécies que estão protegidas, de modo a se respeitar o período reprodutivo das espécies. Esta política gera muitas discussões, principalmente no que se refere a quem tem o direito de acessar tal benefício, pois é comum se ter pessoas que não são pescadores artesanais a receberem o benefício, enquanto outros, que realmente vivem da pesca, não conseguem acessar. Este é o caso de muitas mulheres que fazem parte desta cadeia produtiva, pois como a pesca artesanal é uma atividade desenvolvida também em regime familiar, é comum as mulheres que não “vão para a água” trabalharem com seus familiares na despesca, descascando e cozinhando o camarão e/ou limpando e filetando os peixes, logo, quando a atividade da pesca de determinada espécie está no defeso, a atividade destas trabalhadoras também é prejudicada.

- **Aposentadoria**

Benefício social garantido também ao pescador artesanal enquanto segurado especial da previdência, semelhante ao trabalhador rural. Não apareceu na fala dos pescadores artesanais entrevistados, o acesso aos demais benefícios previdenciários. Entre outros benefícios, são devidos ao pescador artesanal a aposentadoria por idade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, salário-maternidade e pensão por morte. A concessão desses benefícios, no entanto, está condicionada à comprovação do tempo de exercício de sua atividade⁵⁸.

⁵⁶ Criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003.

⁵⁷ Instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001.

⁵⁸ Fonte: <http://blog.previdencia.gov.br/?p=10515>

- **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. São beneficiários do Programa, os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)” ativa, em um dos grupos beneficiários. Os pescadores artesanais estão enquadrados na categoria “Demais beneficiários” quando se dedicarem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais⁵⁹.

Os pescadores fazem uso do crédito para diversos fins, desde aquisição e reforma de redes e embarcações, equipamentos de pesca e estruturas para beneficiamento e comercialização de pescados, bem como para fins domiciliares como móveis e eletrodomésticos.

Conforme podemos observar na fala de um entrevistado da Z-3:

Um grande avanço foi o Pronaf. Antes do Pronaf tinham alguns financiamentos pelo Banco do Brasil e Bannisul, que eram indicados pelo Sindicato, mas indicados com preconceito. Por exemplo, tinha uma parrelha que empregava seis proeiros, então eles davam um jeito de melhorar essa parrelha, com motores melhores, mais redes, porque daí eles iam produzir mais. Nós temos aqui [na Z-3] os chamados remadores, que são praticamente uma família. Eles sempre andaram a remo, eles não tinham condições de comprar um motor e [...] ninguém tinha coragem de pedir um dinheiro pra eles, porque a produção deles era pouca. Mas isso é que se tinha que pensar, se a produção é pouca, mas eles se alimentam, eles vivem, se melhorar a condição deles a produção vai melhorar. Então o Pronaf, melhorou isso muito (Entrevistado 6).

Quando o Pronaf saiu, nós [Sindicato] fizemos para uns 30. E teve pescador que pagava com um saco de moedas, mas honravam o seu compromisso.

⁵⁹ Fonte: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/como-funciona-o-pronaf>.

Então hoje eles tem motor...tem alguns problemas aí de gente que tirou e não merecia, gente que não pagou, mas isso não dá pra prever...a gente consegue negociar (Entrevistado 6).

Atualmente, os pescadores artesanais da Z-3 e região estão enfrentando muitas dificuldades para conseguirem pagar estes financiamentos, feitos junto ao Banco do Brasil, tendo em vista a frustração das últimas safras. Esta é uma das pautas mais importantes das reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos no ano de 2015, sendo objeto de pauta, também, da manifestação dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos, ocorrido em 29 de novembro de 2015⁶⁰.

- **Subsídio para o óleo diesel**

A política de subsidiar combustível para embarcações não obteve sucesso na Colônia Z-3. Bombas de combustível chegaram a ser instaladas, mas pouco funcionaram. A causa apontada é a burocracia para o pescador artesanal garantir o acesso a este subsídio, funcionando apenas para os barcos industriais (HELLEBRANDT, 2012). Outra questão apontada pelos pescadores como um entrave ao andamento do Posto de Diesel (figura 41) foi a dificuldade dos pescadores em gerir tal política.

Figura 41 – Posto de Diesel desativado da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo pessoal.

⁶⁰ Manifesto organizado pelos pescadores artesanais em reunião extraordinária do Fórum da Lagoa dos Patos, com o fim de demonstrar à sociedade e aos órgãos públicos, as pautas de suas reivindicações, dentre elas, o acesso aos territórios tradicionais da pesca artesanal, o acesso ao cartão emergencial em safras frustradas e a pesca artesanal no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

- **Fábrica de Gelo e Agroindústria**

De acordo com o Jornal Diário Popular⁶¹, a fábrica de gelo da Colônia de Pescadores Z-3 (figura 42):

Custou R\$ 360 mil e possuía capacidade para produzir nove toneladas de gelo a cada 24 horas e armazenar até 30 toneladas. A unidade foi a primeira do Rio Grande do Sul montada com recursos do Programa Nacional de Fábricas de Gelo para a Pesca Artesanal. Já a agroindústria da Lagoa Viva, inaugurada em 2006, foi financiada com dinheiro do Estado, da prefeitura e da própria cooperativa⁶² (Fonte: Diário Popular, de 20/02/2015).

Já a planta industrial, conforme o referido Jornal⁶³, foi planejada pela Emater/RS, e custou R\$ 289 mil. A maior parte dos recursos foram repassados pelo Programa RS Pesca do Governo do Estado (R\$ 227 mil), enquanto a Prefeitura e a Cooperativa entraram com R\$ 31 mil cada como contrapartida.

Equipada com cinco câmaras frias e sala de beneficiamento, a unidade permitiria não apenas estocar pescado, mas também limpá-lo, aumentando o preço final para o pescador. A unidade teria capacidade para processar 900 quilos de pescado por dia.

Além disso, a agroindústria representou o surgimento de 80 novos empregos na colônia Z-3. As vagas foram ocupadas por mulheres de pescadores que receberam capacitação profissional para desempenhar atividades de embalagem e congelamento de pescado (Fonte: Diário Popular, de 20/02/2015).

⁶¹ Jornal Diário Popular, de 20/02/2015.

⁶² Aqui, o Jornal refere-se à Cooperativa Lagoa Viva, constituída em julho de 2003 e formada por pescadores profissionais artesanais moradores de Pelotas-RS (FRÓES et al., 2008, p. 75).

⁶³ Diário Popular, de 20/02/2015.

Ainda de acordo com o Jornal Diário Popular:

No início tudo parecia um sonho. A fábrica de gelo e a agroindústria da Cooperativa Lagoa Viva formavam a imagem perfeita de um futuro promissor para a comunidade da Colônia de Pescadores Z-3. Há mais de 30 anos eles acreditavam no desenvolvimento da cadeia através desse tipo de empreendimento. Financiados com dinheiro da União, do Estado, da prefeitura e dos próprios pescadores, eles foram inaugurados em 2005 e 2006, respectivamente. Porém, anos depois, com problemas de gestão e baixo rendimento de safras, veio o abandono, e o sonho virou decepção (Fonte: Diário Popular, de 20/02/2015).

“Teve o Posto de Diesel, a fábrica de gelo, a agroindústria [...]”, lembra o Entrevistado 2, ao ser questionado por nós sobre as políticas públicas implementadas na Z-3. O saudosismo se dá porque a fábrica de gelo, inaugurada em 23 de março de 2005, foi a primeira de uma série de outras 49 que seriam instaladas no Brasil, a partir da criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) (Fonte Diário Popular, de 11/11/2013). “A agroindústria está desativada” e “a fábrica de gelo está funcionando com as Mulheres da Lagoa”⁶⁴ diz o Entrevistado 7.

Conforme o Jornal Diário Popular de fevereiro de 2015 e o relato dos pescadores entrevistados, atualmente o prédio da agroindústria (figura 43) agoniza, pois encontra-se sem vidros e com marcas de arrombamento, muitos equipamentos foram deteriorados e outros já não existem mais no local. Já a fábrica de gelo, estava em funcionamento até o presente ano. Quem tomava conta dos dois prédios é a Cooperativa Mulheres da Lagoa, criada no início de 2012. Como ressalta o mesmo Jornal, a história desta nova cooperativa formada por mulheres está intimamente ligada à da Lagoa Viva, pois a maioria delas trabalhou na filetagem da agroindústria.

⁶⁴ Cooperativa Mulheres da Lagoa, administrada por mulheres da Colônia Z-3, Pelotas-RS.

Figura 42 – Fábrica de Gelo da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 43 – Agroindústria desativada da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo pessoal.

- **Feira do Peixe**

De acordo com o MPA, o Programa Feira do Peixe é uma iniciativa do Ministério da Pesca e Aquicultura, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, de apoio ao varejo na melhoria das condições de infraestrutura para comercialização do pescado. O objetivo principal é favorecer os pescadores artesanais e aquicultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, para que possam ofertar seus produtos diretamente ao consumidor em condições físicas e sanitárias adequadas, por meio da disponibilização de estruturas e equipamentos apropriados, denominados “Kit Feira”. Isto reduz a ação dos intermediários, amplia a oferta e melhora a qualidade do produto comercializado. A ação possibilita a formação de uma rede estratégica e regionalizada de infraestrutura para o desenvolvimento e o bom funcionamento das cadeias produtivas. Além disso, proporciona a redução dos preços ao consumidor final e possibilita um maior rendimento para os pescadores, promovendo o consumo, a comercialização e a produção com qualidade, rentabilidade e sustentabilidade (Fonte: <http://www.mpa.gov.br/infraestrutura-e-fomento/62-fomento/145-programa-feira-do-peixe>).

Segundo o entrevistado 7, a primeira Feira da Z-3 surgiu no ano de 1999 com 12 famílias, mas dois anos depois só permaneceu uma família. Por volta do ano de 2003, a Feira foi retomada com 20 famílias e hoje já são em torno de 30 famílias. As Feiras estão espalhadas pelos bairros da cidade de Pelotas, onde acontecem semanalmente (figuras 44 e 45). A maior dificuldade que encontram é que na Semana Santa aparecem muitos outros “feirantes” que de acordo com o Entrevistado 7 “vão lá na secretária e pegam a licença”, o que prejudica quem “tem a licença e trabalha o ano todo”.

Conversando com nossa Entrevistada 8, que faz Feira no Bairro Lindóia em Pelotas, ela que é aposentada, vende nas feiras o peixe pescado por seus filhos. Ela fileta e prepara quitutes como bolinhos de peixe para serem vendidos na banca.

Figura 44 - Pescadores Artesanais da Z-3 nas Bancas das Feiras do Peixe



Fonte: Foto cedida pela Entrevistada 8

Figura 45 - Feira do Pescador durante a Semana Santa no ano de 2013



Fonte: <http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxMy0wMy0yMg==&codnoticia=33796>

- **Casa do Pescador**

A política, popularmente conhecida como Casa do Pescador, faz parte do Programa Nacional de Habitação Rural – PNRH, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida que objetiva a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, reduzindo o déficit habitacional rural. Os pescadores artesanais da Colônia Z-3 vem usufruindo desta política (figuras 46 e 47). Como ressalta o Entrevistado 6:

Junto com o Movimento dos Pescadores, a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura – independente de prefeito [ele cita o nome de uma das lideranças locais] abraçou a causa e hoje já temos quase 400 casas. Tem terreno aqui que foi dividido em três, ou seja, tem três casas no mesmo terreno. Tem casas que saíram por 700 reais; com esse dinheiro hoje em dia só se troca uma porta. Então isso, caiu de maduro, porque a gente tinha a posse da terra, então só se faz uma cedência de posse e está tudo certo para a Caixa (Entrevistado 6).

Sobre o número de casas do Programa construídas em um mesmo terreno, os entrevistados, como diz o Entrevistado 1, alegam que na Z-3 não há mais espaço para se construir um banheiro, então, em um mesmo terreno moram os pais e depois os filhos que vão se casando, por exemplo. Ao entrevistarmos a liderança local citada pelo Entrevistado 6, ela explica o porquê da Z-3 ter certa facilidade no acesso à política deste Programa:

Eu acho que encaminhei umas 500 [casas], aqui dentro [da Z-3] que é o único lugar da região que consegue colocar casas pra dentro do PNRH. Para as outras comunidades é um trabalho [...], é uma mixaria de casas...e eu consigo por causa da cedência de posse que [se] consegue pelo Sindicato (Entrevistado 7).

Figura 46 – Casa Construída na Z-3 pelo PNHR



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 47 – Construções do PNHR na Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: Acervo pessoal.

4.5.1. Uma Síntese das Conquistas

A realidade das políticas públicas no contexto da Z-3, nos mostra o quanto vivemos a sociedade de classe e, mais que isso nos mostra a luta de classe, ou seja, a disputa de projetos político-ideológicos de construção da sociedade. O que queremos dizer é que, em se tratando de uma profissão secular como é a pesca, ao longo de sua história vemos o quanto esta atividade foi desvalorizada em nome de programas que visavam desenvolver um projeto de sociedade que é aquela cujos interesses é o dos patrões, como é o caso das políticas desenvolvimentistas da SEAP.

Mostra-nos também que embora ainda tenhamos muito o que avançar nas políticas e programas destinados à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da pesca artesanal e também no reconhecimento desta profissão, é possível a construção de um projeto de sociedade alternativo por meio do fortalecimento da classe trabalhadora.

Estamos dizendo que, mesmo que o Estado de tempos em tempos ceda benefícios e garantias aos trabalhadores como forma de acalmar os ânimos de sua luta e assim manter o *status quo*, entendemos que desenvolvimento dessas políticas e programas, por exemplo, podem fortalecer os trabalhadores e por meio da organização social destes, há a possibilidade de se promover condições necessárias ao fortalecimento da classe, pois estas políticas e programas colaboram para que homens e mulheres possam ter a possibilidade de comer, beber, ter moradia, vestir-se, pressupostos da existência humana para que possam fazer história.

No contexto da Colônia Z-3 pudemos observar que os trabalhadores da pesca artesanal não se mostram inertes diante do Estado e das políticas e programas do governo, pois reconhecem o papel do Estado e buscam enquanto sociedade civil organizada, nele interferir a fim de, por meio dele, materializar seus interesses, mostrando que é possível vencer o capital por meio da organização e luta de classe. Assim, as organizações sociais da Z-3 caminham rumo ao amadurecimento enquanto organizações de classe.

Rodrigues (2012) diz que a classe trabalhadora explorada ao extremo pelo modo de produção capitalista, vai tomando consciência da subsunção

e da importância do seu trabalho no interior da lógica capitalista, culminando com um aprendizado social, promotor do desenvolvimento da consciência de classe necessária ao enfrentamento político-ideológico junto à burguesia e, por conseguinte, vai criando os elementos necessários a uma organização social, com sujeitos realmente capazes de, paulatinamente, com os interesses dos trabalhadores irem envolvendo a sociedade, sem, com isso, significar simples reforma do capitalismo, senão uma estratégia para sua derrocada (RODRIGUES, 2012).

4.6. Dificuldades da Colônia Z-3 em relação à Organização de Classe

4.6.1. A Ideologia Dominante

István Mészáros (2004) em *O Poder da Ideologia* diz que a ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma fortemente em todos os níveis, do mais baixo ao mais refinado. Gramsci (1989), já dizia que a ideologia é como uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, nas atividades econômicas e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva, estando presente em todas as atividades humanas e não se traduzindo apenas no campo da produção de ideias, sendo a ideologia difundida nas camadas sociais dominantes a mais elaborada – a filosofia, enquanto que seus fragmentos podem ser encontrados na cultura popular – o folclore, havendo entre esses dois níveis extremos o senso comum, caracterizado como uma filosofia situada no nível do pensamento desagregado e ocasional, sendo uma concepção de mundo absorvida mecanicamente do ambiente exterior, a qual se aceita passivamente e da qual se partilha no agir acrítico num determinado grupo social.

Assim, ciente de que a ideologia das classes dominantes influencia o pensar e o agir das classes subalternas, Gramsci (1989) diz que a ideologia dominante informa e forma a consciência das classes sociais dominadas. Marx (2002) já afirmava em *Ideologia Alemã* que as ideias dominantes são as ideias das classes economicamente (e, portanto, politicamente) dominantes. Essa é, aliás, uma outra hipótese de nossa

pesquisa, ou seja, que a ideologia dominante ofusca as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, influenciando negativamente no desenvolvimento da classe para si.

O modo como produzimos nossa existência em sociedade, reflete a ideologia da classe dominante e o condicionamento ao qual estamos submetidos no que se refere ao que podemos conhecer. Assim, a verdade fica oculta, havendo uma inversão. Eagleton (1997) a respeito da Ideologia em Marx e Engels assim enfatiza:

Em certas condições sociais, argumenta Marx, os poderes, produtos e processos humanos escapam ao controle dos sujeitos humanos e passam a assumir uma existência aparentemente autônoma. Apartados dessa forma de seus agentes, tais fenômenos começam então a exercer sobre eles um poder imperioso, de modo que homens e mulheres se submetem ao que, na verdade, são os produtos de sua própria atividade, como se estes fossem uma força estranha (EAGLETON, 1997, p. 71).

Não é, pois, a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Logo, a consciência pode se tornar erroneamente apreendida como entidade autônoma, dissociada dessas práticas, mediante o processo de inversão, que ajuda a torná-la natural e a-histórica, de modo que passamos a naturalizar as relações insustentáveis estabelecidas nessa sociedade. É assim que por meio da ideologia dominante, passamos a ter como naturais situações de opressão e sentimentos de que as coisas sempre foram assim e não são passíveis de mudança. Essas são anormalidades que se tornam normais em nosso dia a dia.

As condições materiais, isto é, a realidade social é histórica, então são passíveis de mudanças por meio da práxis. Assim, rejeitamos a possibilidade de transformação da sociedade combatendo-se as falsas ideias que são tidas como ideias verdadeiras, já que as ilusões sociais estão ancoradas em contradições reais, de modo que somente pela atividade prática de transformar as contradições concretas é que se pode abolir as ilusões. Portanto, uma análise materialista dialética da ideologia é inseparável de uma política revolucionária.

Logo, é preciso partir das relações sociais para entender como e porque os seres humanos agem e pensam de determinadas maneiras, sendo capazes de atribuir sentido a certas relações, de conservá-las ou de transformá-las. Precisamos compreender as relações sociais como processos históricos, ou seja, como os seres humanos determinados, em condições determinadas, criam os meios e as formas de sua existência social, econômica, política e cultural, e como reproduzem ou transformam essa existência.

Por isso, afirmamos que a história é práxis, é o real, isto é, o movimento pelo qual os pescadores e pescadoras artesanais da Colônia Z-3, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles legitimam um modo social e ao fazer isso, produzem ideias, representações sociais, pelas quais procuram explicar e compreender suas vidas individuais, sociais e espirituais.

O problema está em que, essas ideias e representações não podem esconder o modo real como nossas relações sociais estão sendo produzidas; reflexo das formas sociais de exploração econômica e da dominação política existente, pois é por meio dessa forma de consciência que se legitimam as condições sociais de existência, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.

O que queremos dizer é que a ideologia dominante difundida na sociedade nos permite conhecer o suficiente para reproduzir a lógica existente e o Estado atua como legitimador desta relação por meio da Escola, dos aparelhos midiáticos, etc. Assim, a relação de opressão e desigualdade se torna naturalizada como algo a-histórico, normal e imutável. No entanto, essa relação é fruto de um modo de produção criado em um determinado tempo histórico e com objetivos bem definidos, os quais podem ser destruídos por meio da atuação daqueles que dentro desta lógica sofrem as mazelas desse modo de produção excludente (MOURA, 2011).

Sendo assim, a organização social dos trabalhadores se torna de suma importância e, quanto mais próximas tiverem do desenvolvimento de uma consciência de classe e, portanto, do desenvolvimento de uma compreensão crítica de sua realidade neste mundo, mais próximos estarão desta derrocada (MOURA, 2011).

Para Gramsci (1989), existe entre a concepção de mundo compartilhada pelas classes populares, “impostas” pela burguesia, e sua prática social enquanto classes

exploradas, uma contradição insolúvel. Essa contradição que ao nosso ver está associada ao que Marx (2002) afirmou a respeito das causas de toda e qualquer revolução social estarem no mundo da produção, pois elas são frutos da contradição irreconciliável entre as forças produtivas e as relações de produção, já que quem produz a riqueza não fica com ela. Isso, segundo Marx (2002) se traduz na luta de classes. E, é essa sua condição objetiva de classe explorada leva-a constantemente a pôr em xeque a hegemonia das classes dominantes, ameaçando superá-la.

É por esta razão que frequentemente as organizações sociais de trabalhadores são alvo de críticas, insultos e violência por parte da classe que não quer perder seu *status*. A classe burguesa se utiliza de muitos artifícios, pois sabe que o poder é da classe trabalhadora e no momento em que esta classe conseguir compreender a força que possui, esta situação de opressão não poderá mais existir.

O problema central, portanto, está em tornar explícitas (através da filosofia da práxis – o marxismo) as condições de opressão e exploração que, de uma forma ou de outra, transparecem na ação das classes sociais, criticando a concepção de mundo imposta às classes subalternas, através dos aparelhos ideológicos hegemônicos, estabelecendo assim, a “unidade entre a teoria e a prática, entre a política e a filosofia (BUONICORE, 2011).

Para Gramsci (1989), a hegemonia das classes dominantes entra em crise⁶⁵ quando desaparece sua capacidade de justificar um determinado ordenamento econômico e político da sociedade. Isso ocorre quando as forças produtivas desenvolvem-se a tal nível que põem em xeque as relações de produção existentes”, ou seja, quando as pressões impostas pela infraestrutura se traduzem num desenvolvimento sem precedente do movimento social das classes exploradas, no

⁶⁵ A crise gera situações imediatas, perigosas, porque diferentes camadas da população não possuem a mesma capacidade de orientar-se rapidamente e organizar-se com o mesmo ritmo. As classes subalternas, mesmo nestes períodos de crise, que teoricamente pareciam-lhes mais favorável, ainda estão numa situação de relativa desvantagem diante da classe ainda no poder que, portanto, possui o domínio sobre os aparelhos de coerção e cooptação. Gramsci defende então a tese da possibilidade e da necessidade de ganhar amplas camadas da intelectualidade, antes mesmo da conquista do poder, como uma condição. “Certamente”, afirma ele, “é importante e útil para o proletariado que um ou mais intelectuais adiram à título individual ao seu programa, a sua doutrina, se fundam no proletariado e sintam-se parte integrante dele (BUONICORE, 2011).

A crise de hegemonia, que é parte da crise revolucionária, não leva necessariamente à ruptura, ela apenas cria as condições para que ela ocorra. A ruptura exige a ação (teórico-prática) dos intelectuais orgânicos da classe, como intelectual coletivo do proletariado.

aumento de sua ação política. Isto leva, por sua vez, a ideologia da classe dominante, até então hegemônica, a perder, em grande parte, sua eficiência enquanto instrumento de construção do consenso social; e a contra-ideologia socialista a ir ganhando os corações e mentes das classes dominadas em luta. A revolução (a ruptura radical com a hegemonia anterior) só se realiza quando se forja a unidade férrea entre a filosofia da práxis (o marxismo) – na forma de uma tática e de uma estratégia revolucionária justa – e o movimento espontâneo das massas (BUONICORE, 2011).

4.6.2. Transformismo

O conceito de transformismo em Gramsci (1980) parece se adequar perfeitamente à discussão sobre a questão das dificuldades em relação à representatividade dos pescadores e pescadoras artesanais no geral e, no específico na Colônia Z-3, pois:

A permanência de um grupo subalterno no âmbito de uma concepção de mundo econômico-corporativa [...] abre a possibilidade de migração de dirigentes do movimento operário que, em determinado momento de sua vida política, são levados a deixar seu posto crítico e a defender a ordem existente. Esta migração que, em outros fragmentos Gramsci denomina transformismo, demonstra a extrema dificuldade que as classes subalternas enfrentam não somente para formar os seus próprios intelectuais orgânicos como também para manter os seus dirigentes (SCHLESENER, 2009).

Determinadas funções dentro de sindicatos, colônias e fóruns, por exemplo, são promotoras de um *status* onde estes representantes são facilmente vistos como agregadores de votos e, assim, é comum quem está neste meio ser cooptado por representantes da classe dominante que não tem interesse em contribuir com a comunidade da qual o cooptado “representa”, pois o interesse é apenas o fortalecimento do poder.

O transformismo é um processo orgânico, pois traduz a política da classe dominante que recusa qualquer compromisso com as classes subalternas e, assim,

atrai seus chefes políticos para agregá-los à sua classe política” (PORTELLI, 1977, p. 71). Para isto, há casos em que a classe dominante faz conciliações com a classe dominada, onde “o resultado dessa dupla atitude foi o fenômeno por Gramsci qualificado de ‘revolução passiva’, consistindo na tomada do poder pela burguesia com a neutralização das outras camadas sociais (PORTELLI, 1977). A fala do entrevistado 7 que é uma liderança na Z-3, nos mostra o quanto estes líderes da comunidade tem o poder sobre a população: “[...] tem gente que até hoje faz isso comigo, vem aqui pra saber em quem pode votar...”. Esse poder de influenciar a opinião dos membros da comunidade é o que interessa aos representantes da classe dominante, pois para estes é mais fácil lançar mão de certos benefícios para uma ou outra pessoa e esta conseguir agregar pessoas que estejam a seu favor, ou seja, senão apoiando, pelo menos não atrapalhando seus interesses com movimentos contrários a “ordem” estabelecida.

Assim, conforme Schlesener (2009), além da cooptação de dirigentes por parte da classe dominante, a debilidade organizativa dos trabalhadores possibilita a atuação de políticos escusos, que conseguem o apoio das massas com astúcia e promessas, as quais não pretendem cumprir, mas que servem para mantê-los no poder a serviço da elite dominante. Trata-se de mecanismo que faz parte do exercício da hegemonia burguesa, levado a efeito por seus intelectuais.

O que Gramsci chamou de Transformismo é esse processo de cooptação dos intelectuais da classe subalterna pelos grandes intelectuais das classes dominantes, com o fim de decapitar sua direção política e ideológica, o que coloca a classe trabalhadora em situação de desvantagem na luta pela hegemonia.

A absorção de intelectuais dos outros grupos sociais teve o objetivo de perpetuar a dominação, impedindo sistematicamente a formação da elite dos grupos adversários. O transformismo torna-se, assim, um meio da classe fundamental evitar os inconvenientes da hegemonia da classe trabalhadora, na medida em que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes por um tempo mais ou menos longo (GRAMSCI, 1980). Portanto, para este autor, o intelectual não é autônomo em relação às classes sociais, pois “se um aspecto essencial de um sistema hegemônico coerente consiste na edificação de um poderoso ‘bloco ideológico’, tal bloco pode igualmente ser utilizado pela classe fundamental, de tal modo que sua

função não seja dirigente e sim dominante” (PORTELLI, 1977, p. 69). Tal situação ocorre em caso de transformismo.

Por isso, a importância do fortalecimento da consciência de classe por meio da atuação de intelectuais orgânicos comprometidos com a classe trabalhadora, pois vivemos num constante processo de luta de interesses antagônicos. Isso demonstra também o caráter “improdutivo” de qualquer intelectual isolado de uma classe social fundamental, pois um intelectual sem vínculo orgânico tem importância tão desprezível quanto as ideologias que produz (BUONICORE, 2011).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ORGANIZAÇÃO DE CLASSE DOS PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-3 NA LUTA PELA CIDADANIA E JUSTIÇA AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

5.1. Considerações Gerais

Analisar a importância das organizações de classe dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 para o campo da Educação Ambiental Crítica está em explicitar o caráter educativo das organizações sociais dos pescadores artesanais no espaço de nossa pesquisa, trazendo a Educação Ambiental Crítica para a luta dos trabalhadores, em específico aqui, os pescadores artesanais.

As mediações educativas presentes no movimento de organização social dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 para o enfrentamento dos desafios que se apresentam como situações-limites a estes trabalhadores é o que vai formando a consciência de classe da categoria. Esse processo de desenvolvimento humano na sua busca por ser mais, é algo que corrobora com o campo da Educação Ambiental, na medida em que:

A Educação Ambiental, apoiada em uma teoria crítica que exponha com vigor as contradições que estão na raiz do modo de produção capitalista, incentiva a participação social na forma de uma ação política, estando aberta ao diálogo e ao embate, visando à explicitação das contradições teórico-práticas subjacentes a projetos societários que estão permanentemente em disputa (TREIN, 2008, p. 44).

Essa é, com certeza, uma razão pela qual pensamos que uma pesquisa sobre a organização de classe de trabalhadores precisa estar relacionada ao campo da Educação Ambiental Crítica, afinal não vivemos em uma sociedade igualitária, em que as necessidades podem ser atendidas ou definidas sem a mediação de formas sociais alienadas. Logo, toda ação educativa deve estar direcionada ao desenvolvimento da

equidade e promoção das diversidades para que possamos satisfazer nossas necessidades sem opressão, discriminação e reprodução da dominação e dos mecanismos de expropriação.

O conhecimento, ao ser crítico, nos desafia a pensar o ato de conhecer como uma atitude intencional, politicamente posicionada e prática, voltada para a transformação social. Para tanto, superar o uso (e elaboração) do conhecimento e da informação para reproduzir os interesses dos grupos dominantes impõe aos trabalhadores e ao conjunto dos expropriados pelas relações alienadas no capitalismo, entre outras condutas relativas ao fazer pedagógico, organizarem-se coletivamente e criarem mecanismos de reivindicação e realização de seus direitos no marco dessa sociedade. A organização coletiva indica a busca da liberdade humana, em que os trabalhadores em seus coletivos buscam controlar seus processos e suas vidas (LOUREIRO, 2015).

Na Colônia de Pescadores Z-3, temos diferentes organizações e movimentos sociais, os quais vem se desenvolvendo como organizações de classe. Conforme as palavras do intelectual orgânico entrevistado “O movimento é uma organização de classe” da Z-3, pois seus militantes possuem consciência de classe.

Ter consciência de classe é pressuposto do entendimento que vivemos numa sociedade de classes, que pode ser categorizada essencialmente a partir da ideia da propriedade privada como instituição fundante do capitalismo, que determina a fragmentação da sociedade e, por conseguinte, dos seres humanos em trabalhadores e não trabalhadores, estes organizados em classes de capitalistas, os proprietários (não trabalhadores) e proletários, camponeses, prestadores de serviços, pequenos artesãos, etc. (todos trabalhadores). A tensão social entre os trabalhadores e não trabalhadores, conhecida como luta de classes, é uma categoria fundamental para entender o sistema capital de organização da produção e da economia mundial e das desigualdades intrínsecas desse sistema (ANELLO, 2009).

Mas, para se desenvolver a consciência de classe, é preciso problematizar a realidade para compreender as contradições que dificultam nossas possibilidades de ser mais. Nesse sentido, é que a consciência de classe está articulada ao desenvolvimento da consciência crítica, pois ser crítico, nos desafia a pensar o ato de

conhecer como uma atitude intencional, politicamente posicionada e prática, voltada para a transformação social. Em outras palavras, a consciência de classe, implica em luta.

Sendo assim, a consciência do interesse de classe dos pescadores artesanais envolvidos com o processo de transformação da classe, como é o caso dos movimentos e organizações sociais da Z-3, é um objeto da Educação Ambiental Crítica, pois conforme Loureiro (2006, p. 106):

[...] aqueles que se identificam com a educação ambiental, no atual momento, é uma ação efetiva e coletivamente organizada, pautada em permanentes reflexões teóricas que qualifiquem a prática, sendo por esta revista (práxis), caracterizando atividade política intensa. Isso permitirá a consolidação e ampliação dos lugares conquistados no Estado brasileiro, democratizando as políticas públicas e fortalecendo o diálogo e os espaços de debates e trocas de experiências. Essa é uma ocasião única para manifestarmos nossas responsabilidades pessoais e conjuntas, evidenciando coerência com o que acreditamos e, fundamentalmente, compromisso com a construção de uma nova sociedade.

5.2. De que Educação Ambiental estamos falando?

De acordo com os ensinamentos de Layrargues (2004), Educação Ambiental é um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo, que envolvem, respectivamente, o campo da Educação e o campo Ambiental. Enquanto o substantivo Educação confere a essência do vocábulo “Educação Ambiental”, definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a esta prática educativa, o adjetivo Ambiental anuncia o contexto desta prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação pedagógica.

O adjetivo ambiental, segundo o referido autor, designa uma classe de características que qualificam essa prática educativa, diante da crise ambiental que vivenciamos. Entre essas características, está o reconhecimento de que tradicionalmente a Educação tem sido não sustentável, tal qual os demais sistemas sociais e que, para permitir a transição societária rumo à sustentabilidade, precisa ser reformulado.

Educação Ambiental, portanto, é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Assim, Educação Ambiental designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental (LAYRARGUES, 2004). Loureiro (2004), parte do princípio que a:

Educação Ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” se justifica tão somente à medida que serve para destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não-dialético, que separa: atividade econômica, ou outra, da totalidade social; sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito, razão e emoção etc. (LOUREIRO, 2004, p. 66).

Contudo, desde que se cunhou o termo “Educação Ambiental”, diversas classificações e denominações explicitaram as concepções que preencheram de sentido as práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental. E, atualmente, parece não ser mais possível afirmar simplesmente que se faz “Educação Ambiental”, pois dizer que se trabalha com Educação Ambiental, apesar do vocábulo conter em si os atributos mínimos cujos sentidos diferenciadores da Educação (que não é ambiental) são indiscutivelmente conhecidos, parece não fazer mais plenamente sentido. Assim, a diversidade de nomenclaturas hoje enunciadas, retrata um momento da Educação Ambiental que aponta para a necessidade de se (re)significar os sentidos identitários e fundamentais dos diferentes posicionamentos político pedagógicos.

Nesse sentido, torna-se necessário explicar de que Educação Ambiental estamos falando, isto é, que compreensão de Educação Ambiental é defendida nesta pesquisa. A Educação Ambiental Crítica, como estamos a entendendo, é aquela que não só historiciza as relações sociais na natureza, como também almeja a autonomia e a liberdade das pessoas, através da busca por transformações das suas condições objetivas e subjetivas. Existe em função da crítica ao atual modelo de sociedade, pelo

desvelamento da mesma, por meio do desenvolvimento da consciência crítica, o que pode levar à transformação material da realidade e dos sujeitos envolvidos neste processo e, que em nosso caso particular, refere-se aos pescadores artesanais junto dos quais nos posicionamos e, conseqüentemente, de nós pesquisadores. É por isso que a Educação Ambiental Crítica possui grande possibilidade de ser transformadora da realidade vigente, por estar relacionada à nossa prática social (MOURA et al., 2013). A Educação Ambiental Crítica que defendemos “se revela ao lado daqueles setores sociais que, embora sendo maioria, estão excluídos dos benefícios do sistema cultural e econômico”, pois “o modelo de desenvolvimento que aí está não favorece a todos”, mas “de modo particular uma elite na sociedade” (PEREIRA, 2006, p 48).

Falamos da Educação Ambiental definida no Brasil a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social (movimento integrado de mudança de valores e de padrões cognitivos com ação política democrática e reestruturação das relações econômicas), inspirada no fortalecimento dos sujeitos, no exercício da cidadania, para a superação das formas de dominação capitalistas, compreendendo o mundo em sua complexidade como totalidade. Portanto, a concepção de Educação Ambiental que temos se origina no escopo das pedagogias críticas e emancipatórias, especialmente dialéticas, visando um novo paradigma para uma nova sociedade (LOUREIRO, 2004).

A finalidade primordial da Educação Ambiental Crítica é revolucionar os indivíduos em suas subjetividades e práticas nas estruturas sociais-naturais existentes, ou seja, estabelecer processos educativos que favoreçam a realização do movimento de constante construção do nosso ser na dinâmica da vida como um todo e de modo emancipado. Em termos concretos, isso significa atuar criticamente na superação das relações sociais vigentes, na conformação de uma ética que possa se afirmar como “ecológica” e na objetivação de um patamar societário que seja a expressão da ruptura com os padrões dominadores que caracterizam a contemporaneidade (LOUREIRO, 2004, p. 73).

A Educação Ambiental Crítica na qual nos apoiamos tem por método a dialética, destacadamente em sua formulação a partir de Marx, que pode ser apresentada muito resumidamente como sendo um caminho de pensar e agir relacional e integrador voltado para o entendimento das múltiplas determinações e

contradições que definem a história, num contínuo movimento, e para a transformação social, pensando esta como sendo a vinculação entre mudanças objetivas, subjetivas, culturais e da estrutura econômica (LOUREIRO, 2005, p. 327). Consideramos, neste escopo, o pensamento marxista como o referencial teórico que dá maior sustentação a estas análises da realidade social. Nosso ponto de partida, portanto, é método materialista histórico-dialético desenvolvido por Marx como método de interpretação da realidade, visão de mundo e práxis:

O caráter material do método diz respeito à organização da sociedade para a produção e a reprodução da vida e o caráter histórico busca compreender *como* se organizou a sociedade através da história, isto é, procura desvendar, para interpretação da realidade, as formas históricas das relações sociais estabelecidas pela humanidade (LOUREIRO *et al.*, 2012).

Como bem coloca Trein (2012), do ponto de vista do materialismo histórico-dialético:

Ler a realidade de forma crítica nos ajuda a explicitar as relações sociais mercantilizadas e alienantes que perpassam a forma hegemônica de organizar a sociedade. Por isso entendemos que incorporar a dimensão ambiental na educação é expressar o caráter político, social e histórico que configura a relação que os seres humanos estabelecem com a natureza mediada pelo trabalho.

[...]

Para além de invocarmos as diversas epistemologias, que embasam diferentes vertentes do que se convencionou chamar de campo da educação ambiental crítica, se faz necessário compreender [...] os diferentes efeitos sobre a reprodução social que cada uma dessas vertentes produz. Pois é parte do compromisso ético-político do pensamento crítico explicitar que a produção do conhecimento, enquanto produção social, não se separa de sua dimensão ideológica e de seu compromisso de classe (TREIN, 2012, p. 316).

5.3. Por que falar em Cidadania e Justiça Ambiental ao tratarmos da Organização dos Trabalhadores da Pesca Artesanal?

As organizações e movimentos sociais vão lutando contra as diferentes formas de subalternização material e simbólica, contra preconceitos e estigmas e pela afirmação de suas identidades a partir dos seus próprios modos de vida. As comunidades tradicionais organizam-se, como forma de ganhar visibilidade e protagonismo, constituindo-se e afirmando-se como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos relacionados a suas territorialidades e identidades territoriais (CRUZ, V.C., 2013), daí a luta por sua cidadania (tradicionalidade) estar relacionada à Justiça Ambiental.

No Brasil, a categoria justiça ambiental, aproxima-se da temática do meio ambiente por meio de dinâmicas sociopolíticas que tradicionalmente encontram-se envolvidas com a construção da justiça em sentido amplo. Este movimento ganhou espaço através da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)⁶⁶, criada em 2001, com o objetivo de combater a injustiça ambiental no País, entendida como a destinação desigual dos danos ambientais aquelas populações que na sociedade de classes encontram-se em maior estado de vulnerabilidade econômica e social.

Conforme Carta Capital de 02/10/2010:

No Brasil, a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental em 2001 (www.justicaambiental.org.br) se deu com o lançamento da Declaração de Princípios, na qual o conceito de Injustiça Ambiental foi definido como “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”. Já o conceito de Justiça Ambiental é entendido por um conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, de classe ou gênero, “suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, decisões de

⁶⁶ A RBJA é uma articulação formada por representantes de movimentos sociais, ONGs, sindicatos e pesquisadores de todo o País que tem a preocupação de animar um pensamento e uma ação que articule as lutas ambientais com as lutas por justiça social.

políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas”.

Os riscos ambientais a que determinados grupos estão sujeitos são decorrentes, por exemplo, de moradias localizadas em beiras de cursos d'água sujeitas a enchentes; a áreas que são ocupadas por atividades como as portuárias; ou sujeitas à especulações imobiliárias ou à indústria do turismo. Essa é a realidade que comumente acontece com as áreas onde se concentram as comunidades de pescadores artesanais. Especialmente os dois primeiros exemplos – enchente e atividade portuária, de certa forma são aqueles que hoje mais afetam à Colônia de Pescadores Z-3 e que carecem de atenção.

Nessa lógica, as populações tradicionais têm as suas atividades de sobrevivência ameaçadas pela definição pouco democrática e pouco participativa dos limites e das condições de uso dos seus territórios não sendo à toa, portanto, que a pauta de luta pelo direito à garantia e manutenção dos territórios tradicionais de pesca artesanal seja hoje uma luta não só local da comunidade da Z-3, tanto por meio do Manifesto de criação do Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais (MPPA)⁶⁷ do quanto do Manifesto do Fórum da Lagoa dos Patos⁶⁸, que respectivamente dizem:

6-DIREITO AOS ESTOQUES PESQUEIROS – Lutaremos para que as comunidades de pescadores profissionais artesanais mantenham seus direitos sobre o livre acesso aos estoques pesqueiros, exigindo o estabelecimento e a proteção de áreas de uso exclusivo para os pescadores(as) profissionais artesanais. Lutaremos também para que seja proibida a prática de pesca predatória nas 'bocas de barra', permitindo assim a entrada dos cardumes nas águas dos estuários (Manifesto de Criação do MPPA, 2003).

Historicamente os pescadores artesanais diversificam suas áreas de pesca, tendo em vista que as condições de salinidade, temperatura e corrente variam no estuário da Lagoa dos Patos e conseqüentemente, a dinâmica dos cardumes de importância para o sustento dos pescadores. Atualmente, temos sido impedidos de pescar no Canal do Rio Grande, na Barra e na área fora dela. *Queremos ser reconhecidos em nossos direitos à pesca artesanal!*

⁶⁷ Anexo 1

⁶⁸ Anexo 2

Queremos pescar na zona costeira, no mar interior e em terra a vista!
(Manifesto de Reivindicação do Fórum da Lagoa dos Patos, 2015).

Esta realidade de uso e ocupação do espaço é reflexo da concentração de poder na apropriação dos recursos ambientais que caracteriza a história do País e que tem se revelado a principal responsável pelo que os movimentos sociais vêm lutando contra. Assim, a luta por cidadania é mais que uma luta pelo reconhecimento dos sujeitos enquanto seres humanos com direito à saúde, educação, moradia, trabalho e previdência, pois a luta pela garantia do reconhecimento pela tradicionalidade de um trabalho secular que garante a existência de muitas comunidades, como é o caso da Z-3 é, e que contribuem para a soberania alimentar do País, é uma luta pautada na ideia do desenvolvimento da justiça ambiental que garanta a equidade no acesso a uma vida digna.

Vemos, portanto, que o alcance da luta dos movimentos e organizações sociais presentes na Colônia de Pescadores Z-3, se incorporam à dimensão da justiça ambiental, pois na medida em que suas pautas de luta se concentram na luta por seus territórios tradicionais de pesca; mais respeito nas abordagens realizadas pelos órgãos de fiscalização ambiental; valorização da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal; seguro para frustração de safra, entre outras tantas lutas que vão ao encontro da luta pela cidadania, estes movimentos e organizações estão contribuindo para com a luta pela justiça, afinal, o direito a uma vida digna e um ambiente saudável, deve ser um direito humano e não somente benefício de uma minoria.

5.4. O que pauta a Luta das Organizações dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3?

As diferentes organizações sociais de pescadores artesanais da Colônia Z-3 lutam por diferentes questões, conforme vimos ao tratarmos de cada uma destas organizações no capítulo 3. Suas prioridades variam desde o sentido de organização da classe de forma burocrática como Sindicato e Colônia, à organização para melhoria da qualidade de vida por meio da cooperativa ou da busca por políticas públicas, ou

por questões mais amplas as quais compreendem a luta junto ao Fórum e ao MPPA. Certo é que, embora em diferentes organizações, as quais cada uma tem sua pauta de atuação, todas elas tratam da questão da melhoria das condições de trabalho e vida do pescador artesanal. Desta forma, caminham no sentido da busca pela cidadania e pelo imperativo da justiça ambiental.

Diante disso, destacamos neste ponto as principais pautas de luta dos pescadores artesanais da Colônia de Pescadores Z-3, expressos principalmente por meio das pautas de manifestações do Fórum da Lagoa dos Patos e dos muitos ofícios enviados pelo mesmo a diferentes entidades pedindo apoio a causa destes trabalhadores, bem como das pautas que ensejaram a criação do MPPA na Z-3. Trazemos as pontuações feitas pelo Fórum e pelo MPPA, pois dentro delas há as pautas das cooperativas, da luta das mulheres por políticas públicas na Z-3 e também pelas questões que envolvem o trabalho feito pelo(a) Sindicato/Colônia. A ideia de pontuar estas demandas, é mostrar o que pauta a luta destes pescadores artesanais e, portanto, no que reside a cidadania destes trabalhadores.

5.4.1. Legislação Adequada à Pesca Artesanal

Dentro do ponto sobre legislação, o manifesto do MPPA diz “Lutaremos pela reformulação das leis de pesca vigentes no Brasil, para que essas venham a contemplar os anseios dos pescadores profissionais artesanais”. E, vai além, trazendo também a questão das políticas públicas: “Cobraremos dos municípios que possuam famílias de pescadores para que implementem políticas públicas para o setor”.

A questão da incompatibilidade das leis com a realidade do setor pesqueiro do ponto de vista do pescador artesanal é uma constante. Assim, a luta para que as leis sejam condizentes com a realidade local faz parte da luta diária dos pescadores artesanais, que se queixam de que as leis são feitas no gabinete, de cima para baixo, por quem não conhece peixe a não ser no prato. Portanto, reclama seu direito à participação neste processo, não apenas de forma formal, como uma mera participação a constar como um projeto democrático que os “ouviu”, mas que de fato, seus conhecimentos sejam levados em conta.

Embora a pauta traga em seu bojo o termo legislação, a luta refere-se a todo instrumento normativo, tanto jurídico quanto administrativo, ou seja, a tudo que tem força de lei, pois estas são o resultado de uma situação conjuntural, que reflete o movimento da sociedade civil (onde são construídos os consensos) para, então, transformar-se no elemento de coerção (normas) que vai “moldar e submeter” os que não são aliados à nova situação.

Assim, a permeabilidade do Estado na incorporação das demandas de grupos subalternos, subtraindo-os de sua lógica e, ao mesmo tempo, apresentando-se como universal, faz parte do processo de construção da hegemonia, onde força-consenso operam como par dialético do Estado. Desse modo é que as leis se caracterizam como a forma da classe dominante de fazer valer seus interesses comuns, por meio do Estado. É, desta forma, que a classe dominante aparece como representante dos interesses de “todos os cidadãos”, onde todas as lutas no interior do Estado, seja entre democracia, aristocracia e monarquia, direito ao voto etc., são apenas formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre as diferentes classes.

Antônio Gramsci (1980) desmente a afirmativa de que o direito é a expressão integral de toda a sociedade. Gramsci está certo, pois o direito não exprime o direito de toda a sociedade, mas atende tão somente aos interesses da classe dirigente, que “impõe” à toda sociedade as normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento. A função máxima do direito está em supor que todos os cidadãos devam aceitar livremente o conformismo assinalado pelo direito, vez que todos podem com esforço e trabalho, um dia, se tornarem elementos da classe dirigente, bastando, portanto querer, o que é extremamente falso, porque o direito existe exatamente para manter esta ilusão que causa a submissão dos sujeitos, os quais alimentam a esperança de fazerem parte desta.

Concordamos com Boron (2003) quando ele afirma que:

Não se constrói um mundo novo, [...], se não se modificam radicalmente as correlações de forças e se derrotam inimigos poderosíssimos. E o Estado é precisamente o único lugar onde se condensam as correlações de forças. Não é único, mas é, de longe, o principal. É o único a partir do qual, por exemplo, os vencedores podem transformar seus interesses em leis e construir um âmbito normativo e institucional que garanta a estabilidade de suas conquistas.

Ao tratar da sociedade civil como espaço onde se desenvolvem as lutas de classe, Boron (2003) diz que não se desconsidera a importância do aparelho coercitivo do Estado na solidificação das conquistas obtidas nessas lutas. Apesar de sua ação como interventor em favor da classe expropriadora e seu papel funcional ao capital na contenção da luta de classes, o papel do Estado de universalizar os direitos, através de sua institucionalização na forma de leis e também de políticas públicas não pode ser desprezado, mas, isto não significa imaginá-lo neutro ou não portador do caráter de classe e sim, que sejam quais forem as derrotas que sofrem, os trabalhadores ou as conquistas obtidas após suas lutas, ambas só são aplicáveis a todos os trabalhadores após sua constituição em leis:

Não podemos desconsiderar que a conquista é importante para mostrar que é possível, mas, uma vez que não está acompanhada de uma mudança nas relações de produção da sociedade onde está inserida, não pode apagar os sentidos da luta, sob o risco de ter seu potencial contra-hegemônico anulado. É preciso reconhecer que as leis nada representarão se não vierem precedidas e acompanhadas de um processo de educação da sociedade para o 'dever ser' (BORON, 2003, p. 120).

Favorece-se as formas de participação liberal, com ênfase nas organizações, na participação institucionalizada no interior dos aparelhos estatais ou tendo as políticas públicas como arena participativa, utilizada como um meio de satisfazer a necessidade de manifestar suas opiniões, do acesso às informações, de forma a melhorar a qualidade da democracia (representativa), sem destruir os marcos das relações capitalistas. Logo:

A noção de cidadania é reduzida ora aos direitos formais (carteira de identidade, CPF), ora aos direitos de inserção no mercado (aquisição de créditos, participação em projetos), retirando-lhe o caráter de luta por direitos ainda não existentes, no sentido de reconhecimento às especificidades deste grupo social na universalidade da luta dos trabalhadores por justiça social. Ao focalizar no sujeito individual e seus direitos, tira-se de foco a construção do sujeito social, coletivo, na disputa por uma construção ético-política nas relações sociais, não mais restritas apenas à relação com o Estado (BORON, 2003, p.191-192).

Sobre este ponto específico acerca da necessidade de uma legislação adequada à pesca artesanal na região, outros dois pontos merecem destaque: um diz respeito à IN nº 12/2012 e o outro à IN nº 03/2004.

5.4.2. Revisão da IN nº 12/2012 e a necessidade de que haja respeito aos territórios tradicionais de pesca

Para os pescadores artesanais da região, os entraves causados por instruções normativas tem prejudicado a realização da atividade pesqueira artesanal em territórios tradicionais de pesca. Aliás, essa é uma pauta frequente de luta dos pescadores artesanais no Fórum da Lagoa dos Patos e também presente no manifesto de criação do MPPA.

A Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 12, de 22 de agosto de 2012 dispõe sobre critérios e padrões para o ordenamento da pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul, do estado do Espírito Santo ao estado do Rio Grande do Sul.

Desta forma, os pescadores da região veem como necessária a revisão dos anexos I,II e III desta IN MPA/MMA nº 12 de 2012, no que tange ao Rio Grande do Sul. A proposta de revisão da IN, conforme ofício nº 45/2015 do Fórum da Lagoa dos Patos⁶⁹, se dá no sentido de que sejam redefinidas as áreas destinadas à pesca artesanal, mantendo os direitos de uso de áreas tradicionais de pesca conforme títulos de embarcação fornecidos pela Capitania dos Portos anteriormente ao ano de 2002, os quais citavam como áreas tradicionais a zona costeira, o mar interior e a terra à vista.

A justificativa para tal revisão reside no fato de que a área geográfica delimitada pela IN nº12 supracitada fere os preceitos da Convenção nº 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que versa sobre os povos indígenas e tribais e da qual o Brasil é signatário:

A Convenção nº 169, sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989, revê a Convenção nº 107. Ela constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. A Convenção aplica-se a povos em países independentes que são considerados indígenas pelo fato de seus habitantes descenderem de povos da mesma região

⁶⁹ Anexo 3

geográfica que viviam no país na época da conquista ou no período da colonização e de conservarem suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas. Aplica-se, também, a povos tribais cujas condições sociais, culturais e econômicas os distinguem de outros segmentos da população nacional (Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho).

O entendimento é que o caso dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos se alinha com os povos tradicionais por aspectos como, uso coletivo de um espaço geográfico, necessidade de utilização da área para subsistência, história de trabalho na região a qual perpassa gerações, condições peculiares do ambiente natural como no caso os pesqueiros. Tudo isso corrobora no sentido de um direito conquistado e adquirido e que encontra-se confiscado pela legislação.

Outra questão é que os povos tradicionais que vivem na região reclamam o desconhecimento do processo que gerou a dita instrução normativa, o que contraria os conceitos básicos que norteiam a interpretação das disposições da Convenção e que são: a consulta e a participação dos povos interessados e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam, conforme art. 6º da referida Convenção:

Art. 6º [...] consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

Os ministérios responsáveis pela criação e execução das políticas aplicadas aos pescadores e pescadoras artesanais não os desvinculam da atividade pesqueira industrial e comercial de média e grande escala e quando geram legislações restritivas não consideram a tradicionalidade da atividade. Isso tem causado transtornos às comunidades pesqueiras, afinal:

Atividades artesanais, indústrias rurais e comunitárias e atividades tradicionais e de subsistência dos povos como a caça, a pesca, a caça com

armadilhas e o extrativismo, deverão ser reconhecidas como fatores importantes para a manutenção de sua cultura e para a sua autossuficiência e desenvolvimento econômico. Com a participação desses povos e sempre que possível, os governos tomarão as medidas necessárias para garantir que essas atividades sejam incentivadas e fortalecida (art. 23 da Convenção 169 da OIT).

Portanto, medidas especiais necessárias deverão ser adotadas para salvaguardar as pessoas, instituições, bens, trabalho, culturas e meio ambiente desses povos, pois os valores e práticas sociais, culturais, religiosos e espirituais desses povos deverão ser reconhecidos e a natureza dos problemas que enfrentam, como grupo ou como indivíduo, deverá ser devidamente tomada em consideração, conforme preconizam os arts. 4º e 5º da Convenção nº 169 da OIT.

5.4.3. Revisão do Ordenamento Pesqueiro na Lagoa dos Patos: A IN nº 03/2004

Além da necessidade de revisão da IN nº 12, a qual nos referimos anteriormente no item relativo à necessidade de respeito aos territórios tradicionais de pesca, uma outra questão que marca a luta dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos e que foi muito discutida dentro do Fórum da Lagoa, sendo objeto de muitos documentos enviados a diferentes órgãos, e que também refere-se a necessidade de revisão do ordenamento pesqueiro na Lagoa, é a questão da Instrução Normativa Conjunta nº 03 de 09 de fevereiro de 2004, a qual condiciona a pesca no Estuário da Lagoa dos Patos aos critérios técnicos, padrões de uso e procedimentos administrativos estabelecidos na referida IN.

A necessidade que os pescadores artesanais veem na revisão desta IN se refere principalmente aos períodos de pesca, petrechos utilizados e embarcações, as quais segundo eles, não condiz com a realidade da pesca artesanal na Lagoa e, por isso, precisa ser revista.

5.4.4. Legislação Previdenciária e Trabalhista Específica para o(a) Pescador(a) Profissional Artesanal de forma a contemplar todos os pescadores cadastrados e legalizados com os benefícios de segurado especial

Outra questão referente à legislação e que pontua as pautas dos pescadores artesanais refere-se às questões de legislação previdenciária e trabalhista para segurados especiais. Segurado especial é o produtor, o parceiro, o meeiro, e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e seus assemelhados, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros (mutirão). Todos os membros da família (cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 16 anos de idade ou a eles equiparados) que trabalham na atividade rural, no próprio grupo familiar, são considerados segurados especiais.

É considerado pescador artesanal para fins previdenciários, aquele que, utilizando ou não embarcação própria, de até duas toneladas brutas de tara, faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, inclusive em regime de parceria, meação ou arrendamento⁷⁰ e esteja matriculado na Capitania dos Portos ou no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.

O pescador que trabalha em regime de economia familiar, meação ou arrendamento, em barco com mais de duas toneladas brutas de tara é considerado autônomo.

Para poder acessar os benefícios da Previdência Social, como o auxílio-maternidade, a pensão por morte, auxílio-doença ou aposentadoria por idade, por exemplo, os pescadores artesanais precisam apresentar documentos que comprovem que estão exercendo a atividade. Esses documentos são, por exemplo, a Carteira de Pescador Profissional e o documento da embarcação devidamente registrado pela

⁷⁰ Parceiro é aquele que, comprovadamente, tem contrato de parceria com o proprietário da terra, desenvolve atividade agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira, partilhando os lucros, conforme pactuado.

Meeiro é aquele que, comprovadamente, tem contrato com o proprietário da terra, exerce atividade agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira, dividindo os rendimentos obtidos.

Arrendatário é aquele que, comprovadamente, utiliza a terra, mediante pagamento de aluguel ao proprietário do imóvel rural, para desenvolver atividade agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira.

Capitania dos Portos, a declaração emitida pelo sindicato ou colônia de pescadores, ficha de associação ou recibos de pagamento de contribuição social à colônia e título de propriedade da embarcação, bem como a nota fiscal de venda da produção realizada pelo pescador artesanal.

O segurado especial precisa comprovar o exercício da atividade por período de tempo igual à carência exigida para cada benefício. Assim, para a aposentadoria por idade, por exemplo, o pescador artesanal deverá comprovar no mínimo, 180 meses de exercício da atividade pesqueira. Já para o benefício de auxílio-doença, o tempo de atividade a ser comprovado é de 12 meses.

Na aposentadoria por idade para o segurado especial, além da carência, será exigida idade mínima do trabalhador: 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher.

O art. 6º da CF, Título II, destinado aos direitos e garantias fundamentais estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

5.4.5. Manutenção do Seguro Desemprego nos Períodos de Defeso

De acordo com Canotilho (2003), o Princípio do não Retrocesso Social dispõe que, os direitos sociais, uma vez realizados, passam a constituir tanto uma garantia institucional quanto um direito subjetivo, limitando, assim, sua reversibilidade. E, é dessa forma que os pescadores artesanais lutam pela manutenção deste direito conquistado. Afinal, o seguro-defeso é um direito fundamental que se constitui como um mínimo que permite ainda a existência dos pescadores artesanais num período em que encontram-se privados de realizar suas atividades, uma vez que a atividade pesqueira é paralisada temporariamente para a preservação de espécies, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes, conforme preceitua o art. 2º, XIX, da Lei nº 11.959 de 2009.

Salientamos com Santos (2012) que não se pode interpretar a Constituição em outro sentido que não aquele que pregue uma progressiva concretização dos direitos sociais. O próprio princípio da dignidade da pessoa humana, que por tantos autores tem sido consagrado como o eixo em torno do qual deve girar o ordenamento e os próprios objetivos do Estado, aponta neste sentido.

No preâmbulo da Constituição Federal, e sem entrar no mérito acerca da existência de força normativa do mesmo, já é possível encontrar a primeira referência a um dever estatal de assegurar os direitos sociais quando dispõe que a Assembleia Nacional Constituinte se reuniu para “instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais”.

5.4.6. Necessidade de uma política permanente para casos de frustração de safra ou eventos atmosféricos extremos que estão se intensificando na região e afetam diretamente as pescarias

De maneira análoga aos agricultores familiares, os pescadores artesanais dependem das condições climáticas para terem safras de sucesso. A atual condição vivenciada, de acúmulo de dívidas como as que contraíram junto ao Banco do Brasil em função de não conseguirem quitar os vencimentos dos financiamentos do PRONAF devido a três safras frustradas, enchentes e previsão de novas frustrações os coloca em condições de vulnerabilidade. Sendo assim, se faz necessário o estabelecimento de políticas que visem garantir o necessário a esses trabalhadores que sofrem as consequências destes eventos.

Conforme Bretano (2014), há que se preservar o chamado “mínimo existencial” para que sejam garantidas as necessidades básicas da pessoa humana. Pode-se dizer, então, que este “mínimo existencial” se constitui na garantia das condições mínimas de existência, que por um lado, não pode ser objeto de intervenção restritiva do Estado e, por outro, exige prestações estatais positivas.

A dignidade humana e as condições materiais da existência não podem retroceder aquém do mínimo, pois o mínimo necessário à existência constitui um

direito fundamental. Sem este mínimo, cessa a possibilidade de sobrevivência e desaparecem as condições iniciais de sua liberdade.

Salientamos com que não se pode interpretar a Constituição Federal em outro sentido que não aquele que pregue uma progressiva concretização dos direitos sociais. O próprio princípio da dignidade da pessoa humana, que por tantos autores tem sido consagrado como o eixo em torno do qual deve girar o ordenamento e os próprios objetivos do Estado, aponta neste sentido.

No preâmbulo da Constituição Federal, e sem entrar no mérito acerca da existência de força normativa do mesmo, já é possível encontrar a primeira referência a um dever estatal de assegurar os direitos sociais quando dispõe que a Assembleia Nacional Constituinte se reuniu para “instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais”.

O art. 3º, inciso III da CF estabelece como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

O art. 6º da CF, Título II, destinado aos direitos e garantias fundamentais estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A criação de uma política de estado para os pescadores artesanais prejudicados por eventos atmosféricos extremos contribui para com os resgate da cidadania e para com a justiça ambiental pois impede que os pescadores artesanais não tenham que esperar o fato previsível ocorrer para poderem buscar alternativas que, muitas vezes, esbarram na falta de verbas, ficando estes trabalhadores à mercê da distribuição de sacolas econômicas, o que fere a dignidade dos mesmos, como pode ser observado no relato de um pescador registrada em ata do Fórum da Lagoa dos Patos, ocorrida em 12 de novembro de 2015.

Sobre esta demanda em específico, o MPPA pontua a necessidade do que convencionaram chamar de Seguro para Frustração de Safra. Assim diz o MPPA em relação ao seguro para frustração de safra:

[...] pelo estabelecimento de uma política de seguro quando da ocorrência de frustração de safra, para que os(as) pescadores(as) possam sobreviver em épocas economicamente inviáveis.

Essa pauta também é pontuada pelo Fórum da Lagoa dos Patos, uma vez que as constantes frustrações nas safras de camarão, em função das chuvas e a falta de política pública que garanta pelo menos o mínimo necessário à existência destes trabalhadores, tem os deixado desamparados, uma vez que apesar de recorrerem a diferentes entidades e órgãos, eles não tem obtido retornos positivos.

5.4.7. O Resgate e a Afirmação Cultural da Pesca Artesanal

Conforme diz o próprio Manifesto de criação do MPPA (2003):

Lutaremos pela valorização e resgate de nossa cultura e de nossos hábitos, caso contrário corremos sérios riscos de que esta nossa grande riqueza se perca na história e não seja conhecida por nossos filhos e netos.

Esta é uma questão de suma importância, tendo em vista que as dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais para manterem sua existência tem feito com que muitos trabalhadores tenham procurado emprego, largando a sua profissão de pescador artesanal. E, mais comum ainda, é o não querer que os filhos e netos sigam na atividade e, assim, a arte, a estética e o conhecimento expressos no saber fazer típico do ser pescador artesanal, que marca suas raízes e a relação com a natureza por meio de um trabalho que é ontológico, corre sérios riscos de ser perdido, porque se trata de saberes que são herdados de geração em geração.

5.4.8. Necessidade de humanização nas abordagens aos pescadores artesanais pelos órgãos de fiscalização ambiental

Os pescadores artesanais do Fórum da Lagoa dos Patos pedem mais respeito nas abordagens realizadas pelos órgãos de fiscalização ambiental, pois é bem comum a queixa da forma como são tratados durante as abordagens realizadas pelos órgãos de fiscalização ambiental.

O MPPA fala da necessidade de uma fiscalização educativa:

Lutaremos por uma norma de fiscalização diferenciada para os pescadores profissionais artesanais, para que se desenvolva a cidadania do(a) trabalhador(a) da pesca. Assim como reprimir nos postos de venda a comercialização de pescado abaixo do tamanho mínimo permitido.

Ou seja, o Manifesto vai além da questão da abordagem da fiscalização ambiental, pois tem como pauta a repressão da comercialização do pescado abaixo do tamanho permitido. Isso contribui com o fortalecimento dos pescadores artesanais que estão cumprindo a legislação vigente e respeitando o tamanho mínimo para captura.

5.4.9. Valorização da Mulher na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal

Esse é um ponto fundamental de luta da pesca artesanal e que, de forma geral, ainda não ganhou espaço dentro das discussões do Fórum da Lagoa dos Patos, talvez porque o Fórum ainda conte muito com a presença majoritária de homens, exceto no que se refere à participação da Colônia Z-3 no Fórum, pois na Z-3 as mulheres tem uma maior participação.

O Manifesto do MPPA diz:

Lutaremos pelo reconhecimento do trabalho da mulher pescadora que exerce atividade na água ou em terra, seja pescando, descascando, limpando, filetando, processando ou comercializando o pescado ou remendando redes; para que sejam garantidos os benefícios previdenciários e trabalhistas.

As mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal na Colônia de Pescadores Z-3 se dedicam além dos cuidados com os filhos e com a casa, à captura e/ou beneficiamento e também aos trabalhos manuais como tecer e remendar redes entre outros. Mas, se o trabalho da mulher é importante, por que ele não é valorizado como tal?

Conforme Fassarela (2008, p. 176):

É importante destacar que a reprodução da desvalorização do trabalho da mulher aparece muitas vezes em estudos e dados oficiais que não contabilizam e não consideram o trabalho doméstico como atividade de produção. E quando a profissão é exercida na própria residência é tida como um 'bico' – como é o caso das salgadeiras, costureiras, artesãs, faxineiras e etc.

Essa questão trazida por Fassarela (2008) é uma realidade no universo da pesca artesanal, pois se naturaliza a cultura do masculino na pesca, então, a mulher se torna “invisível” no contexto da cadeia produtiva e, não raras vezes, elas mesmas não se compreendem enquanto trabalhadoras da pesca artesanal, declarando-se como donas de casa ou do lar, o que resulta numa baixa autoestima por parte delas, a perpetuação da cultura machista e a exploração feminina, já que esta fica sujeita a uma sobrecarga de trabalho, pois o cuidar da casa e dos filhos, o cozinhar, ainda é tido como uma obrigação da mulher, quase que algo inato à sua condição de ser mulher e, extensivamente, a limpeza e filetamento do pescado, por exemplo, entram dentro desta mesma linha de trabalho comum à “dona de casa”, então, se desconsidera a importância deste seu trabalho no contexto da cadeia produtiva e na agregação de valor ao produto.

Esta cultura não se restringe apenas aos lares e comunidades pesqueiras, mas se expande para a dificuldade de se reconhecer o trabalho da mulher, especialmente na pesca artesanal, para fins de acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Como

podemos ouvir de um de nossos entrevistados na Z-3, a Entrevistada 9, ela começou a trabalhar com 12 anos de idade nas salgas e, depois foi trabalhar com seu marido pescador, mas nunca conseguiu ser reconhecida como trabalhadora da pesca. Então, depois de muitos anos de trabalho, começou a contribuir individualmente com a Previdência para que pudesse ter acesso à aposentadoria pois, caso contrário, não teria conseguido, já que na sua época, mulher não tirava carteira de pescadora. Hoje, ela é aposentada por invalidez e reflete sobre as consequências do não reconhecimento da mulher como trabalhadora da pesca, afinal, se não tivesse partido dela própria contribuir, sua situação estaria bem complicada em função de sua saúde e idade.

Na Colônia Z-3, de modo geral, podemos dizer que as mulheres estão caminhando na luta pelo seu reconhecimento enquanto trabalhadoras, não somente em relação a direitos trabalhistas e previdenciários, mas principalmente na organização política e social, ampliando seus espaços de luta e conquistando outros campos dentro do cenário da pesca artesanal, como as feiras, associações, cooperativas, colônias.

Desta forma, a luta do MPPA, como de qualquer movimento ou organização em favor do reconhecimento do papel da mulher na sociedade, especialmente aqui, da mulher trabalhadora, é uma luta que merece respeito e apoio. Reconhecer a mulher enquanto sujeito que faz e se refaz na história, é uma das questões fundamentais para a transformação das relações insustentáveis que caracterizam nossa sociedade de classes. Portanto, a luta pelo reconhecimento da mulher pescadora artesanal é uma questão que transcende a questão de gênero, por estar relacionada à luta de classe.

5.4.10. Incentivo à Formas Alternativas de Organização, como grupos coletivos, associações, cooperativas, etc.

O incentivo à diferentes formas de organização pode ajudar no fortalecimento da resistência e da luta. Essa foi, aliás uma realidade muito observada na Colônia de Pescadores Z-3, pois é comum no universo da comunidade o desenvolvimento dessas diferentes formas de organização. Entendemos que a disseminação desses grupos

contribui para a organização político-social da comunidade e para o fortalecimento do processo de desenvolvimento da consciência de classe no interior desta comunidade, já que uma vez organizados, esses grupos fortalecem entre si, os laços de organização, participação, solidariedade uns com os outros em busca de um bem comum, sentimentos necessários para um comprometimento com o processo de transformação social a ser desencadeado por meio da consciência e luta de classe. Nisso, as feiras do peixe realizadas pelas famílias de pescadores da Z-3 pode ser destacada como uma política que contribui com a concretização desta pauta.

5.4.11. Crédito Específico para os pescadores artesanais e serviço de extensão pesqueira

Nossas conversas com os pescadores artesanais da Colônia Z-3, nos mostrou que o nesta comunidade o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não-agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, é um dos créditos mais acessados por estes pescadores artesanais⁷¹.

Especificamente em relação à extensão pesqueira, há na Z-3 a atuação da Emater junto aos feirantes da Feira do Peixe que é uma organização que hoje está em fase de desenvolvimento de uma associação própria de seus feirantes, os quais possuem uma relevante importância no contexto da organização político-social na Z-3. Essa é uma pauta que contribui para com as outras duas pautas anteriormente elencadas, ou seja, a organização dos pescadores artesanais e o resgate e afirmação cultural da pesca artesanal na Colônia Z-3, uma vez que tem se desenvolvido aí um bloco coeso de resistência e luta.

⁷¹ Fonte: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/como-funciona-o-pronaf>

5.4.12. Políticas de Preços que garantam o retorno dos custos e renda ao pescador, além de prever o fomento a formas alternativas de comercialização e agregação de valor ao pescado

Essa pauta trazida pelo MPPA é de extrema importância para o fortalecimento da categoria pescador artesanal, que sofre com os preços baixos pagos pelos atravessadores e comerciantes. Desta forma, mecanismos de reorganização da cadeia produtiva, de forma a melhorar a renda dos pescadores é uma questão central no universo da questão da cidadania e justiça ambiental, uma vez que a maior parte das ações de co-manejo propõe a redução do esforço de pesca, que inicialmente resulta em menor captura, então, mecanismos que visam diminuir o número de intermediários, que buscam agregar valor ao pescado ou valorizar o produto manejado são importantes para compensar a renda reduzida devido à diminuição da captura (ISAAC & CERDEIRA, 2004; VIANA et al. , 2004 *apud* WALTER, 2010).

5.4.13. Preservação dos Recursos Hídricos

A preservação dos recursos hídricos é fundamental para quem vive da pesca, pois é das águas que tiram o seu meio de vida. Por esta razão, é comum, ouvirmos no Fórum da Lagoa dos Patos, os pescadores artesanais reclamarem da poluição das águas da Lagoa e falarem da importância do desenvolvimento de estudos sobre a qualidade das águas da Lagoa, pois segundo eles, a poluição pode ser um dos fatores que tem afetado o desenvolvimento de peixes e crustáceos na Lagoa.

5.4.14. Unificação do Registro do Pescador Profissional Artesanal

Lutaremos por um cadastro único dos profissionais da pesca com critérios sérios para fornecimento de carteira, onde só possa ser considerado pescador profissional artesanal aquele que realmente viva e sobreviva da pesca, ficando apenas um órgão em nível federal responsável pela emissão do documento.

Essa pauta tem relação com a luta que hoje vem sendo travada pelos pescadores artesanais dentro do Fórum da Lagoa dos Patos, pela transferência das pastas relativas à pesca para o MDA, ao invés de ficarem como MAPA, como estão atualmente, depois da extinção do MPA. Essa aliás, é uma pauta de luta muito importante dentro do contexto da pesca artesanal, afinal, no histórico da relação Estado e pesca artesanal, vimos que o setor sempre sofreu com as mudanças do órgão ou entidade responsável pela categoria em nível federal, sempre estando articulados a setores não específicos da pesca, e principalmente da artesanal. Desta forma, o MPA com todas as possíveis falhas que possuía, marcou uma conquista que os pescadores artesanais acabaram perdendo, sendo necessário hoje, buscar por meio da organização e da luta da categoria, conseguirem se aliar àqueles que mais se relacionam com a atividade que exercem que é o MDA, pelo seu histórico junto aos pequenos produtores rurais e comunidades tradicionais. Então, esta é uma luta para que a interlocução das atividades da pesca artesanal em nível federal sejam pautadas por um Ministério que possua uma identidade com a atividade pesqueira artesanal.

5.5. Que Cidadania e Justiça Ambiental defendemos?

Falar em cidadania dentro da perspectiva do materialismo histórico dialético, implica reconhecer para quem se destina esta cidadania que defendemos. Assim, para nós, trazer a temática da cidadania está atrelada ao nosso posicionamento no mundo junto à classe trabalhadora, que sob a lógica do capital, vem tendo sua humanidade subsumida pelo processo de alienação do trabalho.

Este processo de alienação tem aspectos econômicos, mas só se realiza dentro de um complexo de relações sociais e, como realidade social, a categoria de totalidade é inafastável de sua análise. Como nos diz Mészáros (2004), a análise da alienação em Marx sempre esteve associada à questão de sua transcendência, isto é, de sua superação, onde Marx chega à política como ação, como mediação entre o estado de coisas presente e o estado de coisas futuro, desejado e, em certo sentido, até mesmo previsto por Marx.

A transcendência da alienação passa pela práxis, pelo movimento realizado pelos trabalhadores em sua ação política transformadora por meio de suas organizações e movimentos sociais, pois é por meio dessa ação que o trabalhador percebe a emancipação humana ou superação da alienação como parte de um processo que passa, inevitavelmente, por uma ação política de emancipação. Esse processo é mediado por processos educativos na medida em que cada nova ação sobre o mundo, visando transformá-lo parte de uma reflexão sobre a prática anterior. Esse processo de superação, leva ao desenvolvimento da consciência crítica.

Ao se pensar uma ação política de trabalhadores e, em particular, dos pescadores artesanais da Colônia Z-3 em seus espaços de vida comum, ou seja, no âmbito de suas comunidades, pensando-se nas organizações sociais aí presentes, é preciso considerar que a ação política, passa, entre outros aspectos, pela tomada de consciência do estado de reificação a que se está submetido.

Reificação é o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornam independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso “especial” de ALIENAÇÃO, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista (BOTTOMORE, 2001).

Neste sentido, cumpre destacar que a cidadania e a justiça ambiental deduzidas do pensamento marxista, são aquelas que devem ser capazes de impedir a exploração.

Se a cidadania, enquanto processo de empoderamento de homens e mulheres para se relacionar com o poder e para exercer esse poder, não for capaz de impedir o processo de separação e estranhamento destes em relação à sua atividade humana vital, ou seja, o trabalho, então, não haverá homens e mulheres para realizar a política. Então, é preciso que a cidadania que se procura desenvolver, realmente rompa com este processo de alienação, afinal, como nos diz Freire (1987, p. 27) “Transformar o mundo por meio de seu trabalho, ‘dizer’ o mundo, expressá-lo e expressar-se são próprios dos seres humanos, de sua expressividade”.

Dessa forma, a cidadania se manifesta pelo rompimento com o sistema repressivo e o desaparecimento da relação opressor/oprimido. Também está associada à pronúncia da realidade e se concretiza na participação transformadora da sociedade, pois a manifestação da palavra, o dizer o mundo, corresponde a ser sujeito, ser cidadão, conforme nos fala Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987).

Numa perspectiva crítica da realidade, os seres humanos vão a percebendo como uma totalidade e, assim vão superando “o que chamamos visão focalista da realidade, segundo a qual as parciaisidades de uma totalidade são vistas não integradas entre si, na composição do todo” (FREIRE, 1987, p. 23).

A política é assim, um chamado à ação, ou ato limite diante de uma situação limite que é a opressão que marca a sociedade vigente. Somente a partir daí, os nossos sonhos possíveis de um outro mundo possível aos trabalhadores pode se tornar o nosso inédito viável que é na realidade uma coisa inédita, ainda não conhecida e vivida, mas sonhada e quando se torna percebida pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade. Assim, como nos diz Freire:

[...] quando os seres humanos conscientes querem, refletem e agem para derrubar as situações limites que os e as deixaram a si e a, quase todos e todas limitados a ser menos, o inédito viável não é mais ele mesmo, mas a concretização dele no que ele tinha antes de inviável. Portanto, na realidade são essas barreiras, essas situações-limites que mesmo não impedindo, a alguns e algumas de sonhar o sonho, vêm proibindo à maioria a realização da humanização e a concretização do ser mais (FREIRE, 1992, p. 206-207).

Já, o tema da justiça ambiental indica a necessidade da questão do ambiente não ser apenas vista em termos de preservação, mas também de distribuição e justiça. Representa, assim, o marco conceitual necessário para aproximar, em uma mesma dinâmica, as lutas populares pelos direitos sociais e humanos, pela qualidade coletiva de vida e pela sustentabilidade ambiental. Trata-se, portanto, de uma justiça socioambiental, pois integra as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade, frequentemente dissociados nos discursos e nas práticas do dito desenvolvimento.

No sentido epistêmico-político, podemos ainda dizer que, em termos de finalidade última, para os crítico-marxistas, a justiça social não pode ser obtida apenas com justiça distributiva, apelo ético ou acúmulo de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico, mas com a transformação radical das relações produtoras de mercadorias e da alienação, o que envolve, entre outras coisas, essas dimensões compreendidas necessariamente de modo relacional e contraditório (LOUREIRO, 2015).

E a justiça ambiental, enquanto finalidade do ambientalismo “à esquerda” e da ecologia política, deixa de ser um contemplativo e idealizado desejo de harmonia com a natureza, para ser a materialização de relações sociais entre sujeitos emancipados na natureza não redutível à precificação e à coisificação. Para o pensamento crítico, lutar por justiça social e superação das formas de dominação representa garantir a livre realização das potencialidades individuais, ou seja, a construção cultural diversa e não-alienada que possibilita relações com a natureza distintas das determinadas no capitalismo (LOUREIRO, 2015).

5.6. A Práxis no Intervir e Transformar o Mundo: O que a Educação Ambiental Crítica tem a ver com o movimento dos trabalhadores da pesca artesanal?

A práxis é uma atividade prática de se fazer e refazer coisas, isto é, a transmutação de uma matéria ou uma situação. É o ato ou conjunto de atos em virtude dos quais o sujeito ativo (agente) modifica uma matéria prima dada. Sendo assim, a práxis, como uma forma de entender a intervenção no mundo, é uma categoria filosófica fundamental para o entendimento do processo educativo que se estabelece no interior das organizações e movimentos sociais de trabalhadores da pesca artesanal, bem como na formação das lideranças atuantes no interior destes movimentos. Logo, entendemos a práxis como uma forma de transformar a realidade, que na perspectiva dos pescadores artesanais é injusta.

Para a tradição crítica, o ser humano deve ser entendido como um ser criador que, por meio de sua atividade no mundo, vai alterando a realidade e

produzindo cultura. Nesta, não se pensam os conceitos descolados das condições objetivas de vida. Compreender o mundo, ter consciência dele, interpretá-lo são acontecimentos que se efetivam tão somente em sociedade. Ao indagar, conhecer, compreender e agir, o ser humano desperta potencialidades e mobiliza sua capacidade de optar, de decidir, de escolher (ainda que sob as coerções sistêmicas) e, ao exercer a escolha na ação que desenvolve, não muda apenas o mundo, mas muda também sua posição diante do mundo.

A educação, além de intencional e dialógica, é teórica, ao exigir que conhecimentos e conceitos sejam produzidos e socializados, e é prática, pois o que aprendemos e conhecemos serve em primeiro lugar para possibilitar que atendamos a uma necessidade que temos. Para um educador crítico, a indissociabilidade teoria-prática se dá em um movimento no qual a teoria nega a prática enquanto prática imediata, isto é, nega a prática como um fato dado para revelá-la em suas mediações e como práxis social, ou seja, como atividade socialmente produzida e produtora da existência social.

O movimento de intervenção na realidade é feito a partir de uma capacidade de idealização do mundo, através de exercícios de projeção de uma realidade melhor e na construção de ações que busquem transformar a realidade. Sánchez Vásquez (2011) descreveu esse movimento como “práxis”, o qual requer um processo de ação-reflexão-ação, continuado e necessariamente coletivo. Assim, práxis é mais que prática porque há práticas habituais, com um conhecimento limitado a certo saber fazer, enquanto a práxis tenta adequar os efeitos aos ideais antecipatórios, partindo do pressuposto de que a realidade nunca duplica o modelo pensado.

De acordo com Vázquez (2011), na práxis social os sujeitos agrupados aspiram mudar as relações econômicas, políticas e sociais; a história é realizada por indivíduos cujas forças unidas em uma organização são capazes de revolucionar um sistema. E este é um sentimento presente nas lideranças da Z-3. Há nestes, o desejo de mudança e esse objetivo comum é o que os une, ainda que na realidade concreta possam estar fisicamente distantes, mas o que os põe em movimento é o desejo de que as coisas aconteçam como nos disse o intelectual orgânico entrevistado “Embora existam ali [na Z-3] diversos grupos, na hora do “pega pra capturar”, eles se unem e acabam atuando de forma conjunta”.

A adequação aos fins é um princípio que Vázquez (2011) coloca como central para as pessoas se movimentarem. Este movimento à adequação pressupõe uma idealização do mundo, a qual pressupõe um entendimento do mundo como uma totalidade. Logo, a adequação ao fim é um desejo, um querer, um sonho⁷². Sonhamos um mundo melhor, sem desigualdades, e nos movimentamos na sua construção. É nesse movimento que o processo educativo tem seu espaço e a prática pedagógica tem sua intencionalidade (ANELLO, 2009).

A intencionalidade pedagógica na práxis educativa é um aspecto decisivo para nos inserirmos numa visão emancipatória de educação, pois não nos educamos abstratamente, mas na atividade humana coletiva, mediada pela natureza, com sujeitos localizados temporal e espacialmente (LOUREIRO, 2012). A intencionalidade pedagógica é um aspecto estruturante da práxis, ou seja, é necessário idealizar a finalidade do processo educativo, o qual por sua vez, requer um posicionamento político frente ao cenário que se apresenta, pois a idealização parte de questões subjetivas e ontológicas do idealizador.

A práxis é, assim, a atividade concreta pela qual o sujeito se afirma no mundo, modificando a realidade objetiva e sendo modificado por ela de modo reflexivo, pela problematização da realidade, o que pressupõe o desenvolvimento da consciência de si e do mundo nesse processo. Nisso, não ocorre a dicotomia teoria e prática nem a supremacia de um dos polos sobre o outro. A práxis e o desenvolvimento da consciência que se estabelece por meio da ação/reflexão/ação “é, portanto, um conceito central para a educação e, particularmente, para a Educação Ambiental, uma vez que conhecer, agir e se perceber no ambiente deixa de ser um ato teórico-cognitivo e torna-se um processo que se inicia nas impressões genéricas e intuitivas e que se vai tornando complexo e concreto na práxis”.

A práxis educativa transformadora é, portanto, aquela que fornece ao processo educativo as condições para que a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e

⁷² Sonho aqui é referido não como delírio ou coisa parecida, mas como a capacidade de idealizar um mundo diferente. O sonho, como uma construção humana, é também inconcluso, ou seja, não é algo estático, como uma quimera, mas um movimento de imaginar a transformação da realidade em algo melhor para mim e minha comunidade, meus iguais. Desse modo, o sonho dos sem terras não é o mesmo do latifundiário; mesmo que ambos desejem a felicidade, a felicidade de um é antagônica à felicidade do outro, pois um deseja a distribuição de terras e outro espera a concentração da propriedade e acredita na herança familiar (ANELLO, 2009).

dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana visando à superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista globalizada (LOUREIRO, 2012). Por esta razão, a práxis é uma categoria fundamental no estudo das organizações de classe, pois ela é o movimento dos sujeitos, individuais ou coletivos, a favor de uma causa e, no caso específico das organizações presentes na Colônia Z-3, é a luta pelos direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores da pesca artesanal.

5.7. Participação, Emancipação e Autonomia: As Facetas do Processo de Conscientização de Classe

Quando falamos em organização social de trabalhadores como a dos pescadores artesanais da Colônia Z-3, a autonomia desses sujeitos está articulada ao seu processo de emancipação que, por sua vez, será maior quanto mais desenvolvido for a consciência de classe desses grupos e, essa consciência se desenvolve à medida em que aumenta a participação social nos espaços de discussão e processos decisórios, ou seja, quanto maior for seu envolvimento com a luta dos trabalhadores.

Participar gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo. Em tais interações, ocorrem relações de poder que incidem e se manifestam em níveis distintos em função dos interesses, valores e percepções dos envolvidos. Participar é promover a cidadania, entendida como realização do “sujeito histórico” oprimido, pois desenvolve a capacidade do indivíduo ser “senhor de si mesmo”, sendo, para isto, preciso libertar-se de certos condicionamentos (LOUREIRO, 2004, p. 71).

Mas, como diz Pereira (2006) citando Diaz Bordenave (1994), apesar da participação ser uma necessidade básica, não se nasce sabendo participar. “Essa é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa dentro de um lócus político e com objetivos de decisão” (PEREIRA, 2006, p. 44). Comumente ouvimos dizer nas comunidades pesqueiras que visitamos, que pescador é tudo igual, desunido e não

participa. Ao nosso ver, não é uma particularidade do pescador artesanal a não participação.

Em nossas entrevistas, podemos perceber que há um ponto em comum em todos os sujeitos que estão articulados ao movimento da pesca artesanal na Z-3. Esse ponto em comum é alguém que tenha impulsionado sua participação, geralmente um sujeito engajado na luta (intelectual orgânico ou liderança), ou seja, ninguém participa do nada, por isso fazendo alusão à pesquisa de Pereira (2006), destacamos a importância do “convite à participação”.

Com a necessidade e instigação nos sujeitos à participarem, estes vão se politizando por meio do que os espaços de participação podem proporcionar, pois é aí que a participação se efetiva, ou seja, quando os sujeitos podem não só dizer sua palavra, mas serem, de fato, ouvidos. É nesse processo de envolvimento que começa a se desenvolver o compromisso político dos sujeitos que por estarem compreendendo mais criticamente a realidade, isto é, o mais próximo da verdade, do real, sentem que não podem mais ficar de braços cruzados, então, é preciso lutar e é aí que o processo de emancipação dos sujeitos começa a se desenvolver. Mas, essa é uma emancipação do quê? Emancipação de tudo aquilo que os impede de compreender que a forma como a realidade se apresenta não é algo natural, pois tem um conteúdo com intenção de criar e manter uma sociedade de classes e, portanto, da desigualdade e da injustiça.

Compreender esse funcionamento, nos leva a perceber de que lado estamos nesta sociedade que foi criada e, por ter sido concretamente criada, pode e deve ser superada, pois não atende às necessidades humanas. Quanto mais nos emanciparmos dessa lógica do capital, mais desenvolveremos nossa autonomia em relação a este modo de produção econômico e mais caminhamos no sentido de superá-lo.

Então, é nesses espaços de disputa que a consciência crítica vai sendo desenvolvida, pois é somente quando conhecemos as amarras que nos impede de sermos mais que a nossa libertação e emancipação pode ocorrer.

Como ensina Loureiro e Cunha (2008), liberdade:

[...] refere-se à eliminação de limites por meio da ação e do conhecimento gerado pelos agentes sociais (práxis), com o objetivo de se ampliar às possibilidades pessoais de realização e o potencial criador humano. Na sociedade contemporânea, ser livre significa romper com as formas de expropriação material (exclusão social e desigualdade de classe), de dominação e com os preconceitos de etnia, gênero ou qualquer outra identidade cabível em uma cultura (LOUREIRO e CUNHA, 2008).

O referido autor acrescenta:

A liberdade está nas relações que mantemos conosco e com o outro, pois pressupõe a certeza de que somos seres que nos formamos coletivamente, na existência em uma cultura. É por isso que o conceito de democracia, intimamente vinculado ao ideário da emancipação, remete à capacidade de definirmos as regras de convivência social e não ausência de regras, o 'cada um faz o que quer'. Temos responsabilidades para com os demais, nos constituímos na relação 'eu-outro' (nós) e compartilhamos o mesmo planeta (LOUREIRO e CUNHA, 2008).

Desse modo, vemos que a emancipação não consiste em um movimento linear e automático de sair de um padrão para outro, mas é um processo dinâmico, pelo qual superamos limites identificados ao longo da existência. Logo, como nos disse Loureiro:

Em um processo que se afirme como emancipatório, as relações sociais se pautam pela igualdade e justiça social, pelo respeito à diversidade cultural, pela participação e pela autogestão. A prática emancipatória se define pela ação e construção dialógica com o outro e não pelo outro, para o outro e sem o outro; em que este outro se coloca e, de fato, está em condições igualitárias de conhecer, falar, se posicionar, decidir e ter o justo acesso ao patrimônio cultural que a humanidade gerou até aqui (LOUREIRO, 2007).

Logo, “educar para emancipar é reconhecer os sujeitos sociais e trabalhar com estes em suas especificidades” (LOUREIRO, 2012, p. 145). E, nesse processo de emancipação que está relacionado à consciência de nosso inacabamento e à constante busca de sermos mais, a autonomia é uma peça fundamental para que os sujeitos individuais ou coletivos sejam independentes. A autonomia é uma condição incompatível com coerção (expressão última da alienação na relação eu-outro), mas exige organização coletiva para que se viabilize (LOUREIRO, 2005).

Como nos explica Marx em suas obras das quais destacamos aqui *O Manifesto do Partido Comunista* (2008), no qual ele diz que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, posto que para a mudança efetiva de uma dada realidade somente aqueles que sofrem com tal situação podem ser os portadores materiais da transformação. Porém, como ressalta Loureiro (2005), isto não significa que formas institucionais não sejam necessárias para a ação em sociedade e para a conformação de uma nação, pelo contrário, significa que tais formas devem se subordinar aos interesses e necessidades dos grupos sociais.

É nesse processo de emancipação e autonomia que a conscientização vai sendo cada vez mais desenvolvida. A conscientização entendida como o aprofundamento da consciência crítica que é ao mesmo tempo ação/reflexão/ação para a superação da realidade opressora, sendo em virtude disso, um apelo à ação.

A conscientização é o processo de desenvolvimento de saberes verdadeiros a respeito das condições materiais nas quais os indivíduos se encontram, seu papel no modo de produção, sua situação de classe. O movimento de transformação – mudança radical da forma - da prática social dos indivíduos requer primeiro, uma mudança em sua compreensão de mundo, que suas ideias se deem no sentido do desenvolvimento de práticas condizentes com a vocação ontológica do ser humano, que é superar sua condição desumanizadora que lhe impõe o atual modo de produção.

O desenvolvimento de tal nível de consciência acerca das relações sociais de produção que compõem a realidade objetiva é, neste sentido, a arma de luta dos oprimidos para vencerem a opressão. O desenvolvimento da consciência de classe do proletariado é a condição para que se possa organizar o conjunto das relações sociais em torno da produção, para que o resultado necessário seja a realização do vir-a-ser humano, sua humanização.

Concordamos com a posição de Pereira (2005) ao reconhecer que os empecilhos para uma participação cidadã, realmente democrática, nas políticas sociais e no poder público são provenientes de uma cultura política que perpassa a esfera governamental e tradições da sociedade civil. Fiori (1987) já dizia no Prefácio à *Pedagogia do Oprimido* que em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à

dominação de consciências, 'a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes'. Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a 'educação como prática de liberdade' postula, necessariamente uma pedagogia do oprimido', logo a prática de liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. Entendemos que nesta destinação reside a vocação ontológica do ser humano de ser mais (FREIRE, 1987, p. 09).

5.8. A Educação Formal: O que tem a ver com a Organização Social dos Trabalhadores da Pesca Artesanal na Colônia de Pescadores Z-3?

A abordagem da educação formal dentro deste capítulo se fez necessária a partir do momento em que passamos a analisar as falas dos pescadores artesanais entrevistados. Nesta análise, pudemos perceber que a Educação formal possui um importante papel no desenvolvimento da Colônia Z-3, desde sua constituição por meio dos pescadores artesanais que migraram da Ilha da Feitoria para que seus filhos pudessem estudar, até à forma como pode servir como um instrumento de disseminação da cultura da pesca artesanal, não somente dentro da comunidade como, também, para além dela, servindo à luta de classe em favor dos pescadores artesanais, já que a Colônia é formada majoritariamente por esta categoria.

No caso específico da Z-3, estudar sempre foi um grande desafio. Foi comum ouvirmos dos entrevistados a relação de migração da Ilha da Feitoria para a Z-3 com a finalidade de estudar, como também foi comum ouvir sobre a desistência da continuidade dos estudos devido à dificuldade de acesso à escola em determinados níveis de ensino, conforme podemos observar na fala do entrevistado abaixo:

Bom, eu sou filho de pescadores e neto também, meu pai veio de Santa Catarina e casou com a minha mãe aqui. Nós fomos criados na Ilha da Feitoria, 40% das pessoas daqui vieram dessas ilhas. Então nós viemos de lá, estudamos aqui e só tinha até a 5ª série, hoje isso nem fundamental é,

então tu não tinha o que fazer, tinha que ir pra pescaria. Uma meia dúzia que foi estudar no centro eram filhos de donos de grandes parselhas, então a grande maioria ia pra salga ou pro mar, pra pescaria. A gente com dez anos foi pra pescaria (Entrevistado 6).

Como diz Frigotto (2008), o nome escola vem do grego “para aqueles que tem tempo livre”, então, a escola seria o espaço de produzir a infância, o direito à infância e à juventude, que não é só estudar, é um direito à cultura, é um direito à arte, é um direito ao desenvolvimento do corpo, é um direito à vida. Então, o ingresso precoce no trabalho e a saída da escola é uma injustiça, uma mutilação do direito à educação enquanto direito social, enquanto direito do indivíduo, direito subjetivo.

A relação entre o deixar de estudar, constituir família e dar continuidade ao trabalho na pesca, também é muito comum, como podemos ver na fala do Entrevistado 7 que diz “o meu pai era pescador, eu estudei até uma certa época, só fiz o 1º grau, parei de estudar, casei e com 21 anos eu fui pescar”.

Em contraposição a esta realidade caracterizada pela dificuldade que os pescadores artesanais encontraram para poder estudar, também é comum ouvirmos falas a respeito da realidade atual, como:

A pesca está cada vez pior, mas hoje só não estuda quem não quer, tem mais facilidade, as escolas ajudam, as sociedades ajudam. Se o povo daqui, principalmente a gurizada de hoje, se ele não arrumar emprego na cidade, aqui tá cada vez pior (Entrevistado 5).

Diante dessa fala, vemos que as dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais no dia a dia de sua profissão, a qual está atrelada, sobretudo, à dificuldade de manterem-se a si e suas famílias, bem como a facilidade de se poder estudar, tem levado ao incentivo da não pescaria. Isso é muito claro no contexto da pesca artesanal, especialmente na Lagoa dos Patos e, particularmente na Z-3. O retrato desta realidade pode ser observado por meio da fala do entrevistado 1, transcrita abaixo:

Graças a deus, com meus filhos, não estou cuspidando pra cima, cresceram e se criaram com meu trabalho na pesca, pescaram alguns anos comigo, sempre torci pra eles pegarem um trabalho, mas não quer dizer que aquilo vai ser eterno, pode dar uma zebra, uma empresa falir, ou eles saírem e voltarem a pescar, mas eu rezo todo o dia pra que eles não precisem, não é por ser desonra, um tem até todos os documentos certinho, o outro não, o outro fez os documentos e parou, o outro tem tudo. Por que eu vou torcer pros meus filhos virem pra essa miséria que não tem peixe? Eu não gosto deles...se eu quiser que meus filhos venham pra cá pescar...hoje com família...pra passarem trabalho...porque é daí pra pior a Lagoa...então eu não gosto dos meus filhos...eu tenho que torcer que aquele trabalho deles dure o resto da vida [...]. Se eu dissesse que queria que meus filhos voltassem a pescar porque eu sou pescador eu não gostaria deles, estaria pedindo pra eles virem pra miséria, que é o que nós vivemos, nós vivemos porque nós temos que viver, é o que resta pra nós, por faltar peixe nós não vamos morrer, não vamos passar fome, vamos passar um pouquinho de dificuldade...fome não, mas isso é pra nós, mas pra eles que tem um mundo pela frente, um com a metade da minha idade e outro com um outro tanto para chegar onde eu estou, eu tenho que querer que eles estejam lá e que peguem um emprego até melhor. Quanta gurizada hoje, aqui, estão trabalhando na cidade...moças e moços, tá assim ó...(Entrevistado 1).

Falas assim revelam as dificuldades porque pescadores artesanais da Lagoa dos Patos tem passado, principalmente nos últimos anos. Se há anos atrás conseguiam tirar seu sustento, conforme nos revela o entrevistado 6 que diz: “Então eu trabalhei muitos anos, tive casa, filhos, sempre na pescaria”, hoje pela fala dos entrevistados citados, há uma certa desesperança de melhora efetiva. Para eles, o que existe de peixe hoje serve apenas para a manutenção de sua existência básica.

Em função das dificuldades oriundas das frustrações de safra, baixo valor agregado ao produto, uma legislação cada vez mais rígida e uma fiscalização nem sempre justa, a pesca artesanal vai perdendo seus potenciais trabalhadores e, assim, aos poucos a cultura da pesca artesanal, uma atividade herdada através dos tempos, de geração para geração, permeada de saberes sociais vai se perdendo, pois possíveis pescadores artesanais vão se tornando mão de obra das indústrias na cidade e, assim, o laço de uma cultura vai se desfazendo.

A compreensão reducionista da relação homem-natureza leva a uma culpabilização dos indivíduos pelos problemas ambientais ou delega o assunto aos especialistas sobre o tema, onde os problemas da pesca, enquanto atividade produtiva, passam a ser vistos isoladamente e não em sua totalidade. A não compreensão de onde reside a raiz dos problemas leva à desmobilização dos

indivíduos e da coletividade nas ações de enfrentamento das causas e nas soluções dos problemas socioambientais.

Então, se faz importante compreender o que de fato culminou com a escassez do pescado na Lagoa, para que não se continue reproduzindo que a culpa é do pescador como se o “ser pescador” pudesse ser reconhecido como uma categoria homogênea.

O aprofundamento de uma visão crítica da sociedade capitalista implica nos debruçarmos sobre a realidade contemporânea e empreendermos uma vigorosa crítica à ideologia do progresso, do desenvolvimento e do paradigma científico-tecnológico, próprios da civilização industrial moderna. O pensamento crítico, neste sentido, tem um papel relevante na formação de sujeitos capazes de criticar o atual modelo de sociedade e, para além da crítica, sempre necessária, também se integrem na luta coletiva pela construção de um outro projeto societário, em que as relações sociais vigentes sejam superadas.

Estamos entendendo que quanto mais os sujeitos conhecem sobre si mesmos, o lugar onde habitam, mais se desenvolverá o sentimento de pertencimento àquele ambiente e isso nos torna mais compromissados em querer proteger, cuidar e preservar. Assim, conforme conhecemos a totalidade das relações que fazem com que se viva de uma forma e não de outra, estaremos mais compromissados em transformar essa realidade. Em outras palavras, a luta de classe é uma luta pela consciência de classe. Quanto mais o oprimido conhecer sua situação de opressão, mais será possível desenvolver práticas sociais cuja consequência se materializará na forma de outro mundo possível e necessário.

Quando percebemos as situações limites como a fronteira entre o ser e o não ser, começamos a atuar de maneira mais crítica para alcançar o inédito viável⁷³

⁷³ Esse inédito-viável é algo ainda não claramente conhecido e vivido, mas sonhado e quando se torna um "percebido destacado" pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade. Assim, quando os seres conscientes querem, refletem e agem para derrubar as situações-limites que os deixaram a si e a quase todos limitados a ser-menos; o inédito-viável não é mais ele mesmo, mas a concretização dele no que ele tinha antes de inviável (Fonte: http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/paulo_freire_hoje/04_pf_hoje_reinventando_pf.html).

(possível ainda não experimentado) e este resgate para a organização político-social dos pescadores artesanais da Z-3 é fundamental para que o processo de organização de classe na comunidade seja contínuo.

Os saberes hegemônicos que nossa sociedade desenvolve são saberes que dissimulam a existência de relações opressivas nas quais está ancorado o modo de produção das condições materiais de reprodução da própria sociedade. A educação como prática de liberdade é o movimento contra hegemônico de produção de saberes que denuncia a luta de classes, que no sentido freireano, pronuncia o mundo para poder modificá-lo, que pode possibilitar ao indivíduo desenvolver a consciência real sobre as relações que o oprimem. Neste contexto, a Escola é um espaço que ganha destaque na manutenção ou transformação da realidade existente, isso porque não há projeto educacional desvinculado de um projeto social.

Assim, a Escola precisa se constituir num espaço privilegiado para produção de saberes imprescindíveis que facilitem a disponibilidade de informações sobre o meio ambiente, mostrando o quanto é possível se desenvolver conhecimentos mais qualificados e específicos sobre o espaço vivido, principalmente quando esse espaço se constitui em instâncias permanentes de decisão.

Então, conhecer como os seres humanos a partir da realidade, da cultura, da classe trabalhadora, dão significado ao mundo e para além de suas próprias referências, a fim de que possam compreender a si próprios e transcenderem ao desenvolvimento de uma consciência política e de ação social. Assim, é que o ambiente escolar por meio do fortalecimento da cultura da comunidade pesqueira, pode contribuir para com o fortalecimento da consciência de classe na Colônia de Pescadores Z-3.

No mesmo sentido, destacamos a Universidade, no que se refere à questão de sua aproximação com os interesses dos trabalhadores. Na Z-3 há uma queixa da não aproximação da Universidade com a Comunidade. Como podemos observar na fala do Entrevistado 6 a respeito de como as Universidades têm atuado na Z-3, ele diz:

São fundadoras (do Fórum), mas a Católica e a Federal não participam das reuniões, se afastaram totalmente, em função das mudanças de interesse...

Vocês lá da FURG, vocês estão inseridos, tem o setor da pesca e todo mundo se envolve. Nós aqui temos o setor de piscicultura que não sabe nem o que é um peixe...

Então, é um desinteresse total das nossas universidades. Hoje, nem sabem que existe o Fórum.

[...]

E a FURG tem apoiado na coordenação, nos ônibus, alguma coisa ali com [a Cooperativa⁷⁴]. Aqui eu acho que falta uma aproximação, aqui, nem o IFSUL, com o PRONATEC, se chega perto...nem no Fórum e nem aqui...interessante né? Com o poder que tem essa gente... (Entrevistado 6).

Lauro Watanabe Minto (2012) a respeito do discurso de que a universidade está 'descolada' da realidade social diz que "esta noção é perigosa porque possibilita diferentes interpretações e usos ideológicos", pois:

Se ela pode, por um lado, chamar a atenção para o fato de que as instituições não concebem suas atividades (de ensino e pesquisa) com o intuito de atender aos problemas concretos das regiões onde se localizam, bem como, aos interesses das maiorias trabalhadoras, também pode, por outro lado, apontar para a transformação da universidade numa instituição a serviço do mercado e do mundo da produção capitalista, exclusivamente. Esta última visão, diga-se, prevalece nos discursos dominantes e adquire ares de senso comum (MINTO, 2012, p. 217-218).

Conforme o referido autor, há duas formas gerais de entender a educação superior no Brasil: "de um lado, pressupõe-se que ela só está 'ajustada' à sociedade quando contribui para sua transformação radical" e, de outro "que ela deve promover o 'melhoramento' dessa sociedade, donde [há] o perigo da promoção de uma educação apenas reprodutora da ordem estabelecida". "O que não se pode esquecer, contudo é que as IES sempre estão *presentes* na luta social, fazendo parte de seu contexto mais amplo e se configurando como momento chave da reprodução social". Então, "se a educação superior assume um papel cada vez mais conservador na contemporaneidade, isso significa tão somente que ela está presente na luta social ao lado das forças da conservação, jamais 'apartada da sociedade'". A conclusão de que

⁷⁴ COOPESMI

a universidade é apartada da sociedade só “fetichiza a ordem capitalista como reprodutora de si mesma, sem conflitos e processos de luta” (MINTO, 2012).

De acordo com Minto (2012), a história do desenvolvimento capitalista brasileiro não nos autoriza a pensar que, como experiência burguesa, a universidade tal como está dada possa contribuir de maneira significativa para a construção das lutas dos trabalhadores no sentido de separação do capital. Essa contribuição pode ocorrer na margem, como resultado das contradições sempre existentes nas sociedades de classes. Um ou outro indivíduo, grupo de estudos ou de pesquisa, ou certos cursos de várias naturezas podem até estarem orientados nesse sentido, mas não como experiências institucional. Porém, salienta que “nada indica que as forças de resistência no interior da própria universidade serão capazes de mudar essa orientação geral. É preciso encontrar mecanismos ‘externos’ a ela para furar esse bloqueio histórico, diz o autor, mas não há formula para se fazer isso, tampouco soluções passíveis de aplicação a quaisquer realidades.

Fato é que se as Universidades podem ter papel na construção das lutas pela transformação social – e acreditamos nisso – é preciso que suas atividades básicas, sejam repensadas e reorganizadas. Isso só pode ser feito como projeto estratégico, planejado e subordinado ao controle social das forças da transformação, logo só as lutas sociais podem impor essa reordenação (MINTO, 2012).

Assim, questionados a respeito do que eles entendem que as Universidades poderiam fazer, eles dizem:

[...] alguma coisa que trabalhasse mais com os jovens...pra filho de pescador...porque não tem nada...e era uma boa... (Entrevistado 7)

Aqui carece de uma capacitação pro pescador, de vir aqui, fazer palestras pros pescadores, inclusive o Ibama. Hoje tem muita gente que pesca irregular porque pesca...não sabem...só pensam em tirar, tirar e tirar. Eu sou consciente, eu já matei peixinho deste tamanho, mas com o tempo e com a convivência tu vai vendo que isto não está certo e hoje, eu sou totalmente contra arrasto, mas tem irmão meu que tem rede de arrasto. Eu tento conversar com ele e ele diz: ah para, rapaz, deixa de ser bobo, os outros vão matar e eu não vou? Então, eu acho que falta a universidade vir, fazer um trabalho com essa gente, até pra fazer eles estudarem (Entrevistado 6).

Podem fazer umas palestras, organizar eles, dar um retorno pra eles, então, é isso que falta (Entrevistado 6).

Pensamos que nesse processo de articulação do que e como fazer, as Universidades possam contribuir por meio do incentivo à formulação de referenciais teóricos, políticos e pedagógicos que orientem práticas educativas nas organizações sociais da Z-3.

Sobre trabalhos desenvolvidos na Z-3, eles destacam os Coletivos de trabalho como algo que teve sucesso de organização na história da Z-3. Os Coletivos de Trabalho foram instituídos no estado do Rio Grande do Sul pela Lei Estadual nº 13.985, de 03 de maio de 2012, tendo por finalidade, o resgate dos vínculos sociais e produtivos de trabalhadores desempregados e a promoção de melhorias das condições de vida em comunidades em situação de vulnerabilidade.

Na época do Olívio, foi implementado os coletivos de trabalho aqui na Z-3...sucesso...

Teve um processo que ocorreu na Z-3 que era o Coletivo de Trabalho. Nesse processo, muitas pessoas que eram invisíveis na comunidade, acabaram emergindo e hoje são, de certa forma, lideranças. Isso foi uma questão importante, foi meio que um divisor de águas, houve um processo de mobilização da comunidade, as pessoas participando bastante de processos de discussão, acabaram se formando” (Intelectual Orgânico Z-3, 17/11/2015).

De acordo com o art. 3º da referida Lei, a Política Estadual de Coletivos de Trabalho orienta-se pelos seguintes objetivos:

I - promoção e desenvolvimento de iniciativas autossustentáveis de geração de trabalho e renda nas comunidades em situação de vulnerabilidade;

II - implantação e consolidação de atividades produtivas para grupos de desempregados;

III - adoção, na rede pública, de instrumentos capazes de gerar trabalho e renda;

IV - contribuição para a existência de uma cultura de respeito aos direitos trabalhistas e de estímulo ao empreendedorismo;

V - estímulo a organismos com representações governamentais e comunitárias no enfrentamento do desemprego;

VI - estímulo a ações de trabalho social, em especial no cuidado e preservação do meio ambiente e ações culturais.

Pelo que podemos observar nos objetivos da Lei, complementados pelas conversas com os pescadores artesanais, os Coletivos de Trabalho fizeram sucesso, mas envolviam recursos para pagamento dos envolvidos. Além disso, os trabalhos realizados eram basicamente recolhimento de lixo na praia e pequenas atividades da construção civil, como por exemplo, levantamento de muros:

Montaram um coletivo de trabalho pra limpar a praia, até os tocos de pau...[...] limpavam toda a praia, ficou limpa, tiraram todos aqueles tocos que colocavam para colocar rede, marcação...ficou limpa. Tinha um grupo de pedreiros, onde na verdade só tinha um...então se tu tinha um muro pra construir, tu comprava o material e esse pedreiro ia lá, escolhia outros e iam construir o muro...então hoje tá cheio de muro por aí...casa pra rebocar? Coletivo de trabalho...foi um sucesso...todo mundo recebia meio salário, trabalhavam só meio dia, as mulheres andavam na praia limpando...e esse tipo de coisa eles não dão continuidade...esse tipo de coisa tem que ter um retorno...se tu fosse vir fazer os coletivos de trabalho e não pagar eles não iam limpar a praia toda...fazer muros...infelizmente é assim, pescador é assim, mas acho que não é só pescador...é todo mundo... (Entrevistado 6).

Realmente é um trabalho muito interessante do ponto de vista de que se conseguiu a melhoria na qualidade de vida dos envolvidos, tanto no sentido econômico por estarem trabalhando e recebendo, como do socioambiental em que vivem, na medida em que as atividades pelas quais recebem para desenvolver, não eram atividades que privilegiavam particulares, mas sim o coletivo da comunidade, servindo ao bem comum. Como dizem os entrevistados:

Na época do Olívio, foi implementado os coletivos de trabalho aqui na Z3...sucesso... (Entrevistado 6).

Teve um processo que ocorreu na Z-3 que era o Coletivo de Trabalho. Nesse processo, muitas pessoas que eram invisíveis na comunidade, acabaram emergindo e hoje são, de certa forma, lideranças. Isso foi uma questão

importante, foi meio que um divisor de águas, houve um processo de mobilização da comunidade, as pessoas participando bastante de processos de discussão, acabaram se formando” (Intellectual Orgânico Z-3, 17/11/2015).

No entanto, pelo fato da Colônia Z-3 ter a particularidade de ser, em nosso entendimento, uma comunidade tradicional de pesca artesanal, ainda que nem todos ali sejam pescadores, vemos que as atividades desenvolvidas por meio dos Coletivos de Trabalho poderiam estar mais direcionadas à atividade da pesca de modo a fortalecer a cultura da comunidade e não contribuir para o seu desfazimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOMILLI, G. K. **Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe**. Dissertação de Mestrado. UFRGS: Porto Alegre, 2002.

ANELLO, Lúcia F.S. de. **Os Programas de Educação Ambiental no Contexto das Medidas Compensatórias e Mitigadoras no Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de Exploração de Petróleo e Gás no Mar do Brasil: A Totalidade e a Práxis como Princípio de Execução**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Instituto de Educação. Universidade Federal do Rio Grande, 2009.

ANJOS, F. S.; NIEDERLE, P. A.; CALDAS, N. V. **Pluriatividade e Pesca Artesanal: O Caso da Colônia Z-3 em Pelotas, RS**. Sociedade em Debate, Pelotas, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. Boitempo: São Paulo-SP, 1999.

BALDIN, Nelma e MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (Bola De Neve): Uma Técnica Metodológica para Pesquisa Em Educação Ambiental Comunitária**. X Congresso Nacional de Educação e I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. Curitiba-PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011.

BORON, A. A. Filosofia política marxista. [Tradução de Sandra Trabucco]. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2003.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 23.672, de 2 de Janeiro de 1934**. Aprova o Código de Caça e Pesca.

_____. **Decreto-Lei nº 221, de 28 de Fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

_____. **Lei nº 7.998/1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT**.

_____. **Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

_____. **Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras Providências.

_____. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

_____. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

_____. **Medida Provisória nº 665 de 30 de dezembro de 2014.** Altera a Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, altera a Lei no 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências.

BRETANO, Alexandre. **O mínimo existencial - conceituação e análise.** Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 3934, 9 abr. 2014

BRITO, Paulo Afonso Barbosa de. **Movimentos Sociais Populares.** TV Escola. Boletim 03, Ministério da Educação, 2005a.

_____. **Educação e Movimentos Sociais.** TV Escola. Boletim 03, Ministério da Educação, 2005b.

BUONICORE, Augusto C. **Ideologia e intelectuais na obra de Antônio Gramsci.** 2011. Disponível em http://grabois.org.br/portal/revista.int.php?id_sessao=9&id_publicacao=422&id_indice=2358, 2011. Acesso em agosto de 2015.

CALDASSO, Liandra Peres; COSTA, Aléssio Almada da; ABDALLAH, Patrícia Raggi; TAGLIANI, Paulo Roberto. **Análise Benefício-Custo: Uma Contribuição à Pesca Artesanal no Extremo Sul do Brasil – Rio Grande-RS.** In 2º Congresso Acadêmico sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – II CADMA. Niterói-RJ, 2006.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. São Paulo-SP, 2001.

CANOTILHO, J. J. **Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 7. ed. Lisboa: Almedina, 2003.

Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: Ensaio de Teoria Política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

CRUZ, V. C. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: Henri Acselrad. (Org.). **Cartografia social, terra e território.** 1. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, v. 1, p. 119-176.

DESLANDES, Suely Ferreira. O Projeto de Pesquisa como Exercício Científico e Artesanato Intelectual. *In* Maria Cecília de Souza Minayo [organizadora]. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 29.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

DIAS, Vanessa Gonçalves. **Repensando o Projeto de Escola do Campo a partir da Pesquisa-Ação**. X Anped Sul, Florianópolis-SC, 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo-SP: Ed. Ática, 1983.

_____. **Povos e Mares: Leitura em Sócio-Antropologia da Pesca**. São Paulo-SP: NUPAUB-USP, 1995.

_____. **A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil**. Revista Etnográfica. Volume III (2). Lisboa-Portugal: Centro em Rede de Investigação em Antropologia, 1999.

_____. Aspectos Sociais e Culturais do Uso dos Recursos Florestais da Mata Atlântica. *In* SIMÕES, Luciana Lopes e LINO, Clayton Ferreira. **Sustentável Mata Atlântica: A Exploração de seus Recursos Naturais**. São Paulo-SP: Editora Senac São Paulo, 2002.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. [Traduzido por Silvana Vieira e Luís Carlos Borges]. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista e Editora Boitempo, 1997.

ENGELS, Friedrich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. Edição Eletrônica, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>. Acesso em janeiro de 2015.

FARIA, Elaine e CHRISTOFOLI, Maria Conceição Pilon. **ENADE Comentado 2008**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

FASSARELA, Simone Simões. **O Trabalho Feminino no Contexto da Pesca Artesanal: Percepções a partir do olhar feminino**. Revista Ser Social. Brasília, vol. 10, n. 23, 2008.

FIGUEIRA, Michel Constantino. **Colônia de Pescadores Z-3, Pelotas-RS: Da Crise na Pesca à Expansão do Turismo com Base no Patrimônio Cultural**. Dissertação de Mestrado. UFPEL: Pelotas-RS, 2009.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a Dizer a sua Palavra. Prefácio à Pedagogia do Oprimido. *In* FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos**. TV Paulo Freire, 2008.

FRÓES, José Costa; DOS SANTOS, Fioravante Jackel; RECH, Carla Michel. **Alimentando a Cidadania: A Força da Sociedade Civil junto a Políticas Públicas. Relato sobre a Rede de Cooperação e Comercialização Solidária**. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor: Pelotas-RS, 2008.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1980.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. [Traduzido por Carlos Nelson Coutinho]. 7.ed. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 2014.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci**. Porto Alegre-RS: L&PM, 1980.

_____. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro-RJ: Graal, 1991.

GUIMARÃES, M. C. R e GUERRA, E. C. **Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 63-71, jan./jun. 2013.

HELLEBRANDT, L. **Conflitos da Pesca Artesanal de Tainha na Colônia Z3 e sua Relação com as Políticas Públicas**. Dissertação de Mestrado. Gerenciamento Costeiro. FURG: Rio Grande-RS, 2012.

HELLEBRANDT, L., WALTER, T. ANELLO, L., **Mulheres na atividade pesqueira do camarão-rosa no estuário da Lagoa dos Patos/RS: Modo de vida, renda e condições laborais**. Anais Eletrônico: Fazendo Gênero 10, Florianópolis/SC, 16 a 20 de Setembro, 2013.

_____. **Relatório de Pesquisa: As mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos-RS**. Análise das cadeias produtivas do pescado oriundo da pesca artesanal e/ou da aquicultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul, 2015.

HERBERT, Sérgio Pedro. **As Condições para a Emergência e a Formação de Lideranças pelo Orçamento Participativo na perspectiva de Freire e Gramsci**. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Leopoldo-RS, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional**. 2010.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA MMA/SEAP N° 03, de 09 de fevereiro de 2004. **Condiciona a atividade de pesca no Estuário da Lagoa dos Patos no Estado do Rio Grande do Sul aos critérios técnicos, padrões de uso e procedimentos administrativos estabelecidos nesta Instrução Normativa**.

INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA N° 12, de 22 de agosto de 2012. **Dispõe sobre critérios e padrões para o ordenamento da pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul.**

KALIKOSKI, D.C.; VASCONCELLOS, M. **Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação.** FAO Fisheries and Aquaculture Circular No. 1075. Rome, FAO, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. (coord.) **Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental Transformadora. *In:* LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.) **Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

_____. Teoria Crítica. *In:* **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores.** Brasília-DF, 2005.

_____. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. *In* Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Emancipação. *In:* **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores.** Brasília-DF, 2007.

LOUREIRO, C.F.B. (Org.) **A questão ambiental no pensamento crítico: Natureza, trabalho e educação.** Rio de Janeiro-RJ: Quartet, 2007b.

_____. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental.** 4.ed. São Paulo-SP: Cortez, 2012.

_____. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política.** São Paulo-SP: Cortez, 2014.

_____. **Educação Ambiental e Epistemologia Crítica.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande-RS, 2015.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. **Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática.** Revista Ambiente&Sociedade. Volume 11, nº 12, Campinas-SP, 2008.

LOUREIRO, C. F. B.; TREIN, E.; TOZONI-REIS, M. F. C.; NOVICKI, V. **Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica.** Cadernos CEDES, Campinas, v. 29, n. 77, p. 81-97, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. e FRANCO, Jussara Botelho. **Aspectos Teóricos e Metodológicos do Círculo de Cultura: Uma Possibilidade Pedagógica e Dialógica em Educação Ambiental.** AMBIENTE & EDUCAÇÃO, | vol. 17(1) | 2012.

LOPES, Ruth Gonçalves de Faria. **Do Senso Comum à Filosofia: Apontamentos sobre minha Leitura de Gramsci.** Revista Linhas Críticas. Faculdade de Educação- Unb. V. 1. N. 1, 1995.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do Ser Social.** [Traduzido por Carlos Nelson Coutinho]. São Paulo-SP: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro I. Volume I. 9. ed. São Paulo-SP: DIFEL, 1984.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manuscritos Econômicos Filosóficos.** São Paulo-SP: Martin Claret, 2002.

_____. **A Ideologia Alemã.** São Paulo-SP: Martin Claret, 2008.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo-SP: Expressão Popular, 2008.

MAO TSE-TUNG. **Sobre a Prática e Sobre a Contradição.** São Paulo-SP: Expressão Popular, 1999.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A Classe Trabalhadora: Uma Abordagem Contemporânea à Luz do Materialismo Histórico.** Revista Outubro. Nº 21, 2013.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia.** [Traduzido por Paulo Cezar Castanheira]. São Paulo-SP: Boitempo, 2004.

_____. **A Teoria da Alienação em Marx.** [Traduzido por Isa Tavares]. São Paulo-SP: Boitempo, 2006.

_____. **O Desafio e o Fardo do Tempo histórico.** [Traduzido por Ana Cotrim e Vera Cotrim]. São Paulo-SP: Boitempo, 2007.

_____. **A Crise Estrutural do Capital.** [traduzido por Francisco Raul Cornejo et al.]. São Paulo-SP: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. *In* Maria Cecília de Souza Minayo [organizadora]. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 29.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010a.

_____. Trabalho de Campo: Contexto de Observação, Interação e Descoberta. *In* Maria Cecília de Souza Minayo [organizadora]. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 29.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010b.

MINTO, Lauro Watanabe. Educação Superior e Movimentos Sociais: Sentido Histórico e Questões Atuais. *In* RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T. e BATISTA, Eraldo L. **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para Além do Capital.** São Paulo-SP: Outras Expressões, 2012.

MONTAÑO, Carlos. & DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimentos Sociais**. 2ed. São Paulo-SP: Cortez, 2011.

MOURA, Danieli Veleda. **Resíduos Sólidos Domésticos – Representações Sociais de Moradores e Administradores do Balneário Cassino: Um Estudo de Caso na Educação Ambiental**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande-RS: FURG, 2011.

MOURA, Danieli Veleda e DAMO, Andreisa. **Considerações Acerca do Processo de Produção de Mais-valia**. Revista Partes. São Paulo-SP, 2010.

MOURA, Danieli Veleda; LOUREIRO, Carlos Frederico B.; ANELLO, Lúcia F.S. de; WALTER, Tatiana. **Gestão Pesqueira e Luta De Classes: Uma Discussão a partir da Educação Ambiental Crítica**. Anais do V CPEASul – Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental da Região Sul; IV EDEA – Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental. Rio Grande-RS: FURG, 2012.

MOURA, Danieli Veleda e WALTER, Tatiana. **Relatório Técnico Medida Provisória nº 665/2014: Uma Análise a partir dos Princípios do Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. Universidade Federal do Rio Grande. Instituto de Oceanografia, 2015.

MOURA, Danieli Veleda; LOUREIRO, Carlos Frederico B.; ANELLO, L.F.S. de. **As Políticas Públicas de Pesca e suas Implicações no Campo da Educação Ambiental Crítica: O Caso da Colônia Z-3 (Pelotas, RS)**. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, n. 30 (octubre-diciembre 2015). En línea: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2015/04/pesca.html>.

NAPOLEONI, Cláudio. **Lições Sobre o Capítulo Sexto (Inédito) de Marx**. São Paulo-SP: Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. São Paulo-SP: Cortez, 2008.

NIEDERLE, P.A. e GRISA, C. **Transformações Sócio-Produtivas na Pesca Artesanal do Estuário da Lagoa dos Patos, RS**. Revista do Mestrado em Educação Ambiental, 2006.

NUNES, Shauane Itainhara Freire. **A Pesca Artesanal como Mediação da Relação Homem Natureza: Permanência e Resistência dos Pescadores nas Comunidades Pesqueiras do Povoado Mosqueiro/Aracaju-SE**. João Pessoa-PB: Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2011.

OLIVEIRA, Caroline Terra de. **Pescadores de Sonhos e Esperanças: Experiências em Educação Ambiental com Trabalhadores da Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel – Rio Grande/RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande. Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Rio Grande-RS, 2006.

PEREIRA, M.O.R. **Representações e Práticas de Educação Ambiental no Fórum da Lagoa dos Patos**. Monografia do Curso de Especialização em Educação Brasileira. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, Rio Grande-RS, 2005.

_____. **Educação Ambiental com Pescadores Artesanais: Um Convite à Participação**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande/ Instituto de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Rio Grande-RS, 2006.

_____. **Educação Ambiental com Pescadores Artesanais: um convite à participação**. Ponta Grossa-PR: Práxis Educativa, v. 3, n. 1, p. 73 - 80, jan.-jun. 2008.

PEREIRA, M.O.R.; MOLON, S.I.; LOUREIRO, C.F.B. **Sentido Estético e o Trabalho Criativo como Elementos Estruturantes de uma Proposta de Educação Ambiental com Pescadores Artesanais**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. FURG: Rio Grande-RS, 2008.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. [Traduzido por Angelina Peralva]. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1977.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Record, 2004.

_____. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 4.ed. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 2012.

QUERIDO, Fábio Mascaro. **O "outro" Marx ou a heresia marxista de Daniel Bensaïd**. Caderno CRH. Vol.27, nº 71, Salvador-BA, 2014.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. **"Ah, esse povo do mar!": Um Estudo sobre Trabalho e Pertencimento na Pesca Artesanal Pernambucana**. São Paulo-SP: Polis e Campinas-SP: CERES, 2006.

_____. **O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais**. Revista de Antropologia-USP. V. 54 Nº 1. São Paulo-SP, 2011.

_____. **Estado, Pescadores e Desenvolvimento Nacional: Da Reserva Naval à Aquícola**. Revista Ruris, Volume 8, nº 1. Campinas-SP, 2014.

_____. **Artesãos do Mar da Praia de Suape, PE**. VII Congresso Latinoamericano De Sociologia Rural. s/a. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/27-GT-Cristiano-Ramalho.pdf>. Acesso em: janeiro de 2015.

REGO, João. **Reflexões sobre A Teoria Ampliada do Estado em Gramsci**. Disponível em: <http://joaorego.com/2014/04/29/a-teoria-ampliada-do-estado-em-gramsci/>. Acesso em: outubro de 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.185, de 07 de julho de 1998** (atualizada até a Lei n.º 13.993, de 28 de maio de 2012). Institui o Fundo Rotativo de Emergência da Agricultura Familiar.

_____. **Decreto nº 41.672, DE 11 DE JUNHO DE 2002.** Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 13.660, DE 12 DE JANEIRO DE 2011.** Altera a Lei nº 8.676, de 14 de julho de 1988, que determina a obrigatoriedade de demarcação das áreas de pesca, lazer ou recreação, nos municípios com orla marítima, lacustre ou fluvial.

_____. **Decreto nº 49.245 DE 18/06/2012.** Dispõe sobre a demarcação das áreas de pesca, lazer ou recreação, em Municípios com orla marítima, lacustre ou fluvial, de que trata a Lei nº 8.676, de 14 de julho de 1988, e alterações.

_____. **Lei Estadual nº 14.285/2013.** Permite o uso de tarrafas pelos pescadores profissionais.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes Sociais e Luta de Classes: Um Estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/Pará.** Belém-PA: Universidade Federal do Pará, 2012.

RUAS, Keli Siqueira. **Conflitos Socioambientais Decorrentes da Dinâmica do Uso do Solo em Área de Influência Lagunar em Pelotas – RS.** Universidade Federal de Santa Catarina. CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS - PPG EM GEOGRAFIA. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2948

SANTOS, Luciano Roberto Bandeira. **Princípio da vedação do retrocesso social.** Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3307, 21 jul. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 41. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1997.

SCHLESENER, Anita Helena. **Intelectuais e Política: Observações acerca do Transformismo nos Escritos de Antônio Gramsci.** Revista Outubro, nº 18, 2009.

SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. **Trabalho e ser Social: Uma reflexão da Ontologia de György Lukács.** Contradictio. Revista Eletrônica da Universidade Federal do Paraná. Volume 2. Nº 1, 2009.

SILVA, Luís Geraldo. **Os pescadores na História do Brasil – Colônia e Império.** Vozes, Recife/PE, 1988.

_____. **Caiçaras e Jangadeiros: Cultura Marítima e Modernização no Brasil (1920 - 1980).** Série e Documentos Relatórios de Pesquisa, nº1. São Paulo, SP,

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana.** Revista katálysis. Volume 12, nº1. Florianópolis-SC, 2009.

TEIXEIRA, Gibran da Silva; ABDALLAH, Patrícia Raggi. **Política de seguro-desemprego e pesca artesanal no Brasil: Em análise o estado do Rio Grande do**

Sul e a região da Lagoa dos Patos. In: Encontro Nacional da ECOECO, 6, Brasília/DF 2005.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores.** Volume 3. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1987.

TREIN, Eunice. **A Educação Ambiental numa Perspectiva Crítica.** In TV Escola – Série Salto para o Futuro. A Perspectiva Crítica e Emancipatória da Educação Ambiental. Programa 4. Secretaria de Educação à Distância. Ministério da Educação. Ano XVIII, p. 41-45, 2008.

_____. **A Educação Ambiental Crítica: Crítica de quê?** Revista Contemporânea de Educação, vol. 7, n. 14, agosto/dezembro de 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo-SP: Atlas, 2009.

SANCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis.** 2.ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

VERLY, J.F.; GONÇALVES, C.H.; WALTER, T. **O envolvimento das mulheres na safra do camarão no estuário da Lagoa dos Patos/RS: A importância da análise da cadeia produtiva no contexto da gestão ambiental.** Anais Eletrônico: IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental – CONGEA. Salvador/BA, 25 a 28 de Novembro, 2013.

WALTER, Tatiana. **Novos Usos e Novos Mercados: Qual sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal?** Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade. Seropédica-RJ, 2010.

WALTER *et al.* **Relatório Técnico Análise sobre os riscos gerados a outros usuários do espaço marítimo devido ao uso de tarrafas por pescadores profissionais artesanais.** Laboratório de Gerenciamento Costeiro. Instituto de Oceanografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande-RS, 2013a.

_____. **Relatório Técnico Análise sobre a pesca artesanal na Bacia Hidrográfica do Uruguai/RS com vistas a subsidiar a liberação e ordenamento da pesca do dourado *Salminus brasiliensis*.** Laboratório de Gerenciamento Costeiro. Instituto de Oceanografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande-RS, 2013b.

_____. **Relatório Técnico: Mecanismos de Proteção Social frente às Mudanças Climáticas: Uma análise sobre os pescadores artesanais na Lagoa dos Patos/RS.** Laboratório de Gerenciamento Costeiro. Instituto de Oceanografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande-RS, Maio de 2014.

Anexo 1

MOVIMENTO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS MPPA

Foto: Yllo Machado



Pescadores fizeram a primeira reunião do MPPA

As comunidades de pescadores profissionais artesanais, assim como as comunidades indígenas e comunidades camponesas, ao longo dos anos, vêm sendo massacradas pelas políticas da economia de livre comércio e o descaso com questões como: sustentabilidade ambiental, igualdade social, segurança e soberania alimentar. Os governos brasileiros sempre optaram por "desenvolver" o setor pesqueiro através de benefícios concedidos ao setor empresarial. Seus resultados foram a concentração de renda e poder nas mãos de grupos privilegiados, a exclusão social dos pescadores artesanais e trabalhadores do setor, além da degradação do meio ambiente. Assistimos diariamente os ecossistemas aquáticos brasileiros sendo agredidos e degradados ao extremo, nossos pesqueiros tradicionais sendo destruídos, poluídos ou urbanizados, sem que nada seja feito pelos órgãos governamentais. Ao mesmo tempo estes órgãos nos exigem uma verdadeira coleção de documentos para que possamos trabalhar sossegados para o sustento de nossas famílias.

A grande maioria de nossas Colônias e Sindicatos, assim como a Federação dos Pescadores, não dão conta de nossos interesses, pois historicamente sempre foram atrelados aos governos e setores da pesca industrial e esportiva, deixando em segundo plano os nossos interesses.

Frente a isso, no dia 10 de fevereiro de 2003, reuniram-se em Porto Alegre, na sede do SINDISERF Sindicato dos Servidores Federais do RS, pescadores e pescadoras profissionais artesanais de diversos municípios do estado, bem como apoiadores desta categoria, com o intuito de discutir a organização de um movimento social, que lute de forma unificada pelos direitos dos pescadores. O resultado desta reunião foi a criação do Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais MPPA, que deverá ser uma organização independente capaz de unificar nossa luta nas mais diversas regiões do Estado e do Brasil, tendo como principais bandeiras de luta:

1- RESGATE E AFIRMAÇÃO

CULTURAL - Lutaremos pela valorização e resgate de nossa cultura e de nossos hábitos, caso contrário correremos sérios riscos de que esta nossa grande riqueza se perca na história e não seja conhecida por nossos filhos e netos;

2- INCENTIVO A FORMAS ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO -

Incentivaremos a criação de formas alternativas de organização, como grupos coletivos, associações, cooperativas, etc.;

3- CRÉDITO ESPECÍFICO PARA OS(A) PESCADORES(A) PROFISSIONAIS ARTESANAIS E SERVIÇO DE EXTENSÃO PESQUEIRA -

Lutaremos por crédito diferenciado e subsidiado para os(as) pescadores(as) profissionais artesanais com efetiva participação da comunidade na discussão e aplicação dos recursos. Exigiremos extensão pesqueira com profissionais qualificados para o trabalho com comunidades de pescadores;

4- POLÍTICAS DE PREÇOS - Lutaremos pelo estabelecimento de políticas de preços que garantam o retorno dos custos e renda ao(a) pescador(a); fomentaremos as formas alternativas de comercialização e agregação de valor ao pescado;

5- PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS -

Lutaremos para que se tenha um manejo adequado dos corpos hídricos, respeitando os mesmos na elaboração dos planos diretores, não permitindo que a construção de barragens, pontes, canais de navegação ou esportes náuticos interfiram no acesso dos cardumes às águas interiores e estuarinas. Denunciaremos e combateremos os fatores que interferem na diminuição dos estoques pesqueiros, como bombas de sucção das lavouras, o uso indiscriminado de agrotóxicos, poluição doméstica e industrial e principalmente a pesca predatória;

MPPA

MOVIMENTO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS - MPPA

6- DIREITO AOS ESTOQUES

PESQUEIROS - Lutaremos para que as comunidades de pescadores profissionais artesanais mantenham seus direitos sobre o livre acesso aos estoques pesqueiros, exigindo o estabelecimento e a proteção de áreas de uso exclusivo para os pescadores(as) profissionais artesanais. Lutaremos também para que seja proibida a prática de pesca predatória nas "bocas de barra", permitindo assim a entrada dos cardumes nas águas dos estuários;

7- FISCALIZAÇÃO EDUCATIVA-

Lutaremos por uma norma de fiscalização diferenciada para os pescadores profissionais artesanais, para que se desenvolva a cidadania do(a) trabalhador(a) da pesca. Assim como reprimir nos postos de venda a comercialização de pescado abaixo do tamanho mínimo permitido pela legislação vigente;

8 - LEGISLAÇÃO ADEQUADA À PESCA ARTESANAL

- Lutaremos pela reformulação das leis de pesca vigentes no Brasil, para que essas venham a contemplar os anseios dos pescadores profissionais artesanais. Cobraremos dos municípios possuam famílias de pescadores para que implementem políticas públicas para o setor;

9 - VALORIZAÇÃO DA MULHER PESCADORA

- Lutaremos pelo reconhecimento do trabalho da mulher pescadora que exerce atividade na água ou em terra, seja pescando, descascando, limpando, filetando, processando ou comercializando o pescado ou remendando redes; para que sejam garantidos os benefícios previdenciários e trabalhistas;

10- LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA ESPECÍFICA PARA O(A) PESCADOR(A) PROFISSIONAL ARTESANAL -

Lutaremos para adequar a legislação previdenciária e trabalhista de forma a permitir que todos os(as) pescadores(as) cadastrados e legalizados sejam contemplados com os benefícios de seguro especial;

11- SEGURO PARA FRUSTRAÇÃO DE

SAFRA - Lutaremos pelo estabelecimento de uma política de seguro quando da ocorrência de frustração de safra, para que os(as) pescadores (as) possam sobreviver em épocas economicamente inviáveis;

12- MANUTENÇÃO DO SEGURO DESEMPREGO NOS PERÍODOS DE

DEFESO - Também lutaremos pela manutenção do seguro desemprego para os Pescadores e Pescadoras Artesanais nos períodos de defeso e de piracema;

13- UNIFICAÇÃO DO REGISTRO DO(A) PESCADOR(A) PROFISSIONAL

ARTESANAL - Lutaremos por um cadastro único dos profissionais da pesca com critérios sérios para fornecimento de carteira, onde só possa ser considerado pescador profissional artesanal aquele que realmente viva e sobreviva da pesca, ficando apenas um órgão em nível federal responsável pela emissão do documento.

ANEXO 2

PESCADORES ARTESANAIS EM LUTA!

Nós, os pescadores artesanais da Lagoa dos Patos, após vivenciarmos o fracasso de sucessivas safras devido aos eventos climáticos adversos na região, sofreremos com as enchentes, chuvas de granizo e ventos fortes, fenômenos ocorridos nos meses de setembro e outubro de 2015 agora estamos impedidos de acessarmos nossos territórios tradicionais da pesca artesanal, locais onde se encontram os cardumes de peixes. Tal situação culminou com a apreensão pela Polícia Ambiental de dois barcos que pescavam fora da Barra, no dia 19 de novembro de 2015, onde os demais pescadores, solidários e companheiros de luta buscaram impedir que tais pescadores tivessem seus meios de sustento apreendidos.

NOSSA LUTA É PELO DIREITO AO TRABALHO!

QUEREMOS PESCAR ONDE O PEIXE ESTÁ!

Além de vivenciarmos uma legislação que não reconhece os pescadores artesanais em sua relação com o ambiente e com seus territórios tradicionais de pesca, sofreremos um retrocesso em nossas lutas, dado que diversas de nossas pautas perderam interlocução com o governo federal, devido à extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Diante desta situação, nossas reivindicações são:

ACESSO AOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DA PESCA ARTESANAL

Historicamente os pescadores artesanais diversificam suas áreas de pesca, tendo em vista que as condições de salinidade, temperatura e corrente variam no estuário da Lagoa dos Patos e conseqüentemente, a dinâmica dos cardumes de importância para o sustento dos pescadores. Atualmente, temos sido impedidos de pescar no Canal do Rio Grande, na Barra e na área fora dela. *Queremos ser reconhecidos em nossos direitos à pesca artesanal! Queremos pescar na zona costeira, no mar interior e em terra a vista!*

ACESSO AO CARTÃO EMERGÊNCIA EM SAFRAS FRUSTADAS

De maneira análoga aos agricultores familiares, dependemos das condições climáticas para termos safras de sucesso. A atual condição vivenciada, de acúmulo de dívidas devido a três safras frustradas, enchentes e previsão de novas frustrações nos coloca em condições de vulnerabilidade. *Pelo acesso ao cartão emergência! Por políticas públicas que protejam os pescadores artesanais das condições climáticas extremas!*

QUEREMOS A PESCA ARTESANAL NO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA

Nossas pautas e lutas não tem relação com o agronegócio. Somos parte das comunidades tradicionais, nos inserimos nas lutas da agricultura familiar e já somos parte das políticas públicas destes setores. Assim, queremos que a interlocução em nível federal seja de responsabilidade do MDA e não ao MAPA!

Rio Grande/RS, 26 de Novembro de 2015.

***Pescadores e Pescadoras Artesanais dos Municípios de Rio Grande, São José do Norte,
Pelotas, São Lourenço do Sul e Tavares, Rio Grande do Sul.***

Anexo 3**FORUM DA LAGOA DOS PATOS****Rio Grande-Pelotas-São José do Norte- São Lourenço do Sul- Tavares**

Ofício nº 45/2015

Rio Grande, 07 de dezembro de 2015.

Excelentíssimo Sr. Prefeito Alexandre Lindenmeyer,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, a Coordenação do Fórum da Lagoa dos Patos vem apresentar-lhe proposta de revisão dos anexos I,II e III da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA N° 12, de 22 de Agosto de 2012, no que tange ao RS, conforme documento anexado a este ofício.

A proposta de revisão da IN nº12 é uma demanda que tem sido pauta das reuniões deste Fórum e da luta de nossos pescadores artesanais pelo respeito e manutenção dos territórios tradicionais de pesca.

Sendo assim, o documento em anexo vem propor que sejam redefinidas as áreas destinadas à pesca artesanal, mantendo os direitos de uso de áreas tradicionais de pesca conforme títulos de embarcação fornecidos pela Capitania dos Portos anteriormente ao ano de 2002, os quais citavam como áreas tradicionais a zona costeira, o mar interior e a terra à vista.

Neste sentido, pedimos seu apoio a esta causa.

Atenciosamente,



Coordenação do Fórum da Lagoa dos Patos

INTRODUÇÃO

O presente documento trata da proposta de revisão do anexo I, II e III da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA N° 12, de 22 de Agosto de 2012, no que tange ao RS.

JUSTIFICATIVA

A área geográfica delimitada pela IN 12 supra citada fere os preceitos da convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) da qual o Brasil é signatário:

“A Convenção n° 169, sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989, revê a Convenção n° 107. Ela constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. A Convenção aplica-se a povos em países independentes que são considerados indígenas pelo fato de seus habitantes descenderem de povos da mesma região geográfica que viviam no país na época da conquista ou no período da colonização e de conservarem suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas. Aplica-se, também, a povos tribais cujas condições sociais, culturais e econômicas os distinguem de outros segmentos da população nacional (p.7-8)”.

O caso dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos se alinha com os povos tradicionais por aspectos como, uso coletivo de um espaço geográfico, necessidade de utilização da área para subsistência, história de trabalho na região perpassa gerações, condições peculiares do ambiente natural como no caso os pesqueiros. Tudo isso corrobora no sentido de um direito conquistado e adquirido e que encontra-se confiscado pela legislação.

Outra questão é que os povos tradicionais que vivem na região e que não possuem condições de deslocamento pelo território nacional para sua subsistência, reclamam o desconhecimento do processo que gerou a dita legislação.

“Os conceitos básicos que norteiam a interpretação das disposições da Convenção são a consulta e a participação dos povos interessados e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam (p. 8).”

....consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente (art. 6º p. 18)”.

Considera-se também que os ministérios responsáveis pela criação e execução das políticas aplicadas aos pescadores e pescadoras artesanais não os desvinculam da atividade pesqueira industrial e comercial de média e grande escala e quando geram legislações restritivas não consideram a tradicionalidade da atividade. Isso tem causado transtornos às comunidades pesqueiras:

“...Distinção adotada na Convenção entre o termo “populações”, que denota transitoriedade e contingencialidade, e o termo “povos”, que caracteriza segmentos nacionais com identidade e organização próprias, cosmovisão específica e relação especial com a terra que habitam (p.8).

Medidas especiais necessárias deverão ser adotadas para salvaguardar as pessoas, instituições, bens, trabalho, culturas e meio ambiente desses povos (art. 4º p. 17).

....os valores e práticas sociais, culturais, religiosos e espirituais desses povos deverão ser reconhecidos e a natureza dos problemas que enfrentam, como grupo ou como indivíduo, deverá ser devidamente tomada em consideração (art.5º p.18).

Atividades artesanais, indústrias rurais e comunitárias e atividades tradicionais e de subsistência dos povos interessados, como a caça, a pesca, a caça com armadilhas e o extrativismo, deverão ser reconhecidas como fatores importantes para a manutenção de sua cultura e para a sua autossuficiência e desenvolvimento econômico. Com a participação desses povos e sempre que possível, os governos tomarão as medidas necessárias para garantir que essas atividades sejam incentivadas e fortalecida (art.23, p.32)

PROPOSIÇÃO

Neste sentido propõe-se que sejam redefinidas as áreas destinadas à pesca artesanal (anexos I, II, e II, IN 12- 2012 MMA_MPA) mantendo os direitos de uso de áreas tradicionais de pesca conforme títulos de embarcação fornecidos pela Capitania dos Portos anteriormente aos anos de 2002, os quais citavam, zona costeira, mar interior e terra à vista (conforme documentos arquivados na Capitania dos Portos) .

Considera-se para fins desta proposta as características de embarcação citadas no corpo do texto da referida IN, assim como o tamanho e características das redes e petrechos em geral. Ressalta-se que a discordância trata apenas da área estabelecida para exclusão de pesca principalmente no entorno da Boca da Barra do Rio Grande onde os pescadores artesanais consideram área tradicional de pesca.

APÊNDICE

ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS COM PESCADORES(AS) ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-3

Bloco 1 - Sua história

1. Há quanto tempo mora na comunidade?
2. É descendente de família de pescadores? De onde veio sua família?
3. Conte-me o que mudou na pesca nos últimos 10 anos?
- ✓ 4. O que pensa da relação da pesca artesanal x industrial?
- ✓ 5. Como é sua relação com os órgãos de fiscalização ambiental, sanitário, do trabalho?
6. Qual o maior conflito na pesca artesanal na Colônia Z-3?
7. Quando há conflitos a quem recorres? Algum órgão, entidade o(a) ajuda?
8. Alguma vez já ocupou cargo de associação ou sindicato ou colônia?

Bloco 2 - Relação com Entidades Representativas Da Pesca na Colônia Z-3

1. O que pensa sobre as Entidades Representativas?
2. Sente-se representado(a) por este tipo de organização? Por quê?
3. É filiado(a) à Colônia? Se não for filiado(a), já participou em alguma época?
4. Como participa da Colônia ou outra organização?
5. Alguma vez já foi beneficiado pela Colônia ou outra organização?
6. O que você entende que as Entidades Representativas tem feito em relação à pesca artesanal na Colônia Z-3?
7. O que você destaca como um ponto forte (bom) das Entidades Representativas em relação à pesca artesanal?
8. O que você destaca como um ponto a ser melhorado na Colônia Z-3 em relação à pesca artesanal?
9. Se estivesse no lugar do presidente de uma Entidade Representativa o que farias em primeiro lugar? Qual seria sua prioridade?
10. Como seria uma organização que representasse verdadeiramente os pescadores e pescadoras artesanais? Uma Colônia ideal...

Bloco 3 – Relação com o Estado

1. É beneficiário de alguma política pública? (bolsa família, seguro safra, seguro defeso, outras). Sim, não? Qual? *E pps da pesca?*

2. Se não é beneficiário agora, alguma vez já foi?

3. *Alguém ou alguma entidade ajuda nós a acessar estas pps?*

Bloco 04 - Relação com as universidades e ONGs

1. Como é sua relação com as Universidades e os Projetos de Pesquisa?

2. Como compreende o papel da Universidade, de suas pesquisas e projetos em relação ao cotidiano da pesca artesanal?

3. Conhece algum Projeto de Universidade que atue com os pescadores artesanais?

4. Conhece algum retorno para os pescadores artesanais da Z-3, advindo de alguma pesquisa ou projeto?

5. Que tipos de projetos seriam interessantes?

Bloco 05 – Relação com as Lideranças

OBS.: Em caso de entrevista com lideranças, questionar como se constituiu como liderança.

1. O que entendes que define uma liderança da pesca artesanal? Qual o papel das lideranças? Elas cumprem este papel?

2. Que lideranças marcaram a história da Colônia Z-3?

3. Quem, hoje, identificas como lideranças na Comunidade? Por quê?

4. *na* *na comunidade*
O que diferencia as lideranças da pesca em relação aos representantes de instituições de pesca como presidentes de Colônia ou Fórum?

5. Há mobilizações para assuntos de interesse da categoria? Quem faz essas mobilizações na Colônia Z-3?

6. Em sua opinião, há uma organização política e social dos pescadores e pescadoras da Z-3? Por quê?